

JAN.-ABR. • 2021 • V.14

35



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA  
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

## EXPEDIENTE

### EDITOR CHEFE

Flávia Florentino Varella (UFSC . Florianópolis . SC . Brasil)

### EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA . Salvador . BA . Brasil)

Breno Mendes (UFG . Goiânia . GO . Brasil)

João Rodolfo Munhoz Ohara (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Luisa Rauter Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Maria Inés Mudrovcic (Universidad Nacional del Comahue, Argentina)

Mateus Henrique Faria Pereira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)

### CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian (UNR . Rosário . Argentina)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)

Arthur Lima de Àvila (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)

Ewa Domanska (AMU . Poznan . Polônia)

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Fábio Franzini (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)

Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Omar Acha (UBA . Buenos Aires . Argentina)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)

Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)

Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## CONSELHO CONSULTIVO

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - in memoriam (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca - in memoriam (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White - in memoriam (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - in memoriam (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)

## EDITOR ASSISTENTE

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

## EDITORES COLABORADORES

---

Francisca Dávila de Oliveira (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Mayra de Souza Marques (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Renan Siqueira Moraes (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

---

Larissa Vitória Ivo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## SECRETARIA

---

Aguinaldo Medeiros Boldrini (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

---

Giovana Faversoni

Luiz Antônio dos Prazeres

## REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

---

Tikinet Edição

## REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

---

Adriana Carina Camacho Álvarez (Lectura Traduções)

## DIAGRAMAÇÃO

---

Marcos Eduardo de Sousa (UFOP/CEFET-MG . Mariana . MG . Brasil)

---

## REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

## APOIO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Programa de Pós-graduação em História - UFRGS

---

## CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000 | Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

---

## MISSÃO

Abrigar, divulgar e incentivar a produção de conhecimento nos campos da teoria da história, da história da historiografia e afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisa entre investigadores dessas áreas correlatas.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - V. 14, n. 35 (jan./abr. 2021- ) – Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2021-

v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

## EDITORIAL EDITORIAL

Podemos discutir a avaliação aberta em uma disciplina conservadora?

**João Rodolfo Munhoz Ohara** \_\_\_\_\_ 11

## ARTIGO ORIGINAL RESEARCH ARTICLE

Tópicos nos trópicos: o sublime em *O Guarani* (1857), de José de Alencar

**Cleber Vinicius do Amaral Felipe** \_\_\_\_\_ 21

História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel

**Fabrina Magalhães Pinto & Luís Falcão** \_\_\_\_\_ 53

O problema da forma: cultura e Estado em *Raízes do Brasil*, 1936

**Damião Farias** \_\_\_\_\_ 83

Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between *chronos* and *kairos*

**Walderez Ramalho** \_\_\_\_\_ 115

The Analytical Metaphysics of Time and the Recent Theory of History: Overtones of the Debate about Presentism

**Hélio Rebello Cardoso Jr.** \_\_\_\_\_ 145

What the eyes can't see: the future according to Monteiro Lobato

**Bruno Franco Medeiros** \_\_\_\_\_ 171

Hernández Arregui y la invención de una historiografía para la izquierda peronista

**Valeria A. Caruso**

199

A historiografia nacional como «começo». *A História de Méjico* de Lucas Alamán e a *História Geral do Brazil* de Francisco Adolfo de Varnhagen

**Ricardo Ledesma-Alonso**

225

Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: das competições literárias ao anátema histórico-ensaístico

**Dalton Sanches**

255

## ARTIGO DE REVISÃO REVIEW ARTICLE

Os estudos do futebol na Inglaterra: um balanço bibliográfico da produção acadêmica sobre hooliganismo

**Bernardo Borges Buarque de Hollanda**

289

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO EDITORIAL GUIDELINES

319



# EDITORIAL

EDITORIAL

Podemos discutir a avaliação aberta em uma disciplina conservadora?

May we discuss open peer review in a conservative discipline?

João Rodolfo Munhoz Ohara <sup>a</sup>

E-mail: [ohara.jrm@gmail.com](mailto:ohara.jrm@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8946-4714> 

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Instituto de História, Rio de Janeiro,  
RJ, Brasil

Preocupadas, entre outras coisas, com crises graves de replicabilidade e de acessibilidade, as ciências vêm há tempos discutindo uma série de reformas das práticas de produção e circulação do conhecimento científico. Agrupadas sob a rubrica de “ciência aberta”, essas mudanças incidem, entre outros aspectos, sobre o manejo e a disponibilidade dos dados de pesquisa<sup>1</sup>, o *status* dos manuscritos antes do processo formal de avaliação por pares (os tais “*preprints*”, tornados famosos pela recente demanda de estudos sobre a COVID), assim como sobre o próprio *peer review*. O rótulo (do inglês, *open science*) já nos dá alguma ideia do (não-)lugar das humanidades no processo, uma vez que a cultura acadêmica anglófona não inclui as *humanities* no escopo das *sciences*. Essa exclusão não é diferente aqui, no Brasil, onde periódicos e pesquisadores das humanidades são muito mais arrastados pelas exigências cada vez mais estritas dos indexadores internacionais e dos órgãos de fomento do que atores do processo de reconfiguração das nossas práticas de produção e circulação de conhecimento. Não nos deveria surpreender, portanto, que várias dessas reformas pareçam não se adequar às práticas disciplinares a que estamos acostumados.

Acompanhando as preocupações das editorias com as quais tenho mais contato, gostaria de me deter por alguns parágrafos em uma dessas reformas que produz um desconforto tanto entre os colegas mais jovens quanto entre os mais experientes – a avaliação por pares, particularmente quando se fala de “*open peer review*”. A avaliação por pares é um dos mecanismos centrais da maquinaria contemporânea de produção de conhecimento acadêmico e científico. Tal como a conhecemos, sua história é muito mais recente do que se supõe. Só na segunda metade do século XX o sistema se tornou parte incontornável e insubstituível da comunicação científica em periódicos, consolidando-se como um garantidor de relevância e de qualidade do trabalho publicado.<sup>2</sup> Entre nós, historiadores brasileiros, a história dessa prática parece contar com marcos cronológicos ainda mais recentes.<sup>3</sup> E parte da credibilidade do sistema é dada, ou assim o cremos, pela possibilidade do parecer “duplo-cego” (uma tradução literal do “*double-blind*” que soa estranha, mas à qual acabamos por nos acostumar), em que as identidades de autores e pareceristas são mantidas permanentemente em sigilo. Presume-se que tal característica seja do interesse de todas as partes – protegendo

<sup>1</sup> De que falou, recentemente, Valdei Araujo (2021) no editorial da *Revista Brasileira de História*.

<sup>2</sup> A versão mais conhecida da história da “origem” do sistema de *peer review* remete a Henry Oldenburg e às *Philosophical Transactions*, da Royal Society, mas trabalhos como os de Melinda Baldwin (2015; 2018) e Alex Csiszar (2018) vêm demonstrando que o *refereeing* de então tem pouca relação com o moderno *peer review*.

<sup>3</sup> Como notou Wagner Geminiano dos Santos (2018, p. 85 e 131).

autores e pareceristas dos persistentes vieses cognitivos em um mundo acadêmico constituído por relações assimétricas de poder.

Em outro front, a elaboração do parecer é uma faceta do nosso trabalho para a qual nunca ou raramente recebemos algum tipo de treinamento formal. Tudo que temos para nos guiar são aqueles que nós mesmos recebemos ou dos quais ouvimos falar pelo testemunho de colegas. Não é surpreendente, aqui também, que ocasionalmente nos deparemos com pareceres pouco profissionais, cheios de comentários agressivos, rudes ou condescendentes – ainda que, por sorte, também haja aqueles tão detalhados, tão cuidadosos e tão generosos que mereceriam uma condecoração à parte. Suponho que muitos de nós aspirem a fazer bons pareceres, apesar de todas as nossas limitações e de só aprendermos “o que é um bom parecer” de maneira muito informal, mas esse objetivo nem sempre é alcançável. Tendo em vista tal cenário, os formulários de avaliação das revistas têm se tornado mais detalhados, especificando aos pareceristas os itens que cada periódico considera relevantes para tomar a decisão final sobre o manuscrito.

Ainda que o termo “avaliação aberta” possa indicar diretrizes muito diferentes a depender do contexto, o mais comum é que se refira a dois aspectos que podem, mas não precisam, vir juntos: (1) a publicação do conteúdo dos pareceres e (2) a identificação de autores e/ou de pareceristas. Alguns periódicos estrangeiros vêm testando diferentes formatos, mas os limites quantitativos e disciplinares desses experimentos prejudicam qualquer tentativa de análise. Na falta de evidências seguras, por vezes contamos com nossas intuições mais ou menos informadas para pensarmos a questão, e a resposta inicial dos nossos colegas historiadores geralmente é defensiva, para não dizer conservadora. Ainda que reconheçam os problemas atuais (como a falta de reconhecimento do trabalho dos pareceristas ou as condutas eticamente ou profissionalmente inadequadas que o anonimato torna possível), alguns colegas temem, por exemplo, que o fim do “duplo-cego” possa tornar reais as consequências indesejáveis que motivaram a adoção desse modelo no passado. Outro receio é o de que a publicação dos pareceres (de qualquer forma que seja feita) obedece tão somente à cultura de auditoria, que tenta transformar todas as atividades em índices de produtividade. Assim como no caso da disponibilização pública dos dados de pesquisa, ainda não estão claros para os praticantes da disciplina nem os eventuais benefícios de mudanças no sistema de avaliação por pares, nem as formas mais adequadas de lidar com os problemas amplamente reconhecidos do sistema atual e com as propostas exógenas, que por vezes não levam em conta as necessidades da nossa área.

O imperativo da ampliação da acessibilidade e da transparência das nossas práticas de produção e circulação de conhecimento é, de fato, característico de um presente obcecado pelo controle técnico e pouco tolerante de (certas) zonas de opacidade. Dito isso, parece-me crucial colocarmos em pauta a adequação dos modelos de “ciência aberta” às nossas necessidades e, por que não, propormos os ajustes que considerarmos mais apropriados a elas. No caso da avaliação por pares, é importante que nos mantenhamos sensíveis às especificidades de uma disciplina tão diversa quanto a história. O receio de represálias e o potencial de autocensura por parte de colegas mais jovens são preocupações compartilhadas por todas as áreas do conhecimento, mas parecem ser especialmente danosas em uma disciplina em que controvérsias interpretativas são mais comumente abandonadas do que solucionadas, ou em que diferenças teóricas tendem a produzir mais silenciamentos do que debates. Por outro lado, o anonimato do autor é frágil em áreas com menor número de especialistas ou, pior, mediante uma busca simples na internet – este, um problema novo e que, com certeza, não estava no horizonte quando da criação do “duplo-cego”.

Quanto à publicação do conteúdo dos pareceres, com ou sem identificação, convém considerar outros aspectos. Um primeiro exemplo é o local de publicação: seriam anexados ao artigo ou disponibilizados como recursos extras nos *websites*? Essa pergunta é particularmente relevante considerando que a maioria das revistas da nossa área, ainda que contem com a publicação digital, permanecem formatadas pelos limites da publicação analógica (separando volumes e números dos fascículos, atribuindo paginação sequencial, com pouco uso de recursos multimídia ou hiperlinks etc.). Seriam publicadas também eventuais respostas dos autores às considerações dos pareceristas? Qual o estatuto desses novos materiais em termos de referência e arquivamento? Uma vez consentida por pareceristas e autores, a publicação dos pareceres seria de decisão discricionária dos editores? Só o conjunto dos historiadores pode responder tais questões e oferecer sugestões mais adequadas às suas necessidades.

O modelo de ciência aberta capitaneado a partir das ciências traz elementos que certamente precisarão passar por adequações. No caso dos dois principais sentidos da avaliação aberta, convém discutir coletivamente a respeito dos ganhos potenciais (o desincentivo aos pareceres grosseiros e pouco profissionais, a atribuição, reconhecimento e responsabilização dos pareceristas e do seu trabalho, a riqueza substantiva presente nas análises críticas dos pareceristas etc.) e dos riscos envolvidos (retaliação a colegas mais jovens ou em posições menos prestigiosas, autocensura motivada pelo medo). Pressionados pelos indexadores e pelas agências de fomento, os periódicos da área têm incentivado tal discussão para que não sejamos simplesmente atropelados por

exigências pouco adequadas às nossas práticas. Devemos discutir o que é uma “política de dados de pesquisa” em história, como sugeriu Valdei Araujo, e devemos discutir também que tipo de abertura é possível na avaliação por pares – publicar os pareceres, mas manter o anonimato? Abrir completamente as informações? Manter o modelo atual, tolerando as condutas pouco profissionais que o anonimato torna possíveis? Há ainda outros aspectos que precisamos esclarecer – como o problema dos *preprints*, a pouca familiaridade dos historiadores com os padrões de metadados estabelecidos na arquivologia e na biblioteconomia, bem como a ausência de padrões próprios aos historiadores etc. Ainda que Anthony Grafton estivesse certo sobre o papel das notas de rodapé na maquinaria do historiador, resta o problema de que as transformações das instituições de guarda e de produção de conhecimento impõem uma reflexão profunda sobre essa função referencial que a nota de rodapé ocupou nos últimos séculos. O historiador não precisa nem deve ser um refém do seu presente, à deriva na correnteza que o carrega, mas também não pode (porque não é possível) supor que suas práticas disciplinares sejam imunes às críticas e às transformações que surgem tanto de dentro do seu campo quanto de fora dele. Que se abandone a tática fabiana.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. Editorial: O Papel dos Periódicos na Publicação de Dados de Pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 86, p. 7-9, 2021.

BALDWIN, Melinda. Credibility, Peer Review, and Nature, 1945-1990. **Notes and Records: The Royal Society Journal of the History of Science**, London, v. 69, n. 3, p. 337-352, 2015.

BALDWIN, Melinda. Scientific Autonomy, Public Accountability, and the Rise of “Peer Review” in the Cold War United States. **Isis**, Notre Dame (US), v. 109, n. 3, p. 538-558, 2018.

CSISZAR, Alex. **The Scientific Journal**: authorship and the politics of knowledge in the nineteenth century. Chicago: Chicago University Press, 2018.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A Invenção da Historiografia Brasileira Profissional, Acadêmica:** geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2018.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

João Ohara é professor de teoria da história no Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ. Tem experiência na área de teoria e filosofia da história e de história da historiografia, com ênfase em temas ligados à ética e à epistemologia da história. É o organizador, programador e mantenedor do *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da área de História*. Atualmente desenvolve pesquisa sobre virtudes epistêmicas e o problema da confiança na aquisição e transmissão de conhecimento histórico.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de História - Largo São Francisco de Paula, nº 1, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20051-070, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Não avaliado.

### EDITORES RESPONSÁVEIS

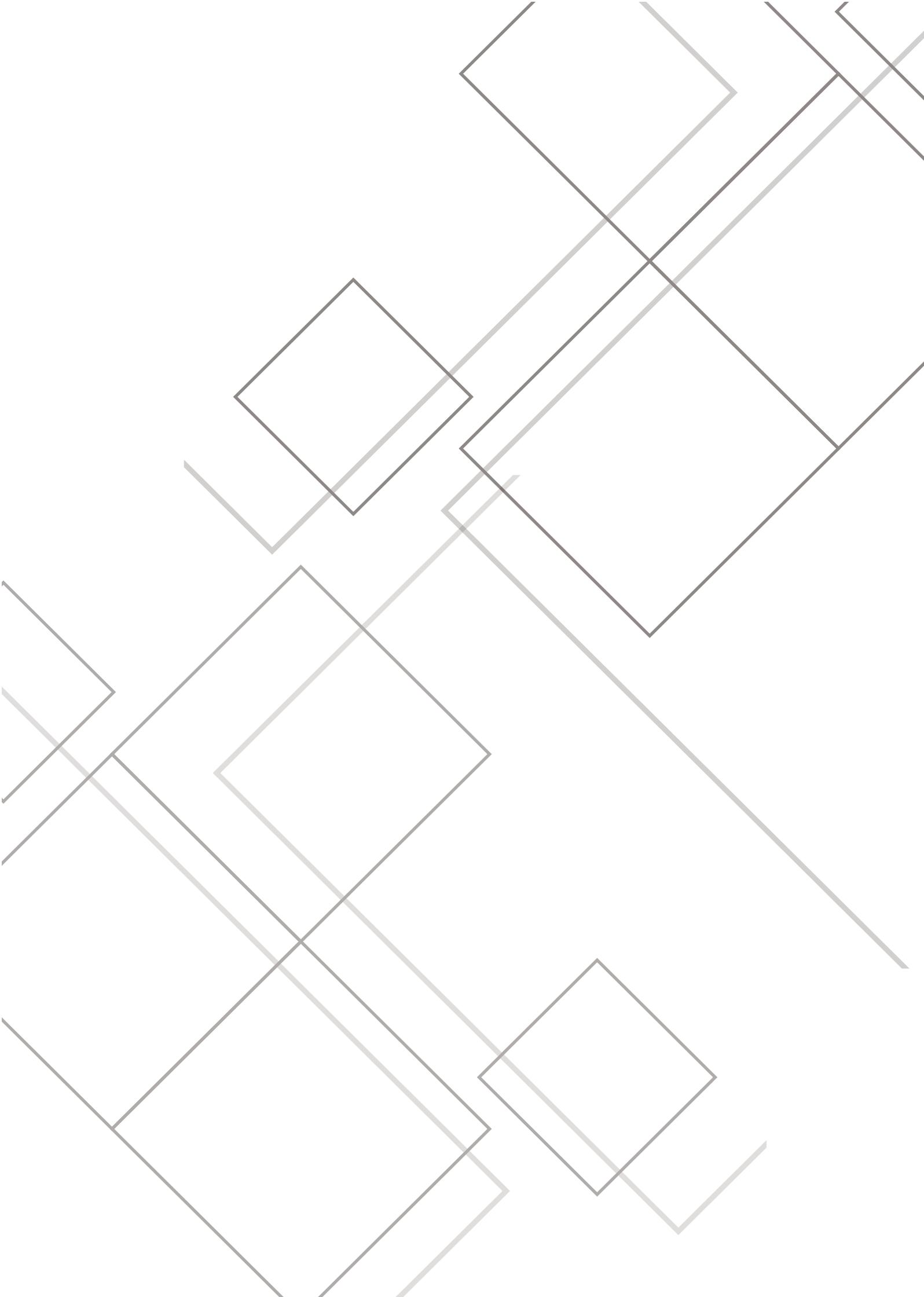
Não se aplica.

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

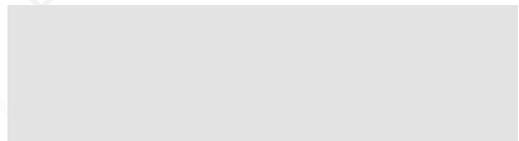
## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

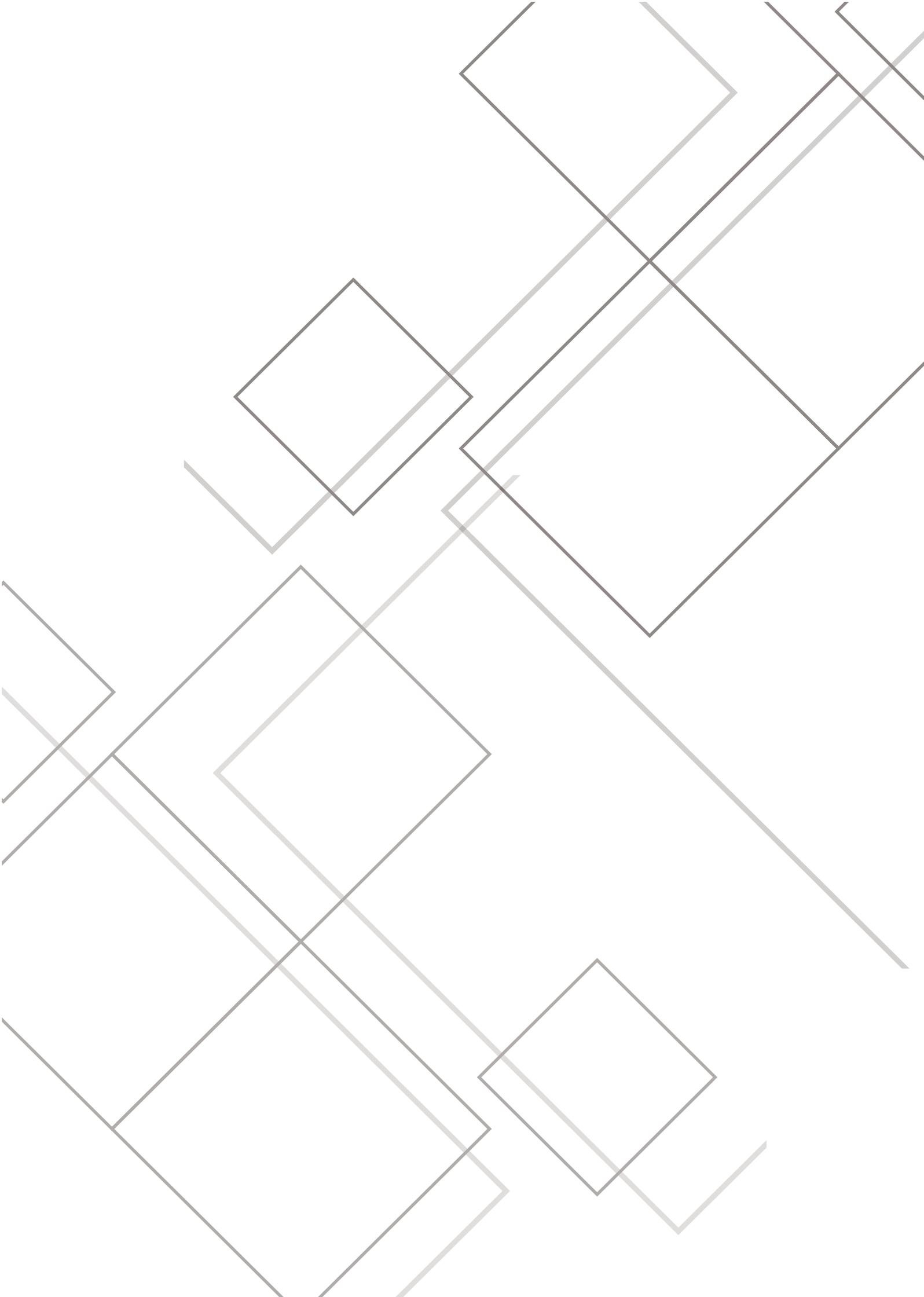




# ARTIGO ORIGINAL



RESEARCH ARTICLE



## Tópicos nos trópicos: o sublime em O Guarani (1857), de José de Alencar

Topics in the tropics: the sublime in O Guarani (1857), by José de  
Alencar

**Cleber Vinicius do Amaral Felipe** <sup>a</sup>

E-mail: [cleber.ufu@gmail.com](mailto:cleber.ufu@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-3930-3936> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de  
História, Uberlândia, MG, Brasil

## RESUMO

Este texto volta-se para um conjunto de lugares-comuns presentes no romance *O Guarani* (1857), de José de Alencar. Para tanto, buscamos historicizar o paradigma artístico que subsidiou sua escrita, analisar a construção do *éthos* indígena e mapear algumas figuras mobilizadas para descrever as florestas brasileiras e o cataclismo que encerra a narrativa. Nossa proposta atém-se a uma abordagem estética que não negligencia o caráter datado dos códigos linguísticos, ou seja, tópicos como originalidade e genialidade foram tomadas como convenções ou *constructos* que o romance alencariano buscou dissimular para atender aos protocolos literários de sua época. Embora seja recorrente a negação dos artifícios retórico-poéticos, o romancista recorreu a novos recursos como, por exemplo, à concepção de sublime. Não há, portanto, ausência de protocolos e prescrições, mas a eleição de outros expedientes letrados articulados às propostas políticas de D. Pedro II, ao projeto indianista e às novas demandas estéticas.

## PALAVRAS-CHAVE

Romantismo. Literatura brasileira. Retórica.

## ABSTRACT

This article focuses on a set of common places found in the novel *O Guarani* (1857), by José de Alencar, to historicize the artistic paradigm that supported his writing, analyze the construction of indigenous peoples and map some characteristics mobilized to describe the Brazilian forests and the cataclysm that closes the narrative. Our proposal adheres to an aesthetic approach that does not neglect the dated character of linguistic codes, that is, topics such as originality and genius were taken as conventions or constructs that Alencar's novel sought to hide in order to meet the literary protocols of the time. Although the denial of rhetorical-poetic devices is recurrent, the novelist resorted to new resources such as the concept of the sublime. Thus, of the novel is not lacking in protocols and prescriptions, but the choice of other literate devices articulated to the political proposals of D. Pedro II, to the Indianist project and to the new aesthetic demands.

## KEYWORDS

Romanticism. Brazilian literature. Rhetoric.

"Viva orquestra parece a Natureza,  
Que a grandeza de Deus sublime exalta!"  
(MAGALHÃES 1864, p. 5).

"Tudo era água e céu"  
(ALENCAR 1996, p. 251).

"Nesse tempo o demônio da vaidade não tentara ainda J. de Alencar"  
(TÁVORA 1872, p. 140).

## O Guarani

Publicadas entre setembro de 1871 e fevereiro de 1872, no jornal *Questões do dia*, as *Cartas a Cincinato*, de Franklin Távora, debateram dois romances de José de Alencar: *Iracema* (1865) e *O gaúcho* (1870). Sob o pseudônimo de Semprônio, o autor das epístolas afirmou que o escritor cearense, confinado em seu gabinete, abusava da imaginação, ao descrever as regiões brasileiras e os costumes dos nativos americanos. Contrário à liberdade irrestrita do gênio criativo, Távora insistiu que a imaginação de um romancista não deveria prescindir da imitação proveniente da empiria. Para ele, Alencar não teria cometido esses deslizamentos quando escreveu *O Guarani*, pois recorreu a descrições condizentes com o cenário brasileiro e retratou os índios conforme os costumes locais.

José de Alencar publicou o romance-folhetim *O Guarani* ao longo do ano de 1857, no *Diário do Rio de Janeiro*. De acordo com Eduardo Vieira Martins (2003, p. 52),

[...] a gênese da nova civilização surge como fruto do encontro de portugueses e indígenas em meio à floresta quase intocada. Nesse cenário privilegiado, na aurora de um novo tempo, Alencar introduziu, como ancestrais míticos do brasileiro, o que de mais elevado conseguiu vislumbrar no nosso passado. No tronco português, escolheu uma família de nobres de solar e brasão, engrandecida pelos títulos e feitos de seus fidalgos. Ceci, oriunda dessa família, tem suas qualidades aguçadas pelo fato de ter nascido e crescido em contato com a natureza americana. No tronco indígena, o romancista imaginou um chefe goitacá que reúne em si não apenas as qualidades físicas aptas a fazerem dele um herói invencível na guerra, como também a inteligência e os bons sentimentos que o transformam num verdadeiro rei das florestas americanas, um homólogo selvagem do nobre português.

Depois de abandonar sua tribo e se submeter, por vontade própria, ao fidalgo português D. Antônio de Mariz, Peri protagonizou grandes façanhas para proteger e atender às vontades de Cecília. O epíteto “filho das florestas” foi muito empregado para referir sua nobreza natural e selvagem, desprovida de títulos e brasões. O herói enfrentou e capturou uma onça, invadiu uma gruta repleta de serpentes e aranhas venenosas, enfrentou, sozinho, uma tribo com dezenas de aimorés e arrancou uma palmeira do solo para utilizá-la como barca e salvar sua senhora de uma enchente provocada pelo rio Paraíba.

O romance, com um total de 54 capítulos distribuídos em quatro partes, investe em descrições pormenorizadas da natureza brasileira e retrata situações dramáticas, ocorridas no início do século XVII, e ambientadas na Serra dos Órgãos, às margens do rio Paquequer. A trama costura temas variados como conflitos bélicos, assuntos religiosos, motins, façanhas heroicas, tribos canibais e ações movidas pela vingança. Além disso, Alencar projetou no amor entre Cecília (uma nobre representante do tronco português) e Peri (índio goitacá convertido) a suposta origem de uma nação que, no entanto, tornar-se-ia independente no século XIX, algumas décadas antes da publicação de *O Guarani*. Como lembrou Alfredo Bosi (1992, p. 176), a promoção de mitos ajuda “a compreender antes o tempo que os forjou do que o universo remoto para o qual foram inventados”.

No que diz respeito às personagens, a constância e a virtude portuguesas encontram paralelo nas atitudes de Peri; os aventureiros, inconstantes e ambiciosos por ocuparem posição análoga à dos mercenários, atuam de acordo com seus interesses imediatos; os índios aimorés, por outro lado, são figurados como seres bestiais e malignos. As tensões estabelecidas entre esses três grupos fundamentam o enredo alencariano. Resta averiguar como José de Alencar concebeu a arte do romance e de que maneira a narrativa atendia às expectativas de seu presente.

## A arte alencariana

Até o século XVIII, o conceito de arte (*téchne* entre os gregos, *ars* entre os latinos) designava uma prática regrada e convencional afinada a preceitos retórico-poéticos. Os letrados buscavam, no costume (*consuetudo*), argumentos eficazes, levando-se em consideração a ocasião, a matéria e o auditório. Elencavam lugares-comuns (*topoi* entre os gregos, *loci* entre os latinos) para convencer/persuadir o leitor/ouvinte, pautando-se na *endoxa* (argumentos prováveis, verossímeis) e no decoro (adequação do discurso ao público, às circunstâncias e ao assunto).

No tratado *Da pintura* (1435), Leon Battista Alberti repetiu uma das anedotas que Plínio, o Velho, empregou em sua *Naturalis Historia*, para afirmar que Zêuxis recorreu às cinco mais belas jovens de Crotona, para assimilar suas características notáveis e pintar um retrato de Helena, personagem homérica. Sua *persona* seria fruto da conjunção de traços particulares de figuras empíricas. A sentença adiante, presente no tratado de Alberti, explicita os critérios artísticos ensejados: “Qualquer que seja a arte que se pratique, deve-se, porém, ter sempre diante dos olhos algum exemplo elegante e singular para observar e retratar” (LICHTENSTEIN 2004, p. 146).

Da Antiguidade ao Iluminismo, a liberdade de poetas, narradores, pintores, dentre outros, era restrita, pois resultava de preceitos artísticos que limitavam seu arbítrio. Na segunda metade do século XVIII, todavia, a literatura romântica confrontou a longa instituição retórica e desvalorizou o *topos* como recurso retórico e estilístico. Nas preleções sobre estética, em publicações póstumas de 1835, Hegel afirmou que o homem mostraria “mais habilidade nas produções provenientes do espírito do que nas imitadas da natureza”. Em seguida, o filósofo recomendou: “em vez de louvar obras de arte por conseguirem enganar pássaros e macacos, se deveria antes vituperar aqueles que julgam enaltecer o valor de uma obra artística indicando essas banais curiosidades” (LICHTENSTEIN 2004, p. 115). O vitupério tem por objeto mesmo as anedotas de Plínio e a evidente ideia de que a imitação acaba sendo uma condição do fazer artístico.

No século XIX, poetas brasileiros como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias “proclamavam a inobservância das tópicas greco-latinas e a ênfase no índio, alçado artificialmente ao posto de ‘herói americano’” (CHAUVIN 2017, p. 18). Se, de um lado, os historiadores do IHGB se entregavam à tarefa de recompor o processo de gênese do Brasil, movidos pelo projeto nacionalista de D. Pedro II e pela vontade de dotar a jovem nação de autonomia cultural, advogados, médicos e jornalistas escreviam poemas e romances muitas vezes protagonizados pela figura do indígena, encarado como autêntico antepassado da nação brasileira.

Na poesia de Gonçalves Dias, há certa “rebeldia romântica” frente às convenções. Tal retórica fora tomada como expediente contrário à liberdade de expressão e, portanto, a tudo o que fosse original. O artista, por meio de sua imaginação, tornar-se-ia o centro irradiador de toda criação literária, como se o elemento artificial fosse um empecilho à produção artística. A verossimilhança poética adviria não tanto das técnicas longevas de descrição, mas da imitação da natureza a partir de seu potencial. Nesse contexto, ainda não havia uma proposta de arte emanada do gênio. Impressionar, mover e comover o leitor continuam a ser propósitos nucleares dessa poesia. Quando poetas do Oitocentos optam por banir a mitologia e adotar, no seu lugar, elementos da dogmática cristã,

ou ainda quando resolvem incorporar preceitos de Byron, Schiller, Burke, o artifício não desaparece, contudo continua sendo empregado com o intuito de cumprir novo expediente (CUNHA 2001, p. 227-244).

Foi sob os auspícios do imperador D. Pedro II que Domingos José Gonçalves de Magalhães publicou *A Confederação dos Tamoios*, em maio de 1856. Distribuída em dez cantos e, portanto, seguindo a disposição d'*Os Lusíadas*, a fábula poética encena o conflito entre os índios Tamoios (Tupinambás, Aimorés, Carijós...) e os portugueses, ocorrido entre 1554 e 1567. Em síntese, a epopeia evidencia a cobiça e a exploração promovida pelos portugueses, louvando o império recém-independente e a figura altiva de D. Pedro II. O herói, Aimbire, conseguiu reunir os índios contra os lusitanos invasores, personificando o amor à pátria e à liberdade; isso porque os padrões clássicos foram mobilizados para propor o nacionalismo romântico, ou seja, o poema imitou a épica antiga, Camões e os chamados poetas "árcades", recorrendo às convenções retóricas, para celebrar o ideal nacional que muitos preferiram representar por meio do romance.<sup>1</sup>

Em junho de 1856, José de Alencar publicou oito cartas no *Diário do Rio de Janeiro*, adotando o pseudônimo Ig. Por meio delas, o romancista assinalou as falhas da epopeia de Magalhães e elaborou uma preceptiva sobre sua concepção particular de arte. Na quarta carta, ele citou Lamartine, para dizer que a poesia consiste na "encarnação do que o homem tem de mais íntimo no coração e de mais divino no pensamento; do que a natureza tem de mais belo nas imagens e de mais harmonioso nos sons" (ALENCAR 1856, p. 37). O poeta de *A Confederação dos Tamoios*, no entanto, não teria cumprido os requisitos mínimos de uma bela poesia: não imitou as *auctoritas* antigas com prudência; a invocação não seguiu o modelo homérico ou virgiliano, constituindo uma "contravenção das regras da epopeia, que se tornaria desculpável se o poeta tivesse sido feliz na sua inspiração" (ALENCAR 1856, p. 67). Teria faltado ao poeta condições de descrever a sublime natureza e os costumes brasílicos à maneira, por exemplo, de um Chateaubriand (ALENCAR 1856, p. 77-78); além disso, ele teria negligenciado a complexa teogonia indígena (ALENCAR 1856, p. 82) e as personagens não teriam alcançado a grandiloquência do gênero épico (ALENCAR 1856, p. 53). Na descrição dos índios, Magalhães não teria superado sequer *O Uruguai*, "poemeto" escrito "no tempo das musas e dos sátiros" que conseguiu compreender melhor a "originalidade da vida selvagem" (ALENCAR 1856, p. 19).

Em *O Guarani* e nas cartas, percebem-se elementos como a negação da retórica e a promoção de uma arte supostamente desprovida de artifício, convenções características

<sup>1</sup> Sobre o assunto cf. CAMPATO JR 2008.

de um novo procedimento artístico, amparado em noções como pátria, psicologia, autoria, estética, gosto... Na oitava epístola, o autor declara:

Tornei-me estudante de retórica, meu amigo, e desci a noções rudimentares da poesia, porque a isto me obrigaram aqueles que, ou por cegueira da amizade ou por um mal entendido despeito, assentaram de cumprir à risca o preceito da Escritura; *oculos habent et non vident* (ALENCAR 1856, p. 95).

De fato, Alencar dominava os preceitos da poesia épica, todavia não deixou de reforçar que sua crítica à poesia de Magalhães baseava-se no seu “gosto literário” (ALENCAR 1856, p. 36). Aliás, o romancista deparou-se com esse mesmo “prodígio”, ao ler os poetas modelares que o precederam:

Parece-me que Virgílio, que descreveu a Itália, Byron a Grécia, Chateaubriand as Gálias, Camões os mares da Índia, teriam achado no sol do Brasil algum novo raio, alguma centelha divina para iluminar essa tela brilhante de uma natureza virgem e tão cheia de poesia. Parece-me que o gênio de um poeta em luta com a inspiração, devia arrancar do seio da alma algum canto celeste, alguma harmonia original, nunca sonhada pela velha literatura de um velho mundo. Digo-o por mim: se algum dia fosse poeta, ou quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas ideias de homem civilizado (ALENCAR 1856, p. 6).

A “harmonia original” e o “canto celeste” provêm da natureza e advêm da alma e, portanto, de Deus. As convenções antigas, características do “velho mundo”, não passariam de obstáculos que impediriam a pulsão de tal originalidade que individualiza a natureza brasílica em detrimento das demais. Dessa forma, Alencar aproxima-se das recomendações de Francisco Freire de Carvalho (1840, p. 20):

Para descobrir, portanto, a origem da Poesia, faz-se necessário entrar pelo meio dos desertos e das florestas, remontar ao tempo dos povos caçadores e pastores, isto é, à antiguidade mais distante, ou ao período da vida social, em que os homens conservavam ainda toda a simplicidade dos seus costumes primitivos.

O poeta não deve preocupar-se apenas com o ambiente, mas também com o linguajar primitivo, como afirmou Alencar em *Iracema*:

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida. É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino (ALENCAR 2013, p. 179-180).

Apesar disso, o romancista não deixou de imitar descrições de florestas. No epílogo de *O Guarani*, utilizou a expressão “floresta secular que nascera com o mundo”. É possível que ele tenha emulado um fragmento de Chateaubriand traduzido em uma de suas epístolas:

Quem pôde exprimir o que se sente entrando nessas florestas tão velhas como o mundo, e que ainda podem dar uma ideia do que era a criação quando saiu das mãos de Deus? O dia, projetando-se através da folhagem, espalha na profundidade da mata uma meia luz vacilante e móbil que dá aos objetos uma grandeza fantástica. Dali a pouco a floresta torna-se mais sombria, a vista apenas distingue troncos que se sucedem uns aos outros, e que parecem unir-se, alongando-se. A ideia do infinito apresenta-se ao meu espírito (ALENCAR 1856, p. 77-78).

A associação entre floresta secular e o sublime foi realizada em um tratado escrito em língua portuguesa na primeira metade do século XIX:

Convém, igualmente, observar-se que todos os objetos graves e majestosos, ou que imprimem pavor, contribuem, poderosamente, para fazerem nascer o Sublime, tais são as trevas, a solidão, e o silêncio. Quais são as cenas, que levam a alma ao mais subido grau de elevação, e que produzem o Sublime? Decerto não são as risonhas paisagens, os campos cobertos de flores, as cidades opulentas; antes, sim, as montanhas cobertas de neve, um lago solitário, uma antiga floresta, uma torrente que se despenha por entre rochedos (CARVALHO 1840, p. 36-37).

Embora a imitação não se oriente por imperativos genéricos ou preceituais, ela indica o caráter convencional da escrita alencariana, que repele os elementos do “velho mundo”, no entanto não deixa de eleger sua própria *auctoritas*, ainda que o critério

nuclear sejam temas associados ao “gênio”, à matéria “original”, à “brasilidade”. Em um texto autobiográfico póstumo, em 1893, Alencar reconheceu que seu modelo teria sido Chateaubriand, muito embora sua grande inspiração provenha de outra fonte:

o mestre que eu tive, foi esta esplêndida natureza que me envolve, e, particularmente, a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso por onde minha alma penetrou no passado de sua pátria (ALENCAR 1893, p. 46).

Foi desse mestre, desse “livro secular e imenso”, que ele teria tirado inspiração para compor as páginas de *O Guarani*, de *Iracema*, e não de autores que não passavam de uma “cópia do original sublime” que ele havia “lido com o coração” (ALENCAR 1893, p. 46). Não obstante, em suas *Cartas a Cincinato*, Franklin Távola (1872) acusou Alencar de ter plagiado *Atala*, romance de Chateaubriand escrito em 1801 que fora traduzido para o português, em 1819.

A despeito da existência de plágio, o caráter convencional da narrativa permanece. Em artigo voltado para as descrições da natureza em *O Guarani*, Eduardo Martins (2013, p. 457) constata que, no plano programático,

os quadros da natureza seriam a expressão incondicionada do impacto recebido pelo poeta diante da magnificência da floresta tropical. Na prática, entretanto, podem-se perceber nessas páginas descritivas marcas tanto do diálogo com modelos literários, quanto do debate teórico travado no período. Assim, se o romantismo rompeu com a convenção descritiva do século XVIII, recusando a tópica do *locus amoenus*, que lhe parecia falsear a realidade da natureza americana, não foi para pintar uma natureza livre de mediações culturais, como propunham os manifestos, mas para criar uma nova convenção literária, tão formalizada e passível de codificação quanto a anterior.

A ideia de “ler com o coração”, recurso psicológico e expressivo, também consta no prólogo do romance:

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura. Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou, profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação. Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração

é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza. Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida. Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remoçar um velho manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei. Estava abandonado e quase todo estragado pela umidade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclismo. Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns, atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam. Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas (ALENCAR 1996, p. 1).

Como observou Jean Pierre Chauvin (2019, p. 289), o fato de Alencar mencionar uma “prima” indica um “elemento pessoal” que empresta “estranha credibilidade ao texto, numa aura de pretensa familiaridade que o aproximaria de uma espécie de colóquio, tratado sob a forma de missiva direcionada a uma pessoa em particular, como se se tratasse de carta intimista e pudica, mas escancarada, como efeito de verdade, para o pequeno grande leitorado”. Trata-se de um lugar-comum antigo denominado “modéstia afetada”, em que o autor dissimula seu engenho e alega ausência de competência para o exercício de uma determinada tarefa que, neste caso, diz respeito à escrita de um romance. Na sequência, Alencar brinda-nos com outro expediente, muito recorrente nas letras do século XVIII, afirmando que seu texto é a transcrição de um antigo manuscrito carcomido pelos cupins e supliciado pela umidade, encontrado na casa onde morava. Entretanto, no início do prefácio, deixa uma pista valiosa: a narrativa resultante de uma experiência impressionante, ditada pelo coração, que “é sempre verdadeiro” e não diz “senão o que sentiu”. Há uma clara reprodução do argumento antigo, recorrente no gênero historiográfico, segundo o qual a presença do observador constitui-se critério validador da narrativa, pois acaba por atestar sua precisão.

Para Alencar, a história não teria credibilidade, caso prescindisse da imaginação. De acordo com Francisco Ramos (2015, p. 173), com o uso de notas de rodapé nos romances, Alencar buscava conferir legitimidade ao enredo. Em *O Guarani*, por exemplo, ao longo de cinquenta e nove notas, o autor menciona autoridades como Varnhagen, Gabriel Soares, Aires do Casal e Silva Lisboa, não para funcionar como suplemento à narrativa, mas para integrá-la, injetando na “imagem literária o sumo histórico que lhe dá força para ser uma ficção de fato” (RAMOS 2015, p. 173).

A mesma posição foi assumida pelo literato português Manuel Pinheiro Chagas, autor dos *Ensaio Críticos* (1866). Na ocasião, ele escreveu que a missão do romancista histórico era “mais grandiosa, mais sublime do que a do próprio historiador”. Ambos consultam as histórias e delas “arrancam os espectros das gerações extintas do seu túmulo secular”, mas o historiador “estende o cadáver na mesa anatômica” e se contenta em “explicar friamente” os mistérios do organismo e investigar “o modo como o fluido vital fazia jogar essas molas, que a morte despedaçou, e cujos segredos o tempo obliterara”. O romancista, por outro lado, “galvaniza o cadáver, restitui-lhe o movimento” de modo que o leitor “vê passar por diante de si não o esqueleto hirto e gélido, mas o corpo animado com o calor da vida, com o fogo das paixões, que o animara, que o abrasara outrora” (CHAGAS, 1866, p. 58). Chagas (1965) não apenas estava a par do projeto brasileiro de constituição de um passado nacional, como também chegou a censurar os romances indianistas de José de Alencar, dizendo que a antiga colônia portuguesa ainda não dispunha de uma literatura nacional.

As notas de rodapé dos romances indianistas alencarianos também foram investigadas por Mirhiane Mendes de Abreu (2002), que detectou a existência de dois narradores: o primeiro é contemplativo, onisciente, responsável pela formulação do enredo; o outro, histórico, além de ditar os termos da leitura, emite juízos de valor e concede credibilidade à trama. A bipartição do narrador, nesse caso, reforça a unidade do romance, pois cada um busca proporcionar, à sua maneira, um mesmo efeito: cativar o leitor (especializado ou não). Além de destacar o papel didático desempenhado pelas notas, Abreu chama nossa atenção também para a esfera estética desse expediente, que permite

e elevar seus romances e, conseqüentemente, a literatura brasileira, uma vez que Alencar havia se encarregado da tarefa de construí-la de modo programático. As citações no rodapé associam os livros a um parentesco com obras famosas e conceituadas, como as de Cervantes, Fielding, Rabelais, muito acostumados com essa prática. Em outras palavras, isso implicava em dizer que as letras nacionais acompanhavam as diretrizes culturais e intelectuais da história da civilização, o que incluía os romances numa tradição. Simetricamente, ao estabelecer para o texto referências antigas, o autor poderia se inscrever nessa linhagem, construindo ao mesmo tempo uma espécie de legado aos futuros escritores (ABREU, 2002, p. 11).

Atento à tradição, Alencar utilizou outras convenções no decorrer do romance. Uma delas pode ser constatada na conversa entre D. Antônio de Mariz e seu filho, D. Diogo:

Eu te reconheço; tu és meu filho; é o meu sangue juvenil que gira em tuas veias, e o meu coração de moço que fala pelos teus lábios. Deixa, porém que os cinquenta anos de experiência que desde então passaram sobre minha cabeça encanecida te ensinem o que vai da mocidade à velhice, o que vai do ardente cavalheiro ao pai de uma família (ALENCAR 1996, p. 136).

Trata-se de uma apropriação da tópica das idades, que Aristóteles (1980, p. 156) desenvolveu em sua *Retórica*. Para o filósofo, aqueles que atingem a fase adulta “não mostrarão nem confiança excessiva oriunda da temeridade, nem temores exagerados, mas manter-se-ão num justo meio, relativamente a esses dois exemplos”. Em outro momento, ele se ocupa do *éthos* da velhice: “como viveram muitos anos, e sofreram muitos desenganos, e cometeram muitas faltas, e porque, via de regra, os negócios humanos são malsucedidos, em tudo avançam com cautela e revelam menos força do que deveriam” (ARISTÓTELES 1980, p. 155). O acúmulo de experiência priva-os do ímpeto da juventude, contudo alimenta seu juízo e temperança, de forma a torná-los bons conselheiros. Ao “ardente cavalheiro”, para usar o epíteto de Alencar, falta a experiência do “pai de família”.

A própria ideia de “original” muitas vezes não oculta seu caráter convencional, como num diálogo estabelecido entre Peri e Cecília:

- Então não posso gracejar? Basta que eu deseje uma coisa para que tu corras atrás dela como um louco?
  - Quando Ceci acha bonita uma flor, Peri não vai buscar? perguntou o índio.
  - Vai, sim.
  - Quando Ceci ouve cantar o sofrer, Peri não o vai procurar?
  - Que tem isso?
  - Pois Ceci desejou ver uma onça, Peri a foi buscar.
- Cecília não pôde reprimir um sorriso ouvindo esse silogismo rude, a que a linguagem singela e concisa do índio dava uma certa poesia e originalidade (ALENCAR 1996, p. 39).

Cecília julga encontrar, na argumentação do índio, uma linguagem singela e concisa, uma poesia original que, no entanto, não deixa de desdobrar-se em um silogismo, em que a inovação ocorre nos limites de um raciocínio dedutivo preceituado por Aristóteles.

Ao estudar as matrizes da literatura gótica, Lainister de Oliveira Esteves (2017 p. 258-278) demonstrou que o terror se tornou fonte de deleite estético atrelado ao refinamento do gosto e à invenção de uma “tecnologia de consumo literário baseada na investigação da sensibilidade”. O autor deixou claro que a literatura não surgiu desprovida de convenções, de regras muitas vezes constituídas ou legitimadas pela crítica literária, que enumera os méritos e as faltas dos romances ficcionais. Em tais circunstâncias, não há, na verdade, um abandono das convenções, e sim a formulação de preceitos que deveriam garantir o entretenimento. O romancista teria condições de interferir na trama direcionando a leitura e atribuindo-lhe sentido. À época, o conceito de autoria estava em fase de construção e se baseava não só na *auctoritas* antiga ou nos critérios imitativos das “belas-letras”, mas também nos direitos naturais e no emergente paradigma estético.

Nos juízos de Alencar também há elementos que possibilitaram a composição de seu romance e a elaboração da figura do índio que, segundo ele, não era como o indígena de Cooper, descrito de forma realista e vulgar. Em *O Guarani*, o selvagem é um tipo ideal despido da “crosta grosseira de que o envolveram os cronistas” e arrancado do “ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça” (ALENCAR 1893, p. 47). José de Alencar assegurou que não buscou inspiração em obras estrangeiras, ao representar o índio brasileiro. Dessa forma, ele acaba direcionando o olhar do leitor, ao preceituar seu romance e explicitar suas diretrizes. Resta-nos, assim, investigar a composição do *éthos* indígena, começando pela análise de poemas que o romancista conhecia.

## Figurações do índio na tradição épica

*Os Feitos de Mem de Sá (De Gestis Mendi de Saa)*, poema épico de 1563 atribuído ao padre José de Anchieta, tem por matéria as ações prudentes do terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, e enfatiza o caráter providencialista de suas façanhas, sobretudo daquelas ligadas às batalhas travadas contra o “gentio” e contra o “herege francês” nas terras brasílicas e arredores. Escrito em latim, esse poema legitima as posições políticas assumidas pela Companhia de Jesus em relação à expansão ultramarina portuguesa. A lisonja, portanto, não é dirigida apenas ao homenageado, que, em sua humildade, se apresenta como “braço” político a serviço da Providência: exalta-se, em especial, a vontade de Deus, da qual Mem de Sá tornava-se Causa Segunda ou instrumento. Entoar um canto em louvor à glória divina, como afirmou Guilherme Luz (2013, p. 69), em seu estudo sobre o poema de Anchieta, é um artifício retórico que reveste a obra de uma importância salvífica e fidedigna, reforça a modéstia do herói e do poeta,

ressalta o bom juízo e discernimento do poeta e dispõe de recursos para persuadir e angariar leitores que se identificavam com o teor ético do canto épico. Dessa forma, infere-se que Mem de Sá, ao agir com distinção, esmero e cumprir todas as funções que lhes são confiadas, submete-se Àquele que é, com efeito, merecedor de todo o reconhecimento e devoção. O poeta, nesse sentido, trabalha com um lugar-comum antigo, que concebia a colônia como morada do demônio, agente maligno que manipula os nativos por ignorarem a fé cristã. Ciente disso, Anchieta construiu o heroísmo da família Sá, atuando em duas frentes: banindo o Diabo das “terras do sul” e trazendo características humanas ao “gentio inumano” por meio da catequese.

Os índios Tamoios e os portugueses estavam em guerra, quando o poema de Anchieta foi escrito. O conflito, como já referimos, foi objeto do poema *A Confederação dos Tamoios*, resultado de um projeto romântico para a formulação de uma epopeia nacional. O escritor carioca aplicou as convenções e lugares-comuns recomendados pelo ideário romântico, de temática indianista e linguagem grandiloquente, em que a éctrase era privilegiada. Como muitos de seus contemporâneos, adotou o gênero épico para representar a história e figurar uma nova concepção de tempo, progressiva e linear, tratando-se de uma teleologia submetida à ordem providencial. Destacam-se o papel central conferido ao indígena e a projeção de um horizonte antiescravista. Gonçalves de Magalhães encarou a escravidão como um “mal herdado” e como algo que confrontava a lei divina, sendo “fruto não tanto da colonização em si, cujos esforços cristianizadores não deixam de ser elogiados, mas antes de uma disposição moral do colono” (FERRETTI 2015, p. 182). Sendo assim, os colonos representariam o “extremo negativo da moral egoísta”, moral que, no poema, foi personificada pelo senhor de escravos Brás Cubas.

Os jesuítas representavam “o princípio redentor da história brasileira, pois encarnavam a moral religiosa a serviço da liberdade” (FERRETTI 2015, p. 183). Os padres tentavam, por um lado, combater a escravidão indígena e, por outro, atenuar os suplícios do cativo. Os índios, por sua vez, foram representados como agentes dotados de índole livre, hábitos sociais brandos e religiosidade natural. Assim, os indígenas e, em especial o herói da epopeia, Aimbire, se aproximaram dos jesuítas e da moral cristã, justamente por encarnarem esse *éthos* heroico.

Se, na posição de poeta, Anchieta celebrou os feitos da Companhia da qual fazia parte; no poema de Magalhães ele é uma personagem que buscava, na companhia de Nóbrega, negociar a paz entre os Tamoios e as coroas ibéricas. Emissário da fé, intérprete da lei santa, homem zeloso, missionário caridoso, agente da virtude: esses e vários outros epítetos foram utilizados para caracterizar o jesuíta.

O índio Aimbire, escalado como herói do poema, ao ouvir Anchieta pregar sobre a alma, a vida eterna, a glória celeste, a danação eterna etc., questionou se os portugueses não conheciam a doutrina em questão, uma vez que moviam guerra assídua contra eles, sem temer a ira de Deus e, muitas vezes, desobedecendo às suas leis. Se, no épico de Anchieta, o demônio agia aproveitando-se da frágil condição do gentio; no poema de Magalhães, são os colonos portugueses as vítimas de sua malícia. Satanás buscava colocar os índios contra os jesuítas por meio de um discurso que imita, de perto, as imprecações que, em poemas pretéritos, foram proferidas por divindades pagãs:

[...] Como, oh lusos!  
Não ouvís os conselhos de Anchieta?  
Sofrei o ardente sol deste ígneo clima;  
Trabalhai, e regai co' o suor vosso  
A conquistada terra, enquanto os índios,  
A quem deveis respeito e amor fraterno,  
Livres pelos desertos se recreiam.  
Eles senhores são, e vós escravos!  
Se eles vos atacarem, pacientes  
Suportai suas frechas matadoras;  
Que das vossas cabanas se apoderem;  
E vós, orai a Deus, morrei humildes (MAGALHÃES 1864, p. 230).

A ironia de Lúcifer é engenhosa: ele utilizou a benevolência, a misericórdia como indicativo de fraqueza e caminho para a escravidão. Na sequência, ele afirmou que virtudes e vícios são vãs palavras, que o instinto e o interesse são tudo o que importa. Alegou, ainda, que, entre gregos e romanos, era atitude corriqueira escravizar e/ou assassinar os inimigos vencidos. Note-se, portanto, que os antigos foram referidos como modelos dignos não de elogios, mas de censura, afinal, a defesa de seus costumes foi efetuada pela falta de juízo do Diabo, principal agente do mal em se tratando do universo cristão.

No entanto, nem todo poema épico legitimou a ação missionária dos jesuítas. Em *O Uruguai*, Basílio da Gama não dissimulou o caráter antijesuíta de seus versos. Ivan Teixeira apreendeu a obra como uma intervenção artística na controvérsia europeia sobre o conceito e a prática do absolutismo monárquico. Logo, ela opera uma defesa à centralização do poder e tematiza o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Trata-se de uma lisonja ao Conde de Oeiras e de uma sátira aos jesuítas.

Os conceitos pombalinos foram transformados em matéria-prima da fábula e da elocução do poema. Há, na crítica aos padres, a referência ao regicídio, sob uma acusação grave contra a Companhia, personificada por meio da figura do padre Balda. Essa personagem foi responsabilizada por usurpar a inocência dos índios e por se opor às luzes, mostrando-se artiloso, perverso e tirânico. Gama, por meio da guerra guaraníca (1752-1756), elogiou não apenas as luzes pombalinas, como também o exército português e o índio americano, detentor de virtudes, porém conduzido pelas mãos dos jesuítas. Ao mesmo tempo em que ajuizou sobre as partes envolvidas, o poeta desenvolveu a proposta de uma ação que deveria culminar na extinção da ordem. Sendo assim, nos termos de Ivan Teixeira (2008, p. 159), colocou a ficção a serviço da história.

Os índios foram figurados como braços não da Providência, e sim dos “bons padres” jesuítas, verdadeiros opositores à racionalidade iluminista do Conde de Oeiras. Os “braços” indígenas foram mobilizados por uma causa vil, sendo a Ordem detentora de vícios negativos, tais como ignorância, inveja, discórdia, furor, hipocrisia. “Nesse embate entre os dois poderes, o da Companhia de Jesus, cujo braço armado seriam os índios inocentes, e o do general Gomes Freire de Andrade, representante dos governos de Portugal e de Espanha, o índio – ‘o rude Americano’ – é, duplamente, derrotado: pelas armas, como de fato o foi no plano histórico, e pela prevalência da razão do colonizador, como pensa o poeta-narrador” (TEIXEIRA 2008, p. 259).

Embora os três exemplares evocados nesse tópico apresentem características comuns ao gênero épico e abordem, em suas respectivas matérias poéticas, temas com algum grau de parentesco, cada qual cumpriu papel singular: o poema de Anchieta destinava-se a um auditório discreto, douto, que dominava o latim. Além disso, configurou o índio a partir do ponto de vista da própria Companhia de Jesus, poucas décadas após sua criação, o que explica o retrato do “mouro” como potencial cristão afastado de Deus pelos maus costumes.

Gonçalves escreveu sua epopeia na segunda metade do século XIX, momento em que a retórica havia desmoronado e os efeitos do Romantismo se faziam sentir por toda parte. Quando escreveu seu poema, estava preocupado em reforçar a ideia de nação e destacar o seu sentido providencial, atribuindo um papel nuclear à Companhia, bem como ao índio nativo das terras brasileiras.

Gama encenou, poeticamente, preceitos pombalinos associados ao despotismo esclarecido, projetando a extinção da Ordem dos Jesuítas e a promoção de uma educação associada aos interesses do Estado.

Embora detivesse muitas virtudes, algumas delas manifestadas pela moldura racional de sua fala, o índio teria sido enganado pela intervenção dos padres da Companhia e precisou ser combatido pelos verdadeiros “braços” das coroas ibéricas, liderados pelo governador Gomes Freire de Andrade. Escritos nos séculos XVI, XVIII e XIX, tais poemas retomaram discussões de seu presente, mobilizaram as ferramentas de um gênero milenar, recorrente no tempo de Anchieta, “ilustrado” à época do Marquês de Pombal e “nacionalizado” no contexto do romantismo e do indianismo brasileiros.

## O índio Peri

Em *O Guarani*, distinguem-se dois grandes perfis heroicos: o primeiro é português, encabeçado por D. Antônio de Mariz; o outro é guarani e representado pelo índio goitacá Peri, que passou a servir à família do fidalgo. O nobre português acompanhou Mem de Sá ao Rio de Janeiro e, depois da vitória contra as tribos locais, auxiliou o governador na edificação da cidade. Além de ter lutado contra os índios, também enfrentou os franceses. Como recompensa pelos serviços prestados à coroa, recebeu uma sesmária situada às margens do rio Paquequer, que ele viria a ocupar após a União Ibérica. Peri, depois de salvar Cecília, ganhou a simpatia de D. Antônio de Mariz e passou a conviver com a família, apesar da desconfiança nutrida pela esposa do fidalgo, Dona Lauriana. Embora fosse destituído dos títulos de nobreza, o índio não deixava de demonstrar outra espécie de nobreza:

O filho das matas, voltando ao seio de sua mãe, recobrava a liberdade; era o rei do deserto, o senhor das florestas, dominando pelo direito da força e da coragem. As altas montanhas, as nuvens, as catadupas, os grandes rios, as árvores seculares, serviam de trono, de dossel, de manto e cetro a esse monarca das selvas cercado de toda a majestade e de todo o esplendor da natureza (ALENCAR 1996, p. 240).

O *éthos* de Peri fica ainda mais evidente quando o autor ressaltou as diferenças entre ele e Álvaro de Sá, pretendente de Cecília:

Os dois homens olharam-se, um momento, em silêncio; ambos tinham a mesma grandeza de alma e a mesma nobreza de sentimentos; entretanto as circunstâncias da vida haviam criado neles um contraste. Em Álvaro, a honra e um espírito de lealdade cavalheiresca dominavam todas as

suas ações; não havia afeição ou interesse que pudesse quebrar a linha invariável, que ele havia traçado, e era a linha do dever. Em Peri a dedicação sobrepujava tudo; viver para sua senhora, criar em torno dela uma espécie de providência humana, era a sua vida; sacrificaria o mundo se possível fosse, contanto que pudesse, como o Noé dos índios, salvar uma palmeira onde abrigar Cecília (ALENCAR 1996, p. 133).

Haveria uma relação, uma correspondência entre a exuberante natureza brasileira e o heroísmo do índio goitacá:

Álvaro fitou, no índio, um olhar admirado. Onde é que esse selvagem sem cultura aprendera a poesia simples, mas graciosa; onde bebera a delicadeza de sensibilidade que, dificilmente, se encontra num coração gasto pelo atrito da sociedade? A cena que se desenrolava a seus olhos respondeu-lhe; a natureza brasileira, tão rica e brilhante, era a imagem que produzia aquele espírito virgem, como o espelho das águas reflete o azul do céu (ALENCAR 1996, p. 93).

Alencar (1856, p. 43) encontrou em Peri o poeta que não conseguiu vislumbrar em Magalhães e que, ao longo de sua carreira como romancista, buscou tornar-se:

O homem que nasceu, embalou-se e cresceu nesse berço perfumado; no meio de cenas tão diversas, entre o eterno contraste do sorriso e da lágrima, da flor e do espinho, do mel e do veneno, não é um poeta? Poeta primitivo, canta a natureza na mesma linguagem da natureza; ignorante do que se passa nele, vai procurar nas imagens que tem diante dos olhos, a expressão do sentimento vago e confuso que lhe agita a alma. Sua palavra é a que Deus escreveu com as letras que formam o livro da criação; é a flor, o céu, a luz, a cor, o ar, o sol; sublimes coisas que a natureza fez sorrindo (ALENCAR 1996, p. 94).

A poesia do índio tem por matéria seu próprio meio, o que torna dispensável o uso de qualquer artifício. O mesmo não ocorre com os Aimorés, que não extraem a sublimidade das florestas que os circundam:

Os lábios decompostos, arregaçados por uma contração dos músculos faciais, tinham perdido a expressão suave e doce que imprimem o sorriso e a palavra; de lábios de homem se haviam transformado em mandíbulas de fera afeitas ao grito e ao bramido. Os dentes agudos como a presa

do jaguar, já não tinham o esmalte que a natureza lhes dera; armas ao mesmo tempo que instrumento da alimentação, o sangue os tingira da cor amarelenta que têm os dentes dos animais carniceiros. As grandes unhas negras e retorcidas que cresciam nos dedos, a pele áspera e calosa, faziam de suas mãos, antes garras temíveis, do que a parte destinada a servir ao homem e dar ao aspecto a nobreza do gesto. Grandes peles de animais cobriam o corpo agigantado desses filhos das brenhas, que a não ser o porte ereto se julgaria alguma raça de quadrúmanos indígenas do novo mundo (ALENCAR 1996, p. 189).

O heroísmo selvagem de Peri contrapõe-se ao porte animalesco dessa tribo canibal. Apesar de sua “pele de cobre”, o protagonista carregava consigo uma alma portuguesa, como D. Antônio de Mariz reforçou, ao contemplar as grandes façanhas do índio. Suas características físicas também não reproduziam a desproporção monstruosa dos aimorés:

Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos e cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência (...). Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca de frutos amarelos, apoiava-se sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida (ALENCAR 1996, p. 14).

As diferenças entre os nobres portugueses e o índio protagonista são, basicamente, três: a cultura, a fé e a origem. No que diz respeito às virtudes, à moral, eles se equivalem.

Símbolo de liberdade, o índio se tornou, nas palavras de Abreu (2002, p. 167), “o registro da fortuna do país e veículo de fundamentação da literatura brasileira”. A ficção de Alencar, portanto, seguindo as pegadas de autores como Chateaubriand, Dumas, Victor Hugo, investiu em elementos da natureza, descrevendo rios, florestas, o que gera “no leitor o impacto da idealização do aborígene e da sua vida em estado de pureza”. Abreu (2002, p. 168) reafirma a importância das notas de rodapé, ao perceber, nos romances, que os índios são “elementos de idealização cujos atributos físicos e morais, bem como o espaço por onde circulavam, encontrarem-se afastados do homem seu contemporâneo”. Trata-se, portanto, de uma

forma outra de recontar a história do Brasil, tomando como base o projeto nacionalista que se baseia e, simultaneamente, é fundado pela literatura então emergente. Como insiste a autora, o

recuo a épocas pretéritas e a espaços ermos corresponde a uma ordem causal como fórmula capaz de recair sobre o presente e sobre a imagem do Brasil e de brasileiros da era oitocentista. Alinhando as ideias de enaltecimento, controlando e regulando as fontes de que se serviu, José de Alencar elaborou condições objetivas para fazer do índio elemento de exclusiva adoração e, tentando repelir contrariedades a propósito, redigiu, em paralelo aos romances, uma prosa de citação, atitude, aliás, perfeitamente concorde com os ditames estéticos, culturais e ideológicos daquele momento (ABREU 2002, p. 168).

Resta avaliar como, ao longo do romance, os cenários descritos - os rios, as florestas - serviram de palco para a manifestação do *éthos* heroico. É preciso compreender de que maneira José de Alencar mobilizou um conjunto de convenções para (re)produzir a nação brasileira e os valores artísticos e políticos de seu presente.

### Locus amoenus / locus horrendus

Quando Cecília resolveu ficar com Peri, deixando de lado a vida civilizada, o autor retratou um *locus amoenus*, um lugar ameno por meio do qual a personagem foi figurada como verdadeira ninfa a imperar em seus domínios naturais:

Cecília devia pois ficar tranquila como se estivesse em um palácio; e de fato era um palácio de rainha do deserto esse sombrio cheio de frescura a que a relva servia de alcatifa, as folhas de dossel, as grinaldas em flores de cortinas, os sabiás de orquestra, as águas de espelho, e os raios do sol de arabescos dourados (...). Ela pertencia, pois, mais ao deserto do que à cidade; era mais uma virgem brasileira do que uma menina cortesã; seus hábitos e seus gostos prendiam-se mais as pompas singelas da natureza, do que às festas e às galas da arte e da civilização (ALENCAR 1996, p. 243).

O mesmo ambiente, na sequência, tornou-se um *locus horrendus*, prenúncio de um cataclismo:

Sobre a linha azulada da cordilheira dos Órgãos, que se destacava num fundo de púrpura e rosicler, amontoavam-se grossas nuvens escuras e pesadas, que, feridas pelos raios do ocaso, lançavam reflexos acobreados. O horizonte, sempre negro e fechado, se iluminava às vezes com um lampejo fosforescente; um tremor surdo parecia correr pelas entranhas da terra e fazia ondular a superfície das águas, como o seio de uma vela enfunada pelo vento.

De repente um rumor surdo e abafado, como de um tremor subterrâneo, propagando-se por aquela solidão, quebrou o silêncio profundo do ermo (ALENCAR 1996, p. 249).

De acordo com Eduardo Martins, a aproximação da tempestade foi indicada “por uma espécie de crescendo, que solicita um novo sentido a cada descrição: a primeira é puramente visual; a segunda é visual e tátil (“tremor”, “ondular”); a terceira é visual, tátil e auditiva (“rumor”)”. A atração do Romantismo pelos elementos ameaçadores da natureza, como lembra o autor, pode ser relacionada ao livro de Edmund Burke *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Suas ideias foram divulgadas no Brasil pelas *Lectures on rhetoric and belles lettres* (1783), de Hugh Blair e por seus seguidores oitocentistas, como o português Francisco Freire de Carvalho, autor de *Lições elementares de poética nacional* (1840). Conhecedor desses manuais, Alencar teria colocado em cena elementos “aptos a criar a ambiência adequada à grandiosidade do desfecho do romance: explosão, incêndio, tempestade, estrondos, inundação (fontes do sublime na natureza), resignação perante a morte, coragem e força sobre-humanas para afrontar as fúrias dos homens e da natureza (fontes do sublime moral)” (MARTINS 2013, p. 463-464). Sendo assim,

como um selvagem que, sem palavras para expressar o sentimento de exaltação diante das belezas que o circundam, lança mão de tropos provocados pela necessidade, a vertiginosa sequência de imagens projetada sobre o Paquequer ou sobre o Paraíba deveria sugerir, não apenas a grandeza e a força dos rios, mas o sentimento de sublime arrebatamento que a sua contemplação provoca no observador. O quadro da natureza transcende a dimensão descritiva para se converter numa espécie de panegírico por meio do qual o narrador manifesta sua admiração diante do cenário e procura suscitar a mesma paixão no leitor (MARTINS 2013, p. 467).

Elementos sinestésicos foram reunidos para pintar os efeitos produzidos pela enchente do rio Paraíba, equiparada a um dilúvio:

Peri estremeceu: ergueu a cabeça e estendeu os olhos pela larga esteira do rio, que, enroscando-se como uma serpente monstruosa de escamas prateadas, ia perder-se no fundo negro da floresta. [...]

Então no fundo da floresta troou um estampido horrível, que veio reboando pelo espaço; dir-se-ia o trovão correndo nas quebradas da serra. [...]

Com efeito, uma montanha branca, fosforescente, assomou entre as arcarias gigantescas formadas pela floresta, e atirou-se sobre o leito do rio, mugindo como o oceano quando açoita os rochedos com as suas vagas. [...]

A torrente passou, rápida, veloz, vencendo na carreira o tapir das selvas ou a ema do deserto; seu dorso enorme se estorcia e enrolava pelos troncos diluvianos das grandes árvores, que estremeciam com o embate hercúleo. [...]

Depois, outra montanha, e outra, e outra, se elevaram no fundo da floresta; arremessando-se no turbilhão, lutaram corpo a corpo, esmagando com o peso tudo que se opunha à sua passagem. [...]

Dir-se-ia que algum monstro enorme, dessas jiboias tremendas que vivem nas profundezas da água, mordendo a raiz de uma rocha, fazia girar a cauda imensa, apertando nas suas mil voltas a mata que se estendia pelas margens. [...]

Ou que o Paraíba, levantando-se qual novo Briareu no meio do deserto, estendia os cem braços titânicos, e apertava ao peito, estrangulando-a em uma convulsão horrível, toda essa floresta secular que nascera com o mundo. [...]

As árvores estalavam; arrancadas do seio da terra ou partidas pelo tronco, prostravam-se vencidas sobre o gigante, que, carregando-as ao ombro, precipitava para o oceano. [...]

O estrondo dessas montanhas de água que se quebravam, o estampido da torrente, o troar do embate desses rochedos movediços, que se pulverizavam enchendo o espaço de neblina espessa, formavam um concerto horrível, digno do drama majestoso que se representava no grande cenário. [...]

As trevas envolviam o quadro e apenas deixavam ver os reflexos prateados da espuma e a muralha negra que cingia esse vasto recinto, onde um dos elementos reinava como soberano. [...]

A inundação tinha coberto as margens do rio at e onde a vista podia alcançar; as grandes massas de água, que o temporal durante uma noite inteira vertera sobre as cabeceiras dos confluente do P ara ba, desceram das serranias, e, de torrente em torrente, haviam formado essa tromba gigantesca que se abatera sobre a várzea (ALENCAR 1996, p. 251-252).

Todo esse investimento descritivo buscou suprir uma grave falta constatada na epopeia de Gonçalves de Magalhães, que não soube se valer “dessas descri es

a que os poetas chamam quadros ou painéis, e nas quais a verdadeira, a sublime poesia revela toda a sua beleza estética, e rouba para assim dizer, à pintura as suas cores e os seus traços, à música as suas harmonias e os seus tons” (ALENCAR 1856, p. 17).

Há nexos entre as descrições de Alencar e a tópica horaciana do *ut pictura poesis* (ALENCAR 1893, p. 40), quando se leva em consideração as inúmeras figuras utilizadas para figurar o cataclismo e seus efeitos. Muitas delas, inclusive, reforçariam o sublime que o romancista teria vislumbrado, ao transitar pelas florestas brasileiras (ALENCAR 1893, p. 8). À descrição exuberante, somam-se a ampliação dos incidentes (trombas gigantescas, serpente monstruosa de escamas prateadas); a obscuridade que ofusca a vista (trevas, neblina espessa, muralha negra, fundo negro da floresta); os efeitos sonoros horrendos (estampido horrível, estrondo das ondas, árvores que estalavam); sem falar nas hipérboles (mil voltas), nas metáforas topográficas (associação entre ondas e montanhas) e nas comparações com monstros (jiboias gigantescas) e figuras mitológicas (Briareu). Os elementos sublimes produzem a *evidentia*, projetando a imagem para que os leitores consigam visualizar os objetos descritos. Trata-se de um efeito ecfrásico, ou seja, da mobilização de recursos linguísticos propícios a levar às últimas consequências a associação entre os ofícios do poeta e do pintor.

Descrição é a pedra de toque da imaginação do Poeta, e a que faz diferenciar facilmente o engenho original do talento meramente copista. Na verdade quando um escritor medíocre empreende descrever a Natureza, figurasse-lhe, que todos quantos o precederam, tem esgotado a matéria; nada descobre novo e particular no objeto, que intenta pintar; a imagem que dele forma é vaga e mal circunscrita: conseqüentemente as suas expressões são fracas e gerais. Pelo contrário o verdadeiro Poeta põe diante dos olhos de seus leitores o objeto que descreve, sem lhe escapar nenhuma de suas feições mais notáveis; pinta-o com as suas cores naturais; dá-lhe uma existência, uma vida real; coloca enfim esse objeto debaixo de um ponto de vista tão adaptado e frisante, que o pintor pode em um quadro facilmente copia-lo (CARVALHO 1840, p. 82).

O “verdadeiro Poeta” detém-se nas “feições mais notáveis” do objeto. Sua tarefa não se resume a criar uma réplica ou reproduzir a empiria na “tela”. Faz-se necessário ver, para, em seguida, fazer ver. A matéria sublime, segundo Franklin Távora, deveria ser buscada “dentro das soturnas cavernas, do seio dos vales intermináveis, de cima dos rios oceânicos, dos recessos da mansão opaca das selvas”. O artista ficaria incumbido de acordar “os ecos de dramas tremendos que aí jazem adormecidos, na

necrópole de séculos” (TÁVORA 1872, p. 218). A natureza, com sua infinita variedade de encantos, concede ao artífice o material que “a imaginação sadia recolhe para dar-lhe mil feições graciosas, ainda não conhecidas. O fluido propriamente original e imaginoso é apenas aplicado a dar o tom, o equilíbrio, o reflexo estético às criações reais” (TÁVORA 1872, p. 16). Ao ato testemunhal, por meio do qual o artista retém na memória os frutos de sua observação, deveria se juntar o juízo estético, que permite capturar e retratar o belo que a natureza comporta. Assim, os dados recolhidos pela experiência deveriam ser depurados para fornecer uma imagem ideal apta a proporcionar prazer.<sup>2</sup> Távora criticou os romances de Alencar, ao identificar as falhas de sua refinaria estética, circunscrita aos limites de seu gabinete. Se “Homero, Cervantes, Ariosto, Byron, tivessem vivido encerrados num ergástulo, o que teriam podido imaginar? Que criação teriam dado ao mundo?” (TÁVORA 1872, p. 147). Tal forma de encarar a importância da observação e a transcendência da natureza brasileira estão presentes nos versos de Gonçalves de Magalhães (1864, p. 10):

As sonhadas ficções da mente humana;  
Malignos Faunos, pudibundas Ninfas  
Nestas virgens florestas não vagueiam:  
Grande como saiu das mãos do Eterno,  
A Natureza é tudo, e excede ao homem.  
Que há de bem cedo emparelhar com ela!  
Oh plácido remanso! Aqui a mente  
Repousa, e se deleita em contemplá-lo;  
E no íntimo da alma, que se espraia,  
Ressoa de seu Deus a voz cadente,  
Como ressoa em bosques de palmeiras  
Vago sopro das auras matutinas.

Com esse fragmento, o poeta aponta para o desajuste entre as mitologias europeias (sonhadas ficções) e as terras brasílicas e assinala a conexão entre a contemplação deleitosa da natureza e a audição da “voz candente” de Deus “no íntimo da alma”. O juízo estético proveniente dessa “audição transcendental” garantiria a tão perseguida originalidade e dispensaria o artifício:

Nunca humano pincel pôde a Natura  
Ao vivo retratar; ela numa hora,  
Por mágico poder tais quadros forma,

<sup>2</sup> Sobre o assunto cf. MARTINS 2011.

E o homem de pintá-lo desespera;  
Vinde saudar a virgem natureza,  
Oh artista da Europa encanecida!  
Vinde inspirar-vos neste Paraíso,  
Que de humano artifício não carece  
Para mostrar-se grandioso e belo (MAGALHÃES 1864, p. 108-109).

A natureza não carece de “humano artifício”, mas o artífice, para representar suas características sublimes, deveria visitá-la sem a pretensão de esgotar seus atributos. Ao depurá-la, seus aspectos grandiosos e belos estariam à disposição do público. Entretanto, para sustentar que Gonçalves de Magalhães não teria atingido os efeitos esperados, José de Alencar convidou o leitor a passear pelas florestas brasileiras, ao meio-dia, para contemplar sua majestade primitiva. *A Confederação dos Tamoios* não conseguiu traçar esse quadro grandioso porque se limitou a detalhes como as evoluções dos pirilampos e deixou de lado o conjunto da obra (ALENCAR 1856, p. 14). Isso contraria o que Alencar afirmou na terceira carta: “A poesia é como a pintura, cujos quadros devem ser olhados a uma certa distância para produzirem efeito” (ALENCAR 1856, p. 32). Negligenciar a distância adequada prejudica o resultado por subtrair, do quadro, o que ele tem de sublime e, da natureza, o que ela tem de majestoso.<sup>3</sup>

No século XIX, as diferenças entre imitação/emulação e plágio tornaram-se tênues, devido, sobretudo, ao novo paradigma artístico, que buscava sobrepujar uma arte amparada na mimese aristotélica. Assim, frente à acusação de que *O Guarani* é “um romance ao gosto de Cooper”, Alencar afirmou que é preciso examinar se suas descrições “têm algum parentesco ou afinidade com as descrições de Cooper”. Porém, “isso não fazem os críticos, porque dá trabalho e exige que se pense”. Bastaria “o confronto para conhecer que não se parecem nem no assunto, nem no gênero e estilo” (ALENCAR 1893, p. 48). Na ocasião, o romancista defendia-se da acusação de plágio, um vício capital frente às exigências de uma matéria autêntica. Para pintar com suas “cores naturais”, ilustrar a “cor local”, considerava-se inadmissível imitar outros índios e outras exuberâncias naturais, pois o sublime não correspondia a uma conjunção de figuras de eloquência, condizia com a transposição da exuberância natural filtrada pelo espírito e inspirada pela Providência. Como advertiu Eduardo Wright Cardoso (2018), é preciso considerar a multiplicidade semântica relacionada à concepção de “cor local”. Na crítica que José de Alencar dirigiu à epopeia de Gonçalves de Magalhães, por exemplo, a expressão acomoda sentidos particulares: uma oportuna descrição da paisagem; a adequação dos personagens ao meio; uma representação

<sup>3</sup> José Veríssimo foi severo, ao caracterizar a poesia de Magalhães. Cf. VERÍSSIMO 1916, p. 90.

precisa do real; e o emprego de um vocabulário pictórico adequado. O plágio, no caso, suplantaria, além dos direitos autorais, os talentos de uma jovem nação independente que buscava, nos primórdios da colonização, autonomia cultural e sua marca identitária.

## Considerações finais

Não é novidade que Alencar tenha empregado em suas obras elementos provenientes de antigos gêneros retórico-poéticos. Em sua tese de doutorado, Eduardo Martins (2003) estudou diversos elementos retóricos presentes nas letras alencarianas, como as noções de decoro e verossimilhança. Além disso, o autor analisou figuras de linguagem como hipérboles e amplificações, recorrentes nos romances indianistas do literato. Ao longo do trabalho, Martins evidencia que as esferas da retórica e do romantismo não são incomunicáveis, isto é, as convenções utilizadas, provenientes de autores mais ou menos antigos, amparam um projeto de literatura voltado para a emancipação de uma nação que, por intermédio de romancistas e historiadores, buscava no passado os traços de sua originalidade, encontrada especialmente na figura do índio. As notas históricas, analisadas com pormenores por Mirhiane Mendes de Abreu (2002), estabelecem um nexos entre as autoridades evocadas e os argumentos fictícios enredados, conferindo legitimidade à trama e orientando a leitura do romance. Assim como as epístolas, que Alencar utilizou para exercer a posição de crítico, as notas podem ser concebidas como expediente capaz de situar os escritos do autor frente ao projeto nacional e às polêmicas envolvendo a produção historiográfica.

A crítica brasileira, conforme observa Lainister Esteves, “vinculou o projeto de construção da nacionalidade e o processo de consolidação da independência política do Brasil com a autonomização da produção literária”. Assim, obras fictícias não afeitas ao respectivo ideal foram consideradas menores “seja pela falta de refinamento estético – traduzida como incapacidade de apreensão do real –, seja pela vocação para o simples entretenimento nas horas de ócio” (ESTEVES 2017, p. 35). Tomando como base trabalhos de Antonio Candido, o autor demonstrou desconforto frente à ideia de que a “brasilidade” tratava-se de um “critério de valor e traço de originalidade” definidor dessa arte então emergente. O “sistema” literário teria adquirido autonomia em relação às Letras portuguesas, por amparar-se na expressão local e na construção do nacional. Não é sem propósito que a invenção da nação e a “formação” da literatura ocorreram simultaneamente. Era com temáticas voltadas para a “cor local” que os escritores, em seus respectivos estilos, ganhariam autonomia, livrando-se em definitivo das “amarras” lusitanas e dos artifícios retóricos.

Ao longo do trabalho, além de desconstruir os anacronismos da crítica quanto à formação de uma literatura nacional, Esteves demonstrou que temas como inovação e arte espontânea foram adotados para dissimular o caráter convencional da literatura. Se é possível falar de inovação, ela desdobra-se, em *O Guarani*, de uma conjunção de artifícios voltados para a produção de um passado que se ancora em três elementos fundamentais: a natureza, o indígena e a língua “primitiva”. Quando, no final do romance, Peri arranca uma palmeira do solo para transformá-la em uma jangada, Alencar afirma que “Ambos, árvore e homem, embalançaram-se no seio das águas” (ALENCAR 1996, p. 253). Após a fusão entre o aborígene e seu *habitat*, Ceci afirma que Deus, sentado em seu trono celeste, os aguardava. No final, a palmeira foi arrastada pela “torrente impetuosa” e desapareceu no horizonte. Talvez o leitor imagine que a trama não tenha alcançado um desfecho: de fato, aquele não foi o fim do casal, mas o início de uma nação.

O nacionalismo “legítimo”, segundo críticos como Silvio Romero (1888, p. 15) e José Veríssimo (1916, p. 90), deveria nascer de forma espontânea, e não por intermédio da imitação de artifícios recolhidos em obras estrangeiras que não carregavam consigo traços da “cor local”. Tal expressão, como se pode ver, foi empregada não somente para fundamentar as escolhas estilísticas e estéticas promovidas pelos literatos, mas também para qualificar a literatura com base nos juízos da crítica especializada. A espontaneidade passou a ser desdobramento de um espírito evoluído capaz de acompanhar a marcha histórica do progresso e de se rebelar contra a opressão portuguesa para “fundar” a tão afamada autonomia cultural. Não por acaso, o caráter datado dos códigos linguísticos foi sacrificado em prol de uma “transcendência” literária (ESTEVES 2017, p. 22). Como o elemento transcendente é a-histórico, isto é, não se submete à cronologia, não é de se estranhar que a crítica tenha inventado uma teleologia eivada de obras canônicas distribuídas em etapas da formação brasileira. A eleição do cânone, baseada em critérios estéticos assentados no gosto e em políticas nacionais, acabou inventando um Olimpo literário; justo esse elenco de críticos tão pouco afeito à imaginação mitológica e à importação de plantas exóticas colhidas em território estrangeiro...

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página**: a dupla narrativa em José de Alencar. 2002. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ALENCAR, José de. **Cartas sobre "A confederação dos tamoios"**. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALENCAR, José de. **Iracema**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2013.

ALENCAR, José de. **O guarani**. São Paulo: Ática, 1996.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Edições de Ouro, 1980.

BLAIR, Hugh. **Lectures on Rhetoric and Belles Lettres**. Carbondale: Southern Illinois UP, 2005.

BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. *In*: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1993.

CAMÕES, L. **Os Lusíadas**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

CAMPATO JR., João Adalberto. A Confederação de Magalhães: epopeia e necessidade cultural. *In*: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Épicos: Prosopopeia / O Uruguai / Caramuru / Vila Rica / A Confederação dos Tamoios / I Juca Pirama**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 829-845.

CARDOSO, Eduardo Wright. A visualização da paisagem nacional: apreensões diversas da cor local em José de Alencar e Euclides da Cunha. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22 , n. 1, p. 62-74, jan/abr. 2018.

CARVALHO, Francisco Freire de. **Lições elementares de poética nacional, seguidas de um breve ensaio sobre a crítica literária**. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1840.

CHAGAS, Pinheiro. **Ensaio Críticos**. Porto: Casa de Viúva Moré, 1866.

CHAGAS, Pinheiro. Literatura Brasileira – José de Alencar. *In*: ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CHAUVIN, Jean Pierre. Retórica, Controvérsia Oitocentista. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 13, n. 2, p. 14-27, 2017.

CHAUVIN, Jean Pierre. Uma agudeza alencariana. **Opiniões**, São Paulo, n. 14, p. 286-299, 2019.

CUNHA, Cilaine Alves. Atavismo neoclássico de Gonçalves Dias. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 27, p. 227-244, 2001-03.

ESTEVES, Lainister de Oliveira. Alfarrábios, lendas e romances: o passado colonial na chave da literatura de horror do século XIX. *In*: DAHER, Andrea (org.). **Passado presente**: usos contemporâneos do “passado colonial”. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 1-40.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 171-191, abr. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/831>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A pintura** – v. 5. Textos Essenciais: da Imitação à Expressão. São Paulo: Editora 34, 2004.

LUZ, Guilherme Amaral. **Flores do Desengano**: Poética do Poder na América Portuguesa (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.

MAGALHÃES, Gonçalves de. **A Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea**: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista. 2003. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARTINS, Eduardo Vieira. Apresentação. *In*: TÁVORA, Franklin. **Cartas a Cincinnati**: estudos escritos por Semprônio. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

MARTINS, Eduardo Vieira. José de Alencar e a floresta do Brasil. **Teresa**, São Paulo, n. 12/13, p. 455-468, 2013.

MARTINS, Eduardo Vieira. O mito alencariano. **Via atlântica**, São Paulo, n. 6, p. 45-64, out. 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entre história e literatura. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 160-177, ago. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/815>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.

TÁVORA, Franklin. **Cartas a Cincinato**. Estudos críticos de Semprônio. Pernambuco: J. W. Medeiros, 1872.

TEIXEIRA, Ivan. O Uruguai: diatribe contra o regicídio e contra a monarquomaquia. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Épicos: Prosopopeia / O Uruguai / Caramuru / Vila Rica / A Confederação dos Tamoios / I Juca Pirama**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 159-250.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 1916.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Cleber Vinicius do Amaral Felipe tem experiência nas áreas de História e Teoria Literária, com estudos sobre práticas letradas/literárias produzidas entre os séculos XVI-XIX (poesia épica, relatos de naufrágio, contos, romances) e literatura de testemunho, com ênfase na obra de Primo Levi. É autor do livro *Heroísmo na singradura dos mares: histórias de naufrágios e epepeias na conquista ultramarina portuguesa* (2018) e coautor dos *Estudos sobre a Épica Lusó-Brasileira* (Séculos XVI-XVIII), de 2021.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Ana Carolina Barbosa Pereira - Editora Executiva

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

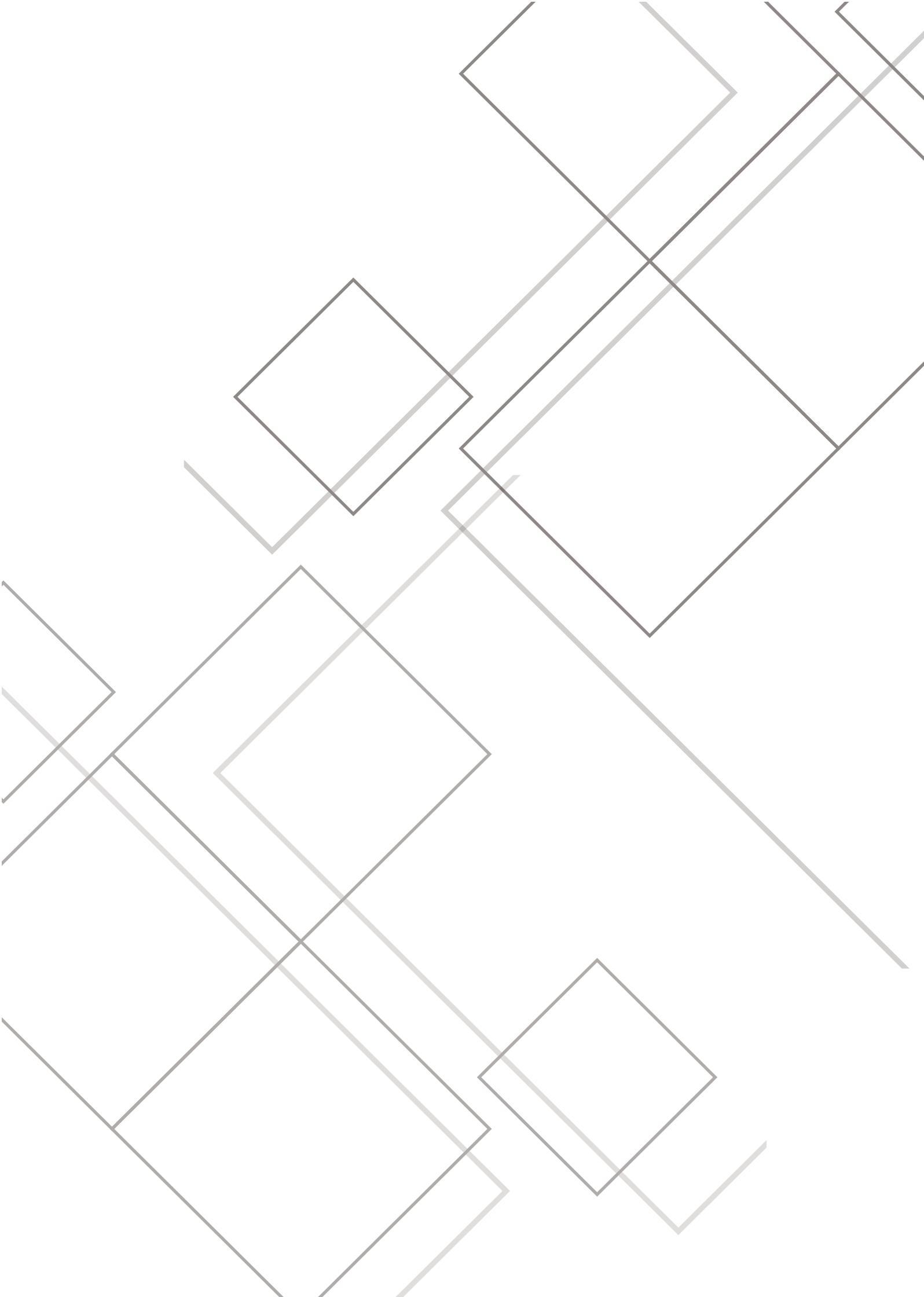
## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 21 de abril de 2020.

Alterado em: 11 de setembro de 2020.

Alterado em: 25 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 10 de fevereiro de 2021.



## História, república e fundação da cidade de Florença em Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel

History, republic, and the foundation of the city of Florence in Collucio Salutati, Leonardo Bruni and Machiavelli

**Fabrina Magalhães Pinto**<sup>a</sup>

E-mail: [fabrinamagalhaes@gmail.com](mailto:fabrinamagalhaes@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5088-9125> 

**Luís Falcão**<sup>b</sup>

E-mail: [luis.alves.falcao@gmail.com](mailto:luis.alves.falcao@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-3785-626X> 

<sup>a</sup> Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências da Sociedade e  
Desenvolvimento Regional, Departamento de  
História, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia,  
Departamento de Ciência Política, Niterói,  
RJ, Brasil

## RESUMO

O artigo argumenta que a historiografia humanista e renascentista sobre as origens de Florença produziu, paulatinamente, rupturas com a visão medieval da fundação da cidade pelo Império Romano. Com Salutati, há a primeira declarada defesa da fundação pela República Romana, sustentada em monumentos históricos e textos antigos. Bruni acrescenta o fato de que, por legítima herdeira, Florença recepciona ainda a responsabilidade de levar glória e grandeza às demais províncias da península. Malgrado o contexto de guerra com Milão ser importantíssimo nas explicações dos textos desses humanistas, a continuidade do tema com Maquiavel prova que ele sobreviveu pela sua força teórica, ainda pouco explorada pela bibliografia especializada. Para ele, não se trata apenas de ligar as origens de uma cidade ao seu prestígio e função na contemporaneidade, mas o tema da fundação em si mesmo exige uma reflexão teórica. O artigo apresenta esses marcos atento às inflexões e, sobretudo, aos aspectos teóricos de composição historiográfica.

## PALAVRAS-CHAVE

Renascimento. Florença. Fundação.

## ABSTRACT

This article argues that humanism and renaissance historiography about the origins of Florence caused gradual ruptures with the medieval idea of the city's foundation by the Roman Empire. Colluccio Salutati introduces the first declared defense of the foundation by the Roman Republic, which is supported by historical monuments and ancient texts. Leonardo Bruni adds that, as a legitimate heritage, Florence also takes on the responsibility of bringing glory and greatness to the other provinces of the peninsula. Although the war with Milan is extremely important to explain the texts of these humanists, the continuity of the theme with Niccolò Machiavelli proves that the idea survived by its theoretical strength, even if less explored by the specialized bibliography than other themes. For Machiavelli, it is not just a matter of linking the origins of a city to its prestige and function in the contemporary times, the very foundation requires a theoretical reflection. This article presents these milestones and focuses on the inflections and, above all, the theoretical aspects of historiographic composition.

## KEYWORDS

Renaissance. Florence. Republic.

## Introdução

Pretende-se neste artigo destacar o tratamento dos humanistas cívicos sobre a questão da fundação da cidade de Florença – sobretudo os chanceleres da República Florentina, Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Maquiavel –, em seus textos políticos: a *Invectiva contra Antonio Loschi*, de Salutati, o *Elogio da cidade de Florença* e a *História do povo florentino*, de Bruni, bem como os *Discursos* de Maquiavel. O percurso por esses autores nos permite compreender algumas rupturas significativas com os valores políticos medievais, por meio, sobretudo, do desenvolvimento de uma retórica inflamada<sup>1</sup> (que passa a ser muito comum nos escritos dos séculos XV e XVI) que ressaltava tanto a relevância da liberdade florentina quanto a sua vinculação com a Roma republicana. Afinal, se os ancestrais florentinos já defendiam com tanto ardor a liberdade, nada mais central que os cidadãos do *Quattrocento* também a defendessem frente às ameaças da invasão da cidade de Milão.

Para esses historiadores de inícios da modernidade, o uso de novas fontes antigas, de novos métodos no tratamento delas e uma nova interpretação sobre o passado reinventam a cidade, criando uma forte e legítima tradição republicana, livre e com profundo apreço pela participação cívica nos moldes ciceronianos.

Para esticar um pouco mais esse percurso no tempo, retornamos ao historiador medieval Giovanni Villani: tendo em vista que “são poucas e desordenadas as memórias sobre a cidade de Florença”, ele, “cittadino di Firenze”, escreve uma nova crônica para tratar desse assunto: a sua *Nuova Cronica* (1333?-1348).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Como observa Quintiliano, a maioria dos retóricos romanos concorda que são três os gêneros da retórica: o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo (ou epidíctico). Segundo ele, esse consenso se dava pelo fato de os retores aceitarem a tipologia originalmente proposta por Aristóteles, no livro I, capítulo III, de sua *Retórica*, no qual ele propõe que cada um desses gêneros tem um tempo e uma função que lhes é apropriada. O deliberativo cuida das deliberações sobre o que é útil ou prejudicial à cidade, e seu tempo é o do porvir; o judiciário trata das acusações e defesas, e seu tempo é o passado; o demonstrativo trata dos elogios ou dos vitupérios, e seu tempo é o presente. É fato, porém, que os teóricos romanos têm muito pouco a dizer sobre esse tipo de discurso. Cf. Quintiliano (*Institutio oratoria*, III, VI, I). O caráter inflamado da retórica é, portanto, uma característica do gênero deliberativo, voltado para as assembleias e para a discussão pública, mesmo que na forma de um auditório “ideal”. Sobre essas tipologias da retórica, ver também Molinié (1992) e Perelman (1976).

<sup>2</sup> A *Nuova Cronica*, escrita por Giovanni Villani na primeira metade do século XIV e continuada, após a sua morte, por seu irmão Matteo e, após este, por seu sobrinho Fellipo, é um dos mais preciosos registros que nos chegaram sobre a vivência urbana medieval. Utilizamos neste artigo a seguinte versão: VILLANI, 1991. Sobre a datação inicial da *Crônica*, existe um longo debate do qual não poderemos entrar aqui. Para isso, ver Luiz (2014, p. 115-120).

Este livro chama-se *Nova Crônica*, no qual se trata de feitos passados, especialmente da origem e início da cidade de Florença depois de tantas modificações que houve, e haverá, ao longo do tempo: começando sua compilação no ano de 1300 da encarnação de Jesus Cristo (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, Prólogo, I).

O florentino toma para si a responsabilidade de escrever a história de Florença a exemplo de grandes historiadores de Roma – como Salústio, Lucano, Valério Máximo e Tito Lívio –, reconhecendo-se também como alguém que partilha do mesmo ofício daqueles de outrora. Também de Roma é a filiação de Florença, a quem delega o atributo de ser a continuação de Roma: “filha e criatura de Roma” (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, IX, p. 36). Villani é, no entanto, um historiador cristão que submete não apenas a sua crônica, mas também a própria história à vontade de Deus, “por tanto tempo quanto for o prazer de Deus” (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, IX, p. 36). Assim, por diversas vezes, realça a relação do pecado e da moralidade com os eventos históricos, afirmando que o excesso desses leva à ruína das cidades, e que os acontecimentos históricos são diretamente influenciados pela Providência. Ainda que a Providência não se sobreponha ao livre-arbítrio dos homens, ela opera no sentido de puni-los em suas más ações e de recompensá-los pelas boas.

Fortemente marcado pela tradição medieval, o autor destaca a necessidade de se relembrem os fatos que marcaram a história da comuna para que seus contemporâneos pudessem compreender que, já na primeira metade do século XIV, Florença vivia um tempo especial, de grandeza e potência (tanto militar e civil quanto mercantil). Por essa razão Villani escreve em língua vulgar<sup>3</sup>, no dialeto toscano, e não em *latim*).

Tanto mais que para os nossos antigos florentinos poucas e desordenadas memórias encontramos dos feitos passados de nossa cidade de Florença, por negligência nossa, ou porque no tempo em que Átila, o Flagelo de Deus, a destruiu, se perderam os manuscritos, eu Giovanni, cidadão de Florença, considerando a nobreza e grandeza de nossa cidade nos tempos atuais, a mim parece conveniente contar e lembrar a memória da origem e começo de tão famosa cidade, e das suas mudanças afortunadas e desafortunadas, de seus fatos passados (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, I, p. 1).

<sup>3</sup> Diz Villani: “e eu fielmente narro esse livro em língua vulgar, para que os leigos e os analfabetos possam dele tirar deleite e proveito, e se, em alguma parte, houver erro, deixo a correção para os mais sábios” (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, I, p. 1).

O cronista escreve uma história de Florença que é ao mesmo tempo exemplar e “luz da verdade”, pois recupera as memórias perdidas e mantém em registro as novas, “para dar matéria aos nossos sucessores para que estes não sejam negligentes com a memória das notáveis coisas que aconteceram no tempo, e para dar exemplo àqueles que devem sustentar com forte ânimo a nossa república em tempos de adversidade” (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, I, p. 2). Assim, a nobreza e a virtude dos progenitores romanos constituem a premissa central para a celebração da cidade. Esse aspecto certamente não é novo nas crônicas anteriores, mas no contexto florentino assume um peso particular, e Villani o sublinha com singular evidência. Ao tratar então da história da fundação florentina, ele começa com o conflito entre os nobres e virtuosos romanos e os rudes fiesolanos (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, II, p. 1), considerando que a cidade foi criada no período imperial, após o envio de tropas por César para punir os habitantes de Fiésole, por terem apoiado Catilina em sua revolta. Nessa Florença original, reta e governada ao modo de Roma, isto é, “por dois cônsules e pelos senadores” (VILLANI *Nuova Cronica*, 1991, IV, p. 3), o autor coloca em evidência a unidade dos cidadãos, mas, em nenhum momento (ainda que a riqueza e a magnificência de Florença sejam destacadas em várias partes), o expansionismo territorial na região da Toscana é exaltado. Segundo Francesca Klein (1980, p. 311-336), “a prosperidade é um valor absoluto, jamais concebido como ponto de partida para agregação territorial”, pois, para Villani, “a dimensão municipal continuava a ser o fundamento e o limite extremo da magnificência cidadina”. Já Salutati e Bruni colocam o acento sobre a fundação da cidade no período republicano (em oposição à tradição anterior). Dentre os dois, é em Bruni que teremos o lance mais significativo: o humanista vê a posição de Florença não mais como centro de gravitação do microcosmos comunal, mas como única cidade capaz de expandir suas instituições e o governo republicano para toda a península itálica.

## A *Invectiva contra Antonio Loschi, de Salutati*<sup>4</sup>

A *Invectiva contra Antonio Loschi, de Salutati*, é uma resposta a um panfleto de 1399 escrito por Loschi – *Invectiva contra os florentinos* – na qual o chanceler

<sup>4</sup> O humanista e chanceler florentino Coluccio Salutati (1331-1406), escreveu, entre outros trabalhos, a *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza*, de 1403, em que a sua maior preocupação é a defesa da cidade contra as acusações de Gian Galeazzo Visconti, duque de Milão, e sua tradicional legitimidade. Não podemos esquecer a tese de Hans Baron (1955), segundo a qual o motivo fundamental do conflito estava não apenas no expansionismo unilateral dos Visconti, mas também no embate entre dois expansionismos: o milanês e o florentino (podemos nos lembrar, por exemplo, da aquisição de Arezzo, em 1384, e da rápida evolução e radicalidade do projeto). Para a leitura completa desse texto, ver a edição organizada por Baldassari (SALUTATI 2014), “*Invectiva Against Antonio Loschi*”.

florentino condena ferozmente seu adversário por pronunciar uma série de ofensas à cidade de Florença, que, segundo ele, são infundadas, não podem ser comprovadas e foram escritas por uma “estultíssima besta”. Diante de tais absurdos, Salutati, que teria recebido o texto por intermédio de Pietro Turqui, envia sua contestação em 1403, e inaugura um dos tópicos fundamentais do humanismo cívico: a defesa da liberdade florentina contra a tirania do governo de Milão, representada por Loschi.

Hans Baron (1955) já sublinhou a importância do momento no qual foi escrita a *Invectiva* e como a ameaça do senhor de Milão foi uma experiência intensa para os florentinos, tendo em vista que os seus exércitos estavam já nas proximidades da cidade. Nesse momento, a retórica é posta à disposição da enunciação de uma teoria política que pretendia ser adequada a toda cidade florentina. Afastando-se da retórica medieval e dos *dictatores* medievais, os discursos do *Quattrocento* seguem os passos tradicionais em uma forma bem construída: *inventio* (descoberta do material), *dispositio* (organização do material), *elocutio* (a formulação), *memoria e pronuntiatio*, como um instrumento adequado para se agir na cidade<sup>5</sup>. A retórica, sobretudo ciceroniana, passa a ser vista em inícios da Modernidade como um elemento essencial na *vida ativa*, e um dos primeiros exemplos desse retorno são os combates travados pelos humanistas em defesa dos valores das suas cidades ou de seus senhores, como é o caso da *Invectiva contra os florentinos*. Assim, Salutati se propõe a responder passo a passo às críticas de seu interlocutor, condenando-o, já no início da carta, por “sustentar o nome romano e a declarar a sua filiação à Roma”. “Oh, quão grande é a vossa impudência”. E continua:

“Veremos”, tu escreves, e de fato tu viste, vê e verás ainda mais constância romana e tenacidade dos florentinos na defesa da doce liberdade, [que, como foi dito por Esopo é] “o bem celestial excedendo todas as riquezas do mundo”. Em toda Itália e em qualquer outro lugar, há uma liberdade mais livre e mais intacta que a liberdade desfrutada pelos florentinos, uma liberdade mais elevada ou que se possa comparar à nossa? (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 20).

Mencionar a liberdade como uma característica estabelecida do regime florentino era um lugar-comum usado em diversos textos do século XIV, tanto nos manuais de

<sup>5</sup> Não teremos meios, neste artigo, de explorar os usos da retórica feitos pelos *dictatores* medievais, por exemplo. Dessa forma, para compreender melhor como a retórica renascentista ganha em complexidade em relação aos modos anteriores, os estudos de James Murphy (1983 e 1998) podem ser de grande valia nesse sentido.

retórica quanto nos discursos cívicos pronunciados em diversas ocasiões. Nesse sentido, têm razão intérpretes como Skinner (1996) e Hankins (1995 e 2000), que não veem nisso senão a afirmação de uma tradição já consolidada no período medieval, ainda que esse combate ganhe maior tensão quando defendido por oradores tão hábeis. Contudo, o apelo à liberdade ganha outra dimensão quando associado a temáticas como, por exemplo, aquela da fundação de Florença atrelada à Roma do auge de seu período republicano. Esse seria o lance – para usar o termo do próprio Skinner – em relação à tradição política anterior.

Na *Invectiva*, Loschi nega que os florentinos sejam descendentes da estirpe romana, e Salutati, diante de tal acusação, pede a seu adversário que mostre onde ele encontrou as provas para tal afirmação e o questiona:

Já que parece negar as origens romanas do povo florentino, diga-me, por favor, onde encontraste opinião contrária? Por que invejas o que toda a Itália, exceto tu, reconhece em nós, o que ninguém, salvo tu, besta imunda, alguma vez duvidou? Por que ser tão invejoso daquilo que a cidade de Roma e os imperadores romanos em nenhum momento negaram, de tal forma que ainda hoje eles nos chamam e nos consideram seus filhos, carne de sua carne e ossos de seus ossos, fonte de orgulho e honra para seu nome? (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 22).

Para se contrapor a tais delírios, o chanceler promete oferecer a seus leitores a correta percepção sobre os fatos e as evidências históricas que comprovam a sua tese. Comparando a dificuldade de se narrarem acontecimentos tão antigos como a fundação de Florença e de Roma, Salutati começa apresentando indícios materiais da fundação de sua cidade pelos romanos, no período republicano, a partir da arquitetura e dos monumentos dela, em uma espécie de pesquisa arqueológica, que reaparecerá em outras obras de humanistas florentinos, como no *Elogio à cidade de Florença* e na *História do povo florentino*, de Leonardo Bruni. Como prova de sua tese, indica que há na cidade um Capitólio, e próximo dele, um Fórum; há um anfiteatro, as termas, “um importante templo dedicado a Marte, pai do povo romano” (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 24); há os arcos, as torres redondas, as ruínas do portão (com claro estilo romano, segundo o autor), os vestígios de aquedutos e ainda uma estátua equestre de Marte, situada ao lado da Ponte Vecchio (que, no entanto, não sobreviveu devido às fortes enchentes que destruíram 3 outras pontes, mas que muitos – diz Salutati – ainda hoje dela se recordam).

Levando em conta todos esses resquícios romanos, esses nomes romanos, a imitação de costumes romanos e a proteção de uma tradição famosa ainda em voga, quem ousaria dizer que os fundadores disso tudo seriam outros senão os romanos? [...] Não me espanta em nada, havendo tanta evidência para isso, que haja uma tradição intacta e inquebrável de que Florença tenha sido fundada pelos romanos e não pelos fiesolanos, que eram notoriamente hostis aos romanos. Lemos que na Guerra Social, Fiésole e outras cidades foram destruídas. Em resumo, é um absurdo duvidar de que Florença tenha sido construída pelos romanos (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 25).

Esses são vestígios imateriais da origem romana, alguns deles já presentes na *Nuova Cronica* de Giovanni Villani. Mas, destaca Salutati, indo além, os vestígios encontram também respaldo nas obras de autores romanos. A fonte central é Salústio, mais precisamente a *Guerra de Catilina* (28. 4), em que já aparece a menção às colônias fundadas por Sila como defesa contra os fiesolanos.

De fato, lemos no confiável historiador Salústio que Lúcio Catilina enviou Caio Mânlio à Fiésole para recrutar um exército, o que ele fez ao “inflamar a gente comum, desejosa de revolta por causa de sua pobreza e dos muitos prejuízos sofridos, tendo perdido suas terras e pertences sob o regime de Sula; além disso, arregimentou ladrões, do tipo que havia naquela região em grande número, e não poucos membros das colônias de Sula, que já não podiam mais sustentar sua libido e sua luxúria com ganhos de roubos”. Desse modo, ele reuniu um grande exército (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 26).

Salutati fundamenta essa nova versão a respeito da ascendência romana e republicana de Florença na informação fornecida por Salústio sobre a fundação da cidade pelos veteranos de Sila, entendendo que esse período da ditadura ainda se situa na república. Ele promove, pois, modificações bastante relevantes no campo da narrativa histórica (tanto com uma nova seleção e uso mais marcante das fontes antigas quanto na seleção dos materiais e documentos) e, em relação ao conteúdo, abandona a versão da fundação cesariana, defendida por Villanni, para estabelecer uma ideia de hereditariedade da Roma republicana, fazendo de Florença sua continuadora. Essa continuidade é justificada por meio da defesa da liberdade, característica das repúblicas.

O humanista endossa o argumento desenvolvido não apenas por Salústio, mas também por Cícero, em suas *Catilinárias*, evidência cabal de um novo paradigma

historiográfico cuja legitimidade se assenta nos antigos<sup>6</sup>. Como negar, a partir dessas renomadas fontes, que os romanos fundaram colônias no território de Fiésole? Caberia a Loschi dizer “onde mais, além de Florença, eles instalariam aquelas colônias, tão próximas dos romanos em seus nomes, modos de construção, características e sob a égide de Marte?” (SALUTATI *Invectiva*, 2014, § 27).

Por que gastar tanta tinta para provar a origem do povo florentino é relevante? Primeiro porque o clamor pela liberdade move os florentinos desde tempos remotos, e, nisso, “a tradição republicana evocada por Salutati sugere que a relação com o passado possui uma significação que os autores medievais estavam longe de suspeitar” (BIGNOTTO 2001, p. 96). Nesse ponto, cabe chamar atenção para o caráter inovador do chanceler, posto que a liberdade primitiva dos florentinos torna-se imediatamente uma garantia, ainda que retórica, mas enraizada na fala discursiva, de que ela pode e deve ser retomada, mesmo contra os mais fortes adversários, seja a Igreja, seja Milão.

Como vimos até aqui, Salutati rompe com a tradição de vinculação de Florença com um passado imperial de Roma, usando claros recursos retóricos para dar à cidade um passado republicano e solidez à tese da sua origem livre, fundando assim um novo modelo que irá perpassar vários autores até Maquiavel. Contudo, mantém de seu predecessor a desvinculação da cidade com o expansionismo na Toscana. Leonardo Bruni, humanista, historiador e chanceler florentino, retoma de Salutati a questão da fundação como um ponto central, tanto em seu *Elogio da cidade de Florença* quanto em sua *História do povo florentino*.

<sup>6</sup> Sobre a importância de Cícero e sobre o lugar da retórica ciceroniana na gênese do humanismo, ver Garin (1969), Kristeller (1962), Fumarolli (1994), Galand-Hallyn (1999) e Witt (2000).

## Leonardo Bruni<sup>7</sup> e a fundação

Tanto a *Invectiva* quanto a *Laudatio Florentinae urbis* (*Elogio da cidade de Florença*)<sup>8</sup> foram concebidas no mesmo contexto histórico: pouco após a morte do duque de Milão, Giangaleazzo Visconti, em 1402, quando a tirania milanese representava ameaça à sobrevivência da cidade florentina<sup>9</sup>. Em trecho significativo, escreve Bruni:

Como diz Cícero, “sou da opinião de que devemos começar do princípio”. De onde, portanto, se origina este povo? Quais foram seus ancestrais? Por quais mortais esta ilustre cidade foi fundada? Reconhecei, florentinos, reconhecei vossa estirpe e vossa linhagem! Considerai que de todas as gentes sois os mais ilustres! Os outros povos têm como ancestrais refugiados ou banidos de suas pátrias, camponeses, imigrantes obscuros ou fundadores desconhecidos. Os vossos fundadores, entretanto, foram os romanos, conquistadores e senhores de todo o orbe terrestre. Ó, Deus imortal, foram conferidas tantas coisas boas a esta única cidade de tal modo que tudo parece ter contribuído para sua beleza. [...] De primeira importância é: os florentinos têm sua origem no povo romano! Que outra nação no mundo inteiro foi mais ilustre, mais poderosa, que mais se destacou em todas as virtudes que a romana? [...] De fato, se buscas nobreza entre os fundadores, não encontrarás ninguém mais nobre no mundo inteiro que o povo Romano. Se procuras riqueza, ninguém mais rico; se procuras grandeza e magnificência, ninguém mais excelente nem mais glorioso; se procuras extensão de domínio, nada do lado de cá do oceano deixou de se curvar às armas e ao poder de Roma. Desse modo, Florentinos, a vós pertence por

<sup>7</sup> Leonardo Bruni (1370?- 1444), discípulo de Salutati, escreveu a *Laudatio Florentinae urbis* (1403-1404) e a *História do povo florentino* (1417), traduziu a *Política* de Aristóteles e outros clássicos antigos, foi secretário pontifical (1405) e chanceler de Florença (1406-1411 e 1427-1444). Para uma biografia completa do humanista, bem como a relação de todas as suas obras, ver Hankins (2012) e Vasoli (1972).

<sup>8</sup> A *Laudatio Florentine Urbis* é o primeiro texto importante de Bruni. Após ter conhecido um largo sucesso na primeira metade do *Quattrocento*, esse trabalho de juventude cai no esquecimento até fins do século XIX. Baron (1955 e 1968) é um dos primeiros autores a ressaltar a importância das suas obras para os estudos referentes ao humanismo cívico e publicá-la, contra a opinião tradicional que via a *Laudatio* apenas como um elegante exercício retórico e uma imitação do *Panatenaico*, de Elio Aristides. Entre as principais traduções da *Laudatio* citamos: Baron (LEONARDO BRUNI ARETINO 1968, p. 232-63); Paolo Viti (LEONARDO BRUNI ARETINO 1996, p. 568-647) e a edição bilíngue latim-francês por Bernard-Pradelle (LEONARDO BRUNI ARETINO 2008, p. 205-301). Estamos utilizando aqui a edição bilíngue latim-português da *Laudatio* publicada na *Revista Morus* e organizada por Fabrina Pinto e Alexander Carvalho. Dito isso, todas as referências e citações do texto serão retiradas desta versão. Cf. LEONARDO BRUNI ARETINO 2016.

<sup>9</sup> A *Laudatio* vem sendo interpretada ao longo das últimas décadas basicamente de duas formas: a primeira, como texto fundador do humanismo civil, como defende Hans Baron (1968), e a segunda, como obra exclusivamente retórica, como postula Hankins (1995, p. 309-338).

hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 30-31).

Florença foi fundada, portanto, antes que César ou Antônio viessem a acabar com a liberdade de Roma (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 33-35), passando a relatar na sequência todos os males que os tiranos fizeram à república (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 44).

Não se pode deixar de ressaltar que essa questão sobre a origem romana do povo florentino é, diga-se, bastante original tanto em relação ao modelo grego de Aristides, em que Bruni se baseia, quanto em relação aos elogios medievais (BARON 1968, p. 232-263; BERNARD-PRADELLE 2000, p. 355-387; PINTO 2017, p. 163-186). Aqui o humanista retoma a discussão já iniciada por Salutati. Tal temática passa a ser um objeto constante do republicanismo florentino – sendo visível no *Diálogo a Pier Paulo Vergerio* e na *História do Povo Florentino* de Bruni – que retorna em autores como Maquiavel, Guicciardini e Giannotti. Não é demais sublinhar que esse tema histórico-arqueológico apresenta uma forte conotação política e ideológica, não sendo por acaso que Bruni afirma, contra todas as outras teses e tradições, a ideia de que Florença tenha sido fundada como colônia romana ainda no tempo em que vigorava a liberdade republicana, portanto apenas essa cidade toscana poderia proclamar-se legítima herdeira da tradição romana e, por isso, manter o mesmo status político de cidadania desfrutada pelos habitantes de Roma.

Uma evidência importante que diferencia uma colônia republicana de uma submissa ao império é que, segundo Bruni, os imperadores repudiavam os valores caudatários da república. Assim, segundo Vasoli, o aspecto histórico mais interessante da afirmação dessa tese contraposta à historiografia medieval:

consiste no espírito anti-imperial que a inspira; no modo pelo qual Bruni abandona decisivamente o mito medieval da romanidade imperial para dedicar-se a uma visão da história de Roma estritamente 'cívica' e 'republicana' [...]. Na *Laudatio*, a polêmica anti-imperial é agora estritamente ligada à defesa da particular função histórica de Florença, e há um precioso intento propagandístico (VASOLI 1961-1962, p. 10-11).

Ao final dessa parte do texto, Bruni introduz, assim como Elio Aristides<sup>10</sup>, as ações pacíficas e virtuosas que ressaltam a *beneficentia* de Florença (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 49-74), exata transposição da *philantropia* ateniense. Essa benevolência, passada e atual, é ilustrada por atos particulares dos cidadãos, sendo clara a alusão ao sofista grego, que trata deste ponto extensamente no *Panatenaico*, louvando a grandeza dos atenienses na Guerra do Peloponeso e nas guerras persas. Bruni mantém esse argumento de Aristides para defender a sua tese de que Florença – tal como Atenas –, ao conquistar outros povos e cidades, tratá-los-ia com filantropia e, somado a isso, também levaria até eles a sua cultura e a racionalidade de suas instituições políticas para as outras repúblicas da península itálica (PINTO 2017, p. 163-187). Ademais, tal como Roma, levaria aos seus descendentes a liberdade e a participação cívica.

Destaca-se, portanto, a associação entre o argumento da herança romana de Florença e o seu direito de conquista. Se a Florença pertence “por hereditariedade o direito de domínio sobre todo o orbe terrestre e a posse de tudo que outrora fora de vossos pais” (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 31), ela também teria o mesmo direito à expansão e à conquista de outras cidades. Sendo assim, todas as guerras seriam justas porque defenderiam a causa republicana e a reconquista dos territórios perdidos no passado medieval. A escolha de Bruni em alterar o argumento da fundação da cidade o permite justificar a guerra contra o imperador Henrique VII e a defesa da cidade contra o seu assédio até os recentes conflitos iniciados com Milão<sup>11</sup> (VASOLI 1961-1962, p. 11). Assim é forjada na *Laudatio* uma ideia que ganhará cada vez mais amplitude na *História do povo florentino*: a hegemonia justa e quase natural de Florença sobre o resto da Itália.

<sup>10</sup> Para Aristides (*Panatenaico*, 1987, § 54), Atenas é a cidade ideal para acolher os refugiados e exilados, “pois esta cidade, desde o princípio, se ofereceu ela mesma como patrimônio para os que estavam em necessidade”. Essa discussão se estende ainda pelos capítulos 55 a 74, nos quais o autor explora o tema da benevolência ateniense em acolher e admitir os necessitados, bem como torná-los partícipes de seu território, de suas leis e de sua constituição. Da benevolência de seus cidadãos e da sua linhagem divina, desenvolve-se todo o argumento. “Como não será consistente enviar enxames de colônias e povoar a terra?” (ARISTIDES *Panatenaico*, 1987, § 74).

<sup>11</sup> Sobre os primeiros conflitos com os milaneses, ver, sobretudo, Najemay (2014, p. 238-251).

No livro I da *História do povo florentino*<sup>12</sup>, a exaltação da liberdade republicana e a condenação do regime imperial como decadência política, moral e intelectual permanecem quase inalterados, mas o período de Sila já não é mais apresentado como um período áureo da história romana. Em pouco mais de uma década, Bruni pôde tanto ter ampliado o seu conhecimento histórico, maturado a sua reflexão, quanto, sobretudo, ter eliminado alguns exageros retóricos presentes na *Laudatio*, perfeitamente condizentes com o gênero literário do elogio, em que é possível amplificar ou mesmo omitir fatos históricos. Nossa hipótese é de que o olhar bastante favorável ao período silano presente na *Laudatio* foi atenuado ou mesmo eliminado na *História* após uma leitura mais atenta de Cícero e de Salústio, o historiador latino que, bem no início da sua *Conjuração de Catilina*, coloca como marco para a decadência política e moral de Roma justamente a destruição de Cartago.

Ora, quando a república pelo trabalho e pela justiça prosperou, grandes reis foram submetidos pela guerra, nações bárbaras e grandes povos subjugados pela força, Cartago, concorrente do povo romano, destruída desde os seus fundamentos; quando todos os mares e terras se abriam, eis a fortuna a se por em cólera e a tudo se confundir. Aqueles que tinham, sem dificuldade, suportado fadigas, riscos e situações críticas e penosas, a esses a paz, as riquezas, coisas por sinal desejáveis, lhes serviram de peso e aflição. Cresceu, primeiro, a ambição do dinheiro, depois a do poder; elas foram a centelha de todos os males (SALÚSTIO *Catilina*, 1990, p. 10).

O general Sila, investido pelo poder e pelas armas, teria então acelerado esse processo, marcando o triunfo da avidez e da ferocidade, “pois puseram-se todos a roubar e a pilhar, uns a cobiçar a casa, outros as terras de seus inimigos (SALÚSTIO *Catilina*, 1990, p. 11). Assim, uma leitura mais atenta de Cícero e de Salústio mostrava os soldados silanos, os pretensos fundadores de Firenze, como ótimos cidadãos e corajosos em sua origem, mas depois, enriquecidos com o espólio no exército de Sila, acostumaram-se ao luxo e ao desperdício e, por isso, viviam carregados de dívidas. Esses colonos arruinados seriam matéria inflamável para a conjuração de Catilina.

<sup>12</sup> Retornando a Florença entre fins de 1414 e inícios de 1415, Bruni pôs-se a escrever uma história da república florentina. O primeiro volume aparece em 1416, e os demais foram redigidos ao longo de três décadas. O humanista compõe nove volumes, deixando o décimo inacabado no ano da sua morte, em 1444. A narrativa bruniana percorre quatorze séculos da história de Florença, desde a fundação romana até a morte de Giangaleazzo Visconti, em 1402. Sobre essa obra, ver FUBINI (1980, p. 403-448); WILCOX (1969, p. 3-5). No Brasil, sobre a *História* bruniana e suas influências, ver o livro pioneiro de Murari Pires (2007, p. 85-108). Para a *História do Povo Florentino* de Bruni, temos a tradução realizada por James Hankins (LEONARDO BRUNI ARETINO 2001, 2004, 2007), organizada em 3 volumes e a versão organizada por Emilio Santini e Carmini di Pietro (LEONARDO BRUNI ARETINO 1926).

Como se poderia nesse contexto idealizar a *virtù* republicana? Na *Conjuração*, Salústio apresenta o personagem principal da história como exemplo da ausência de *virtù*, já César e Catão são os casos exemplares, contrários àquele.

Bruni, ainda no livro I, não busca encontrar justificção econômica ou política para a revolta da campanha etrusca, entretanto, atenua a condenação dos fundadores de Florença mostrando como a doença catilinária foi um mal passageiro. Mais interessante aqui é perceber como o humanista relata a suspeita sobre a participação de César na conjuração de Catilina sem excluir sua validade, como faz Salústio, mas, na verdade, quase insinuando que a acusação está certa. “A suspeita recaiu também sobre César, que se tornou, posteriormente, ditador, embora nesta época ele não tivesse nenhum cargo público, estava assolado com dívidas e sedento por uma revolução” (LEONARDO BRUNI ARETINO *História*, 2001, L. 1, p. 7). Percebe-se quase uma ponta daquele anticesarismo republicano no qual Bruni esteve imerso em boa parte das suas obras anteriores (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016 § 34), sem as hesitações de Coluccio Salutati. O que pode ter então interessado Bruni na história de Salústio não deve ter sido tanto a narrativa da rebelião, mas a breve introdução que contém um esboço da história ético-política de Roma e, particularmente, os primeiros dois capítulos, que contêm a passagem do regime monárquico àquele republicano e a idealização da Roma arcaica, caracteristicamente ciceroniana. Compreender a razão e o sentido desse interesse significa penetrar no centro e na gênese do pensamento político de Bruni.

Como nos diz Salústio, quando os colonos romanos são liberados do luxo e da cobiça estimulados por Catilina, há novamente um florescimento da virtude, tal como existira na Roma republicana<sup>13</sup>. As virtudes cultivadas são próximas nos dois historiadores: civil e militar; em Salústio, a primeira depende da segunda, já no caso de Bruni, a segunda depende da primeira. A fim de evitar uma abordagem excessivamente esquemática, é necessário ter claro que para o historiador florentino a primazia da boa organização da cidade unida à participação cívica dos cidadãos remete à excelência militar. Ainda que para os dois autores os termos não sejam fundamentalmente diferentes, o civil e o militar, o fato é que no *Quattrocento* italiano já se desenhava uma forma de convívio público na qual se podia perscrutar a liberdade do cidadão e da cidade. Nesse sentido, o militarismo não tem um fim em si nem carrega consigo uma justificativa moral para

<sup>13</sup> Como vemos nessas duas passagens da *História*, de Bruni (LEONARDO BRUNI ARETINO *História*, 2001, I, p. 9): “Desse modo, tendo a cidade emendado seus rumos, tornou-se mais robusta e os imigrantes frequentes [...]. Temendo dever dinheiro, diligentemente passaram a inspecionar e usar com cautela (suas coisas), a usar de frugalidade e parcimônia, cultivar a sobriedade, disciplina com as coisas domésticas, considerando o luxo e a prodigalidade como via para perdição, isso eles mesmos faziam e passaram a educar assim seus filhos”.

a expansão, muito menos é, isoladamente, o ponto de ancoragem da boa ordenação republicana. Por outro lado, uma cidade que não se defende se torna presa fácil do mais fraco dos inimigos. A perspectiva de Bruni dessa dimensão militarizada da cidadania, ainda que incorra em alguma glória dos antigos, é refletida antes de mais nada na dimensão cívica e política do espaço público da cidade.

Contudo, o ponto que gostaríamos de ressaltar é ainda outro. Ao início do livro II de sua *História*, Bruni quer que admiremos o florescimento de Florença, o novo ímpeto de seu povo após a morte de Federico II e a consolidação do regime popular sob novas instituições. Acreditamos que, ao delinear esse processo ético-político, o humanista se deixa guiar pelo entusiasmo com o qual Salústio descreve o impulso do povo romano ao liberar-se do regime monárquico.

Mas naquele tempo todos começaram a levantar suas aspirações e a mostrar sua engenhosidade. De fato, aos reis são mais suspeitos os bons que os maus, e sempre inspiraram seu medo a virtude alheia. Mas, tendo conquistado a liberdade, é incrível a velocidade com que a cidade cresceu: tanto era o desejo de glória [...]. Assim na paz e na guerra se cultivarão os bons costumes... Por meio dessas duas artes, audácia na guerra, quando da paz, advinha a equidade (justiça), cuidavam de si e do estado [*res publica*] (SALÚSTIO *Catilina*, 1990, p. 7 e 9).<sup>14</sup>

Sobre o mesmo ponto, diz Bruni:

A partir desses indícios, é admirável de dizer quanto cresceu a força do povo. As pessoas que pouco antes eram servis ao príncipe ou a seus apoiadores, agora, depois de terem experimentado a doçura da liberdade, voltam todas as suas forças para elevarem a si mesmos e merecer respeito entre os seus. Desse modo desenvolveram prudência e indústria doméstica, coragem e armas no estrangeiro (BRUNI *História*, 2004, L. 2, p. 27).

É importante destacar a concordância dos autores em um princípio fundamental: o regime tirânico e nobiliário acaba com o talento e intensifica a pobreza, enquanto o regime republicano ou popular oferece plenas condições para o estabelecimento das virtudes. O regime da liberdade é, antes de tudo, o regime em que a capacidade dos cidadãos pode ascender, tendo em vista que, nesse estado não monárquico e não

<sup>14</sup> O conteúdo citado foi comparado com a versão bilíngue, editada por John Ramsay, cf. SALLUST 2003.

aristocrático, a civilidade (ou, se preferirmos, a participação cívica) floresce melhor. Naturalmente, os mesmos anseios se fazem presentes no livro I, no qual Bruni (*História*, 2001, L. I, p. 14) condena a passagem da República ao Império Romano. A condenação do regime imperial certamente se origina em outros historiadores latinos, como Tácito, por exemplo. Contudo, é da *Conjuração a Catilina* que parte a menção bruniana que está presente em todo o seu humanismo cívico.

Se, portanto, na *Laudatio*, que segue muito proximamente os argumentos de Elio Aristides, a presença de Salústio é rara, mencionada, segundo Bernard-Pradelle, apenas no capítulo 65<sup>15</sup>, em que o humanista destaca que tratará de todas as conquistas e glórias da cidade de Florença em obra própria, na *História* a presença de Salústio se faz mais presente, reforçando tanto o argumento da liberdade republicana (frente às aspirações do Império) quanto a ideia de que o princípio do regime popular é superior a todos os outros porque permite aos cidadãos a possibilidade de aspirar a cargos públicos, fato esse que estimula as capacidades e as virtudes deles.

## Maquiavel e a fundação

Dentre as rupturas empreendidas por Maquiavel em relação ao pensamento político e particularmente com relação ao humanismo cívico, o tema da fundação ganha notoriedade. Como vimos acima, desde as crônicas medievais, há a preocupação em se estabelecer a origem das cidades, e o caso de Florença é emblemático. A querela característica do *Quattrocento*, se Florença foi fundada pela Roma imperial ou republicana, adentra no *Cinquecento*, mas com um diferencial importante. Ao entrar na disputa, Maquiavel não apenas sustenta uma posição minoritária em relação à origem de sua cidade, mas também, e mais importante, desenvolve uma teoria própria da fundação. Para o secretário florentino, é inútil reconhecer se foi uma república ou um império que fundou Florença se essas diferenças não carregarem consigo consequências para a formação dos costumes e das instituições que sobrevivam ao tempo e cheguem em seu contexto.

<sup>15</sup> “Posso me lembrar de muitas cidades fortificadas que foram tomadas, os troféus quase incontáveis dos povos vizinhos conquistados por esta cidade, feitos militares egrégios realizados pelo mesmo povo florentino ao sair a campo e regozijar o lançar-se à batalha. Mas agora não é a hora de descrever as muitas guerras e tantos feitos realizados. Isso requereria uma obra própria, e bem extensa, que nós, assim o espero, em algum momento comporemos, e confiaremos às letras e à memória os feitos únicos realizados pelo povo de Florença. No presente texto, referiremos apenas um ou outro exemplo, de modo que a partir deles se possa compreender quão grande foi a virtude desta cidade em todos os outros não citados” (LEONARDO BRUNI ARETINO *Laudatio*, 2016, § 65).

A dificuldade do sistema teórico advindo das consequências da fundação reside justamente no momento histórico ou imaginado no qual ela ocorre. O modo pelo qual uma cidade é fundada conduz suas instituições fundamentais e condiciona (POCOCK 2003, p. 188), embora não determine, a conservação do regime. A distinção entre a fundação e a conservação se torna evidente (BIGNOTTO 1991, p. 144-146). Por isso, Maquiavel precisa de um modelo, de um quadro teórico e tipológico dos diferentes modos de fundação, do qual sua conservação, ao menos em parte, depende. No texto, é muito claro que “todas as cidades são edificadas ou por homens nativos do lugar onde se edificam ou por forasteiros” (MACHIAVELLI 2006 v. 1, p. 419). O primeiro caso, dos nativos, cujos exemplos são Atenas e Veneza, se contrapõe às fundações realizadas por estrangeiros.

A cidade grega teve Teseu como fundador, mas Veneza não teve ninguém, e nesse ponto surge uma questão fundamental. Maquiavel é taxativo quanto ao fato de que a fundação só pode ser feita por uma única pessoa (BIGNOTTO 1991, p. 134)<sup>16</sup>, mas há uma controvérsia aparente:

A outra, sendo muitos povos reduzidos em certas ilhotas que existiam na ponta do mar Adriático, para fugir daquelas guerras que todo dia ocorriam pela chegada de novos bárbaros à Itália, depois do declínio do Império romano, começaram entre eles, sem qualquer príncipe particular que lhes ordenasse, a viverem sob aquelas leis que lhes pareciam aptas à própria manutenção (MACHIAVELLI 2006, v. 1, p. 420).

Esse é o caso de Veneza: não foi ordenada por um líder em particular, por isso, não escolheu seu local de assentamento, mas, apesar disso, teve leis. Sobre as duas características basilares do fundador, eleger o local de edificação e legislar, aquelas terras remotas do Adriático não tiveram escolha. As leis, por seu lado, apenas “pareciam” aos povos ali reunidos pelo medo dos hunos as mais aptas a manter a comunidade, contrariamente de Teseu, que sabia quais eram as leis devidas à aplicação ao povo de Atenas. Esse não é um detalhe de menor significado: Veneza não teve o lugar por escolha nem as leis eram, necessariamente, as mais aptas, apenas pareciam que sim. Se cotejarmos essa passagem com a descrição de *História de Florença* (2013, I, 29) sobre a origem dessa cidade, fica evidente que a conservação da sereníssima república somente teve sucesso por mero acaso. A fortuna lhe concedeu a oportunidade geográfica de isolamento que lhe permitiu viver autogovernada por séculos.

<sup>16</sup> Cf. MACHIAVELLI, *Discorsi* (2010, I, cap. 3 e 9).

Nessas condições, Veneza vivia em ócio, não havia quem lhe atacasse, “de tal modo que de cada pequeno princípio lhe podia vir àquela grandeza na qual estão” (MACHIAVELLI 2006, v. 1, p. 421). Na verdade, Veneza passa a ser a expressão máxima do que ocorre com povoamentos de “pequenas partes” (MACHIAVELLI 2006, v. 1, p. 422) quando não encontram seu fundador: não têm, portanto, o maravilhoso momento do encontro do fundador com seu povo, a fim de lhe conferir leis e o lugar de moradia e, por isso, está completamente abandonada à fortuna (MANSFIELD 1979, p. 28).<sup>17</sup> Ainda que desforme, a cidade, se abandonada à sua própria causa, pode sobreviver.

A virada maquiaveliana na crítica à estabilidade veneziana, caracteristicamente humanista, visto que a sereníssima era elogiada há gerações de florentinos pelas suas instituições (GILBERT 1968), não apenas oportuniza a questão da necessidade do fundador, mas, sobretudo, apresenta um contraexemplo de sua própria teoria. É típico de Maquiavel escolher casos históricos que corroboram e outros que contradizem suas proposições, sempre a fim de concluir por uma vertente. Veneza é uma exceção extremamente atípica, pois conservou-se sem fundador (DOTTI 1979, p. 119). O caso concreto, historicamente determinado, é completamente indiferente às potentes formas organizacionais de cada origem.

Na sequência, o florentino se dedica às cidades que são fundadas por forasteiros, e novamente apresenta uma bifurcação: ou por homens livres ou por aqueles, à maneira das colônias, que tornam a região dependente (MACHIAVELLI 2006 v. 1, p. 421). Das cidades dependentes emergem novas classificações que, para nosso estudo, não vêm ao caso. Importa é notar que, das alternativas possíveis de fundação – por um homem nativo ou um povo nativo; por um estrangeiro livre ou colonizador –, apenas uma delas, a colonização, oblitera o autogoverno e, portanto, a liberdade. Essa tipologia pode ser muito enganosa porquanto se saiba que os casos mais correntes são aqueles de expansão e colonização. “E, por não ter essas cidades a sua origem livre, raras vezes ocorre que façam empreendimentos grandiosos, e pode-se numerar nesses casos os chefes dos Estados” (MACHIAVELLI 2006 v. 1, p. 421).

Em paralelo a essa tipologia, Maquiavel atribui uma classificação das cidades livres, aquelas efetivamente fundadas por um homem ou pelo próprio povo, respectivamente, nos exemplos anteriores, Atenas e Veneza. Essa nova maneira de compreender as

<sup>17</sup> Esse ponto da argumentação suscitou diferentes interpretações, como a necessidade do uso da força e do medo na fundação bem-ordenada de qualquer cidade, ou da espontaneidade da origem dos agremiados humanos. Sobre isso, conferir Ion (2006) e Morfino (2015).

idades livres deve ser entendida pela primeira vez na qual a cidade é edificada, a fundação propriamente dita, cujo exemplo máximo é Moisés, ou se é reordenada, isto é, “são edificadas de novo, como fez Enéas” (MACHIAVELLI 2006 v.1, p. 422)<sup>18</sup> com Roma. Isso sugere que há uma distinção de fundo teórico entre a fundação de uma cidade e a sua reordenação.

Moisés, depois de libertar seu povo e vagar com ele errante no deserto, escolheu Canaã e atribuiu-lhe as ordens fundamentais. Ainda que analiticamente essas duas ações sejam distintas – a da fundação original e a da reordenação – livres ou subjugadas, o fato é que as características fundamentais de cada uma delas não possuem distinções significativas. Ambas promovem novas ordens e se assentam em um lugar, ou por escolha, ou por necessidade (MACHIAVELLI 2006 v. 1, p. 422). De toda essa tipologia, o caso mais sofisticado e controvertido, seja porque rompe com a tradição florentina ou porque insere elementos populares, ou mesmo pela constante dúvida que paira sobre a veracidade dos fatos, é Roma. Todavia, a disputa que nos interessa, a historiográfica, é sobre Florença. No que concerne à sua cidade, Maquiavel está em direta rota de coalizão com o humanismo cívico.

Estabelecido o quadro tipológico das fundações, cabe, então, compreender em qual situação Florença se encaixa e quais as consequências disso. Dentre as fundações promovidas por forasteiros, Florença é o exemplo escolhido de colônia nos *Discorsi*. No entanto, o que verdadeiramente chama a atenção é que, das quatro maneiras pelas quais surgem as cidades acima mencionadas, um caso é o mais comum.

O segundo caso, quando por pessoas forasteiras é edificada uma cidade, nasce ou de homens livres ou que dependem de outros: como são as colônias mandadas ou por uma república ou por um príncipe para tomar as terras dos habitantes ou para defender aquele país que (de novo adquirido) deseja seguramente e sem despesa se manter. Dessas cidades o povo romano edificou muitas e por todo seu império (MACHIAVELLI 2006, v. 1, p. 421).

Do ponto de vista do povo edificado, não importa, caso seja uma ação colonizadora, se a empreitada foi realizada por um príncipe/império ou por uma república (FALCÃO 2019). Esse ponto é demasiadamente importante, não porque finda com a querela humanista, mas porque a coloca em segundo plano. Não é a fundação realizada por uma república o que garante a liberdade da cidade fundada, como afirma o exemplo

<sup>18</sup> Cf. MACHIAVELLI *Istorie Fiorentine*, 2013, II, p. 13.

romano. É evidente que a discordância é, dentre outros, com Bruni. Ao afirmar a original liberdade florentina a partir da fundação pela Roma republicana, Bruni argumenta que a linha de consecução entre Roma e Florença é mantida por um prolongamento arquitetônico, dos valores cívicos e da liberdade. Maquiavel não compartilha dessa suposição: por mais livre que seja uma cidade, ela sempre pode colonizar outra e, assim, subjugar-la. Aliás, é essa a regra geral das cidades livres (MACHIAVELLI *Discorsi*, 2006, v. 2, II, 32).<sup>19</sup>

A fundação de Florença é minimizada por ter sido feita a partir da obra da colonização romana, afinal a colonização é um modo de distribuir os homens adequadamente entre os territórios e engrandecer as regiões desérticas (MACHIAVELLI *Istorie Fiorentine*, 2013, II, 1). Ao tangenciar um elogio colonizador, com exemplos não apenas romanos, mas também árabes sobre Pisa e Gênova, Maquiavel promove mais um lance teórico e uma ruptura com o humanismo. Se a fundação via colonização é de fato um problema, não é o pior deles. Por isso, amenizar o ato colonizador fundacional transfere, ao menos em parte, a responsabilidade dos feitos da cidade para seus cidadãos, tornando-a mais autônoma em relação à origem do que defendiam Salutati, Bruni e Bracciolini. “Naqueles tempos antigos, então, em virtude dessas colônias, ou elas nasciam como cidades novas, ou, já existentes, cresciam; das quais foi a cidade de Florença, que teve de Fiesole o princípio e das colônias o crescimento” (MACHIAVELLI 2013, p. 497).

Fiesole já era uma cidade estabelecida quando o território no qual se instalaria Florença ainda era desocupado, mas, entre as montanhas toscanas e o rio Arno, havia um lugar propício para o assentamento, ainda que provisório, dos mercadores que entravam e saíam de lá. “Esses mercadores acredito que foram a causa das primeiras edificações que naqueles lugares se fizeram, os mercadores desejavam ter comodidade para alocar as suas mercadorias que, com o tempo, transformaram em edificações firmes” (MACHIAVELLI 2013, p. 497). A não ser pelo medo que movia os fugitivos dos hunos para o que viria a ser Veneza, as primeiras edificações da região florentina não tinham nada de diferente da sereníssima, o que é, em si mesmo, no universo maquiaveliano, algo bastante incomum.

<sup>19</sup> A crítica de Maquiavel a Bruni e, em geral, às histórias humanistas reside no fato de que elas teriam sido compostas para o louvor de homens poderosos, mas a própria *História de Florença* fora feita sob encomenda de Clemente VII, papa Médici (cf. RIDOLFI 2003, p. 182-183). O tema é bastante sensível e necessitaria de uma pesquisa à parte, mas destaque-se que sua crítica ao humanismo promove um verdadeiro marco na concepção de que, ao fim, toda história é produzida em razão de posições políticas inseridas no contexto em que é escrita. Cf. Maquiavel (2013, p. 468) e Sasso (1993 v. 1, p. 170-173). Sobre esse ponto, conferir especialmente o contraste entre Maquiavel e Bruni sobre a historiografia da cidade de Florença e o uso político dela em Hankins (2017).

Percebe-se aqui a distinção analítica acima aludida sobre a fundação e a reedificação, mas a sequência também deixa clara a pouca relevância da separação conceitual: “e, depois, quando os romanos venceram os cartagineses, fizeram a Itália segura das guerras externas, multiplicaram-se em grande número as edificações” (MACHIAVELLI 2013, p. 497). Roma, diferentemente de Esparta e de Atenas (POCOCK 2003, p. 197), não foi fundada por um único homem, mas por um conjunto de ações, da migração de Enéas à criação do Tribunato da Plebe, de tal modo que a continuidade da edificação foi-lhe favorável pois a fortuna assim o permitiu. Todavia, o ímpeto expansionista dessa cidade ocorreu após a queda de Cartago. O que Bruni retirou de Salústio, a vitória externa que levou à decadência interna e moral de Roma, é, para Maquiavel, algo nada relevante, porquanto se tenha claro que o declínio da virtude romana não implica a qualidade da colonização, que é algo sempre impositivo e jamais livre. O que importa para Maquiavel é que o expansionismo romano se fez mais eficaz e robusto apenas quando Cartago caiu, pois, então, a colonização peninsular se tornou viável.

Florença começou como Veneza, um punhado de migrantes que não despertava inicialmente qualquer interesse em ninguém em estabelecer assentamento definitivo, e depois se tornou colônia de Roma. Primeiramente as tropas de Sila, depois as do triunvirato, após o assassinato de César, incumbiram-se do controle de Fiesole e, com o aumento dessa, edificou-se Florença. O texto maquiaveliano não é claro quanto ao momento da expansão de Fiesole ao ponto de se saber se se tratava da república ou do império de Roma, o que, na verdade, é algo absolutamente compreensível, pois é indiferente, já que a empreitada é colonizadora. É importante notar, porém, que esse relato não é exatamente distinto do de Bruni na *História*, mas sim do da *Laudatio*. Portanto, a crítica de Maquiavel ao seu antecessor na chancelaria não remonta à fundação, mas ao entendimento do que isso significa. Se Salutati e Bruni exaltavam a fundação de Florença pelo ato da república romana e, com isso, inseriram uma querela historiográfica no humanismo sobre as provas e contraprovas materiais e textuais, Maquiavel responde simplesmente que isso é irrelevante, uma vez que a colonização, por uma república ou por um império, não traz diferenças substanciais para quem é colonizado<sup>20</sup>.

Em suma, para Maquiavel, Florença não foi fundada pela República Romana, mas edificada uma segunda vez em algum momento entre as guerras de Sila contra Mario

<sup>20</sup> De fato, a análise poderia se estender à diferença de concepção sobre a ação fundadora da república segundo Bruni e a ocupação exploratória de Maquiavel, na qual o primeiro supõe uma continuidade de um povo para com o outro e o segundo uma distinção de fundo, mas adentrar nesses temas fugiria do escopo de um artigo.

e de César contra Pompeu, isto é, entre os últimos períodos da expansão republicana e os primeiros do império, concordando, portanto com a *História* de Bruni. Talvez não seja uma posição inadvertida do secretário florentino manter em suspenso o momento exato da fundação de sua cidade. É possível que esse seja um modo elegante de escapar da querela, ainda mais se se reconhece que é inócuo ser fundado por uma república ou império quando o objetivo é colonizar. A ambivalência dessa posição pode levar um leitor familiarizado com o discurso humanista a não ser confrontado, mas a recusa em ratificar a fundação pela república não é menos importante.

O grande rompimento teórico e historiográfico de Maquiavel não reside em apresentar novas e robustas afirmações sobre a fundação de Florença, mas em declinar da importância dela quando o objetivo é meramente colonizar. Em si mesmo, isso descredencia que seja Florença livre porque é oriunda da República Romana e, além disso, ao diluir a edificação da cidade no tempo, pela ocupação de comerciantes e depois pela militar, transfere a história da cidade para seu próprio povo. Tudo isso só é possível porque há um substrato teórico de fundo que arregimenta o sentido da fundação, e nele, pelo caminho mais inesperado, chega-se a conclusões muito próximas das do humanismo. Florença se assemelha a Roma não porque herdou sua liberdade e virtude republicanas, mas porque foi edificada paulatinamente pela constrição da necessidade<sup>21</sup>.

Porque os homens não se mantêm nunca na dificuldade se uma necessidade não os faz se manter, de tal modo que, embora o medo das guerras os constanja a habitar voluntariamente os lugares fortificados e ásperos, terminada a guerra, são chamados à comodidade e mais voluntariamente ainda habitam os lugares domesticados e fáceis (MACHIAVELLI 2013, p. 497).

Mercadores e soldados foram forçados pela necessidade a edificarem e desenvolverem aquele lugar que ganharia o nome de Florença, do mesmo modo que Enéas foi forçado a habitar o lugar que se chamaria Roma ao fugir de Troia. A necessidade pariu ambas as cidades, e isso, contrariamente ao humanismo cívico, nada tem que ver com sua liberdade ou virtude, menos ainda com a república que cada uma se tornaria.

<sup>21</sup> Nesse ponto, a perspectiva prudencial do pensamento histórico de Maquiavel salta aos olhos. A distinção das causas originais não implica que os resultados sejam, necessariamente, diferentes, o que significa que qualquer cidade fundada no tempo possui uma potência maior, porque prudencialmente aprende com a história a ser livre. Cf. CHARBEL 2010. Ainda sobre o emprego de Roma como modelo histórico em consecução de poder ser reproduzido naquele presente, cf. POCOCK 2010.

## Conclusão

Salutati, Bruni e Maquiavel, como foi mostrado acima, empreendem uma verdadeira ruptura com a crônica medieval, aqui representada pela referência central da historiografia florentina, Villani. O fato, em si, daquilo que modificam é a interpretação da origem de Florença, particularmente em Salutati e no jovem Bruni. Na *História* de Bruni e em Maquiavel, ocorre o questionamento dessa origem republicana e, nesse último, a verdadeira importância da cidade ter sido fundada por uma república é desprestigiada como tema inútil. Uma vez que os objetivos fundacionais, argumenta Maquiavel contra os humanistas, não são outros que não a colonização, uma república não é menos perniciosa ou mais livre do que impérios e principados. É possível rastrear o discurso humanista pelo menos até meados do século XX, no qual a qualidade do agente fundador/ colonizador implica a qualidade da cidade fundada. No entanto, essa crítica somente se mostra factível porquanto se compreenda que Maquiavel inaugura no tema da fundação uma verdadeira abordagem teórica que transpassa os limites das comprovações históricas.

Não obstante essa ruptura, é preciso chamar a atenção para um último ponto. Salutati, Bruni e Maquiavel recorrem, diferentemente de Villani, à mesma fonte, Salústio; ainda que os três igualmente recorram a Villani, cada qual a seu modo. O historiador de Roma oportuniza a esses três pensadores a avaliação sobre as causas das guerras itálicas, a necessidade que imperou entre comerciantes fiesolanos e militares romanos e, sobretudo, a origem de uma fundação ou reordenação oriunda de um centro de poder grandioso. Todos esses termos são caracteristicamente renascentistas, o que leva a reconhecer, no caso concreto desse estudo, a importância paradigmática do retorno aos antigos e, simultaneamente, a lê-los criticamente.

## REFERÊNCIAS

ARISTIDES, Elio. "Panatenaico". In: ARISTIDES, Elio. **Discursos I**. Introducción, traducción y notas de Fernando Gascó y Antonio Ramirez de Verger. Madrid: Editorial Gredos, 1987. p. 113-254.

BARON, H. **From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

BARON, H. **The Crisis of the Early Italian Renaissance**. Princeton: Princeton University Press, 1955.

BERNARD-PRADELLE, Laurence. L'Influence de la Seconde Sophistique sur la *Laudatio Florentinae urbis* de Leonardo Bruni. **Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric**, v. 18, n. 4, p. 355-387, 2000.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CHARBEL, Felipe. **Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini**. Campinas: EdUnicamp, 2010.

DOTTI, Ugo. **Niccolò Machiavelli: la fenomenologia del potere**. Milano: Feltrinelli Editore, 1979.

FALCÃO, Luís. Governo misto ou república popular: a república adaptativa nos *Discorsi* de Maquiavel. In: ADVERSE, Helton e PANCERA, Carlo Gabriel (org.). **As faces de Maquiavel: história, república, corrupção**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. p. 77-100.

FUBINI, R. Osservazioni sugli *Historiarum Florentini Populi Libri XII* di Leonardo Bruni. In: SESTAN, Ernesto (org.). **Studi di Storia Medievale e Moderna per Ernesto Sestan**. v. 1, Firenze: Leo S Olschki Editore, 1980. p. 403-448.

FUMAROLLI, M. **L'Âge de l'éloquence**. Rhétorique et «res literaria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique. Paris : Librairie Droz S.A., 1994.

GALAND-HALLYN, P. La rhétorique en Italie à la fin du Quattrocento (1475-1500). In: FUMAROLI, M. (dir.). **Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne 1450-1950**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. p. 131-190.

GARIN, E. **Moyen Âge et Renaissance**. Paris, 1969.

GILBERT, Felix. "The Venetian constitution in Florentine Political Thought". In: RUBINSTEIN, Nicolai (ed.). **Florentine Studies: politics and society in renaissance Florence**. London: Faber and Faber, 1968. p. 115-170.

HANKINS, J. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. *In*: CILIBERTO, M. (org.). **Enciclopedia Italiana**. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero. Filosofia, Roma 2012. p. 85-94.

HANKINS, J. Leonardo Bruni and Machiavelli on the lessons of Florentine history. *In*: FRANCESCONI, Giampaolo; MIGLIO, Massimo (ed.). **Le cronache volgare in Italia**. Roma: Istituto Palazzo Borromini, 2017. p. 373-396

HANKINS, J. The 'Baron Thesis' after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni. **Journal of the History of Ideas**, v. 56, n. 2, p. 309-338, 1995.

ION, Cristina. Conquérir, fonder, se maintenir. *In*: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry (dir.). **Lectures de Machiavel**. Paris: Ellipses, 2006. p. 92-128.

KLEIN, Francesca. Considerazioni sull'ideologia della città di Firenze tra Trecento e Quattrocento. Giovanni Villani – Leonardo Bruni. **Recherche historique**, n. 10, p. 311-336, 1980.

KRISTELLER, P. O. La diffusione in Europa dell'Umanesimo italiano. **Italica**, XXXIX, p. 1-20, 1962.

LEONARDO BRUNI ARETINO. Elogio da cidade de Florença. Tradução e análise Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. **Revista Morus**, Campinas, v. 11. n. 2, p. 245-335, 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LEONARDO BRUNI ARETINO. **Historiarum florentini populi libri XII e Rerum suo tempore gestarum commentarius**. Edited by Emilio Santini and Carmine Di Pierro. [S. l.]: Città di Castello, 1926. (Rerum Italicarum Scriptores, 19.3).

LEONARDO BRUNI ARETINO. **History of the Florentine People**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: I Tatti Renaissance Library\Harvard University Press, 2001. v. 1.

LEONARDO BRUNI ARETINO. **History of the Florentine People**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: Harvard University Press, 2004. v. 2.

LEONARDO BRUNI ARETINO. **History fo the Florentine people**. Cambridge: Harvard University Press, 2007. Trad. James Hankins. v. 2.

LEONARDO BRUNI ARETINO. *Laudatio Florentinae Urbis*. In: BARON, H. **From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1968. p. 232-263.

LEONARDO BRUNI ARETINO. *Laudatio Florentinae Urbis*. In: BERNARD-PRADELLE, Laurence (ed.). **Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento**. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008. p. 205-301.

LEONARDO BRUNI ARETINO. *Laudatio Florentinae Urbis*. In: VITI, Paolo. **Opere Letterarie e Politiche di Leonardo Bruni**. Torino: Unione Tipografica Editrice Torinese, 1996. p. 568-647.

LUIZ, Vânia Vidal. **Fórum de verdade e ficção: a crônica de Giovanni Villani na Florença Medieval**. 2014. Dissertação (História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio, Dell'arte della guerra e altre opere**. A cura di R. Rinaldi. Torino: UTET, 2006. 2 v.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Istorie Fiorentine*. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le opere storiche, politiche e letterarie**. A cura de A. Capata. Roma: Newton Compton, 2013. p. 467-694.

MANSFIELD, Harvey Claflin. **Maquiavelo y los principios de la política moderna: un estudio de los Discursos sobre Tito Livio**. Traducion de Stella Mastrangelo. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1979.

MOLINIÉ, G. **Dictionnaire de Rhétorique**. Paris: Librairie Générale Française, 1992.

MORFINO, Vittorio. The five theses of Machiavelli's "philosophy". In: LUCCHESI, F. del, FROSINI, F. e MORFINO, V. (ed.). **The radical Machiavelli: politics, philosophy and language**. Boston: Brill, 2015. p. 144-173.

MURPHY, J. *La elocuencia en el renacimiento: Estudios sobre la teoría y la práctica de la retórica renacentista*. Visor Libros, 1998.

MURPHY, J. **La retorica nel Medioevo**. Editora : Liguori, 1983.

NAJEMY, J. M. **Storia di Firenze 1200-1575**. Torino: Giulio Einaudi editore, 2014.

PERELMAN, Chaim. **Traité de l'Argumentation**: la Nouvelle Rhetoric. Paris: Bruxelles: Universite de Bruxelles, 1976.

PINTO, Fabrina M. "Retórica e política no Humanismo Renascentista: Reflexões sobre a laudatio florentinae urbis, de Leonardo Bruni" *In*: RAGAZZI, A; MENESES, P.; QUIRÍACO, T. (org.). **Ensaio Interdisciplinares sobre o Renascimento italiano**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017. p. 163-187.

PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucidideanas**: Ktema es Aei. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

POCOCK, J. G. A. Rome: the republic as ideal and history. *In*: NAJEMT, John (ed.). **Cambridge Companion to Machiavelli**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 144-156.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment**: Florentine political thought and the republican Atlantic tradition. Princeton: Princeton University Press, 2003.

QUINTILIANO. **Institutio oratoria**. Books I-III. Translate by H. E. Butler. London Harvard University Press, 1920. Loeb Classical Library.

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

SALLUST. **The war of Catiline**. The war of Jugurtha. Edited and translation by John Ramsay. Boston: Harvard University Press, 2013.

SALÚSTIO. A conjuração de Catilina. *In*: SÊNECA; SALÚSTIO. **Tratado sobre a clemência**. A conjuração de Catilina. A guerra de Jugurta. Tradução de Antonio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 95-134. Coleção clássicos do pensamento político.

SALUTATI, Coluccio. "Invective Against A. Loschi". *In*: BALDASSARI, S. Coluccio Salutati. **Political Writings**. London: The I Tatti Renaissance Harvard University Press, 2014. p. 144-167.

SASSO, Gennaro. **Niccolò Machiavelli**, vol. 1: Il pensiero politico; vol. 2: La storiografia. Bologna: Il Mulino, 1993. 2 v.



SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VASOLI. **Considerazioni sulla Laudatio Urbis Florentinae di Leonardo Bruni**. Em Estrato dall'Annuario 1961-1962 del Liceo Ginnasio Statale F. Petrarca di Arezzo, MISC. XXXV I. Firenze: Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento.

VILLANI, Giovanni. Nuova Cronica. In: PORTA, G. **Nuova Cronica, di Giovanni Villani**. Ed. Giuseppe Porta. Biblioteca di scrittori italiani. Parma: Fondazione Pietro Bembo / Ugo Guanda editore, 1991.

VITI, Paolo. Laudatio florentine urbis (Elogio della città di Firenze). In: VITI, Paolo. **Opere letterarie e politiche di Leonardo Bruni**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1996. p. 568-647.

WILCOX, D. J. **The Development of Florentine Humanist Historiography in the Fifteenth Century**. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

WITT, G. **The Origins of Humanism from Lovato to Bruni**. Leiden: Boston-Cologne, 2000.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Fabrina Magalhães Pinto é doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2006, Pós-Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2010 e Pós-Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG), 2016, professora associada de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG) e coordenadora do Laboratório de Estudos Republicanos (LER) na mesma instituição. Organizou, com Danilo Marcondes, a edição especial sobre da revista *O que nos faz pensar?* (2010); com Flavia Benevenuto, o dossiê temático Renascimento Italiano, pela revista *Crítica Histórica* (2015), e o livro *Filosofia, Política e Cosmologia: ensaios sobre o renascimento italiano* (EdUFABC, 2017). Autora da apresentação do *Elogio da Loucura* de Erasmo de Roterdã (Edipro, 2015).

Luís Falcão é doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), (2015), professor adjunto de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde coordena o Laboratório de Estudos Republicanos (LER). Autor de *Maquiavel, Montesquieu e Madison: uma tradição republicana em duas perspectivas* (Azougue, 2013), *Algernon Sidney: um pensador republicano do século XVII* (EdUFF, 2019), *Algernon Sidney between modern natural rights and Machiavellian republicanism* (Cambridge Scholars Publishing, 2020), *Ensaio Republicanos* (Appris, 2021) e *O pensamento político de James Harrington: republicanismo, maquiavelismo e inovação* (EdUFABC, no prelo).

#### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Luís Falcão. Rua Marcos Waldemar, sem número, Bloco O, Sala 220, São Domingos, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. CEP: 24210-201.

#### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA CRediT

*Conceituação*: PINTO, Fabrina Magalhães; FALCÃO, Luís.

*Investigação*: PINTO, Fabrina Magalhães; FALCÃO, Luís.

*Escrita – rascunho original*: PINTO, Fabrina Magalhães; FALCÃO, Luís.

*Escrita – revisão e edição da versão final*: PINTO, Fabrina Magalhães; FALCÃO, Luís.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

#### APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

#### MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

#### PUBLICAÇÃO PRÉVIA / PRIOR PUBLICATION / PUBLICACIÓN PREVIA

Remover se não se aplicar



## EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 15 de maio 2020.

Alterado em: 10 de setembro de 2020.

Alterado em: 26 de outubro de 2020.

Aprovado em: 22 de dezembro de 2020.

## O problema da forma: cultura e Estado em Raízes do Brasil, 1936

The problem of the form: culture and state in Raízes do Brasil, 1936

**Damião Farias**<sup>a</sup>

E-mail: [damiaofarias@ufgd.edu.br](mailto:damiaofarias@ufgd.edu.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-5718-730x> 

<sup>a</sup> Universidade Federal da Grande Dourados,  
Faculdade de Ciências Humanas,  
Dourados, MS, Brasil

## RESUMO

O artigo problematiza o tema da forma na obra *Raízes do Brasil*, edição de 1936. Para realizar a interpretação, buscamos aporte em autores que tiveram confluências com o modernismo no Brasil e em outros países. Assim trabalhamos, sobretudo, com Nietzsche. Acreditamos ter alcançado êxito em demonstrar os vínculos das abordagens de Holanda em direções estético-expressivas sobre os ajustamentos e dissonâncias entre forma e conteúdo, cultura e Estado na história brasileira, nos períodos do Império e República. Holanda perscrutou os tempos brasileiros e divisou o distanciamento progressivo das formas políticas liberais em relação aos valores culturais do personalismo que caracterizaram a nossa história. Sua proposição é, ainda que difícil de ser vislumbrada, a favor de nova configuração da política em termos congêntos à específica cultura nacional, com o objetivo de melhor expressar os valores personalistas, em regime oligárquico/aristocrático, o que supostamente abriria a história brasileira para a criação de novas possibilidades.

## PALAVRAS-CHAVE

Raízes do Brasil. Friedrich Nietzsche. Forma e conteúdo.

## ABSTRACT

This article discusses the theme of the form in *Raízes do Brasil* from its 1936 issue. To interpret it, we searched for contribution in authors who had confluence with modernism in Brazil and other countries. Our main reference was Nietzsche. We believe this article is successful in showing the links between Holanda's approach in aesthetic-expressive directions, the adjustments and dissonances between form and content, culture and State in Brazilian history in times of Empire and Republic. Holanda studied the Brazilian times and distinguished the progressive detachment of liberal politics regarding the cultural values of the personalism that characterizes our history. Although hard to glimpse, Holanda's proposition is in favor of the new configuration of politics in congenial terms to the specific national culture, with the goal of better expressing the personalist values – in oligarch/aristocratic regime –, which would supposedly open Brazilian history to new possibilities.

## KEYWORDS

Raízes do Brasil. Friedrich Nietzsche. Form and content.

## Introdução

A análise do livro *Raízes do Brasil*, versão de 1936<sup>1</sup>, de Holanda, deve considerar como estratégia interpretativa o deslindamento dos temas correlatos cultura e forma e, inclusive, a forma política.<sup>2</sup> Esses Temas foram focados pelo autor tanto na abertura do livro, nos primeiros parágrafos, que cumprem função introdutória na estrutura da obra, quanto nos finais, que possuem função conclusiva. Pretendemos aproximar as teses de Holanda às noções, sobre os referidos temas, elaboradas por Nietzsche ao longo de sua trajetória filosófica.

Assim, lemos no primeiro e segundo parágrafos do livro sobre o sucesso dos portugueses colonizadores das terras brasileiras na “transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical” (HOLANDA 1936, p. 3). Os nossos colonizadores trouxeram todos os elementos de outro clima e paisagem, e souberam timbrá-los com outros traços culturais na colônia e, não obstante, o autor afirma que “somos ainda uns desterrados em nossa terra” (*id.*). Para o autor, não importaria todo o nosso esforço e capacidade em incrementar a cultura que tomamos como nossa; é imperativo reconhecer que ela pertence a outro lugar.

Desse modo, o autor brasileiro nos apresenta o seu problema crucial: até que ponto se dá o ajuste das formas de vida, das instituições e da visão do mundo herdados da cultura além-mar, à qual atestamos orgulho, com o tipo próprio de cultura que queremos criar sobre nosso ambiente.

Embora reconheça nossos vínculos culturais com a Europa, a uma cultura específica da Europa, a da Ibéria portuguesa e mestiça e, após analisar as transformações locais dessa cultura no entrecruzamento e miscigenação com negros e indígenas, o autor nos adverte para a necessidade de reelaboração de nossas formas de vida, especialmente daquelas devotadas à política. Ao final do livro, em seus parágrafos conclusivos, Holanda exorta-nos a considerarmos o tema da forma como decisivo na constituição de toda e qualquer cultura.

Considerando essas informações preliminares, nosso objetivo é esboçar uma compreensão sobre os temas (transversais e articulados) da forma, da cultura e das

<sup>1</sup> Doravante, designaremos a obra-prima de Holanda pelas iniciais *RB*.

<sup>2</sup> A articulação da dimensão política com a filosofia de Nietzsche, em *RB*, foi elaborada em Waizbort (2011). Consideremos que o tema personalismo não fora devidamente explicitado. A nossa conclusão é próxima e, todavia, discrepante do autor.

formas políticas apresentados em *RB*, de 1936. A forma ensaística do texto, no uso despreocupado e sem referências a noções e conceitos, cria grandes dificuldades ao intérprete. Ao mesmo tempo, suas qualidades enigmáticas revelam amplas possibilidades de leituras que produziram, ao longo dos anos, especialmente nos últimos 30 anos, a fortuna crítica da obra.

Diversos estudiosos apontam os possíveis vínculos de *RB* com a tradição filosófica, histórica e sociológica alemã, de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, de primazia dos estudos culturais e que remontavam, em verdade, ao desenvolvimento intelectual e artístico alemão desde o século XVIII. Esses vínculos intelectuais teriam sido firmados no período em que o autor brasileiro vivera na Alemanha como correspondente do Jornal *Diário Carioca*, entre meados de 1929 e fins de 1930.

É importante, por outro lado, indicar que o campo da cultura e da arte era a dimensão “natural” onde se movia o autor desde a juventude, com a intensa participação no movimento modernista brasileiro. Seja como organizador e articulista de revistas, crítico literário e até como jornalista, as preferências de Holanda recaíram sobre os produtos e produções daquela área de elaboração humana. Dessa maneira, podemos imaginar que as reflexões sobre o campo estético, especialmente o da poesia e literatura, mas também o das artes em geral, produzidas por artistas e intelectuais alemães (mas não apenas de alemães!), tenham impactado Holanda e seus companheiros de viagem modernista.

## Cultura luso-brasileira – aventura e cordialidade

Mas podemos traduzir uma noção ou ideia do significado de “cultura” presente na obra analisada? Conforme indicamos, no primeiro parágrafo de *RB*, quando se apresenta o problema central da obra, parece-nos haver uma indicação de caráter bastante *lato*: “as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo” comporiam um significado de “cultura”. Se alinhavarmos essa afirmação com aquelas expostas nos parágrafos anteriores, talvez pudéssemos afirmar que, no livro de 1936, Holanda concebia a cultura como um enovelamento de toda a existência de um povo. Acreditamos que, inclusive, poderíamos indicar o seu aspecto singular, ao reivindicar a necessidade de reconhecimento de sua diferença em relação às instituições europeias.

Poucos anos depois da publicação de *RB*, em um artigo publicado, em 1940, para comentar o livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, de Gilberto Freyre, Holanda nos fornece uma noção mais precisa a respeito do tema:

Entenda-se “culturais”, nesse caso, com o timbre especial que a palavra cultura adquiriu entre os modernos antropologistas europeus e americanos. Cultura compreendida como o conjunto global de crenças e ideias, hábitos, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos que o indivíduo adquire da sociedade como um legado tradicional e não em consequência de sua própria atividade criadora (HOLANDA 2011, p. 186).

Na sequência, Holanda adverte que essa noção não pode ser aproximada ou confundida com a noção de raça, e era dela que se apropriava Gilberto Freyre, seguindo as formulações e orientações de Franz Boas. Não obstante, o autor admite que a noção moderna de cultura não estaria isenta de confusões e particularismos identitários:

O conceito de cultura, posto que legítimo, não estaria isento de tais riscos, se colorido por certo profetismo ingênuo, tão generalizado nos dias atuais, ou mesmo por algumas hipóteses sociológicas de caráter acentuadamente especulativo, como as que explicam a sociedade à imagem de um organismo ou recorrem a entidades superindividuais, no gênero da “consciência coletiva” de Durkheim. Nesses casos, a ideia converte-se facilmente em ideal e as culturas particulares correm o perigo de se transformarem, de objetos de investigação, em objetos de culto (HOLANDA 2011, p. 186-187).

Ao ponderar nossas reflexões com as formulações citadas, corremos também certos riscos de avaliações anacrônicas em relação a *RB*. O próprio autor não esteve isento daqueles conturbados “dias atuais” e, talvez, as revisões realizadas nas edições seguintes de seu primeiro livro tenham levado em conta os acontecimentos daquela conjuntura, tanto no Brasil quanto fora. Seria esse o caso do uso que fez da noção de cultura? Estaria Holanda, porventura, em suas elaborações sobre a cultura brasileira, sob as injunções de “certo profetismo ingênuo” ou sob “caráter especulativo”, “à imagem de um organismo”!?

Na investigação promovida, o autor pondera que, para a responsabilidade da criação de uma “cultura própria”, de superação do sentimento de “desterrados em nossa própria terra”, cumpria primeiramente uma avaliação dos desdobramentos dos elementos culturais que recebemos em nossos climas e paisagens, e que eram originários de outros lugares distantes. Vê-se a intenção do pensamento reflexivo a respeito de uma possível e singular cultura, por meio da compreensão da cultura ou das culturas advindas e desdobradas em território brasileiro.

Holanda trabalha com a noção de singularidades culturais, as quais são entendidas por um conjunto de formas particulares. Contudo, existe um esforço importante para identificar, na totalidade das formas que compõem “nossa” cultura, uma espécie de substrato que as singulariza. São os valores sociais que subsistem e orientam as distintas culturas, os elementos avaliados e acompanhados ao longo do tempo, àqueles que são significativos tanto na produção da vida rotineira quanto nos objetos de arte. E o parâmetro para a avaliação das culturas são as capacidades delas, nas suas variadas formas, de favorecer a organização das forças individuais e coletivas voltadas para novas criações e desenvolvimentos mais adequados, concernentes e valiosos à afirmação das próprias tipicidades, seja de indivíduos ou povos.

Mas, é crucial entender que esses casos representariam dada congruência entre formas ou formas e conteúdos (os seus valores) da cultura. Uma cultura pode ser entendida, assim, como uma unidade ou complexa totalidade de formas e conteúdos particulares. Essa interpretação não foi explicitada por Holanda, todavia nos parece coerente se desdobrarmos sua afirmação de que “uma cultura só absorve o que lhe é próximo”, ou seja, o sentido de toda e qualquer cultura seria a sua unidade, congruência ou consonância dos elementos e é nessa direção apontada que consideramos as reflexões do autor desenvolvidas ao longo do livro.

O movimento da análise quer recuperar as origens, filiações, correntes, desvios e influências ao longo do tempo, no que poderíamos chamar de deslocamentos da cultura ibérica em território brasileiro. Por isso, sem abrir mão de imaginar configurações mais antigas, remotas e imemoriais, o autor procura os elementos que denotavam e distinguem os povos conquistadores e colonizadores dos novos mundos, os ibéricos e, em especial, a parte dos portugueses. São evidentes as situações que quase roçam a ideia de essência e, portanto, de continuidades, mas se percebem mais facilmente as descontinuidades no trajeto argumentativo do autor.

O recurso metodológico da contraposição ou comparação será habilmente utilizado por Holanda, de modo a apresentar ou a extrair, de conjuntos culturais mais vastos, as especificidades com as quais quer demarcar fronteiras. Disso decorre a primeira tentativa sobre a Península Ibérica caracterizada como “território ponte” assim como os Balcãs, a Rússia e, de modo especial, a Inglaterra.

Nesse espaço fronteiriço e peninsular, sociedades e culturas eram distintas da Europa do feudalismo, além dos Pirineus. O autor chama a atenção para o fato de que somente na época dos descobrimentos puderam os ibéricos ter consciência de vínculos antigos com o restante da Europa. Mesmo assim, partilhar em algum grau do “mundo europeu”,

do qual o ibérico reconhecia fazer parte como civilização ocidental, não deixaria dúvidas sobre as formações e repercussões espirituais específicas decorrentes desse ingresso tardio no “coro europeu”.

Por isso, o autor pergunta: “qual a base em que assentam as formas culturais nessa região indecisa entre a Europa e a África, que vai dos Pirineus ao Gibraltar?” (HOLANDA 1936, p. 4). A resposta apresentada é “que nenhum (povo) desenvolveu a tal extremo essa cultura da personalidade que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais.” (HOLANDA 1936, p. 5). Quais valores sociais e culturais orientavam aquela cultura da personalidade?

Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes, devem espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional (HOLANDA 1936, p. 5).

Caracterizavam o culto à personalidade o valor e a extensão em que o indivíduo independe de outro e de que suas forças bastam-lhe para viver. Tais virtudes soberanas da pessoa marcaram as instituições ibéricas desde o tempo da antiguidade clássica e eram bem acabadas e representadas pela expressão “sobranceria”, que significa, etimologicamente, a noção de superação: “Mas a luta e a emulação que ela implica eram tacitamente admitidas e admiradas, engrandecidas pelos poetas, recomendadas pelos moralistas e sancionadas pelos governos” (HOLANDA 1936, p. 5).

Ao lado da exaltação extrema da autonomia da personalidade, outra virtude dos povos ibéricos – aliás, sua virtude suprema – era a disposição para aceitar ordens: “obediência cega, e que difere do ideal germânico e feudal da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte” (HOLANDA 1936, p. 14). A obediência era avaliada como a mais rara e preciosa das virtudes entre os ibéricos. Exatamente em razão da necessidade de se conterem as paixões do indivíduo, adequando-as à vida em comunidade, ela representava o obstáculo aos riscos da desagregação e anarquia social.

O resumo, elaborado nos parágrafos anteriores, é relativo ao primeiro capítulo de *RB*, intitulado “Fronteiras da Europa”. O autor tem por objetivo não apenas apresentar os valores que tipificam o homem ibérico, como também expor ao leitor uma diferenciação frente às regiões europeias onde predominaram as instituições da sociedade feudal, naquelas porções continentais onde se formara e ruína o Império Carolíngio.

Na sequência, no Capítulo II, intitulado “Trabalho e Aventura”, teremos a apresentação de uma nova contraposição, de modo a demarcar, no interior da cultura ibérica, e, ainda, sob os valores do culto à personalidade, as possibilidades do surgimento de outro personagem, o “português aventureiro” – um típico perfil psicológico – que se desabalou para os novos mundos. Holanda apresenta-nos o português *aventureiro*, em oposição a outro tipo denominado *trabalhador*, tipos que singram os tempos da história, sustentam diversas formações sociais concretas e possuem sua ética própria:

Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá um valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro, a audácia, a imprevidência, a irresponsabilidade... e tudo quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; (...) Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador (HOLANDA 1936, p. 21).

Holanda afirma que os dois tipos, o trabalhador e o aventureiro, inexistem na vida real, pois “[...] participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações” (HOLANDA 1936, p. 22). Na obra da conquista e colonização dos novos mundos, predominara o tipo aventureiro, mesmo quando consideramos a participação de ingleses nesse feito histórico. O tipo aventureiro, portanto, não foi elaborado em oposição aos valores da gente ibérica. Observamos que a ação do elemento português, em condições histórico-espaciais específicas, se distanciara na comparação com as experiências espanholas de colonização e, contudo, não realizou uma obra fora das margens da cultura ibérica e do personalismo, sendo-o, na verdade, um desdobramento ímpar em seu leito.

Diversos fatores influenciaram o processo de colonização dos trópicos, mas o “espírito de aventura” dos portugueses e seus “descendentes imediatos” são avaliados como decisivos. Aliás, apenas os portugueses estiveram à altura de tamanho desafio, pois nenhum outro povo estava em condições de enfrentar as diferenças climatéricas e mesológicas dessas regiões, e serem vitoriosos como eles o foram.

O êxito colonizador dos trópicos pelos aventureiros portugueses, de acordo com Holanda, decorreu de outra característica bem marcante de sua cultura voltada à adaptabilidade, à plasticidade. Essa característica fora forjada no histórico de trocas

culturais com Ásia e, sobretudo, África, bem como o da miscigenação racial, já que os portugueses formavam o “povo de mestiços” da Europa, carregado de sangue negro e mouro, na expressão do autor.

Em consequência da ausência de um proceder ordenador e da falta de orgulho social e racial, da pouca disposição para hierarquias e de ordenações fixas, conclui-se que à Ibéria e, especialmente a Portugal, devemos os valores fundamentais de nossa cultura, pois “podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA 1936, p. 15).

A leitura do livro-ensaio nos faz observar um movimento de deslizamento em parte dos valores culturais que outrora impregnavam as formas de vida criadas e desenvolvidas na Ibéria e que se desdobram no tempo da colônia. Assim, notamos que o “culto à personalidade”, no tempo-espaço ibérico, do viver de luta e de superação, consignado pela expressão “sobranceria”, não representava obstáculos intransponíveis a ideais de coesão social e vida comunitária, pois aquelas virtudes eram articuladas ao valor da obediência, considerada a mais rara e valiosa virtude na cultura de fidalgos.

Mas quando olhamos para o homem aventureiro, não obstante a manutenção de certos valores do personalismo, como o prestígio da honra, do feito grandioso e do mérito pessoal, notamos que, no espaço-tempo da colônia, desaparecem as condições de freios e contrapesos às disposições passionais e forças instintivas individuais. No entanto, no universo pulverizado de poder jurisdicional da vida colonial, existia um centro que se impôs: o mando patriarcal.

Essa interpretação sobre os desdobramentos culturais terá no século XIX outro movimento bastante significativo. Trata-se da entrada em cena do “homem cordial”. A cordialidade brasileira nasceu do entrechoque dos valores da personalidade, estereotipados por séculos de vida colonial, com os valores modernos impostos à sociedade brasileira desde a vinda da família real em 1808.

A imposição de valores abstratos e racionalistas, advindos da Europa iluminista e liberal, foi responsável pela crise profunda que se abateu sobre os homens que até então viviam de acordo com os sentimentos de sangue e de coração. Neles desenvolveu-se um espírito de negação da vida, de vontades idealistas em contraposição à existência real, social e histórica. Esses desdobramentos podem ser compreendidos como sintomas de uma grave doença, em cujo desespero ocorre o abandono de si e a busca de um “viver nos outros”.

A cordialidade é, ainda, um arranjo conciliador e incongruente entre os valores da personalidade, que sobrevivem e resistem, com determinadas formas da vida moderna europeia, responsáveis pelas nascentes instituições nacionais, como, também, das formas urbanas e burguesas que se agigantavam desde a vinda da Corte portuguesa. Essas formas modernas são avaliadas enquanto superposições à gente e à cultura brasileira. Como já aprendemos com Holanda que “toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (HOLANDA 1936, p. 15), somos levados a compreender que não haveria possibilidades históricas de acomodação dos valores significativos do personalismo às formas advindas das ideologias abstratas do liberalismo e aos ideais a ele concernentes.

É possível inferir que, naquele período histórico do imenso “cataclismo”, perdera-se uma relativa unidade da cultura, quando formas e conteúdos resultavam minimamente congruentes. A grave crise que se firmara nos tempos do Império agudizou-se com o advento da República e resultou em um corpo nacional anárquico e invertebrado, em uma nação incapaz de produzir ordem, sob dada vontade própria e criadora a partir de suas forças. O centro mínimo organizador, que era o senhor local, desaparecera completamente com os últimos homens do Império. Fortalecera-se o espírito, nascido no século XIX, de negação do homem brasileiro, de sua realidade social e biológica.

## Considerações sobre o contraponto “forma e conteúdo”

Destacamos duas frases com as quais o autor inicia as “considerações finais” de *RB*: “O essencial de todas as manifestações, das criações originais como das coisas fabricadas, é a *forma*. A realização completa de uma sociedade também depende de sua forma” (HOLANDA 1936, p. 160). Elas, talvez, sejam da maior importância para a interpretação da obra.

Pudemos verificar que a noção ou o termo *forma* é aquele que mais vezes aparece ao longo do texto. São aproximadamente 50 (cinquenta) citações. A sequência da crítica exposta nas duas frases anteriores é dada pela seguinte afirmação:

Se no terreno político e social o liberalismo revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um criador de novas; se foi sobretudo uma inútil e onerosa superfetação, não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa

desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas (HOLANDA 1936, p. 160-161).

Vários problemas podem ser apontados da leitura da citação anterior. O primeiro refere-se ao liberalismo. A avaliação esboçada pelo autor recupera o conjunto da crítica esgrimida ao longo do livro, sobretudo nos últimos três capítulos. O liberalismo é considerado um produto histórico específico das regiões ocidentais onde se desenvolveu o capitalismo, dos restos e do declínio do feudalismo, como também do desdobramento ímpar das comunidades de colonizadores da América do Norte. Como vimos, a visão do conjunto cultural da Ibéria, não obstante pertencer ao Ocidente, não comungou historicamente, desde o fim da antiguidade, daqueles desdobramentos além dos Pirineus.

Em razão disso, o liberalismo significou, entre nós, apenas um destruidor de formas anteriores, sem demonstrar capacidade para criar novas formas de vida social. Seguindo nossos raciocínios, podemos afirmar que o liberalismo pertencia a outro conjunto cultural, ou talvez nem a isso, sem afinidades com os valores que suportaram e suportavam o homem brasileiro, desde os tempos da colônia. E, no caso, as formas de vida advindas do liberalismo se assentam em valores abstratos da impessoalidade, exatamente o contrário dos valores da pessoalidade e do personalismo ibérico que herdamos.

O liberalismo qualificado como “inútil e onerosa superfetação”. Aqui, as teses liberais são refutadas em seus próprios termos, pois o seu valor máximo orientador é exatamente o da utilidade. A sua superposição, superfetação à vida social e cultural brasileira revela o seu caráter externo e sua incapacidade em penetrar o âmago da vida nacional e, em decorrência, sua inoperância no estabelecimento de vida social organizada e ordeira.

Se o liberalismo democrático representou um destruidor de formas de vida até então existentes, sem criar algo substancialmente novo, ele é, de fato, uma “onerosa superfetação”. Um dispêndio de recursos e energias em direção ao nada, produtor do nada, apenas de negações da vida. Ele ainda reforça e produz a tendência para a desagregação e anarquia social – para “nossa desordem”; a sua imposição parece significar o desaparecimento de um horizonte que, sobreposto, dava sentido à vida. Sob o liberalismo democrático, a vida já não tem mais sentido, pois as formas organizadoras decorrentes não dizem respeito ou são dissonâncias em relação ao conteúdo das experiências brasileiras.

O segundo problema apontado pelo autor é relativo à necessidade de atentarmos ao universo de “essências íntimas”. É indisfarçável a possibilidade de leitura da frase sobre uma concepção a-histórica e metafísica da afirmação. Mas cremos não ser o caso. Trata-se de uma reparação sobre as disposições técnicas, sobre a positividade de “esquemas sábios”, negadores da vida social e cultural, real e anteriormente existente. Pensamos ser de bom proveito prosseguir e analisar mais uma frase que se conecta a esse debate: “Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e harmonia falsa” (HOLANDA 1936, p. 161).

Holanda envolve ou deriva o problema da forma e o insere, parece-nos, na teoria da estética ou teoria da arte, mais especificamente, ao construir uma referência bifronte sobre o que seria, talvez na música, uma forma autêntica (consoante ao “nosso próprio ritmo espontâneo”), *versus* uma forma inautêntica ou não artística (“por um compasso mecânico e harmonia falsa”).

A frase citada e o seu contexto nos impelem a esboçar, de maneira bastante sucinta e até sem maior profundidade, o tema da forma na teoria da arte. Tomaremos de empréstimo e em linhas gerais a concepção de John Dewey<sup>3</sup>, expressa em *Arte como experiência* (2010). Para esse filósofo, *forma* é o resultado da e na experiência. Quando se traduz em caráter estético, a forma tornou-se uma experiência significativa que a aproxima da arte.

A possibilidade da forma nasceria em momento de surpresa e suspense na relação do homem consigo mesmo e com o seu meio, de onde brota a percepção da emoção ou diferentes emoções que exigem elaboração significativa. Dewey adverte que essas impulsões emotivas não são capturadas ou reguladas pela consciência e, embora sejam os órgãos sensoriais inicialmente, e talvez aparentemente, a nos conectar com o foco do instante da surpresa e do suspense, na verdade responde-lhes todo o organismo da criatura viva. Ou seja, toda a sorte de acúmulo de experiências próprias e significativas, inscritas no indivíduo, e para além dele, que o ligam a uma cultura.

Desse modo, em uma experiência significativa de caráter estético, todo corpo, em movimentos, impulsões, contrapesos, jogos e lutas, elabora o significado cujo veículo e resultado é sua forma. Mas devemos atentar ao fato de que o jogo não se dá apenas com os elementos e motivos interiores do corpo da “criatura viva”, senão que o próprio

<sup>3</sup> O filósofo do pragmatismo colabora no entendimento dos temas forma/conteúdo. Sua abordagem da arte e seus vínculos com a “vida” é próxima à de Nietzsche, apesar das diferenças.

meio deve ser lido como um conjunto de organismos que resistem e afirmam posições e/ou contraposições à criatura que vivencia a experiência. Dessa maneira, a “criatura viva” seria um corpo de relações, para dentro e para fora.

Para o norte-americano, o próprio caráter resistente e não aderente das energias ou forças em luta seria decisivo para a experiência estética. Essa propriedade manteria determinada e permanente tensão voltada à reflexão e ao contínuo trabalho do moldar e remoldar artístico sobre os diversos materiais disponíveis, responsável pela consumação da experiência da arte, do expressivo conteúdo da experiência emocional, singularmente vivida e agora traduzida em veículo, produto e forma artística.

A forma, que não se separa de seu conteúdo, incorpora a si, enquanto é elaborada, todos os elementos ou qualidades dos materiais que a compõem: as reminiscências do corpo, as impulsões e suas forças, as cores, o ritmo, o plano, o espaço, as linhas, as figuras, a luz, a sombra, a densidade, o volume e as tonalidades. Em uma forma de arte, todos os materiais ajustam-se e contrapõem-se em história (aos poucos e em ritmos de produção e percepção) e harmonia, resultam em experiência estética e em seu significado singular.

Assim, a forma expressiva seria o resultado da ação/retenção do trabalho criativo. Sua qualidade como um todo, de expressar singularmente uma experiência significativa, é decorrente das habilidades e reflexões do artista ou criatura viva com os diferentes e múltiplos materiais que estão mobilizados no tempo de sua duração. As capacidades de harmonizar, relacionar e por em ordem os diversos materiais são decisivos no valor da forma.

Uma forma expressiva não é alcançada por meio de descargas das emoções em um material-veículo. Também uma experiência singular encontra dificuldades de manifestação na justaposição simplória e descuidada da apresentação dos elementos que, propositalmente, querem expressar e estão envoltos no drama das emoções. Precisamos anotar que a experiência singular e mesmo inovadora somente é alcançável, de modo inescapável, tendo-se em conta as experiências acumuladas, no meio e no organismo da criatura viva.

Desconsiderar tais proposições seria incorrer no erro da produção de formas artificiosas, talvez úteis, mas não significativamente expressivas. Elas, as formas artificiosas e superficiais, revelariam a ausência de espontaneidade, ou seja, o seu caráter “não natural”, não consonantes ou insuficientemente harmonizadas aos materiais e conteúdos abertos à experiência. Em contraposição, uma experiência vívida, articulada

e absorvida em um todo e complexo cultural dá oportunidade à forma expressiva e enseja novas criações e põe em jogo, novamente, a criatura e sua cultura.

Podemos conjecturar que Holanda retivesse esse debate sobre as formas e as formas artísticas em particular, próprio de seu tempo de militância modernista (o livro de Dewey foi publicado pela primeira vez em 1934) e o apresentara em seu ensaio historiográfico. Não por acaso, há a referência às formas inventadas, que desconsideram o ritmo espontâneo e a “lei do fluxo e refluxo” da realidade brasileira. Parece-nos que foi nesse diapasão que o liberalismo é avaliado como incapaz de se conectar ao mundo de essências que são o substrato do homem brasileiro.

Por outros caminhos, podemos explicitar conexões entre as elaborações de Dewey sobre a experiência expressiva e a compreensão de Holanda sobre possíveis arranjos entre a cultura, o corpo e a forma da arte. Em uma dessas trilhas, iremos explorar artigo sobre Mann, intitulado *Thomas Mann*.

Holanda inicia o texto, publicado na *Folha de Minas*, em 1935, com a rememoração de seu encontro com Thomas Mann em fins de 1929. Ele compreendera a relativa e pequena influência do romancista alemão sobre sua gente, ao confrontar-se com a fisionomia, porte e estilo do autor:

Ficou-me na lembrança, principalmente, aquele semblante nada atraente – uma fisionomia de ave doméstica, quase monopolizada pelo grande nariz e pelos olhos, e na qual se destacavam, todavia, a severidade e a compostura. Fisionomia que é como imagem viva das contradições essenciais que faziam o tecido de sua obra de escritor (HOLANDA 1988, p. 195).

Quais seriam as “contradições essenciais” que compunham o tecido da obra e que precisaram ser contidas e domesticadas, sem que o esforço de retenção, de severidade e compostura alcançasse impedir a sua percepção?

Por um método comparativo, muito utilizado em *RB*, Holanda confronta o “problema” Thomas Mann com o poeta francês André Gide, cujas dissonâncias hereditárias da alma eram conformadas e postas em acordo através de sua obra artística. Todavia, as contradições de Gide seriam quase superficiais em comparação à personalidade do alemão. Destarte, em relação a Mann, o brasileiro divisou perspectivas também dissonantes, mas que recebem a adjetivação de tumultuosas e trágicas. Por meio delas, ele desdobrou a necessidade de reunião e composição de elementos tão díspares,

expressas tanto em sua fisionomia quanto em seus contos e romances. A compreensão é cunhada, ainda, pela referência à hereditariedade do autor, por sua filiação sanguínea brasileira, e permite ao leitor supor o vínculo ou a indistinção do “sujeito” das formas fisionômica e artística como pertencentes ao corpo do autor, às memórias, heranças e hereditariedades.

E é sob esse aspecto trágico que aparece nele a influência da hereditariedade brasileira (e mestiça, acrescentam alguns, sem dúvida por amor ao pitoresco). Já se disse dele, e a meu ver com justeza, que sua inclinação pelos ambientes burgueses, pela tradição e, algumas vezes, pelo reacionarismo, resultam antes do instinto de conservação do que propriamente de um espírito conservador. A ironia, a dignidade, a medida, o bom-tom são nele, antes de tudo, os diques de que carece para conter o encantamento indefinido da música, a decomposição mórbida, o doce relaxamento sensual, todos os princípios anárquicos e niilistas que procura resolver pela arte e que, no entanto, transparecem inflexíveis em todas as suas teses (HOLANDA 1988, p. 296).

Os elementos desmesuráveis e moventes da personalidade e da obra de Mann, herdados da mãe brasileira, Júlia Mann, de quem absorveu o gosto pela música, só podiam ser contidos ou contrabalançados por sua outra parte de ascendência alemã, aristocrática e burguesa, “nada mais digno de aspiração de que o normal, o decente, o amável, a vida enfim em toda a sua encantadora banalidade” (HOLANDA 1988, p. 296).

Enfim, Mann vive sobre a ponta do abismo, sob o perigo de sua tragédia pessoal e quer se salvar. Sua personalidade, sua forma física, sua obra, refletem esse ideal de salvação como um homem religioso. “ ‘O homem religioso’, disse Nietzsche, ‘só pensa em si mesmo.’; e Thomas Mann comenta: ‘Em sua própria salvação.’” (HOLANDA 1988, p. 296).

Na “forma” Mann, transparecem os diversos elementos, materiais, conscientes ou não, que precisam ser retidos, coordenados, postos em ordem e harmonizados. E, todavia, permitem ou ensejam o jogo e a criação na e da cultura alemã.

Mas o que queremos destacar é o vínculo que possuem as noções de “essência” e “hereditariedade”. Não se trata de noções metafísicas, a-históricas e eternas, mas de uma compreensão da forma artística que engloba a história do corpo e da fisiologia. Se tal possibilidade compreensiva da cultura pode ser vislumbrada em Dewey, ela é efetivamente a proposição interpretativa de Nietzsche (FREZZATTI JUNIOR 2004).

A “severidade e a compostura” revelam já uma natureza conformada, uma segunda natureza incorporada, e, ao mesmo tempo, o labor permanente do artista em opor a sua vontade, a sua necessidade em dar forma sobre os elementos anárquicos e desagregadores que perpassam sua experiência vital. Dar forma é um exercício de tensão, força e contensão, significa impor um ritmo, um fluxo às energias e canalizá-las na obra de arte e na própria vida como expressividade.

O pensamento de Holanda revela a noção de luta, no limite às vezes trágico da sobrevivência do indivíduo ou corpo, entre divergentes tendências ou forças que o compõem. Sua hierarquização ou coordenação em um todo, mais ou menos harmonioso e organizado, não está pressuposto. Para tanto, faz-se necessário um grau de vontade, decisão e capacidade, próprio da luta que se vive, para impor perspectivas e dar sentido.

Parece-nos ser próxima a nossa leitura a interpretação de Meléndez em artigo “Homem e estilo em Nietzsche”. Ao comentar um aforismo<sup>4</sup> de Nietzsche, o autor conclui que:

Se o precedente não é uma constatação impessoal de Nietzsche, teríamos então corroborada a importância da forma dentro de sua obra. *Die Sache selbst*, “a coisa mesma”, o que realmente é “o assunto” (também no sentido do que realmente importa) isso é num artista, diz Nietzsche, a forma. [...] Importa o estilo e, como diz no final da citação, é de capital importância não só o que se imprime a uma obra, mas também à vida (MELÉNDEZ 2001, p. 30).

A presença de Nietzsche em textos de Holanda não se dá ao acaso. Sua filosofia é considerável em *RB*. As preocupações do filósofo alemão com o tema da cultura e da arte, estratégicas para interpretação dos fenômenos e também para a elevação do tipo homem, incluíam a noção de forma, elaborada em diálogo divergente com Platão (RODRIGUES 2004).

Os intérpretes de Nietzsche destacam que a noção de *estilo* perpassa toda a obra do filósofo, explicitamente relacionado ao tema do futuro do homem, na advertência do “tornar-se o que se é”. Queremos explorar algumas passagens da sua bibliografia,

<sup>4</sup> “É-se artista ao preço de sentir como conteúdo, como ‘a coisa mesma’, o que os não-artistas chamam ‘forma’. Pertence-se, por isso, a um mundo invertido: pois nesse instante se converte para alguém o conteúdo em algo meramente formal – incluindo nossa vida’ (NIETZSCHE *apud* MELÉNDEZ 2001, p. 30).

nas quais reflete sobre os temas correlatos de conteúdo, forma e cultura. Com isso, indicamos a proximidade de Holanda, ainda que indireta, nas vias de confluências do modernismo, da obra do filósofo.

A reflexão sobre “o espírito de artista” é presente desde as obras da juventude, por exemplo, na *Terceira consideração intempestiva*, Schopenhauer Educador, de 1874. Nela, Nietzsche divisou o resultado de uma busca pessoal por um filósofo modelar, o qual pudesse orientá-lo em sua formação. Esse filósofo-modelo era pressentido como unidade de forças pulsionais distintas, cujo centro criado por si mesmo alcançaria uma ordem significativa, um estilo singular. O educador, vislumbrado em Schopenhauer, seria aquele capaz de ajustar dois princípios: o primeiro que “diga simplesmente que o homem deve ter um centro, enquanto que o outro diz que deve ter também uma periferia. O educador filósofo que eu sonhava, não descobriria somente a faculdade dominante, mas saberia impedir que ela destruísse as outras” (NIETZSCHE 2008, p. 22).

Tempos depois, já decorrida mais de uma década de rompimento e de críticas a Schopenhauer, Nietzsche dirá que o filósofo educador era tão somente uma projeção de si mesmo, de sua necessidade e da necessidade de sua filosofia (NIETZSCHE 1995). Todavia, notamos nos textos da maturidade, que a noção da construção artística de si mesmo, agora sob a figura exemplar de Goethe, é reinterpretada sob o índice da totalidade estilística e estética (NIETZSCHE 2006).

Um contraponto dessa reverência a expressões artísticas, criações de si mesmo, é dada por Nietzsche em *O caso Wagner*. Nela, o músico é avaliado como representante maior da decadência moderna e da arte europeia, exatamente por suas qualidades antinômicas às noções de totalidade e à unidade de estilo: “Digo mais uma vez, Wagner não era capaz de criar a partir do todo, não tinha escolha, tinha que fazer fragmentos, ‘motivos’, gestos, fórmulas, duplicações, centuplicações, ele permaneceu orador enquanto músico, - por isso teve que pôr o ‘isto significa’ em primeiro plano” (NIETZSCHE 2016, p. 37).

A avaliação psicológica resulta Wagner como diletante hegeliano, como sensualista e sedutor, e teórico na música. Wagner ator, decorador e representante da sociedade doentia, da “anarquia dos átomos, da desagregação da vontade, da “liberdade individual”, em termos morais – estendendo à teoria política, “direitos iguais para todos”. [...] O todo já não vive absolutamente: é justaposto, calculado, postigo, um artefato” (NIETZSCHE 2016, p. 23). Entretanto, o “espírito de artista” na obra de Nietzsche levava em conta não apenas as trajetórias individuais e singulares. Ele conduzia também à

avaliação sobre povos e culturas, sendo recorrente a respeito das cidades-Estado da Grécia antiga em chave analítica positiva ou negativa como notamos nos parágrafos anteriores sobre o “mundo moderno”.

De fato, essa última perspectiva é significativa nos textos críticos à modernidade. Exemplo disso é o caso da *Segunda consideração intempestiva*, de 1874. Na obra, o filósofo alemão assevera o prejuízo à vida e à cultura, originado no hábito moderno, graças especialmente ao saber historicista positivista de incorporar à modernidade toda sorte de gestos e épocas, travando as possibilidades de se por em acordo conteúdo e forma, obtendo como resultado o enfraquecimento da personalidade:

Daí emerge um hábito de não levar mais a sério as coisas reais, daí emerge a “personalidade fraca”, em consequência da qual o efetivo, o existente, impressionam muito pouco; as pessoas se tornam, por fim, mais desleixadas e acomodadas com a sua aparência exterior, alargando-se o grave fosso entre conteúdo e forma até o ponto da completa insensibilidade para a barbárie [...] (NIETZSCHE 2005, p. 102).

Para Nietzsche, a modernidade, fundada sobre a personalidade fraca, era incapaz da promoção de um estilo, como resultado de coordenação de forças. A modernidade atuava no sentido contrário à formação da personalidade, do indivíduo soberano, e ao aparecimento do tipo humano considerado culturalmente superior. No mundo moderno, a plasticidade, a força plástica da cultura, responsável por toda criação do futuro, estaria sufocada no interior da ruptura entre forma e conteúdo – que, ao fim e ao cabo, significa uma vivência, ou experiência não significativa, já que uma “cultura” seria, efetivamente, unidade expressiva, junção ou relações mais adequadas e consonantes de conteúdo e forma:

A cultura de um povo enquanto a antítese da barbárie foi designada certa vez, e, segundo minha opinião, com algum direito, como a unidade do estilo artístico em todas as expressões da vida de um povo; esta designação não deve ser por isso mal compreendida, como se se tratasse da oposição entre barbárie e estilo *belo*; o povo ao qual se atribui uma cultura só deve ser em toda a realidade uma única realidade vivente e não esfacelar-se tão miseravelmente em um interior e um exterior, em conteúdo e forma. Quem aspira e quer promover a cultura de um povo deve aspirar e promover esta unidade suprema e trabalhar conjuntamente na aniquilação deste modelo moderno de formação em

favor de uma verdadeira formação, atrevendo-se a refletir sobre o modo como a saúde de um povo, perturbada pela história, pode ser restabelecida, como ele poderia reencontrar seus instintos e, com isto, sua honestidade (NIETZSCHE 2005, p. 102-103).

Por fim, em outra perspectiva, podemos recuperar o “espírito de artista” nas castas nobres no momento da fundação e organização do Estado, as quais significavam a imposição de formas sobre coletividades amplas. Isso equivale a dizer que tais grupos, sob o efeito da vitória e dos impulsos de vontade de domínio e poder, organizam a cultura sob formas concernentes aos seus valores. A massa da população subjugada é tomada como matéria-conteúdo e transformada em forma, da específica organização de Estado, conforme *Genealogia da Moral, uma polêmica*, de 1998.

## Uma forma política congênita

Após a apresentação desses indícios sobre os temas conteúdo, forma e estilo, comuns aos distintos autores, Nietzsche, Mann, Dewey e Holanda, podemos retomar nosso roteiro da reflexão sobre *RB*. Havíamos apresentado a ideia sobre a necessidade de consonância das formas com a realidade, sob a imagem da música, no acorde espontâneo entre ritmo, compasso e harmonia. Mas a quem caberia a orquestração da “boa música” da cultura e do povo brasileiro?

A resposta é evidente: a um novo Estado, à forma mediadora de outras formas da vida social. Em oposição ao Estado liberal, avaliado como “inútil e onerosa superfetação”, responsável por reforçar instintos anárquicos no brasileiro, deveria ser criada uma nova forma estatal coerente ao conteúdo da sociedade brasileira.

Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve revolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo. Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais de escolhas caprichosas (HOLANDA 1936, p. 161).

Em concordância com Nietzsche, o autor assevera que não seria possível conceber uma escala humana baseada apenas em sentimentos. Toda organização social ampla que tenha como base apenas os afetos tenderá ao declínio e desaparecimento, como exemplifica o filósofo alemão a respeito da instituição do casamento na era moderna. A concordância com o filósofo alemão implica o reconhecimento da importância do princípio da autoridade e da necessidade de instituições para se conceber uma organização social em escala ampla.

Mas, Holanda argumenta que a forma tirânica não seria a única forma para se obter “cristalização social”.<sup>5</sup> O historiador brasileiro prospecta a possibilidade de se amoldar, dar forma à vida social, em escala abrangente, por meio de ou explorando “um elemento normativo, sólido, inato na alma do povo”. Já vimos que o “elemento” eram os valores do personalismo. Mas qual seria a forma específica de Estado que, congenitamente, abraçaria os valores da personalidade, mostrando um caso de natural contraponto? Quem seriam os seus protagonistas?

Acompanhamos que o liberalismo democrático fora “um mal entendido entre nós”. Não só isso: ele significou o enfraquecimento, uma doença *niilista* e negadora da vida, mesmo em suas principais manifestações intelectuais e artísticas, como o romantismo brasileiro. Notamos também a crítica a “outras elaborações engenhosas” que carregavam em si o “espírito da revolução”, o grande mal do século XIX, no dizer do autor. Exemplos são o positivismo e o socialismo, que seriam tão somente desdobramentos daquelas proposições simpáticas e afeitas ao liberalismo e ao cristianismo. Considerou-se que elas são produzidas a partir da noção de “bondade natural do homem” e do “amor ao maior número”, que significam invólucros e fórmulas muito distintas do verdadeiro e natural modo existencial do homem cordial brasileiro.

E dessa forma os povos de nossa América foram levados a enaltecer um sistema de ideias que contrastava em absoluto com o que há de mais positivo em seu temperamento e que, bem compreendido, levaria à total despersonalização (HOLANDA 1936, p. 148).

Holanda era adversário, ainda, no momento da escrita da obra, do movimento fascista no Brasil denominado Integralismo. Avaliava que nossos fascistas em nada apresentavam da força e disposição disruptiva da ordem estabelecida, como os da Itália

<sup>5</sup> É possível que Holanda esteja observando um contraponto ao que Nietzsche apresentara sobre a ação das “bestas louras” na fundação do “Estado”, com a presença do uso tirânico e extremo da força e violência, de uma força estrangeira sobre outra.

e Alemanha. Aqui, não passavam de grupos de interesses buscando acomodação junto ao *status quo*. Por outro lado, Holanda considerava que o fascismo, de modo geral, era tão somente a outra face da moeda do liberalismo, outra forma de se colocar em primazia os mesmos interesses da produção e dos negócios.

Outra oposição filosófico-política que aparece consignada em RB refere-se àquela que, na Idade Média, fecundava todas as formas da sociedade e era baseada em um princípio insofismável: o antagonismo entre espírito e vida: “o princípio formador da sociedade era, em sua expressão mais nítida, uma força inimiga, inimiga do mundo e da vida” (HOLANDA 1936, p. 8-9). Essa concepção, efetiva outrora, revelava-se apenas uma “paixão de professores”. Provavelmente, aqui, a crítica é endereçada aos intelectuais da revista católica “A Ordem”, na qual se destacava Alceu Amoroso Lima, outro modernista; assim como o Sr. Plínio Salgado, líder do Integralismo.

Mas, em certo ponto do capítulo de RB, “Nossa Revolução”, e após definir certas formas de “caudilhismo” na América Latina como um desdobramento oposto e articulado ao liberalismo, uma negação liberal “inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, Porfirio Diaz” (que se afirmava como sistema político positivo na doutrina fascista europeia), o autor admite: “Uma superação da doutrina democrática só será possível, efetivamente, quando tenha sido vencido a antítese impersonalismo – caudilhismo” (HOLANDA 1936, p. 149-150).

Trata-se de uma questão enigmática! Sua resposta seria uma forma de organização social e política que superasse, ao mesmo tempo, o liberalismo democrático oposto ao personalismo e suas reações contrárias e tirânicas do protofascismo latino-americano. Essa forma deveria atender, como “contorno congênito”, nossa realidade social e cultural.

Nesse contexto do debate, surgirão, três vezes, referências à noção de *oligarquia*. A primeira delas está articulada ao insucesso de tentativas em se estabelecer, na América Latina, organizações, leis e outras formas de poder impessoal, pois o determinante das relações em nossos países é se requerer o reconhecimento da existência de “personagens de carne e osso”.

As constituições que foram feitas para não serem cumpridas, as leis que existem para serem violadas, tudo em benefício de indivíduos e de oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América Latina (HOLANDA 1936, p. 150).

A segunda referência surge no contexto afirmativo do personalismo e em oposição a “todos os lemas da democracia liberal”, tidos por “puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade” (HOLANDA 1936, p. 152):

Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo – ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não seria possível (HOLANDA 1936, p. 152).

Nota-se que, dessa vez, o personalismo e a oligarquia são referências de diferentes gradações, instrumentos ou formas capazes de trazer à tona os “instintos e sentimentos” mais vivos de nossa formação cultural. Ambos são naturalmente oposições à “demagogia liberal” e, ao mesmo tempo, a forma adequada de superação de nossa desordem política. Aliás, a única forma adequada!

A terceira referência desencadeia, em sequência lógica às anteriores, a demonstração de dois exemplos. O segundo exemplo apresentado no texto é relativo à pequena república da Costa Rica, que teria alcançado estabilidade e prosperidade em comparação a outras nações geograficamente próximas. Mas esse segundo exemplo parece ser usado para reforçar o primeiro exemplo, relativo ao Chile:

A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, ao menos por enquanto, o princípio político mais fecundo em nossa América. O Chile teve decênios mais felizes de sua história sob o regime inaugurado por Diego Portales, que soube arrancar o país do perigo das ditaduras ou da anarquia, mediante um poder acentuadamente oligárquico (HOLANDA 1936, p. 152-153).

Diego Portales foi personagem ímpar na história da formação e consolidação da República do Chile, na década de 1830, considerado herói nacional após a sua morte em 1837. Embora, não tenha ocupado o cargo da Presidência da República, o aristocrata e comerciante, ministro de diversas pastas e governador de província, Portales foi figura chave e ascendente sobre o regime chileno, sendo considerado o promulgador da Constituição chilena de 1833, de caráter conservador, orientadora das bases fundacionais da República.

O caso chileno talvez seja significativo a respeito das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda sobre as possibilidades para a República brasileira. Portales parece-nos mais próximo da definição buarquiana de “personalidade prestigiosa”, que reúna em torno de si, uma “elite de governantes”; ou seja, o eixo de uma força política, cujas capacidades e habilidades fundam uma oligarquia responsável por dirigir e estabelecer ordem social, ao bloquear os riscos tanto da tirania quanto da anarquia. O exemplo chileno traz a marca da “fecundidade” e faz contraposição ao caso do liberalismo, qualificado mais de uma vez como “superfetação”!

Há outra passagem no Capítulo “Nossa Revolução” que merece nossa atenção. Holanda após discorrer sobre o desaparecimento da centralidade do poder dos senhores rurais, tornados impotentes com o fim do Império, avalia o acontecimento como uma perda bastante importante: “Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa solidez orgânica, que nunca mais foi restaurada” (HOLANDA 1936, p. 141).

Chamo a atenção para o parecer construído de “solidez orgânica” que desaparecera junto com o Império e sua casta de homens superiores. Ela implicava a existência de liames entre as instituições e a vida nacional. No entanto, as criações alcançadas por tal arranjo nas formas exteriores estatais constituíam um ideal que, ainda, não desaparecera do imaginário nacional e disso decorria o “trágico da situação” com o advento da República. Pois, “sem lograr substituí-lo por nada de novo”, a República vivia, “não sem grande artifício”, de formas exteriores, artificiosas, que já não podiam nutrir-se daquela base social que outrora animava o sistema de poder tradicional reinante. No regime republicano, o Estado tornara-se uma “periferia sem centro” (HOLANDA 1936, p. 141). (É curioso o uso de terminologias, em sentido oposto ao que Nietzsche utilizou para descrever a sua descoberta de Schopenhauer como educador – um centro e também sua periferia!).

Como se vê, as representações ideais do que deve ser, entre nós, o Estado, e que parcialmente foi realizado pelo Império, permaneciam:

O Estado, entre nós, de fato, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio – mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas. Ele pode conquistar por esse meio, e só por ele, uma força

verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo (HOLANDA 1936, p. 142).

Pujança, compostura, grandeza e solícitude, essas deveriam ser as qualidades significativas do Estado para ganhar força e “respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar como a virtude suprema entre todas”, ou seja, o valor da obediência como virtude suprema própria do “culto à personalidade”, enquanto instinto contrário à desordem e anarquia. Assim, podemos considerar que, mesmo no tempo do Império, temos uma força, uma vontade política organizada que atua como contraponto, como um querer e uma volúpia em dar forma, conformar a massa informe nacional e como negação “de toda a espontaneidade nacional”. Holanda salienta que as virtudes sociais que caracterizavam o período eram mais decorrentes da realidade representada por esses homens do que propriamente do regime monárquico. E que não obstante subsistir na base social uma casta de homens, a aristocracia rural do regime, que alcançava dar ânimo e organicidade à vida nacional e social, o divórcio ou cisão entre o nosso *ethos* e o nosso *eros* ficou patente na totalidade dos elementos constituídos.

De modo discrepante, a República representaria maior esgarçamento entre a forma estatal e a sociedade e cultura brasileiras, pois fora perdida toda e qualquer composição mais harmônica entre conteúdo e forma que no século anterior podiam, ao menos, ser vislumbrada. Em tempos recentes, dada a ampliação daquela cisão, essa “singular anomalia” podia ser notada por “observadores mesmo superficiais”: no caso, as avaliações e proposições de Alberto Torres, em sua obra *O problema nacional brasileiro*, de 1914, cujo mote principal era “as superfetações” das instituições nacionais, no divórcio entre país real e país legal.

Assim, alguns leitores e intérpretes de Holanda poderiam até estabelecer relações entre essas citações e as referências um tanto simpáticas ao Segundo Império no Brasil, sob a liderança de D. Pedro II, e à presença vitalícia ou quase vitalícia do Senado e do corpo de conselheiros do Rei. Eles, leitores, aludiriam à existência de uma imagem saudosista e classificariam a análise de Holanda, em meio a tantos aparentes impasses, como portadora de um viés conservador-reacionário, romântico ou monarquista. Não acreditamos que estariam corretos nessa perspectiva.

Aqui devemos esclarecer, de modo sucinto, as discrepâncias de nossa análise quanto a Waizbort (2011). O autor conclui que Holanda se apropriou de autores, como Nietzsche,

Schmitt, Klages e outros, signatários de um pensamento conservador, romântico, anti-intelectualista e irracionalista. No caso de Klages, o autor se vale de Eugênio (2010); já em relação aos demais citados, Waizbort é referência a Mata (2016) e a Ribeiro (2017).

Quanto a Nietzsche, concordamos com Waizbort sobre a sua importância no ensaio de Holanda, mas também queremos apontar algumas divergências. O filósofo é posto em linhagem a movimentos irracionalistas e a concepções históricas opostas à mirada iluminista. O núcleo dessas concepções anti-intelectualistas e voltadas aos elementos mais amorfos da vida seria aquele que prenderia Holanda a Nietzsche e o faria decisivo em *RB*.

A filosofia de Nietzsche merece da parte de alguns intérpretes, ainda hoje, esse desígnio de compreensão. Mas, efetivamente, não da sua maioria. Aliás, desde as primeiras décadas do século XX, a interpretação do filósofo foi motivo de controvérsias. Apresentamos aqui a abordagem de Mann (2015).<sup>6</sup>

Ao comentar um aforismo de *Humano demasiado Humano* (NIETZSCHE 2005), Mann afirma que a superficialidade com a qual o cientificismo do século XVIII lidava com o humano e sua história não lhes faziam justiça. A enorme reação do romantismo contra a ilustração “teria corrigido a maneira ilustrada de considerar a história” (MANN 2015, p. 17) e fora possível, então, obrigá-la a um novo modo de olhar o passado e a bandeira da ilustração pôde ser empenhada novamente.

Respiremos de novo o ar livre: a hora deste perigo passou! E, coisa estranha: os espíritos que os alemães evocavam [...] – a história, a compreensão da origem e da evolução, a simpatia do passado, a paixão ressuscitada do sentimento e do conhecimento, tudo isso, depois de ter sido posto durante algum tempo a serviço do espírito obscurecido, exaltado, retrógrado, revestiu um dia outra natureza e agora se eleva, [...], e se torna o gênio forte e novo, justamente desse iluminismo, contra o qual havia sido evocado (NIETZSCHE 2005, p. 144-145).

Para Mann, na nova etapa anunciada por Nietzsche, soube a ilustração estender o seu caminho. No entanto, não podia mais fazê-lo desconhecendo as desconhecidas forças das sombras, da morte, das profundezas da escuridão do mundo ctônico e da natureza que habitam o humano.

<sup>6</sup> O ensaio foi publicado em 1929, mesmo ano da entrevista de Holanda com o romancista e do título de Nobel da Literatura de Mann.

As considerações anteriores não encerram as polêmicas, mas dialogam com outras interpretações de Nietzsche. Sobre Holanda, podemos lembrar a advertência: “é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional” (HOLANDA 1936, p. 147). Parece-nos ser muito difícil aproximar *RB* dos romantismos e conservadorismos em geral. Muito menos apostar que Holanda flertara com a tirania, o Estado forte, o despotismo ou com um ditador. Talvez, seja importante na interpretação os esforços para nos situarmos no ponto de vista do autor, por mais impossível que isso possa ser. E, sendo inevitáveis os contextos, lembrar da exortação nietzschiana a respeito dos vínculos de causas e efeitos que se pretende ver desde eles. Além do caráter experimental da filosofia de Nietzsche, ele pretendia um olhar extemporâneo sobre seu tempo. Daí a multiplicidade de interpretações da obra e as nossas dificuldades, e equívocos, em classificá-la, no interior do escopo filosófico-político à direita ou à esquerda do espectro político – como, aliás, o compreendia Holanda (2011). Não seria esse um recurso utilizado por Holanda, na crítica às instituições modernas, em *RB*?

Por fim, acredito que Waizbort não alcança toda a amplitude de Nietzsche em *RB*. Por exemplo, quando no primeiro capítulo, o autor destaca os valores antigos ibéricos daquela cultura fidalga que configuravam as experiências do “bom português”. Deixou também de apreender o significado que Holanda atribuiu na referência a *Assim Falou Zaratustra*, pois a considerou irrelevante; o tema já foi abordado por CHAVES (2000). Sobre o tema da forma, embora Waizbort trace aproximações com as noções de arte e estilo em Nietzsche, não capturou sua relevância estratégica, como foi nosso propósito neste artigo.

Para concluir, pensamos que Holanda escreve com um sentido de futuro, de transformação e superação do que considerava como perigos da anarquia e da desordem política brasileira; e, como notamos, em oposição às formas tirânicas e despóticas de poder, a sua reflexão busca o ajuste da forma política que desse ao Brasil, e quiçá a outras nações latino-americanas, o destravar de suas histórias e possibilitar a criação às suas gentes e às respectivas culturas. Por outro lado, não apostaríamos, também, no acerto daqueles que inventariam na obra *RB* uma “crítica radical e democrática”.

Talvez a referência da obra seminal de Holanda seja a de um acento aristocrático. E nisso, sugerimos, mais uma vez, o encontro com a filosofia de Nietzsche.

A grande política (de acordo com Nietzsche) exigiria legisladores que sejam os *arautos do futuro*, e que deverão fundar *uma oligarquia supranacional e planetária*, destinada a fazer uma *política universalmente*

*humana* acima dos interesses particulares dos povos e das nações, apoiada numa doutrina da evolução gradual, para formar homens novos e superiores, para preparar o advento do *super-homem* (NIETZSCHE 2007, p. 31, grifos do autor).

Todavia, não há como deixar de refletir que, em Nietzsche, no diálogo controverso com Platão, a “oligarquia”, ao mesmo tempo em que tinha por referência histórica o período áureo grego, significava também a instituição e organização de uma República aristocrática em séculos ou milênios vindouros, cujas posições mais elevadas estariam sob o domínio hierárquico de filósofos e artistas legisladores. Além disso, temos que considerar as preocupações quase perenes e mesmo a oposição radical de Nietzsche, em seus últimos escritos, em relação ao Estado alemão sob a liderança de Bismarck, pois, conforme atestam diversos intérpretes do filósofo alemão, o ponto crítico de sua obra é a cultura, inclusive na superação de sua instrumentalização pela economia e pelo Estado.

Holanda, provavelmente, tinha em mente certos riscos em sua abordagem,<sup>7</sup> por isso, talvez, tematizou de maneira bastante evidente suas divergências e oposições às formas tirânicas e despóticas de poder, consubstanciadas no caudilhismo (protofascista) latino-americano.

Vale a pena repetir parte de excerto do texto já citado:

O espírito não é uma força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais de escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio pérfido e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas (HOLANDA 1936, p. 161).

Nota-se que o espírito, ou seja, o Estado como força e forma antinatural, não figura como objetivo, senão como instrumento da sociedade e da cultura. De todo modo, é fato que o autor abandonou essa perspectiva oligárquica ou aristocrática, em favor de teses “radicais democráticas” no quase refazimento de sua obra, que teria lugar nas edições seguintes. É possível que os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial – as revelações e críticas ao nazi-fascismo e à filosofia de Nietzsche, nos moldes em que foi

<sup>7</sup> Holanda acompanhava atentamente as disputas sobre o espólio filosófico de Nietzsche na Alemanha. Atestamos a informação por meio do artigo, de 1935, intitulado Elizabeth Foerster (HOLANDA 2011).

corrompida por sua irmã Elizabeth e usada pelo regime alemão (RUBIRA 2016); bem como o desaparecimento do regime Vargas, em 1945 (BASTOS 2016; SCHLEGEL 2017), com as tentativas de aproximação da obra de Holanda com aquele regime político autoritário (EUGÊNIO, 2010; FELDMAN, 2013; NICODEMO, 2016) – tenham levado o historiador brasileiro à recomposição de *Raízes do Brasil*, reinterpretando o processo da “nossa revolução”, não sem deixar pistas da primeira apresentação (HOLANDA 2016).

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Élide Rugai. Um livro entre duas Constituintes. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. Estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 405-410.

CHAVES, Ernani. Raízes do Brasil e Nietzsche. **Cult**: Revista Brasileira de Literatura, São Paulo, ano IV, n. 37, p. 52-55, ago. 2000.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. BOYDSTON, J. (org.); Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Um ritmo espontâneo** – o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 119-140, jun. 2013.

FREZZATTI JR, Wilson. A superação da dualidade cultura/biologia na filosofia de Nietzsche. **Revista Tempo da Ciência**, Toledo, v.11, n. 22, p. 115-135, 2004.

HOLANDA, Sérgio B Buarque de **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz. Estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Thomas Mann. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 294-297.

HOLANDA, Sérgio. Buarque de. Elisabeth Foerster. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Escritos coligidos** – Livro I (1920-1949). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Editora da UNESP, 2011. p. 79-82.

MANN, Thomas. O lugar de Freud na história do pensamento moderno. *In*: MANN, Thomas. **Pensadores modernos**. Tradução de Márcio Suzuki. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 11-52.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016.

MELÉNDEZ, Germán. Homem e estilo em Nietzsche. **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, n. 11, p. 13-39, 2001.

NICODEMO, Thiago Lima. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos** ou como se filosofa com o martelo. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História**. SOBRINHO, N. C. de M. (Organização e tradução). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre Política**. SOBRINHO, N. C. de M. (Organização e tradução). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007. v. 2.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral, uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **O caso Wagner**. Nietzsche contra Wagner. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Terceira consideração intempestiva – Schopenhauer Educador**. São Paulo: Scala, 2008.

RIBEIRO, Douglas Carvalho. **As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, Luzia Gontijo. Nietzsche e Platão: arte e orquestração das paixões. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 109, p. 136-158, jun. 2004.

RUBIRA, Luís. Nietzsche no Brasil (1933-1943): Da ascensão do nacional-socialismo ao Grande Reich Alemão. **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 18-64, out./dez. 2016.

SCHLEGEL, Rogério. O estatismo orgânico como contribuição original em Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-37, 2017.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Damião Duque de Farias é docente do Curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi Reitor da UFGD no período de 2006-2015. Licenciado em História, possui títulos de mestre e doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Em 2019, realizou estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo-PR. Especialista em História da Igreja Católica no Brasil Republicano, desde 2017, suas pesquisas abordam as interpretações da filosofia de Friedrich Nietzsche na obra de Sérgio Buarque de Holanda e de outros intelectuais do modernismo brasileiro. Publicou artigos e livro sobre os temas mencionados.

## ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Guaicurus/Ithaum, KM 12, Caixa Postal 364, MS-162, Dourados - MS, 79804-970. Brasil.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## AGRADECIMENTO

Agradecimentos aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Nietzsche (GEN), Toledo/UNIOESTE e do Grupo de Estudos Nietzsche (GENie), Dourados/UFGD. Agradeço ainda à supervisão do Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior durante estágio de Pós-Doutorado, junto ao Programa de Filosofia da UNIOESTE – PR, Campus de Toledo, no projeto de pesquisa “Sérgio Buarque de Holanda, leitor de Nietzsche: análise historiografia de Raízes do Brasil (1936)”.

## CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Ana Carolina Barbosa Pereira - Editora Executiva

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 25 de maio de 2020.

Alterado em: 9 de novembro de 2020.

Aprovado em: 25 de janeiro de 2021.

## Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos

Reinterpretando os “tempos de crise” a partir da assimetria entre cronos e kairós

Walderez Ramalho <sup>a</sup>

Email: [walderezramalho@gmail.com](mailto:walderezramalho@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1314-6995> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Ouro Preto,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais,  
Departamento de História, Mariana, MG, Brasil

## ABSTRACT

In this article, I argue that the concept of crisis entails a particular form of experiencing and thinking historical time that can only be properly grasped by considering the asymmetry between *chronos* and *kairos*. After exploring the main meanings of these two Greek terms for “time”, I show that the *chronos* paradigm holds hegemony in contemporary theorizations on historical time. Reinhart Koselleck, who construed an influential conceptual history of “crisis”, reiterated such hegemony in his interpretation of the concept’s temporal sense by associating it with the phenomenon of temporal acceleration. This article argues that Koselleck’s interpretation is insufficient since “crisis” encompasses certain dimensions of temporal experience that can only be understood through the notion of *kairos* – namely, the temporality of decision, urgency, imminent rupture, and uncertainty about the future.

## KEYWORDS

Theory of History. Historical Time. History of Concepts.

## RESUMO

Neste artigo, argumento que o conceito de crise implica uma forma particular de experiência e compreensão do tempo histórico a qual só pode ser apreendida adequadamente quando se considera a assimetria entre *cronos* e *kairós*. Após explorar os principais significados desses dois termos gregos para “tempo”, demonstro que o paradigma de *cronos* possui uma larga hegemonia nas teorizações contemporâneas sobre o tempo histórico. Reinhart Koselleck, em seu influente trabalho de história conceitual sobre “crise”, reiterou tal hegemonia em sua interpretação sobre o sentido temporal do conceito ao associá-lo com o fenômeno da aceleração temporal. O artigo defende que a interpretação de Koselleck é insuficiente, pois o conceito de crise envolve certas dimensões da experiência temporal que só podem ser entendidas por meio da noção de *kairós* – a saber, a temporalidade da decisão, urgência, ruptura iminente, e incerteza quanto ao futuro.

## PALAVRAS-CHAVES

Teoria da História. Tempo Histórico. História dos conceitos.

## Introduction

The COVID-19 pandemic has created a global crisis of enormous proportions. The new coronavirus has contaminated millions of people worldwide causing hundreds of thousands of deaths and the collapse of health systems. Many countries have been forced to adopt social isolation measures, which in turn severely impacted the global economy and people's mental health. Although it is not yet possible to know exactly the extent of the impacts engendered by the so-called "coronacrisis", there is no doubt that global society is facing a pivotal and *critical* moment in its history.

The pandemic's impact on the way individuals, communities, and institutions relate to time is significant, as Mateus Pereira, Mayra Marques and Valdei Araujo (2020) have thoroughly discussed in a recent book. The uncertainty about the future, the suspension of daily habits, the deep changes whose extent cannot yet be fully determined, the pressure of taking urgent and timely actions; these are all dimensions that characterize a particular way of experiencing historical time – which, at the conceptual level, is conveyed by the term *crisis*.

How to theoretically characterize the form of historical experience to which the concept of crisis refers? This is a highly relevant question for the field of Theory of History, not only because of the current global moment caused by the pandemic, but also because of the ubiquitous presence of the term in the contemporary world, thus leading to a problematic situation whereby the semantic content of "crisis" – in general lines, a state of anomaly, dysfunction and emergency – seems to have become "normalized", embedded into daily life. The pervasiveness of "crisis" suggests, on the one hand, that the concept occupies a central place in the way that current societies perceive themselves in history and make sense of the world (JORDHEIM; WIGEN 2018); on the other hand, the trivialization of its uses often blurs its semantic definitions. Being everywhere and at any moment, "crisis" becomes commonplace and ceases to be elaborated as a historical-social concept. Thus, it is necessary to rethink the experiential dimension of "crisis" from a historical-theoretical point of view.

In this article, I argue that the concept of crisis denotes a particular form of experiencing historical time. However, despite being a central *topos* in modern historical thinking, the latter is ill-prepared to theoretically describe the temporal sense of that concept. My hypothesis is that such a paradox is due to the tendency, largely established in modern historical thinking, to assume the phenomenon of time exclusively through the notion of *chronos*. This tendency often conceals other possible temporal frameworks

such as the idea of *kairos*, which denotes an understanding and experience of time that is not entirely opposed to *chronos* but is nonetheless irreducible to it. I argue that retrieving the difference between *chronos* and *kairos* is crucial to understand how historical time is articulated by the concept of crisis.

In the first section of this article, I explore the main meanings associated with both the notions of *chronos* and *kairos*,<sup>1</sup> as well as the relationship between them – which I qualify as an *asymmetrical difference*. In the second section, I demonstrate that the hegemony of *chronos* is still present in the contemporary theoretical-philosophical debate regarding historical time, even if the idea of *kairos* has occasionally been discussed in some recent works, as I show in the third section. Finally, the last two sections show how the difference between *chronos* and *kairos* is crucial to interpret the temporal sense of “crisis”. In these sections, I engage in critical dialogue with Reinhart Koselleck’s conceptual history of crisis, which remains a major reference for the current debate on this topic (GILBERT 2019; ROITMAN 2014). After summarizing the main historical transformations of the concept (fourth section), I demonstrate in the fifth section that Koselleck reproduced the hegemony of *chronos* by interpreting “crisis” as a concept of temporal acceleration. I claim that this interpretation is insufficient to characterize the temporal meaning of “crisis”, for it *can only be properly exposed if one considers the asymmetrical difference between chronos and kairos*. Retrieving the idea of *kairos* is crucial to capture the sense of urgency, imminence and uncertainty, characteristics that compose the experiential meaning of “crisis” and that cannot be reduced to the issue of temporal acceleration. I conclude by drawing a parallel between the modern idea of absolute, universal *chronos* and the conceptual changes undergone by “crisis” in the context of progressive philosophies of history; then, I point towards a possible way to rethink the “times of crisis” in our pandemic world.

## Chronos and kairos: an asymmetrical difference

To introduce the difference between *chronos* and *kairos*,<sup>2</sup> I begin by quoting a verse from the book of *Ecclesiastes* (3:1). A comparison of two versions of this verse is relevant. The first one is from the Septuagint (the Greek translation of the Old

<sup>1</sup> Both *Chronos* and *Kairos* are gods in Greek mythology. The former is the youngest son of Gaia (earth) and Uranus (sky) and represents absolute time; the latter is the youngest son of Zeus and Tyche (fortune) and represents the “right time”.

<sup>2</sup> Ancient Greek language also had the term *Aion*, which could mean “age”, “timeless”, or “eternity”. For a thorough theoretical reflection on *Chronos*, *Kairos* and *Aion* in relation to historical time, see Andrade (2019).

Testament), whereas the second is a translation for modern English. I highlight in bold characters the words used for “time”:

τοῖς πᾶσιν χρόνος καὶ καιρὸς τῷ παντὶ πράγματι ὑπὸ τὸν οὐρανόν

There is a given **time** for everything and a **time** for every happening under heaven.<sup>3</sup>

The same word “time” was used to translate the Greek words *chronos* [χρόνος] and *kairos* [καιρός], their respective meanings, however, bear a significant difference that is crucial to understand the way the verse expresses the experience of time. On the one hand, it is true that every event *occurs in a certain instant of time (chronos)*; on the other, it is also true that every event *has its own appropriate time, that is, its proper occasion to take place (kairos)*. In this second meaning, time is not independent from experience; instead, it reveals its qualitative aspect and, precisely for that reason, time is presented as heterogeneous. Thus, as the excerpt goes on, there is *kairos* for giving birth and for dying, for killing and for healing, and so on. In short, an event does not simply occur *within chronos-time*, for it also has its *own kairos-time*.

This example shows that *chronos* and *kairos* refer to two experiences of time that are irreducible to each other. Concisely put, *chronos* designates time as a *continuum* of successive instants; it expresses the conception of time as a grid upon which events can be situated, a medium through which one can locate any event by determining its “hour” or “date”. *Chronos* refers to the quantifiable, measurable and numerable character of time that is presented in instruments that measure the length of duration, such as clocks or calendars. The measurability of *chronos-time* also implies its homogeneity, as Martin Heidegger has already demonstrated:

What do we learn from the clock about time? Time is something in which a now-point may be arbitrarily fixed, such that, with respect to two different time-points, one is earlier and the other is later. And yet no now-point of time is privileged over any other. [...] This time is thoroughly uniform, homogeneous. Only in so far as time is constituted as homogeneous is it measurable (HEIDEGGER 1992, p. 4E-5E).

The pervasive presence of these chronometric instruments in daily life creates a strong tendency in people to identify the whole phenomenon of temporality, with all its

<sup>3</sup> The Greek text is available at: <https://bit.ly/2DoeaZa>. The English translation is available at: <https://bit.ly/2EGOI1M>. Accessed: May 12, 2020.

complexity, as exclusively related to the specific notion of *chronos*-time that appears in these instruments. However, the experience of time cannot be entirely grasped from a chronological framework. Another possibility is to conceive of time as *kairos*, which refers to the “right time” for doing something, the “timing” one must consider to achieve a desired outcome, the “opportune moment” to act “timely”. The idea of *kairos* is traditionally understood as a special *moment* that potentiates an action or speech, one that is also associated with moments of great instability that require a resolute and active stance. *Kairos* conveys the experience of a singular moment that marks the “occasion” for taking a critical decision or performing an action that will produce effects that would not be possible in a previous or later instant in *chronos*-time (FRIESE 2001; SMITH 1969).

Many authors conceive *kairos* as the exceptional character of opportune time, whose emergence cannot be predicted, but, once it emerges, enables potentially radical transformations in the world. According to Felix Ó Murchadha, whereas *chronos* emphasizes the *passage* of time, *kairos* emphasizes time as *emergence*. In this sense, *kairos* refers to a “turning point” in time, to a rupture within the existing state of affairs in such a way that a “new order becomes possible, in which new possibilities for life, knowledge and the whole of human conduct open up, but it is also a time in which new misfortunes become possible” (MURCHADHA 2013, p. 7).

In short, while *chronos* is the time one can *count*, *kairos* is the time one can *seize*. However, the relationship between both terms should not be understood as an opposition, but rather as an *asymmetrical difference*. The aphorism that opens Hippocrates’ book *Precepts* illustrates this point:

χρόνος ἐστὶν ἐν ᾧ καιρός, καὶ καιρὸς ἐν ᾧ χρόνος οὐ πολὺς.

**Time** is that wherein there is **opportunity**, and **opportunity** is that wherein there is no great **time** (HIPPOCRATES, *Precepts* I, 1923, 1).

Contrarily to the excerpt from the *Ecclesiastes*, the English translator of this aphorism (W. H. S. Jones) used the word “time” only for *chronos*, whereas *kairos* was translated as “opportunity”. The effects of such choice are that not only it reinforces the traditional point of view which associates time exclusively with *chronos* but most importantly that it masks an important point Hippocrates had in mind when he wrote the aphorism: that one time is literally *within* the other. There is no suggestion that *chronos* and *kairos* are two separate types of temporality because *kairos* “does not have another time at its disposal; in other words, what we take hold when we seize *kairos* is not another

time, but a contracted and abridged *chronos*” (AGAMBEN 2005, p. 69). Hippocrates’ aphorism asserts a clear difference between both ideas of time; nevertheless, this difference cannot be grasped as a mere opposition between two poles. One is within the other, but not symmetrically: *chronos* contains *kairos*, and *kairos* contains “no great” *chronos*. Being distinct and closely interlocked, the relationship between the Greek terms must be understood in terms of an *asymmetrical difference*, as they refer to distinct characteristics of the phenomenon of time.

This asymmetry evinces that the *kairos*-moment is not any instant in chronological time. It is neither determined simply by the precise amount of *chronos*-time it may contain nor by the position it occupies within a chronological order. *Kairos*-time, always brief and fleeting, refers to an incalculable moment that marks an opportunity for changing a particular state of affairs. This is why *kairos* is often associated with experiences of crises and ruptures. This association is once again demonstrated by Hippocrates, whose philosophy of medicine considered that diseases evolve in the human body until they reach the *krisis*, that is, the “critical moment” that defines whether the diseased body will be cured or not. Thus, the good physician is the one who is able to identify and act in this precise moment, that is, they must seize the *kairos* that is announced by it: the opportune occasion for intervention, the favorable instant for the right action (ESKIN 2002). Crisis and opportunity go together in the sense that the combination of both generates a special temporal structure: a brief moment that may interrupt the ‘regular’ progression of a disease, optimizing medical action (RAMALHO 2020, p. 466).

However, there is no guarantee that a specific *kairos* will be properly seized amid a crisis. *Kairos*-moment announces the *possibility* of changing a state of affairs, even though it does not assure by itself that change will be either for better or worse. *Kairos* expresses a time of uncertainty because it implies that the “regularity” of daily life has been broken up by a set of circumstances and destinies. A kairological experience of historical time means to be faced with a singular, critical moment, full of danger, but also full of possibilities to transform the course of history. *Kairos* represents “momentous time connected to a situation of taking or leaving an opportunity, the moment in which things might develop in very different directions and everything may change or collapse” (STRÅTH 2015, p. 354). In fact, one can say that *kairos* interrupts the ordinary progression of *chronos* in such a way that it makes it impossible to understand time homogeneously. According to Heidrun Friese (2001, p. 2), the *kairos*-moment has become “a central concept in all attempts at questioning the idea of empty, homogeneous and

continuous time”. *Kairos* is the mode of temporality in which a radical break is enacted, in contrast both with the representations of time as cyclical repetition and as continuous progression.

## The hegemony of *chronos* in contemporary theories on historical time

There is a strong tendency in modern historical thinking to identify “time” exclusively with *chronos*.<sup>4</sup> Chris Lorenz and Berber Bevernage describe and criticize the general characteristics of the dominant conception of time among academic historians, which is in clear association with the chronological paradigm of time:

Most historians seem to have assumed that time is what calendars and clocks suggest it is: 1. time is homogeneous – meaning every second, every minute and every day is identical; 2. time is discrete – meaning every moment in time can be conceived of as a point on a straight line; 3. time is therefore linear; and 4. time is directional – meaning that it flows without interruption from the future, through the present to the past; 5. time is absolute – meaning that time is not relative to space or to the person who is measuring it (LORENZ; BEVERNAGE 2013, p. 17).

Besides these five characteristics, there is also the general assumption about time as a universal *chronos*, that is, a single stream of time in which all events in all cultures can be placed (LUNDMARK 1993, p. 62-63). However, the idea of universal, absolute *chronos* is essentially modern, as Donald Wilcox (1987) has already demonstrated.<sup>5</sup> In fact, the incorporation of universal *chronos*-time in historical thought is the basis of many historical concepts of modernity. According to Giorgio Agamben (1993, p. 97), “Under the influence of the natural sciences, ‘development’ and ‘progress’, which merely translate the idea of a chronologically orientated process, become the guiding categories of historical knowledge”. The introduction of universal, absolute *chronos* in modern historiography was a response to the demands for an objective criterion for historical time and thus sustain the scientific claims of historical research (KRACAUER 1966, p. 66).

<sup>4</sup> For a thorough historical analysis of the Western philosophical traditions of time, see Carvalho (2017).

<sup>5</sup> According to Wilcox (1987, p.4), the idea of absolute, universal *chronos* was established by the scientific revolution during the seventeenth century.

The hegemony of *chronos* can also be seen in many theoretical and philosophical works that address the issue of historical time, of which Paul Ricœur's trilogy *Time and Narrative* is a notable example. In the chapter titled "Between Lived Time and Universal Time: Historical Time", Ricœur argues that historical time constitutes a "third time" located at the threshold between cosmological time and psychological time. According to the author, this third time is articulated through the support of some "temporal connectors", namely the calendar, the idea of succession of generations, and the recourse to archives, documents, and traces.<sup>6</sup>

Ricœur implicitly suggests that the calendar has a privileged position in the constitution of historical time over the course of his argument, not only because the author presents it as the first temporal connector, but, above all, because the calendar provides the foundation for the other connectors. Ricœur considers calendar time as the basic model for the constitution of historical time because it participates both in cosmological and psychological time, without being reduced to any of them. This "third time" construes and reflects the mediation between nature and consciousness, thereby taking on a special status that Ricœur, quoting Émile Benveniste, calls "chronicle time":

The invention of calendar time seems so original to Benveniste that he gives it a special name, "chronicle time", as a way of indicating, through the barely disguised double reference to "time", that "in our view of the world, as in our personal existence, there is just one time, this one (RICŒUR 1988, v. 3, p. 106).

However, in the essay by Benveniste that Ricœur is referring to – titled "Language and Human Experience" –, it becomes clear that the notion of "chronicle time" has very precise limits that the author of *Time and Narrative* did not mention. Benveniste's chronicle time is associated to the calendar as it is irreducible both to physical and lived time. Nevertheless, the categories of past, present and future are, according to the French linguist, totally alien to chronicle time because the latter is merely a way to order time in a series of constant units (days, months, years). Benveniste expressly states that situating an event in chronicle time is not the same as inserting such an event in the time of language; furthermore, the author makes it clear that only in "linguistic time" – as opposed to chronicle time – human temporal experience can be articulated:

<sup>6</sup> Ricœur calls "temporal connectors" thinking devices that, in their composition, contain elements of both the objective and subjective time, enabling the constitution of historical time through historiographical practice. See also Mendes (2019, p. 138).

Chronic[le] time arrested in a calendar is foreign to and cannot concur with time as it is lived. Precisely because it is objective, the measurements and divisions it offers can situate events but cannot coincide with the categories of human experience in time (BENVENISTE 1965, p. 7).

Now, is not the “human experience in time” the aspect of most interest to historians? My point here is not to deny that the calendar mediates nature and consciousness, but rather that the limits of this mediation should be questioned for a theoretical reflection on historical time. If Benveniste spoke about chronicle time, it was not because, as Ricœur suggests in the previous quotation, the French linguist conceives it as the only existing time by naming it “through the barely disguised double reference to ‘time’”. On the contrary, it seems to me that the adjective “chronicle” was employed by Benveniste precisely to stress that it is *not* the single form of temporality, because it does not account for its articulation in and through human experience.

More recently, many authors have challenged the idea of a universal, absolute *chronos* as the single possibility for thinking about historical time. However, works that theoretically reflect more thoroughly on other temporal frameworks, that is, beyond the chronological paradigm, remain rare. In two recent edited volumes on historical time, the editors explicitly advocated for a multilayered perspective on temporality. In the book edited by Marlon Salomon (2018), the main category is that of “heterochronies”. In the volume edited by Marek Tamm and Laurent Olivier (2019), the authors speak in terms of “multitemporal” and “polychronic” temporalities. In both volumes, the notion of *kairos* appears only occasionally, never being the subject of in-depth reflection. Even in Stefan Tanaka’s provocative article entitled “History without Chronology”, in which he proposes that “history must embrace the richness and variability of different forms of times that exist throughout our lives” (TANAKA 2015, p. 167), the concept of *kairos* is not even mentioned by the author.

I am not suggesting that historians should stop thinking of chronological time. Chronology is an important frame of reference for historical inquiry but this does not mean that one must accept *chronos* as the single, absolute framework of historical time. By referring to other temporal conceptualizations, such as *kairos*, the hegemony of *chronos* can be exposed, which is the first condition to criticize it. This is theoretically relevant because pluralizing the way one conceives time is a crucial step to enrich the ways one thinks of history. By considering a kairological view of time, the investigation of how historical agents experience time beyond the strictly chronological framework becomes possible.

## Kairos in contemporary theoretical debate

Despite the hegemony of *chronos*, there is an important bibliography in Theory of History that has approached *kairos* to reflect on historical time.<sup>7</sup> In a famous essay, Giorgio Agamben, inspired by Martin Heidegger and Walter Benjamin, elaborates a critique of continuous time (*chronos*) claiming that the task of “chang[ing] the world” presupposes a revolution in our conceptions of time; such a revolution, in turn, requires a kairological understanding of time, as the latter reveals the most authentic dimension of human historicity: “The chronological time of pseudo-history must be opposed by the cairological time of authentic history” (AGAMBEN 1993, p. 105).

Agamben’s radical praise contrasts with Rik Peters’ argument that the idea of *kairos*, as elaborated in ancient rhetorical tradition, is “not a truly historical concept in the modern sense of history” (PETERS 2018, p. 83). Peters claims that, in ancient rhetoric, *kairos* expressed a belief in a set of unchangeable values, a worldview that can no longer be tenable since the cultural revolution of historicism in the nineteenth century. However, such a contrast between *kairos* and the modern concept of history depends on a reductionist view of the former within the ancient rhetorical tradition. As Carolyn Miller (2002) demonstrates, *kairos* had two meanings in this tradition. The first, on which Peters’ argument is grounded, conveys the idea of *decorum*, the notion of proportion or exact measure based on fixed values. The second understanding of *kairos* stresses the exceptionality of the opportune moment, the spontaneous and unforeseen time. In this second meaning, which can be found in Gorgias and Isocrates, *kairos* expresses precisely the absence of a fixed and immutable order in the world – the opposite of the former meaning.

Diogo Quirim (2014), reflecting on the use of *kairos* in Isocrates’ rhetorical system and its relations to historiography, reached quite different conclusions from those of Rik Peters’s. According to Quirim, *kairos* implies a contextual form of knowledge that does not require any escape from time. Thus, when *kairos* refers to historiography, it does not relate to a reconstruction of a specific circumstance in the past – as if the latter remained immutable – but rather as a principle that calls historiography to constantly revisit the past according to the demands of each present moment. Therefore, *kairos* does not conceal but rather illuminates and reinforces the historicity of historiographical activity, as well as its political functions.

<sup>7</sup> Insofar as I do not aim to present in this article an extensive bibliographical review on the uses of *kairos* in Theory of History, this section only briefly comments on a few recent works that have explicitly dealt with the concept.

From a different perspective, Marcelo Rangel also addresses the relation between *kairos* and history. Reflecting on the dimension of the *Stimmungen* (mood, atmosphere) in historical thought, Rangel claims that the primordial function of engaging with the past is to destabilize the set of fossilized references of the present. Inspired by Walter Benjamin’s writings, Rangel considers the past as the temporal dimension that opens the field of possibilities that can potentially transform the present, instead of a deposit of facts linked to the present through a temporal *continuum*. Now, the idea of time that emphasizes such a dimension of historical possibilities is *kairos*; it expresses the ability of certain “images of the past” to find the present in unexpected and dangerous moments in order to open the horizons of the present for other possible configurations (RANGEL 2019, p. 57).

Moments of danger are essentially moments of crisis. The relationship between crisis and *kairos* was discussed in two recent texts<sup>8</sup>, although none of them addressed this issue as their main subject. Interestingly, both texts dealt with this issue by referring to Reinhart Koselleck’s work. Bo Stråth (2015, p. 356) claims that crisis and *kairos* are conceptual “tools for historical understanding. They focus on the role of human action in terms of failure and success, responsibilities and escape from responsibilities”. Stråth suggests that Koselleck himself would have shown the relevance of *kairos* in his conceptual history project; however, instead of making a textual reference to Koselleck, Stråth refers to an article by Helge Jordheim; the latter, however, explicitly states that “Koselleck, as far as I know, never uses this Greek term [*kairos*] in any systematic fashion” (JORDHEIM 2007, p. 137).

The second text is written by Helge Jordheim and Einar Wigen (2018). It begins with an analysis of two speeches by Barack Obama at the United Nations in September 2016, showing that the concept of crisis, in contrast with the notion of progress, was used by the former President of the United States to reinforce the perception that the world was facing a *kairos*-moment in the sense of a fateful decision that imposes urgent choices without any guarantees that success will be achieved. Then, the authors argue that “crisis” is about to replace the concept of progress as the main tool of historicization in the Western world and beyond. They support this argument by retracing the conceptual history of “progress” and “crisis”, relying on Koselleck’s work. In the course of the article, however, the topic of *kairos* was not furthered by the authors.

<sup>8</sup> After this article was already finished and accepted for publication, I had access to François Hartog’s newest book, which also addresses the *chronos-kairos*-crisis triad. So, I was unable to establish a dialogue with Professor Hartog’s approach here in this article.

The next two sections aim to fill this gap. As I mentioned, kairological experiences of time are intimately related to crisis situations. In the following pages, I elaborate on this point from a historical-conceptual point of view. I aim to demonstrate that *the concept of crisis expresses a form of experience of historical time that can only be properly understood by considering the asymmetrical difference between chronos and kairos*. To develop this argument, I build on Reinhart Koselleck's conceptual history of crisis, a topic that the German historian had worked on since *Crisis and Critique* (1988). He later wrote a long entry for the *Dictionary of Fundamental Concepts* dedicated to the history of "crisis", which was translated to English (KOSELLECK 2006). He also wrote an essay that summarizes the main findings of the entry (KOSELLECK 2002).

### Koselleck's conceptual history of "crisis"

Koselleck begins by retracing the etymology of the concept. The Greek word *krisis* [κρίσις] derives from the verb *krino* [κρίνω], which could mean "to cut, to select, to decide, to judge" (KOSELLECK 2002, p. 237). The ancient uses of *krisis* implied a definitive and irrevocable decision pointing towards strict alternatives that allow no further revision: success or failure, right or wrong, life or death, salvation or damnation. More than the act of judging itself, *krisis* referred to the precise moment in which such a decision is needed, in the sense that one must act timely to achieve a desired outcome. As Koselleck puts it, *krisis* expressed the idea that "the right point in time must be met for successful action" (KOSELLECK 2002, p. 237). From the outset, one can notice the close relationship between crisis and *kairos* – even though Koselleck himself has never employed the latter term.

In the ancient world, *krisis* was used primarily in three domains: law, Christian theology and medicine. It was a recurring concept, used to refer to electoral decisions, government resolutions, death or exile punishments, and declarations of war or peace. This legal-political usage was appropriated by Christian theology, although given a new connotation. The concept came to refer to expectations of the apocalypse: the *krisis* of the end of the world that would finally reveal divine justice. The Christian sense of *krisis* pointed towards the eschatos [ἔσχατος], the time of the end of the world – the Last Judgment, whose hour, time, and place remained unknown, but whose inevitability was certain. However, the outcome of the cosmic judgment was anticipated by a certainty of redemption and eternal life guaranteed by God to those who were faithful and just – therefore, the judgment yet to come is experienced as something already present in Christian conscience and faith.

In the first section, I already commented on the uses of *krisis* in ancient medical philosophy – the crucial moment of a disease that defines whether the patient will be cured or not and that optimizes medical intervention. Considered in tandem, the legal, theological and medical usages of *krisis* referred to a specific form of experience wherein “a decision is due but has not yet been rendered” (KOSELLECK 2006, p. 361). *Krisis* referred to a turning point in time wherein a decisive action is still impending but that must be taken *now* in the present. This close relationship between *krisis* and an impending and urgent decision expresses the original temporal dimension of the concept, whose meaning is in clear relation to the idea of *kairos*.

The concept remained relatively stable until the seventeenth century, when it started being employed in political and social language based on a metaphorical expansion of the medical usage of crisis to refer to “body politic” or to its constituent parts. However, the uses of “crisis” were relatively rare at that time. During the eighteenth century, Koselleck identified a major conceptual change whereby “crisis” became a historical-philosophical concept. Rather than referring to specific historical events – a usage that already appears in Thucydides (STARN 1971, p. 4) – “crisis” came to encompass the entire course of history itself [*Geschichte*]. In this new sense, “crisis” brought together not only a diagnosis of past and present experiences, but also a prognosis of historical future. The concept became a tool for interpreting historical time (KOSELLECK 2006, p. 371).

According to Koselleck, Jean-Jacques Rousseau was the first author that used the concept of crisis in the historical-philosophical sense. In his book *Emile, or On Education* (1762), Rousseau stated that there was a general dissatisfaction with the existing social order of his time because the division of society into three estates was the biggest obstacle to achieving equality as a natural human need. Because of this incompatibility, Rousseau reached the prognostic that the existing social order was about to collapse, a destiny that could neither be avoided nor predicted as to its precise date or its concrete outcomes. Radical changes appeared on the horizon:

You reckon on the present order of society, without considering that this order is itself subject to inscrutable changes, and that you can neither foresee nor provide against the revolution which may affect your children. The great become small, the rich poor, the king is a commoner. Does fate strike so seldom that you can count on immunity from her blows? *The crisis is approaching, and we are on the edge of a revolution.* Who can answer for your fate? (ROUSSEAU 1921, p. 157, emphasis added).

Rousseau used “crisis” to present a future prognosis, asserting the inevitable and uncertain character of the profound changes that were to come. It was a “crisis” because nothing could assure that equality would prevail in the coming future. As Koselleck clarifies, the Genevan philosopher employed the concept directly against the optimistic faith in progress shared by many other philosophers of that time.<sup>9</sup>

Nevertheless, the tension between crisis and progress was quickly replaced by a subordination of the former to the latter. Koselleck himself discussed this conceptual change since *Crisis and Critique* (1988). Integrated into the meta-narrative of progress, “crisis” began to take on a more optimistic meaning: a historically immanent transitional phase that accelerates the coming of the future. This new sense appears in the work of progressive philosophers of history, such as, for example, Marquis de Condorcet, who wrote in 1794: “The stormy and arduous transition of a rude society to the state of civilization of an enlightened and free people, implies no degeneration of the human species, *but is a necessary crisis in its gradual advance towards absolute perfection*” (CONDORCET 1802, p. 38, emphasis added). The unpredictability is replaced by the certainty that the future will be better than the present. Thereafter “crisis” becomes a means of accelerating the human saga towards perfection.

Isaak Iselin’s 1764 book *Über die Geschichte der Menschheit* (“History of Humankind”) gives another example of this progressive sense of “crisis”. In its fifth edition, published in 1786, Iselin stated that some “tragic events” that were occurring at that time in Poland, the United States, England, and other “less important states in Europe”, suggested the existence of a “moral thunderstorm” which, in the end, would “purify the air and produce serenity and silence”. These events, Iselin continues, “seem to justify the conjecture that Europe is now in its greatest crisis since its politicization process began; and *instead of thinking that we should consider this crisis as a danger, it fills us with hope and comfort*” (ISELIN 1786, v.2, p. 380, emphasis added, my translation). In clear contrast to the use of “crisis” by Rousseau, Iselin introduced it within his progressive philosophy of history. Thus, “crisis” is shorn of its meaning as pointing to an uncertain future between opposing and inescapable alternatives.

One consequence of the integration of “crisis” into the progressive view of history is the understatement of the concept’s kairological dimension insofar as it came to be subsumed under a chronologically-oriented view of historical time implied by the concept of progress. The latter translates at the historical level a notion of time as a *continuum*

<sup>9</sup> In this same vein, Johann Gottfried von Herder used “crisis” to go against the coeval progressive philosophies of history (KOSELLECK 2006, p. 377).

that runs towards a predetermined direction – in this case, a progressive improvement. Therefore, when “crisis” was integrated into the meta-narrative of history as progress, its temporal meaning was transformed. Since the bright and better future is previously assured by the ideology of progress, the very sense of unpredictability and urgency to make critical decisions in the present (which portrays the kairological features of “crisis”) loses its former prominence and therefore tends to remain undertheorized. Hence, “crisis” came to refer to one of the ways in which history moves forward, that is, its progressive improvement.

This new progressive sense of crisis would become dominant in the nineteenth century, especially among liberal economic theories: “For liberal optimists, every economic crisis became a step on the ladder of progress” (KOSELLECK 2006, p. 393). Nevertheless, this progressive sense of “crisis” was also shared by socialist authors, including Marx and Engels, who thought of crisis as a historically inevitable – and ultimately fatal – mechanism of the capitalist system (STARN 1971, p. 7).

As a result of these semantic transformations, “crisis” acquired new meanings and uses. On the one hand, it became a concept of iterative periodization, designating phenomena and processes that have definite beginning and end points that mark the process of history (as used in economic history: crisis of 1929, crisis of 1973, etc.). On the other hand, the introduction of “crisis” into philosophy of history led to an extraordinary expansion of its uses: it started being applied to many different domains of human activity such as economic theory, arts, literature, psychology, journalism, among other fields. The concept began to encompass virtually all spheres of life. The cost of such an expansion, however, was the growing blurring of its semantic contours: “From the nineteenth century on, there has been an enormous quantitative expansion in the variety of meanings attached to the concept of crisis, but few corresponding gains in either clarity or precision” (KOSELLECK 2006, p. 397).

## The temporal sense of “crisis” and the asymmetrical difference between *chronos* and *kairos*

Whether in its ancient or modern uses, the concept of crisis “always posited a temporal dimension, which, parsed in modern terms, actually implied a theory of time” (KOSELLECK 2002, p. 237). The German historian sought to develop such a “theory of time”; however, he did so without mentioning at least once the close and evident relationship between crisis and *kairos*. Therefore, a critique of Koselleck’s interpretation

becomes necessary since the theory of time implied by the concept of crisis *can only be properly exposed if the asymmetry between chronos and kairos is taken as the starting point*.

First, one must ponder over the reasons that led Koselleck to disregard the notion of *kairos* in his interpretation. My hypothesis is that this is because he framed his analysis of “crisis”, especially in its modern sense, as a key to interpret the (modern) phenomenon of temporal acceleration. By structuring his analysis in this way, Koselleck set aside fundamental aspects of the theory of time implied by the concept, namely, the temporality of decision, urgency, imminent rupture and uncertainty about the future.

The crucial element of that theory of time lies in the idea that crisis “pointed toward the *pressure of time*, so to speak, which constituted the understanding of the sense of the concept” (KOSELLECK 2002, p. 238, emphasis added). Undoubtedly, this is an accurate characterization of the temporal sense of “crisis”. My disagreement lies in the way Koselleck interprets the notion of “pressure of time”. It is interesting to note that when the author exposes his interpretation, he refers exclusively to the Christian origin of the concept. In fact, the section from his essay in which he develops this topic is titled “‘Crisis’ as a Question Posed to the Christian Tradition”. As previously stated, Christian theology appropriated the term *krisis* to designate the expectations concerning the Last Judgment and, therefore, the concept’s temporal sense came to be related to *eschatos*, the time of the end.<sup>10</sup> Furthermore, Koselleck retrieves the gospel teaching that, before the end of the world, God makes worldly time pass more quickly: “So that if the Lord had not shortened that time, no one would survive; but he decided to shorten it for the sake of some of his chosen” (Mk 13:20).

Thus, Koselleck interprets the “pressure of time” based on the Christian idea of temporal foreshortening carried out by God to accelerate the Last Judgment (*krisis*), and he then draws a parallel with the historical use of the concept. According to the author, the historicization of the Christian concept of crisis is already found in Martin Luther, for whom temporal foreshortening was not the work of time itself, as if years turned into months, and months into days. Instead, Luther had already interpreted the foreshortening of time historically: “Events themselves, with the disintegration of the church rapidly rushing onward, were for him [Luther] a harbinger of the coming end of the world” (KOSELLECK 2002, p. 245). The evidence of an accelerated passage of time was found in the observation of the very historical events.

<sup>10</sup> For a critique of the conflation between *chronos*, *kairos* and *eschatos* in Christian theology, see AGAMBEN 2005.

From a different perspective, Koselleck adds, the history of discoveries in the natural sciences was similarly interpreted. Francis Bacon stated that scientific inventions and developments would happen in increasingly shorter periods of time. “*From the apocalyptic foreshortening of time came the acceleration of historical progress*” (KOSELLECK 2002, p. 245, emphasis added). This perception of temporal acceleration not only resulted in the concept of *progress*, but it would also have constituted the very temporal sense of the modern concept of *crisis*:

Even the acceleration of the modern world, the reality of which is not to be doubted, can be comprehended as crisis. [...] The generic concept for the apocalyptic foreshortening of time that precedes the Last Judgment, and for historical acceleration, is ‘crisis’. Should that only be a linguistic accident? In Christian and in non-Christian usage, ‘crisis’ indicates in every case a growing pressure of time that appears inescapable to humanity in this earth (KOSELLECK 2002, p. 245).

This citation synthesizes Koselleck’s interpretation on the theory of time as implied by the concept of crisis. It consists of an association between the notion of “pressure of time” with the phenomenon of temporal acceleration, taking as its starting point the Christian sense of *krisis*, which highlights a foreshortening of worldly time (*chronos*) towards the end of times (*eschatos*). This temporal foreshortening is also the common origin that crisis shares with progress as historical-temporal concepts.

Now, does the notion of “pressure of time” simply mean the perception that (historical) time runs more quickly? What about the sense of urgency for making a decision and performing timely actions? Or the uncertainty about the historical future that emerges from situations of a radical break in the present? Clearly, positing that crisis is a concept of temporal acceleration is not enough to characterize the theory of time that underlies it. Framed between *chronos* and *eschatos*, Koselleck’s interpretation disregarded the idea of *kairos*, which, as I demonstrated in the previous section, is constitutive of the temporal sense of “crisis” since its etymological origins. Although the conceptual changes undergone by the term with the emergence of modern philosophy of history have resulted in a gradual concealment of its kairological sense, this does not mean that the latter has been completely eliminated, nor that it can be ignored when it comes to understanding the form of temporal experience denoted by the concept. The following paragraphs show that the notion of “pressure of time” unmistakably involves a kairological sense of temporal experience.

To say that time is under pressure presupposes a kind of temporal contraction. However, such a contraction of time does not simply mean that the chronological stream moves more or less rapidly. The pressure of time also denotes a situation in which an action is urgent, that is, it cannot wait a long time (*chronos*) to be taken, because there is a risk of missing the right moment (*kairos*) to perform it. The pressure of time is also the pressure of making tough decisions and taking timely actions in a situation of discontinuity and uncertainty about the historical future. This reformulation of the notion of “pressure of time” combines *both* ideas of time I have discussed throughout this article, as well as the asymmetry between them. It is precisely in this sense that *kairos* does not represent a totally separate and symmetrically opposite temporality to *chronos*; it is rather, as I argued before, a contracted and abridged *chronos*.

In proposing this reformulation, I do not claim that relating crisis and temporal acceleration is a misinterpretation. Crisis situations certainly suggest an experience of accelerated changes. What I do argue is that insofar as the asymmetrical difference between *chronos* and *kairos* is considered, it becomes possible to grasp certain aspects of “crisis” that cannot be reduced to the issue of temporal acceleration. The latter, in general lines, refers to a circumstance wherein historical events accumulate within a shortened chronological duration. The flow of events is compressed, changes pile up in a quantitatively shorter chronological interval, thus generating the perception that time *passes* more rapidly. In short, the issue of temporal acceleration implies and reflects a chronological idea of historical time.

However, to experience a critical situation also means that expectations about the future are disrupted by a circumstance of dysfunction and anomie. Insecurity about the future leads to the *emergence* of other possibilities hitherto unforeseen: the historical future may take different directions according to the actions and choices taken in the present. “We are touching on a crisis that will lead to slavery or freedom”, said Denis Diderot in 1771 (*apud* KOSELLECK 1988, p. 172). In this example, “crisis” refers to a future yet undefined, torn between radically opposed possibilities. Such a way of relating to historical future implies a sense of urgency to make difficult decisions in the present aiming to shape the future towards certain possibilities (freedom) over others (slavery), without assuring, however, that success will be necessarily achieved.

Therefore, “crisis” implies a specific kind of future anticipation that is not compatible with that of “progress”: rather than a time of perpetual improvement, the future is anticipated as *possibilities* still open, thus requiring an active stance in the present *moment* to fulfill one or another possibility. In fact, when social actors are faced with such critical situations, they search for possible responses they can enact, thus guiding their

actions according to the horizon of possibilities they find in each particular circumstance. As Andrew Gilbert (2019, p. 71) posits, “crisis” implies that what is presently the case can be or could have been otherwise, and that is the reason why the concept relates to *kairos*: it denotes “the qualitative possibilities of each particular moment rather than time as a process or measurable quantity”.

From this point of view, the performative function of “crisis” is moved to the forefront – an important feature that Koselleck’s interpretation tends to disregard. As Gilbert convincingly argues, “crisis” is often employed as a conceptual device to construct worldviews and political narratives. In addition to a descriptive dimension, by which the term refers to events and states in the observed world, “crisis” holds a performative force. The concept is often used by political actors to drive their audience towards a decision, to perform an action or to come to a resolution, by stressing the urgency of the present moment. Thus, identifying an existing state of affairs as “crisis” entails a prescriptive function: “Crisis is a call to take action, to adopt a different perspective, to see something revealed to us, or even simply be aware of the crisis and to pay attention” (GILBERT 2019, p. 10).

Furthermore, highlighting the kairological sense of crisis is an alternative to an issue that Koselleck did not problematize – even though he admits it at certain moments – namely, the Christian teleological view of history (*krisis* as the Last Judgement). As previously mentioned, Koselleck’s understanding of crisis as a concept of temporal acceleration is derived from such teleological view. In the context of modern philosophy of history, this sense of “crisis” was maintained and gradually subordinated to the idea of progress. Crisis is thus seen as a moment that accelerates the coming of a better future, implying that historical time has a predetermined direction. The uncertainty of the future tends to be obfuscated by such an interpretation.

In contrast, the medical origins of *krisis* do not imply such a teleological view. The shape of the future will be defined according to the actions taken in the present. Success or redemption cannot be previously guaranteed; they will be achieved only to the extent that social agents take initiative and perform the right action at the right time. Therefore, “crisis” implies a sense of radical discontinuity, as a deep transformation in the world is taking place in the present but whose final outcome has not yet been fulfilled nor can it be predicted. The uncertainty of the future meets the performative force of “crisis”: one must act *now* in the present (*kairos*), while there is still time to avoid the worst possible scenario or to actualize the desired possibility. This sense of discontinuity tends to be blurred by interpretations that prioritize the relationship between crisis and temporal

acceleration because the latter reintroduces a crisis situation within the chronological flow, represented as a *continuum* that moves more or less rapidly, instead of the very breaking of such a *continuum*.

## Final Remarks

It is often said that global society is currently living in “times of crisis”. As one comes across this expression in 2021, it is quite likely that the reader will associate it with the COVID-19 pandemic – often considered as being *the* crisis of the current generation. Notwithstanding its unique characteristics, impacts, extent and intensity, the outbreak of the coronavirus crisis is one of several other global dysfunctional situations that global societies have been facing recently in the economy, politics, the environment, and so forth. “Times of crisis” holds several faces and comprise multiple temporalities.

How can we think of these “times” that we name as “crisis”? First, we must reflect more closely on the very concept of crisis and its constitutive temporal dimensions. In this article, I demonstrated that such dimensions can only be properly understood if one considers the asymmetrical difference between *chronos* and *kairos*. The tendency in modern historical thinking to identify historical time exclusively with *chronos* often relegates the kairological aspect of “crisis” to the background. Thus, when it comes to reflecting on the way the concept of crisis expresses and elaborates forms of temporal experience that would differentiate it from other historical-temporal concepts (such as progress, development, or evolution), the chronological paradigm stands out, whereas that kairological aspect ceases to be thought of as such.

I do not intend to totally reject the interpretation of crisis as a concept of temporal acceleration, as Koselleck (and others) proposed. Such an interpretation, however, does not exhaust the possibilities of signifying the historical time that “crisis” brings. Crisis is a concept of acceleration *and also* of urgency, uncertainty, and imminence. Times of crisis are times of accelerated transitions. But they are also *moments* whose distinctive quality is not defined by the extension or position of its chronological duration but rather by its reference to situations of great instability that call for the agents’ resoluteness. Times of crisis are also *critical moments* that can potentially define a war, a cure, or that will seriously impact a country’s political future.

By shedding light on these characteristics of “crisis” through the asymmetry between *chronos* and *kairos*, several issues potentially relevant to the current theoretical discussions on historical temporality are raised. In this article, a parallel was evinced

between the modern conception of time and the semantic changes that “crisis” went through when it became a historical-philosophical concept. As I indicated in the second section, many authors claim that modern thinking merged the plurality of temporal notions and representations into a single, universal, and absolute *chronos*-time. According to Russell West-Pavlov,

The recent history of time since the Enlightenment has evinced a progressive narrowing of the spectrum of temporal modes. The gradual streamlining of temporality down to universal linear time as the self-evident calibration of human existence has repressed and elided other possible temporal structurings of individual and global existence. It inherently claims, ‘There is no alternative!’ (WEST-PAVLOV 2013, p. 6).

Such a narrowing of the temporal modes can be related to the semantic transformations of “crisis” since the eighteenth century. Whereas in its ancient uses the kairological sense of “crisis” was more prominent, it became gradually concealed insofar as, in the context of modern philosophy of history, the concept was subordinated to a progressive view of history – which, as I stated previously, translates at a historical level the notion of a chronologically-oriented processual time.<sup>11</sup>

Concealment, however, does not mean total erasure. “Crisis” and “progress” express two conceptions of time and historical change that are ultimately incompatible with each other. On the one hand, “progress” implies a linear and continuous *chronos*-time within which events unfold and thus configures history as a process that runs toward a predetermined (progressive) direction. “Progress” encompasses historical change, but to the extent that this change is subsumed to a temporal *continuum* that makes sense of it. On the other hand, “crisis” emphasizes discontinuity and rupture, ultimately challenging the idea of history as a continuous process. “Crisis” thus points to a disruptive notion of change, whose outcome cannot be determined beforehand, urging a decision that must be made in the present *kairos*-moment.

Now, as many scholars have already stated, the modern metanarrative of progress has been increasingly challenged in the contemporary world; conversely, the concept of crisis does not seem to be shrinking, on the contrary, it has been used more and more extensively. Jordheim and Wigen even claim that “the concept of crisis is about to replace the concept of progress as the main tool of historicization in the Western world

<sup>11</sup> On the concept of “processual temporality” as opposed to “evental temporality”, see Simon (2019).

and beyond” (JORDHEIM and WIGEN 2018, p. 425). The authors state that the concept has been applied to so many different domains of contemporary life that it has become more and more often to using the term not only to describe this or that particular field of human activity whatsoever, but also to designate a whole historical “age”:

We live in a *time of crisis*, conceptually speaking, where concepts of ‘crisis’ are proliferating and increasingly more areas of society or human life enter into an alleged stage of crisis, not just the economy and the climate, but identity and culture, as well. Furthermore, these different crises are drawn together, into the collective singular, indicating a crisis of global, even universal, scope (JORDHEIM and WIGEN 2018, p. 437).

In order to understand the way “crisis” works as a “tool of historicization”, that is, as a concept that signifies and articulates historical sense, its proper temporal dimensions must be reconsidered instead of subjecting it to the same temporal logic of progress. To do so, the first step would be to retrieve or “unconceal” that kairological dimension which constitutes the temporal sense of crisis and assess how this dimension structures concrete historical crisis experiences. Such a theoretical task acquires an even greater relevance in a world increasingly perceived as living in “times of crisis”.

The current pandemic situation has provided plentiful practical proofs of the way temporality has been experienced in a kairological sense. On many occasions, social and political actors have been constrained to make tough decisions under conditions of great uncertainty, without much *chronos*-time to ponder on them. Take, for example, the tragic situation that physicians and nurses found themselves in, having to choose who should receive medical treatment amid the collapse of healthcare systems; or the pressure of time that many politicians found themselves under, having to decide in haste the right moment to start, suspend, or retake social isolation measures to curb the virus circulation.

By considering such kairological characteristics of crisis experiences, a new set of issues opens up for further investigations. At this point, it bears reminding that experiencing time in a kairological sense does not necessarily mean that the right action was effectively performed, nor that the occasion was properly seized. *Kairos* is a time of big risks, including the risk of missing the opportune moment to act. But at the same time, the very sense of having seized the moment is politically disputed. A good example of that is a statement delivered by Boris Johnson on March 16<sup>th</sup>, 2020, when the UK Prime Minister, for the first time, asked British people to stay at home to avoid

unnecessary physical contact. After having neglected the seriousness of the pandemic for weeks, Johnson was accused of not taking the right measures in the appropriate moment, thus furthering the crisis. In his statement, Johnson addressed these charges with the following words:

And if you ask, why are we doing this now, why now, why not earlier, or later? Why bring in this very draconian measure? The answer is that we are asking people to do something that is difficult and disruptive of their lives. And the right moment, as we’ve always said, is to do it when it is most effective, when we think it can make the biggest difference to slowing the spread of the disease, reducing the number of victims, reducing the number of fatalities (JOHNSON 2020).

Johnson claimed that his office took the right decision at the right moment for the best of the country. The fact that the United Kingdom has become one of the main European and global hotspots of the pandemic demonstrates, however, that claiming to have acted in a timely manner is very different from actually doing so. Whatever it may be, this example shows that seizing or missing the right moment to take initiative is a structural dimension of crisis experiences. Hence, from the point of view of Theory of History, it is crucial to retrieve the idea of *kairos* to investigate the ways in which the experience of historical time has been reshaped in our pandemic world.

## REFERENCE

AGAMBEN, Giorgio. **Infancy and History**: The Destruction of Experience. Translated by Liz Heron. London: Verso, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. **The Time that Remains**: A Commentary on the Letter to the Romans. Translated by Patricia Dailey. Stanford: Stanford University Press, 2005.

ANDRADE, Marta Mega de. Time, History and Subjectivity in an “atopic” approach to Walter Benjamin’s theses *On the concept of History*. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 153-178, 2019. Available at: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1374>. Accessed: 12 May 2020.

BENVENISTE, Emile. Language and Human Experience. Translated by Nora McKeon. **Diogenes**, Paris, v. 13, n. 51, p. 1-12, 1965.

BIBLE. English. **Christian Community Bible**. Translated, presented and commented for the Christian Community of the Philippines and the Third World; and for those who seek God. Quezon City (Philippines): Claretian Publishers, 1988.

BIBLE. **Septuaginta**. Stuttgart: Deutsche Biblegesellschaft, 1979.

CARVALHO, Augusto de. **História do passado**: da conceitualização tradicional à reconfiguração em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud. 2017. Thesis (PhD in History) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CONDORCET. **Outlines of an Historical View of the Progress of the Human Mind**. Baltimore: G. Freyer, 1802.

ESKIN, Catherine. Hippocrates, *Kairos*, and Writing in the Sciences. In: SIPIORA, Phillip; BAUMLIN, James (org.). **Rhetoric and Kairos**: Essays in History, Theory, and Praxis. New York: State University of New York Press, 2002. p. 97-113.

FRIESE, Heidrun. Introduction. In: FRIESE, Heidrun (org.). **The Moment**: Time and Rupture in Modern Thought. Liverpool: Liverpool University Press, 2001. p. 1-15.

GILBERT, Andrew Simon. **The Crisis Paradigm**: Description and Prescription in Social and Political Theory. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

HEIDEGGER, Martin. **The Concept of Time**. Translated by William McNeil. Oxford: Blackwell, 1992.

HIPPOCRATES. Precepts. In: JONES, William Henry Samuel (org.). **Hippocrates**. Vol I. Translated by William Henry Samuel Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1923. p. 312-333.

ISELIN, Isaak. **Über die Geschichte der Menschheit**. 5. ed. Basel: Schweighauser, 1786.

JOHNSON, Boris. Prime Minister's Statement on Coronavirus (COVID-19). **GOV.UK**, 16 mar. 2020. Available at: <https://bit.ly/30moiuf>. Accessed: 11. June 2020.

JORDHEIM, Helge. Conceptual History Between *Chronos* and *Kairos* – The Case of “Empire”. **Redescriptions**: Yearbook of Political Thought and Conceptual History, Helsinki, v. 11, n. 1, p. 115-145, 2007. Available at: <https://journal-redescriptions.org/articles/abstract/10.7227/R.11.1.8/>. Accessed: 12 May 2020.

JORDHEIM, Helge; WIGEN, Einar. Conceptual Synchronisation: From *Progress* to *Crisis*. **Millennium**: Journal of International Studies, London, v. 46, n. 3, p. 421-439, 2018. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0305829818774781>. Accessed: 12 May 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Critique and Crisis**: Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society. Oxford (UK): Berg Publishers, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. Some Questions Regarding the Conceptual History of “Crisis”. In: KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: Timing History, Spacing Concepts. Translated by Todd Samuel Presner. Stanford: Stanford University Press, 2002. p. 236-247.

KOSELLECK, Reinhart. Crisis. Translated by Michaela Richter. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006. Available at: <https://www.jstor.org/stable/30141882>. Accessed: 12 May 2020.

KRACAUER, Siegfried. Time and History. **History and Theory**, Middletown, v. 6, p. 65-78, 1966. DOI 10.2307/2504252. Available at: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2504252.pdf>. Accessed: 12 May 2020.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. Introduction. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (org.). **Breaking up Time**: Negotiating the Borders between Present, Past and Future. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013, p. 7-35.

LUNDMARK, Lennart. The Historian’s Time. **Time & Society**, London, v. 2, p. 61-74, 1993.

MENDES, Breno. **A representação do passado histórico em Paul Ricœur**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

MILLER, Carolyn. Foreword. In: SIPIORA, Phillip; BAUMLIN, James (org.). **Rhetoric and Kairos**: Essays in History, Theory, and Praxis. New York: State University of New York Press, 2002. p. xi-xiii.

MURCHADHA, Felix Ó. **The Time of Revolution: Kairos and Chronos in Heidegger.** London: Bloomsbury, 2013.

PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei. **Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer, ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real.** Vitória: Editora Milfontes, 2020.

PETERS, Rik. The Rhetoric of Time and the Time of Rhetoric. *In*: KELLY, Michael J.; ROSE, Arthur (org.). **Theories of History: History Read across the Humanities.** London: Bloomsbury, 2018. p. 81-102.

QUIRIM, Diogo. Interações entre historiografia e filosofia grega: a noção de *kairós* em Isócrates como alternativa ao filósofo do mito da caverna platônico. **Faces da história**, Assis, v. 1, n. 2, p. 32-48, 2014. Available at: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/170>. Accessed: 12 May 2020.

RAMALHO, Walderez. Historical time between *chronos* and *kairos*: on the historicity of *The Kairos Document* manifesto, South Africa, 1985. **Rethinking History**, London, v. 24, n. 3-4, p. 465-480, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1080/13642529.2020.1831351>. Accessed: 12 Jan. 2021.

RANGEL, Marcelo de Mello. **Da ternura com o passado: história e pensamento histórico na filosofia contemporânea.** Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

RICŒUR, Paul. **Time and Narrative.** Vol 3. Translated by Kathleen Blamey and David Pellauer. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ROITMAN, Janet. **Anti-crisis.** Durham NC: Duke University Press, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emile, or Education.** Translated by Barbara Foxley. London & Toronto: J.M. Dent and Sons, 1921.

SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos.** Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

SIMON, Zoltán Boldizsár. The Transformation of Historical Time: Processual and Evental Temporalities. *In*: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (org.). **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism.** London: Bloomsbury, 2019. p. 71-84.

SMITH, John E. Time, Times and the “Right Time”: *Chronos* and *Kairos*. **The Monist**, Oxford, v. 53, n. 1, p. 1-13, 1969.

STARN, Randolph. Historians and Crisis. **Past & Present**, Oxford, v. 52, n. 1, p. 3-22, 1971.

STRÅTH, Bo. The Faces of Modernity: Crisis, *Kairos*, *Chronos* – Koselleck versus Hegel. In: TRÜPPER, Henning; CHAKRABARTY, Dipesh; SUBRAHMANYAN, Sanjay (org.). **Historical Teleologies in Modern World**. London: Bloomsbury, 2015. p. 339-361.

TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent. Introduction: Rethinking Historical Time. In: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (org.). **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism**. London: Bloomsbury, 2019. p. 1-20.

TANAKA, Stefan. History without Chronology. **Public Culture**, Durham NC, v. 28, n. 1, p. 161-186, 2015.

WEST-PAVLOV, Russell. **Temporalities**. London: Routledge, 2013.

WILCOX, Donald J. **The Measure of Times Past: Pre-Newtonian Chronologies and the Rhetoric of Relative Time**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

## ADDITIONAL INFORMATION

### ACADEMIC BIOGRAPHY

Walderez Ramalho is a PhD Student at the Federal University of Ouro Preto, working at the intersection between theory and philosophy of history, history of historiography, Brazilian historiography and contemporary history. He has completed his licentiate degree in History at the Federal University of Minas Gerais (2012), and he also holds an MA in History from the same university (2015). During August 2019 and June 2020, he was a visiting PhD Student at Ghent University.

### CORRESPONDENCE ADDRESS

Rua do Seminário, s/nº, Mariana, MG, 35420-000, Brasil.

## FUNDING

This research was funded by Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) and Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## ACKNOWLEDGMENT

This article is dedicated to the memory of Dora Nilma Costa Ramalho. This text was written from December 2019 to August 2020 in Ghent and in Belo Horizonte. I would like to express my gratitude to the following people for their “critical” support since the early drafts of this text: Valdei Araujo, Berber Bevernage, Augusto de Carvalho, Breno Mendes, Hugo Merlo, Mateus Pereira, Aryanne Araújo, Eline Mestdagh, Marie-Gabrielle Verbergt, Rafael Verbuyst, Egon Bauwelinck, Eva Williems, Danilo Marques, André Luan Nunes Macedo, Mauro Franco, Amanda Pavani, and Luiza Campos. I also thank the peer reviewers as well as the editorial team of *História da Historiografia*.

## COMPETING INTERESTS

No declared conflict of interest.

## ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

## EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

## ASSOCIATE EDITOR

João Rodolfo Munhoz Ohara - Executive Editor

## COPYRIGHT

Copyright (c) 2020 *História da Historiografia*: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



## PEER REVIEW HISTORY

Received in: 3 September 2020.

Changed on: 3 December 2020.

Changed on: 2 February 2021.

Approved in: 5 February 2021.

# The Analytical Metaphysics of Time and the Recent Theory of History: Overtones of the Debate about Presentism

A Metafísica Analítica do Tempo a Recente Teoria da História: Sobretons do Debate acerca do Presentismo

**Hélio Rebello Cardoso Jr.** <sup>a</sup>

Email: herebell@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7354-2044> 

<sup>a</sup> Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências e Letras de Assis,  
Departamento de História, Assis, SP, Brasil

## ABSTRACT

The longstanding line of research that the analytic tradition calls metaphysics of time remains quite ignored by the theory of history. To bring them closer, this study proposes to introduce to historians and theorists of history the metaphysics of time theses about the presentism/eternalism and the linear/closed time. For such purpose, we drew correspondences between the theory of history and the analytical metaphysics of time concerning some characteristics of the emerging concepts of historical time. These characteristics are related to the recent debate about presentism regarding the regimes of the historical time (multiple temporalities, presence, and pluritemporality); plural time in the analytical metaphysics and synchronous/asynchronous historical time; linear/closed time in the analytic tradition and being affected by historical time. As a result, this article presents how the analytical metaphysics of time theses disclose unnoticed contours related to the history theorists' understanding about the relation with the past.

## KEYWORDS

Historical Time. Presentism. Philosophy of History.

## RESUMO

A duradoura linha de pesquisa que a tradição analítica chama de metafísica do tempo é bastante desconhecida para os teóricos da história, apesar da prolífica nova metafísica do tempo histórico. Conseqüentemente, apresentamos aos historiadores e teóricos da história as teses da metafísica analítica do tempo acerca do presentismo/eternalismo e do tempo linear/fechado. Então, traçamos correspondências entre a teoria da história e a metafísica analítica do tempo quanto a conceitos emergentes de tempo histórico. Essas correspondências convergem para a recente discussão acerca do presentismo quanto aos regimes de tempo histórico (temporalidades múltiplas, presença e pluritemporalidade); o tempo plural na metafísica analítica e o tempo histórico síncrono/assíncrono; tempo linear/fechado na tradição analítica e ser afetado pelo tempo histórico. Como resultado, o presente artigo mostra que as teses da metafísica analítica do tempo descritas revelam alguns contornos pouco notados da compreensão que teóricos da história mantêm acerca da relação com o passado.

## PALAVRAS-CHAVE

Tempo histórico. Presentismo. Filosofia da História.

## Introduction

Historians tend to view natural time as the plain, flat, and boring succession of clock time. Nevertheless, it keeps complex textures and secrets similarly to historical time. This article approaches philosophical studies about natural time that can help the theorists of history to think over some issues related to the current debate around the concept of historical time. We will approximate the metaphysics of natural time in the analytical philosophy and of the metaphysics of historical time in the recent theory of history owing to a coincidence that invites us to bring them conceptually close, since both focus on the so-called presentism.

### Concepts of historical time in the current theory of history and the regimes of the plural characteristic of historical time: multiple temporalities and polytemporality

The concepts of historical time underwent a renewal from the 2000s on, so that a “new metaphysics of time” arose. Theorists of history call new metaphysics of time the recent reconceptualization of historical time; however, they do not imply any relationship between this and the analytical metaphysics of time, with which they show little acquaintance, if any at all. Consequently, qualifying the theorists of history metaphysics of time as the metaphysics of *historical* time is necessary to disambiguate it from the analytical metaphysics of time.

First of all, reconceptualizing historical time shows not only a transient movement, but also a paradigmatic turn in the discipline. In fact, the theorists of history indicate that the former internal disciplinary division between realists and narrativists might have become out of date:

what strikes us as most interesting about this trend is the way that some of these theorists have sought to move beyond the emphasis on language and representation not by returning to a crude variant of objectivism or empiricism but by re-examining our relationship to the past and the past’s very nature and by attempting to construct *a new metaphysics of [historical] time* (KLEINBERG 2012, p. 1, emphasis added).

Secondly, the relationship among the dimensions of time raises the debate about presentism, both in the theory of history, and in the analytical metaphysics of time.

Therefore, an overview on this outstanding issue will allow this article to achieve its main objective, which is to show that the analytical metaphysics of time may contribute to the metaphysics of historical time of the theory of history, despite their different backgrounds.

The metaphysics of historical time is specifically concerned about the time dimensions. In effect, the past, present, and future relationship establishes the way the past hits the present and opens it up to the future. Although moral, political, aesthetic and material relations with the past are evident and common (PAUL 2015, p. 146), the historians and theorists of history are mostly interested in the *epistemic* relation with the past: "People have an epistemic relation with the past when they seek knowledge and/or understanding of historical reality" (PAUL 2015, p. 35). The criteria that distinguish the epistemic relation from other relations with the past are: "accuracy, comprehensiveness, consistency and originality" (PAUL 2015, p. 121-122). Most of all, the epistemic relationship among past, present, and future describes if the past entertains a plural relation with the present, since the experience of historical time produces different patterns of past, present, and future relationship (SIMON 2019, p. 74). The plural characteristic of the dimensions of historical time is probably the most prominent trait in the recent configuration of the concepts of historical time. Thus, the issue of a plural historical time arises and overshadows the model that prevailed either in the realistic or in the narrativist theory of history (TAMM; OLIVIER 2019, p. 14-16; FARELD 2018, p. 54; BURGES; ELIAS 2016, p. 11) In general, the renewal of historical time regarding the relationship among past, present, and future can be observed in the different patterns of the plural characteristic of time that the new concepts of historical time deploy (CARDOSO JR. 2020).

In the recent theory of history, three main different patterns of the plural characteristic of time emerge.

Firstly, Zammito (2004) appeals to Koselleck's multiple temporalities to conceive a realistic relationship among past, present, and future. The "actual evidence" of the past reveals the non-linear time that develops itself in between the "space of experience" and the "horizon of expectation", as stated by Zammito: "The space of experience is the arrayed past for a given present, and the horizon of expectation is the cutting edge of future possibilities for any given present" (ZAMMITO 2004, p. 128-129). Likewise, according to Jordheim, Koselleck's temporality assumes that the past is made of multiple layers whose endurance in the present discloses a "diachronic movement through the synchronic moment" (JORDHEIM 2012, p. 166). The multiple temporalities

that diachronize the present moment unfreeze the layers of the past and put them at work within the present (JORDHEIM 2012, p. 153-154).<sup>1</sup>

Secondly, Bevernage appeals to “spectral time” (BEVERNAGE 2008, p. 159) to observe that the past haunts and stirs the self-compliant linear history. Hence, the plural characteristic of historical time allows “a critique of the time concepts that force us [...] to the formulation of an alternative chronosophy” (BEVERNAGE 2008, p. 155). Similarly, for Kasabova, a faithful understanding of what historians do lies in the immediate presence of the past in the present: “Far from being represented or reproduced in the present, the past manifests its presence in the here and now” (KASABOVA 2008, p. 333). Representing presence requires a “semantic transposition or relocation [between present and past experiences] by means of a part–whole relation establishing the [selective] link between what is retained and what is retrieved” (KASABOVA 2008, p. 341).

Thirdly, in contrast with the previous metaphysicians of historical time, Bonneuil requires from the theory of mathematics a different regime for the plural characteristic of historical time that does not depend on the retractable distance between space of experience and horizon of expectation. The new image reshapes the past, present, and future relationship according to the point-to-set time arrangement (BONNEUIL 2010, p. 34). The operation basically associates each present-point with a set of pasts (BONNEUIL 2010, p. 35), which saves historical time from the illusion of the “single past reported by one story”, provided that the present conceals a “multitude of pasts and futures in store at each moment” (BONNEUIL 2010, p. 46). Likewise, Roth thinks that the openness of multiple pasts implies that the descriptions of the historical experience are continuously rearranged by the descriptions of past experiences, which change with the passage of history (ROTH 2012, p. 317, 338-339). The plural, non-linear outlook of historical time requires “negotiations of a fit between descriptions and experience” (ROTH 2012, p. 313). Likewise, for Runia, as we will see in detail in the next section, the “different levels” (RUNIA 2006, p. 8) of past, which are simultaneous and discontinuous to the plan of present, make historical reality effectively experienced. Overall, Bonneuil, Roth and Runia argue for a regime of the plural characteristic of historical time called “polytemporality” according to important theorists of history (TAMM; OLIVIER 2019, p. 11; BURGES; ELIAS 2016, p. 13).

<sup>1</sup> The Koselleckian multiple temporalities can be associated both with the concept multitemporality of Kairos and demotes the monotonous linearity of Chronos (RAMALHO 2020), and with the *événement*, according to Badiou and Zizek (BECK 2017).

In short, in the recent historical theory, at least three regimes of the plural characteristic of historical time coexist: The Koselleckian multiple temporalities, the regime of presence, and the non-Koselleckian polytemporality. All of them take part in the debate around presentism and anti-presentism in the recent theory of history. Presentism and anti-presentism primarily approach the plural characteristics of historical time, since each holds its own regime of the relationship among past, present, and future.

In the following section we will introduce two theses on analytical metaphysics of time that will provide us with resources to approach presentism and anti-presentism in the new metaphysics of historical time.

## Theses of the metaphysics of time on presentism/eternalism and linear/closed time

John McTaggart's (1866-1925) article "The Unreality of Time" (MCTAGGART 1998), from 1908, founded the analytical metaphysics of time. It is the branch of the "philosophy of time that asks questions about the nature of temporal reality" (DENG 2018), and its development testifies "the importance of time in contemporary debates in metaphysics" (OAKLANDER 2014, p. xiv). The analytic metaphysicians of time are primarily interested in "the 'objective' time of physicists" (REYNOLDS 2012, p. 66), that is, natural or clock time, whereas historians and theorists of history focus on historical time.

McTaggart's foundational thesis launched a prolific and longstanding debate that established, at least, seven main ideas about natural time, which are usually presented in pairs that put together a thesis and a counter-thesis concerning different properties of time: a) realism/antirealism, b) presentism/eternalism, c) linear/closed time, d) real/unreal temporal change, e) endurantism/perdurantism, f) actualism/possibilism, and g) continuous/discrete time. Since the main objective of this article is to inspect some contours of the contemporary presentism and anti-presentism in the theory of history, we will discuss only two theses of the analytical metaphysics of time that, once brought together, allow us to draw significant analysis and results: presentism/eternalism, and linear/closed time.

## 1. presentism/eternalism

The analytical metaphysics of time presents a thesis about the relationship among past, present, and future that discusses the ontological status and plural relationship that the dimensions of time maintain.

In general, three varieties of the plural temporality are recognized. They have in common the objective present; however, they contend about limiting or extending the ontological status of present since “there is an objective present: a unique time that reality itself picks out as special” (CAMERON 2016, p. 110). Firstly, if existence is assigned to the latest time that exists, past and present exist, but not future, since time grows as it passes and it does not include yet-to-come events or facts. This variety is called the “growing block theory” (DENG 2018). Secondly, if the analytic metaphysician of time ascribes the ontological privilege of being present to the fleeting now, past and future only acquire existence becoming present in the dimensionless coming-to-be or “moving Now” (DOLEV 2007, p. 7). This position is called the “moving spotlight theory” (DENG 2018). Thirdly, if the privilege is assigned to the present, it is the only time that it exists. This variety is known for its plural relationship among past, present, and future, and it is called presentism. The third variety will be the focus of this article.

Presentists appeal to the evidence that it is only possible to assign existence to a past event or thing if the present is the referent: “Who can deny that there existed something identical with the Roman Empire which is no longer present?” (REA 2003, p. 212-213). For the presentists, the past and the future do not hold the same status as the present, for only the present is real and is the measure for the other times to be experienced as time: “All that constitutes reality is how things are now. The past was part of reality, but it exists no more. The future will be part of reality, but it has not yet come into existence” (DUMMETT 2004, p. 73). Presentism establishes therefore that everything that exists, exists in the present time and what exists in the past and in the future can only be reported by analogy with the present (ZIMMERMAN 2008, p. 213; CRISP 2003, p. 211-212). For the presentists, someone exists in the present, but it is not possible to say that Plato and dinosaurs existed as a thing existing in the present, since what is here and now for someone is not the same that was for Plato and the dinosaurs in the past. In short, the reality of time depends on the immediacy of the present.

In turn, eternalism does not privilege any dimension of time. Hence, past, present, and future are on the same ontological footing: “Eternalism is typically stated as the view that *past, present, and future things exist*” (FIGG 2017, p. 1), (see also CRISP

2003, p. 218-219 and SIDER 2008, p. 243). The existence of things and events refer to propositions that hold their truth-values eternally: "a proposition has its truth-value eternally if it is either always true or never true." (CRISP 2003, p. 212) For the eternalists, someone exists as much as Plato and dinosaurs exist in the present, so the truth of these propositions are eternal. However, a unicorn does not exist, since the propositions about their existence are never true (CRISP 2003, p. 211). In contrast with the presentists, eternalists think that being present has a relative status: "what is present for us is not what is present for Caesar, since we are at a different time from Caesar, just as what is here for me is not what is here for you, since we are in different places" (CAMERON 2016, p. 110). The thesis on presentism contends the thesis on eternalism, so that the latter is an anti-presentism.

## 2. linear/closed time

The plural relationship between the dimensions of time may be conceived of according to two arrangements, the "linear time" and the "closed time" (LE POIDEVIN 1993, p. 158-159). The diagram that portrays the linear time is a straight infinite line, for linear time "is infinitely extended" between before and after according to an "asymmetric and irreflexive" (LE POIDEVIN 1993, p. 158) relationship. A temporal relationship of such type implies that a previous event causes the subsequent event. Consequently, if time is arranged in an infinite line, it has the definite, forward direction that the ordering of the events assigns it to have. They keep their past, present, and future individual characteristics as time passes. On the contrary, closed time is "finitely extended", since the relationship among past, present, and future is symmetric and reflexive. Consequently, "in closed time, every instant is both before and after every other (including itself)" (LE POIDEVIN 1993, p. 158). Hence, it is not possible to assign to time a preferable order. The diagram that better portrays the relationship among past, present, and future, according to the closed time, is the circle without any assignable direction.

The hypothesis of time-travel exemplifies the difference between the linear and the closed time concerning the direction of time. According to the linear-time thesis, if a time-traveler could change any past event, the ordering of time would change through and through, and the outcoming present would change accordingly. However, according to the closed-time thesis, if a time-traveler that goes back in time could change any past event, his/her action would be useless, since the order of time would reset itself and remain closed. Closed time is a curve that returns to the starting point, so that the outcoming present, even if the past is somewhat disturbed, does not bear any

change. Even though the time-traveler could possibly change some circumstances in the previous events, the order of time does not go astray as to decentralize the steady self-returning circle of time.

In general, linear time suits presentism because the asymmetric order of time assures that a change might occur over a past event for the order of time to be started and altered. It means that the present is the reference for the past to experience any significant change. In turn, closed time fits eternalism, since the symmetric order of time demotes the privilege of the past as the antecedent in the time chain. Consequently, the past could only be changed according to circumstances that do not disturb the overall outcoming present. In the long run, the closed-time/eternalist thesis prevailed over the linear-time/presentist one in the analytical metaphysics of time.

In the following section, some correspondences between the approaches of both the analytical metaphysics of time and the theory of history related to the past, present and future plural relationship are drawn.

### Correspondences between historical time and the analytical metaphysics of time about presentism

The following correspondences will be made according to the theses of analytical metaphysics of time previously explained about the relationship among past, present, and future. The first correspondence will discuss some undertones of the presentism/anti-presentism debate, which are common ground between the analytical metaphysics of time and the metaphysics of historical time in the recent theory of history: plural time in the analytical metaphysics and in the new historical metaphysics of time and synchronous/asynchronous historical time. Likewise, the second correspondence will discuss presentism and anti-presentism regarding the linear/closed time in the analytic tradition and being affected by historical time.

- i. presentism/anti-presentism: multiple temporalities/pluritemporality, plural time in the analytical metaphysics, and synchronous/asynchronous historical time

Among historians, the antipode of presentism is not eternalism as the analytical metaphysics of time established, but anti-presentism, which alleges that “the term ‘presentism’ usually carries pejorative overtones” (WALSHAM 2017, p. 213).

In the long run, there are a classical and a recent presentism and anti-presentism among theorists of history and historians. For the classical presentists Croce, Collingwood, and Carr, the present is an essential condition that historical knowledge cannot deny (ARMITAGE 2020), since “we live in the present and are motivated by the conditions of our own lives” (ORESQUES 2013, p. 596). The present casts projections upon the past and the future, provided that “they exist as the present’s own immanent modes” (TAMM; OLIVIER 2019, p. 2). The present provides access to the past, on the condition that suitable methodological procedures purge the historians’ work from the distorting effects of presentism over the past. For the classical anti-presentists, who “believe that the past must be approached on its own terms, and excessive reference to the present tends to impede this approach” (ORESQUES 2013, p. 595), presentism distorts past, even if the most cautious methodological work were adopted. In general, for them, presentism was considered the source of an anachronical representation of historical time due to wrong methodological choices: “reference to the present, for most historians (at least nowadays), is viewed as how to do history wrong” (ORESQUES 2013, p. 599).

Even if famous historians sided presentism, anti-presentism remained as the major portrait of what historians do, beginning with the positivist foundations of historiography in the nineteenth century. However, the recent impact of feminist, post-colonial, which brought back the presentist perspective of ethical, social uses of history, and historical trauma studies (WALSHAM 2017, p. 2013-214). Therefore, these recent historiographical trends forced the historians and theorists to face again the challenge that presentism posed. Lately, the presentism/anti-presentism debate is not primarily related to the historians’ methodological choices as in its classical picture, insofar as it compromises with ontological issues related to the concept of historical time.

In fact, the dispute about which position better suits the historians’ work nowadays has been displaced towards the debate around the plural characteristic of historical time. The new backdrop of theory of history indicates the latter as the common ground of historical time, in opposition to the “operation of distancing” or “historicization act” that important historians and theorists promoted in the past (FARELD 2016, p. 431 e 435). The plural characteristic of historical time is really significant among the emerging concepts of historical time and it implies different regimes of relationship among past, present, and future, as we will see.

The recent displacement of the debate has made “the concept of presentism [...] slippery, amorphous and polyvalent” (WALSHAM 2017, p. 217). Thereof, presentism is “a fertile ground whose limits and features need to be explored”

(TAMM; OLIVIER 2019, p. 15). Above all, the recent presentism does not fall in the trap of the linear time, which allows “a vision of history that is predicated on the seductive idea of steady upward progress towards a better future” (WALSHAM 2017, p. 216). However, for the recent anti-presentists as well, history “is far from linear; the search for the ‘origins’ or the universality of [...] any [...] contemporary phenomena in a much earlier period may be deeply misleading rather than illuminating” (WELCH 2017, p. 251). In short, most of the presentists and anti-presentists are pluralists regarding the relationship among past, present, and future: “For an increasing number of authors, time has become non-linear, complex and constituted in part by the preservation of the past in the present” (TAMM; OLIVIER 2019, p. 11). They are, nevertheless, divided as to the different regimes of the plural characteristic of history of time that presentists and anti-presentists adopt.

Similarly, the contemporary metaphysics of time developed by the analytic philosophy, as we saw, splits in two sides: presentists and eternalists. Eventually, the negotiation between presentist and anti-presentist analytic metaphysicians of time converges on different regimes regarding the plural relationship among past, present, and time, mostly like in the recent theory of history. In fact, the analytic metaphysicians of time observe that the plural characteristic of time involves the more basic experience of perceiving things physically in space and time. Are the dimensions of time simultaneously perceived? Or not? On the one side, from the presentist view of the plurality of time in the analytical metaphysics of time, all events are simultaneous to one another in the present, so that the experience follows from this “absolute simultaneity as to make what is physically real dependent on a single worldline” (SAUNDERS 2002, p. 281). On the other side, from the point of view of the eternalist, anti-presentist position, present cannot shrink to a simultaneous worldline to represent all that exists, because the plural characteristic of time does not have the present as reference. It is a sheaf of closed, self-returning curves, which no privileged observer located in the present can perceive at once (SAUNDERS 2002, p. 281). In short, the presentists affirm that the plurality of time tends to synchronization, whereas the anti-presentists believe that the plurality of time cannot be synchronized from an all-encompassing, simultaneous present.

Thereof, the movement towards plural time that the analytical metaphysics of time developed sheds new light on the simultaneous/synchronous or the non-simultaneous/asynchronous relationship between past, present, and future that the recent theory of history develops by its own means. In the theory of history, this issue is nowadays related to the question “as to how [...] differential temporalities relate to each other”

(TAMM; OLIVIER 2019, p. 12) and allows “taking into account, within historians’ time, of ‘another time’” (LORAU 2005, p. 128), according to different regimes of the plurality of historical time.

Current presentism alleges that synchronization supports a positive way of approaching the plural characteristic of historical time, since it represents the way by which the past remains simultaneous to the present. In effect, the synchronization of multiple temporalities allows historiography to correct and prevent the harmful effects of presentism in the contemporary *Weltanschauung* as a *régime d’historicité* (HARTOG 2015, p. xvi). Hence, the presentist viewpoint does not overshadow the past, but guarantees the plurality of historical time: “present is definitively galvanized by multiple temporalities that collide dynamically and dialogically, effecting an experience of simultaneity” (BURGES; ELIAS 2016, p. 19). Consequently, presentism achieves a positive synchronization that adapts and adjusts “different times, different temporal regimes, to one another, to merge them into one to synchronize them”, thus meeting the Koselleckian regime of the plural characteristic of historical time, which is called “multiple temporalities” (JORDHEIM 2014, p. 513).

To demote the harmful effects of presentism as a dominant world view, some theorists of history look back to Heidegger and/or to the ultimate Heideggerian lineage (Gumbrecht and Agamben, for instance) to preserve the regime of multiple temporalities. Consequently, the ambivalence between proper and improper temporality redeems presentism from the dark shadows that the inauthentic relationship among past, present, and future casts over history. By all means, the Heideggerian antidote turns out restoring the authenticity of the future and criticizes the ruling role that the present plays in the contemporary experience to restore the healthy synchronous experience of historical time (INCLÁN; VALERO 2017 and ARAÚJO; PEREIRA 2019, p. 8-9).

In turn, the current anti-presentism argues against the negative effects of the presentist synchronization over the plural characteristic of historical time (BURGES; ELIAS 2016, p. 11-13), so that it is a positive task “to step outside presentism into a fully immersive, thickly described historical experience” (WELCH 2017, p. 253). Thus, it is necessary to move ahead by radically assuming the nonsynchronous historical time, which launches a type of regime of the plural historical time, the “pluritemporality”, not coined by the Koselleckian “contemporaneity of the noncontemporaneous” (KOSELLECK 1985, p. 90). Symptomatically, Landwehr claims that the presentist attempt to synchronize the non-synchronicities of the plural characteristic of historical time ends up retrieving the harmful “diachronic dissonance”, which reshapes the triumphalist and Eurocentric history that the old presentism stood for (LANDWEHR 2012, p.19-20).

Moreover, as Hunt severely warns: “There is a certain irony in the presentism of our current historical understanding: it threatens to put us out of business as historians” (HUNT 2002) for, “at its worst, [presentism] encourages a kind of moral complacency and self-congratulation” (HUNT 2002) that invalidates the ontological status of the past. For instance, Turin launched the hypothesis that the global economy promotes an acceleration of time that tends to harmfully synchronize the healthy synchronous dynamics of everyday life, to the extent at which it assembles the “neoliberal regime of historicity” that stands for presentism nowadays (TURIN 2019a, p. 252-253). However, presentism, as Hartog defines, stems from a problematic heuristic statement that makes the regime of historicity transhistorical (TURIN 2019b, p. 30). Therefore, the archetypical schemes about the current historical experience are vacuous not only regarding an ontological commitment to history (TURIN 2016: 593-595), but also unspecified regarding the ordinary experience of history that everyday life undergoes (TURIN 2019a, p. 247-248; NICOLAZZI 2010, p. 251-254)<sup>2</sup>.

In short, presentist historical theorists admit the Koselleckian synchronous multiple temporalities in the sense that the presentist metaphysicians of time allege. Similarly, anti-presentist theorists of history assume the non-Koselleckian, asynchronous polytemporality regime of plural time that the eternalist metaphysicians of time support in the analytic tradition. Both presentists and anti-presentists nowadays are cautious about the harmful synchronization that presentism as a regime of historicity might bring to the historical thinking and practice. Unlike Mudrovcic thinks, the historians of present may not fall in the trap of presentism, should they pay attention to the theorists of history (MUDROVCIC 2013: 11-12).

The first correspondence showed that the thesis of analytical metaphysics of time on presentism and eternalism provided a detailed definition of the regimes of the plural characteristic of time in the current debate between presentists and anti-presentists in the theory of history. The next correspondence between both will also show similarities that will disclose further inspection of the positions of presentist and anti-presentist theorists of history. Nevertheless, this time, the theoretical approach of the plural characteristic of time – the relationship among past, present, and future – will require us to develop the analytical metaphysics of time for the sake of the ethical issues that historical time poses regarding the renegotiation of the boundaries among past, present, and future.

<sup>2</sup> Turin and Nicollazzi draw upon the previous criticism about Hartog’s regimes of historicity regarding the problematic relation with the historiographical regimes, see (BLOCKER; HADDAD 2006 and HANNOUM 2008).

## ii. presentism/anti-presentism: linear/closed time in the analytic tradition and being affected by historical time

The shades of gray between presentists and anti-presentists among historical theorists nowadays can be further revealed if we lay hands on some of the resources that the analytical metaphysics of time has long been developing. Aiming at solving the tied positions between presentists and eternalists, the analytic metaphysicians of time turn to the idea that time can *affect* people in two ways (LE POIDEVIN 2003, p. 166-168). Being affected by time develops the linear/closed time theses concerning the plural characteristic of time.

For presentists, as we saw, the present is the consequence of the forward causation that begins in the past. That is,  $x$  being a previous event and the cause of the subsequent event  $y$  confirms that the latter cannot be the cause of the former. Causation over time must conform to the antecedent-consequent order because the relationship among past, present, and future is asymmetric (LE POIDEVIN 2003, p. 165). At any rate, if the acknowledged statements about the past changes, the affection of the past over the present alters likewise, on the condition that the past starts a chain of causal-related events provided that "statements about the past are true only in virtue of facts about present evidence" (LE POIDEVIN 2003, p. 172). Only the remains of the past in the present can change the recognized truth about the past, the latter stands still if not disturbed. In this sense, the plural characteristic of time assumes a linear arrangement. The past is present in the present insofar as it respects the forward causation and fits the asymmetric arrangement of the linear time, as observed.

For the presentist historians, affecting the past requires, not only a change regarding the recognized statements about the past, but also the "renegotiation of the boundaries between present and past" (FARELD 2016, p. 432) that, in consequence, shall displace the recognized statements about it. The past asks for revision and/or reparation. The present clings to the past since the latter harasses the former to create the expectation of some change in the present by the reparation of the past that does not go by. The past is not materially present in the present, it is the specter of a traumatic or repressed past that forces the present to look back in shame or fear. It forces the present to claim for justice to fix the past, redeem the victims and heal the present. The redemptive strength of the past launches a forward causal chain towards the present. The affection of time begins in the past with the reparation of the wounds and propagates asymmetrically onward with the consequent discharge and relief of the

burdened present. In fact, the present judges, but the past remains the same, even if appeared with its reparation from the point of view of the present. The difference that the presentification of the past brings is that, after the redeeming affection of the past, it can be effectively past and settles down, allowing the paid-off present to open up to the future. In these terms, presentist historians and presentist theorists of history believe that there is a forward causation that makes effective the affection of the past that purges the haunted present.

In contrast, for the anti-presentist analytic metaphysician of time (LE POIDEVIN 2003, p. 169), past, present, and future are equally real, since any past fact maintains its ontological status regardless of any present event or statement about the past. Being on the same ontological footing, past, present, and future are symmetric to each other, that is,  $x$  being cause of  $y$  is compatible with  $y$  being cause of  $x$ . According to the closed time thesis, “every instant is both before and after every other (including itself)” (LE POIDEVIN 1993, p. 158). Deprived of onward transmission, time stands still. Nevertheless, its immobility does not mean that it is irreversible and that the past cannot affect the present. For the anti-presentist, it is possible to conceive that the past affects the present regardless of the forwards causation hypothesis.

In effect, the analytic metaphysicians of time call the anti-presentist hypothesis about the order of time the “backwards causation” (LE POIDEVIN 2003, p. 180). For instance, a time-traveler writes the words “see you later” in a piece of paper when leaving his/her present in the twenty-first century, and travels back in time with the written paper. In the present when the paper was written, “see you later” led to serious consequences, which the time traveler would like to block. When landing in the past, the written sheet of paper becomes a past event, but its cause – being written – remains in the present, so the onward chain that guarantees the precedence of the cause over the effect is reversed. Due to the symmetric characteristic of closed time – “every instant is both before and after every other (including itself)” (LE POIDEVIN 1993, p. 158) – the cause of the past event  $y$  lies in the future event  $x$ , which is a present event in the twenty-first century. In short, the cause is ahead of its effect and the time traveler can read in the past a written sheet of paper that has not yet been written.

The phenomenon of backward causation is only possible according to characteristics of the closed time and cannot change the outcoming present, since there is no forward causal chain to put the affective action across to decisively hit the present. On the contrary, being the time travel performed along the linear time, if the time traveler rips up the written paper when he/she arrives in the past, it would have altered the chain

of time, so that the written sheet would vanish away as to cancel its compromising consequences in the present.

How about historians and theorists of history? Should they raise the time travel hypothesis to propose such a counterintuitive notion as the backward causation in closed time? To answer these questions, the next paragraphs will show that the fracture of the so-called "presence-paradigm" (BEVERNAGE 2008, p. 149) illustrates the difference between the presentists and the anti-presentists in relation to the forward and the backward causation in history, provided that the relationship among past, present, and future shows different regimes among the "theorists of 'Presence'" (KLEINBERG 2012, p. 3). Furthermore, since historical time involves the renegotiation of the boundaries among past, present, and future, the presentist/anti-presentist debate about the causation of time and the being affect by the past in the current theory of history discloses some issues that the analytical metaphysics did not deal with.

Bevernage's presence-paradigm version, according to the plural characteristic of time, as we saw, assumes that it is not possible for the past to be present in the present in an unrepresented and material way. For Bevernage, the spectral past in the present forces language to represent the plural relationship among past, present, and future according to the "idea of non-contemporaneity, anachronism, or local persistence of the past" (BEVERNAGE 2008, p. 157) in "the absolutely [synchronous] self-contemporaneous present" (BEVERNAGE 2008, p. 156). Bevernage contends that the idea that the past is present as a real thing led Runia's presence-paradigm, provided that it adheres to a realist regime of pluritemporality, to commit to the prejudice according to which "the 'presence' of the past is treated as the full [not spectral] presence that is the antonym of absence" (BEVERNAGE 2008, p. 165). Without the spectral past that remains in the present, it is impossible to start the forward causal chain that, affecting historical time, puts through the call for reparation and healing "to start from the ground up to create a new present or new time" (BEVERNAGE 2008, p. 166).

Likewise, Kasabova's presence-paradigm argues that Runia's antirepresentationalism, according to which "the past is present here and now" (KASABOVA 2008, p. 332), recalls the misleading old faith in the historical realism. According to Kasabova, the historical approach to the past obeys to an ordinary, forward causation that observes the asymmetric structure of time. Accordingly, the temporal order of historical time grounds the semantic dependence between temporal clauses, for "the former explains the latter 'earlier' grounds; 'later' is grounded in 'earlier' because 'earlier' explains 'later'" (KASABOVA 2008, p. 350).

In short, Bevernage's and Kasabova's presence-paradigm relies on the forward causation and, therefore, is of the presentist kind. On the contrary, Runia does not appeal to the sequential, asymmetric order of time provided that the backward causation disregards the idea of antecedent and consequent. Therefore, being  $x$  cause of  $y$ , and vice-versa, it sets a symmetric relation that rules the Runian presence. Consequently, the Runian anti-presentism disturbs the linear semantic dependence that the grammar assigns to the tensed representation of time, so that "Runia's stripe [a strong brand of realism'] would reject the claim that the past is a retroactive reconstruction, just as they would reject the claim that the past is represented in the present" (KASABOVA 2008, p. 335). For Runia's version of the presence-paradigm, indeed, the past is materially, and in an unrepresented way, present in the present (RUNIA 2006, p. 1). The historical causation or affection works symmetrically "upward to the present, and downward from the present." (RUNIA 2006, p. 20). As observed, the simultaneity in the order of time requires a symmetric arrangement according to the analytical metaphysics of time.

The disruptive realistic presence of the past – its "out-of-place-ness" (RUNIA 2006, p. 19) – "occurs when we are 'overtaken by history' and start—regressively—to do things that are at odds with our identity" (RUNIA 2006, p. 6). Unprecedented levels of the past, which are simultaneous and discontinuous to the plan of present, rush "upward to the present" and overthrow the expectations of the present (RUNIA 2006, p. 8). Past will only act and start a causal chain if the present starts first as the causal antecedent of the past. Time must rush "downward from the present". Unlike the presentist forward causation, the present does not heal or repair an immaterial, spectral past to launch the causal chain from the past towards the present, since it acts over a material past. The causal backward affection of present shall release, not the haunted present, but the past itself. In short, a present event shall cause the past to engender new events from the old ones (RUNIA 2006, p. 14). How does it work, then?

Since the backward causation obeys the inalterable circle of closed time, it cannot change the outcoming present. For instance, the time traveler, traveling back according to the closed time, cuts into pieces the compromising paper written in the future when arriving in the past. However, the outcoming present, even if the paper were torn up in the past, would find a way to be accomplished anyhow. In short, causation cannot heal the present or purge the past. Despite this disadvantage, the closed-time hypothesis grants to historical time the loose symmetric structure that does not observe a preferable order for time. The present affects the past backwards and urges a new time so that the present "is transformed into something that could not have been [neither] imagined"

(RUNIA 2006, p. 14). It is not the discharged present from the weight of the past that can at last move on, but a future moved by a brand-new past.

Consequently, the negotiation of the boundaries among past, present, and future does not work as its presentist version. The symmetry of closed time applies not only to the past that lies in the past, but also to the present that shall pass to make room for the future. In fact, the future removes the present by skipping over the outcoming present after the latter has symmetrically acted backwards upon the old past to extract new events from it. Since the closed time describes a circle, every instant of any outcoming present is in the neighborhood of the closure of the circle of time. In this sense, each past event is immediately in the here and now and thus can be counter-actualized whenever the present event skips over it backwards (CARDOSO JR. 2005).

In short, Runia's presence paradigm is of the anti-presentist kind. According to the analytical metaphysics of time, the present event causes the past event backwards in favor of an unprecedented time, not for the sake of the past itself: "if there were a large number of instances of events caused by later, rather than earlier, events, would the world not be rather more surprising than it is?" (LE POIDEVIN 2003, p. 183).

## Final remarks

We began by portraying two theses of the analytical metaphysics of time: presentism/eternalism and linear/closed time. The confrontation between both theses shed new light on the current debate concerning presentism and anti-presentism in the recent theory of history. In this debate, we focused on those dichotomies to reveal some unnoticed contours of recent concepts of historical time (metaphysics of historical time).

From this initial approach of two theses, we believe that further correspondences between the theses of analytical metaphysics of time and the characteristics of the emerging concepts of historical time seem to be worth of future research, although they were all not deeply analyzed in this article. The other recognized five theses of the analytical metaphysics of time are realism/antirealism, real/unreal temporal change, endurantism/perdurantism, actualism/possibilism, and continuous/discrete time, all of which raise good expectations regarding future studies on the subject.

This article also shows that an account of the general relationship between the analytical metaphysics of time and the new metaphysics of historical time is required. The cooperation of both seems to take a step forward regarding the overcoming of "a

certain kind of chronopathology – that is theoretical myopia about time” (REYNOLDS 2012, p. 77), which can infect both sides. On the side of the analytical metaphysics of time, the urge to retain the objective time of science or to emulate the natural and commonsensical attitude towards time tends to tie the metaphysics of time to a seemingly cautious ambition related to ordinary language and the epistemic patterns to which it is associated to avoid the risk of speculation due to either derisory nostalgia or utopic reverie.

Since the metaphysics of time ultimately depends on the McTaggartian hypothesis, the theory of history offers a range of concepts that challenges the idea that time is an experience mostly related to “a given order of events” (MCCUMBER 2012, p. 20) that people *accept* as their present situation. The ordering of historical time has different textures: “Sometimes the ordering is more independent of me, so that past events shape themselves into the production of a present reality with which one must cope. Other times I have more leeway to see the past as obliging me to cope with its results.” (MCCUMBER 2012, p. 20) Either way, past is flexible and unstable because history is something to be dealt with, even if one must bear it as an unavoidable outcome.

On the side of the metaphysics of historical time, this article showed, with the aid of the analytical metaphysics of time, that there are both presentist and anti-presentist theorists of history who have not been swept away by presentism as the current overarching regime of historicity.

## REFERENCE

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ARMITAGE, David. Defence of Presentism. *In*: MCMAHON, Darrin M. (ed.). **History and Human Flourishing**. Oxford: Oxford University Press, 2020. Available at: <https://scholar.harvard.edu/armitage/publications/defense-presentism>. Accessed on: 30 Mar. 2020.

BECK, Humberto. El acontecimiento entre el presente y la historia. **Desacatos**. Revista de Ciencias Sociales, Ciudad de México, n. 55, p. 44-59, 2017.

BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. **History and Theory**, Middletown, v. 47, n. 2, p. 149-167, 2008.

BLOCKER, Déborah; HADDAD, Elie. "Le présent comme inquiétude: temporalités, écritures du temps et actions historiographiques". **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, Paris, n. 53, 2006.

BONNEUIL, Noël. The Mathematics of Time in History. **History and Theory**, Middletown, v. 49, n. 4, p. 28-46, 2010.

BURGESS, Joel; ELIAS, Amy J. Introduction: Time Studies Today. *In*: BURGESS, Joel; ELIAS, Joel. **Time: A Vocabulary of the Present**. New York: New York University Press, 2016. p. 1-32.

CAMERON, Ross P. On Characterizing the Presentism/Eternalism and Actualism/Possibilism Debates. **Analytic Philosophy**, Hoboken, v. 57, n. 2, p. 110-140, 2016.

CARDOSO JR., Hélio R. Theoretical Innovations in Emerging Concepts of Historical Time, with a Closer Focus on the Continuity-Discontinuity Issue, draft paper, 2020.

CARDOSO JR., Hélio R. Événement and History: Deleuze's Thought and Humanities' Epistemological Issues. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2005, p. 105-116.

CRISP, Thomas M. Presentism. *In*: LOUX, Michael J.; ZIMMERMAN, Dean W. **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 211-245.

DELACROIX, Christian. "Généalogie d'une notion". *In*: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (sous la direction de). **Historicités**. Paris: Éditions La Découverte, 2009. p. 29-45.

DENG, Natalja. Time, metaphysics of. *In*: **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. London: Routledge, 2018. Available at: <https://www.rep.routledge.com/articles/thematic/time-metaphysics-of/v-3>. Accessed on: 05 May 2020.

DOLEV, Yuval. **Time and Realism: Metaphysical and Antimetaphysical Perspectives**. Cambridge: MIT Press, 2007.

DUMMETT, Michael. Metaphysics of Time. *In*: DUMMETT, Michael. **Truth and the Past**. New York: Columbia University Press, 2004. p. 73-96.

FARELD, Victoria. (In) between the living and the dead: New perspectives on time in history. **History Compass**, Philadelphia, v. 14, n. 9, p. 430-440, 2016.

FARELD, Victoria. History, Justice and the Time of the Imprescriptible. *In*: HELGESSON, Stefan; SVENUNGSSON, Jayne. **The Ethos of History Time and Responsibility**. New York: Oxford, 2018. p. 54-69.

FIGG, Travis M. **How to Understand the Debate over Presentism and Eternalism**. 2017. Dissertation (Doctorate in Philosophy) – Graduate Scholl, Wayne State University, Detroit, 2017.

HANNOUM, Abdelmajid. "What is an order of time?". **History and Theory**, Middletown, v. 47, n. 3, p. 458-471, oct. 2008.

HARTOG, François. **Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time**. Transl. by Saskya Brown. New York: Columbia University Press, 2015.

HUNT, Lynn. Against Presentism. **Perspectives on History**, Washington, v. 40, n. 5, 2002. Available at: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/may-2002/against-presentism>. Accessed on: 30 Mar. 2020.

INCLÁN, Daniel; VALERO, Aurelia. Reporte del tiempo: presente e historia. **Desacatos**. Revista de Ciencias Sociales, n. 55, p. 60-73, 2017.

JORDHEIM, Helge. Against Periodization: Koselleck's Theory of Multiple Temporalities. **History and Theory**, Middletown, v. 51, n. 2, p. 151-171, 2012.

JORDHEIM, Helge. Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization. **History and Theory**, Middletown, v. 53, n.4, p. 498-518, 2014.

KASABOVA, Anita. Memory, memorials, and commemoration. **History and Theory**, v. 47, n. 3, p. 331-350, 2008.

KLEINBERG, Ethan. Introduction: The New Metaphysics of Time. **History and Theory: Virtual Issue**, Middletown, v. 1, p. 1-7, aug. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past: On the Semantics of Historical Time**. Cambridge: MIT Press, 1985.

LANDWEHR, Achim. Von der 'Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen'. **Historische Zeitschrift**, Frankfurt, v. 295, n. 1, p. 1-34, 2012.

LE POIDEVIN, Robin. Relationism and Temporal Topology: Physics or Metaphysics? *In*: POIDEVIN, Robin le; MACBEATH, Murray. **The Philosophy of Time**. New York: Oxford University Press, 1993. p. 149-169.

LE POIDEVIN, Robin. **Travels in Four Dimensions**: The Enigmas of Space and Time. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.

LORAUX, Nicole. Éloge de l'anachronisme en histoire. **Espaces Temps**, Paris, v. 87-88, p. 127-139, 2005.

MCTAGGART, J. McT. E. Time: An Excerpt from the Nature of Existence. *In*: INWAGEN, Peter Van; ZIMMERMAN, Dean W. **Metaphysics**: The Big Questions. Malden: Blackwell, 1998. p. 67-74.

MCCUMBER, John. The Baffling 'Nature' of Time. **Parrhesia**, Melbourne, n. 15, p. 14-23, 2012.

MUDROVCIC, María Inés. "Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente". **Historiografías**: revista de historia y teory, Zaragoza, n. 5, p. 11-31, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. História entre Tempos: François Hartog e A Conjuntura Historiográfica Contemporânea. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010.

OAKLANDER, Nathan L. Introduction. *In*: OAKLANDER, Nathan L. **Debates in the Metaphysics of Time**. London/New York: Bloomsbury, 2014. p. x-xiv.

ORESQUES, Naomi. Why I Am a Presentist. **Science in Context**, Cambridge, v. 26, n. 4, p. 595-609, 2013.

PAUL, Herman. **Key issues in historical theory**. New York: Routledge, 2015.

RAMALHO, Walderez. Historical time between Chronos and Kairos: on the historicity of The Kairos Document manifesto, South Africa, 1985. **Rethinking History**, v. 24, n. 3-4, p. 465-480, 2020. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642529.2020.1831351>. Accessed on: 05 January 2021.

- REA, Michael C. Four-Dimensionalism. *In*: LOUX, Michael J. ; ZIMMERMAN, Dean W. **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 246–280.
- REYNOLDS, Jack. Time, Philosophy, and Chronopathologies. **Parrhesia**, Melbourne, v. 15, p. 64-80, 2012.
- ROTH, Paul A. The Pasts. **History and Theory**, Middletown, v. 51, n. 3, p. 313-339, 2012.
- RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2006.
- SAUNDERS, Simon. How Relativity Contradicts Presentism. *In*: CALLENDER, Craig. **Time, Reality & Experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 277-292.
- SIDER, Theodore. Introduction. *In*: SIDER, Theodore; HAWTHORNE, John; ZIMMERMAN, Dean W. **Contemporary Debates in Metaphysics**. Malden: Blackwell Publishing, 2008. p. 1-7.
- SIMON, Zoltán B. The Transformation of Historical Time. Processual and Evental Temporalities. *In*: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent. **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism**. London/New York: Bloomsbury Publishing, 2019. p. 71-84.
- TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent. Introduction. *In*: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent. **Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism**. London/New York: Bloomsbury Publishing, 2019. p. 1-22.
- TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. *In*: AVILA, A.; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019a. p. 245-270.
- TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. *In*: VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil; DENIPOTI, Cláudio. **Tempos de Transição**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019b. p. 19-37.
- TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 586-601, 2016.
- WALSHAM, Alexandra. Past and... Presentism. **Past & Present**, Oxford, v. 234, n. 1, p. 213–17, 2017.

WELCH, Evelyn. Presentism and the Renaissance and Early Modern Historian. **Past & Present**, Oxford, v. 234, n. 1, p. 245–253, 2017.

ZAMMITO, John. Koselleck's Philosophy of Historical Time(s) and the Practice of History. **History and Theory**, Middletown, v. 43, n. 1, p. 124-135, 2004.

ZIMMERMAN, Dean. The Privileged Present: Defending an "A-Theory" of Time". In: SIDER, Theodore; HAWTHORNE, John; ZIMMERMAN, Dean W. **Contemporary Debates in Metaphysics**. Malden: Blackwell Publishing, 2008. p. 211-225.

## ADDITIONAL INFORMATION

### ACADEMIC BIOGRAPHY

Hélio Rebello Cardoso Jr. was a Elementary School Teacher from 1984 to 1987 and has been a University Professor since 1989. He is currently a professor of Theory of History at Universidade Estadual Paulista (UNESP, Brazil). Visiting Researcher: 2008-2009 Peirce Edition Project (IUPUI, USA) with the Fulbright Scholar Advanced Research and University Lecturing Awards; 2011-2012 University of Paris X; 2019-2020 Katholiek Universiteit Leuven, Belgium. He directed 140 ICs, 19 MEs, 19 DOs and 7 PosDocs, the vast majority with scholarships. He published 69 articles, 7 books (either as an author or editor) and 33 chapters. He obtained 76 grants and scholarships from Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Brazil). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brazil) Productivity Scholarship.

### CORRESPONDENCE ADDRESS

UNESP/FCL, Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário, Assis/SP, CEP 19806-900, Brasil.

### FUNDING

Not applicable.

### COMPETING INTERESTS

No declared conflict of interest.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

## EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

## RESPONSIBLE EDITOR

Mateus Henrique Faria Pereira - Executive Editor

## COPYRIGHT

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENSE

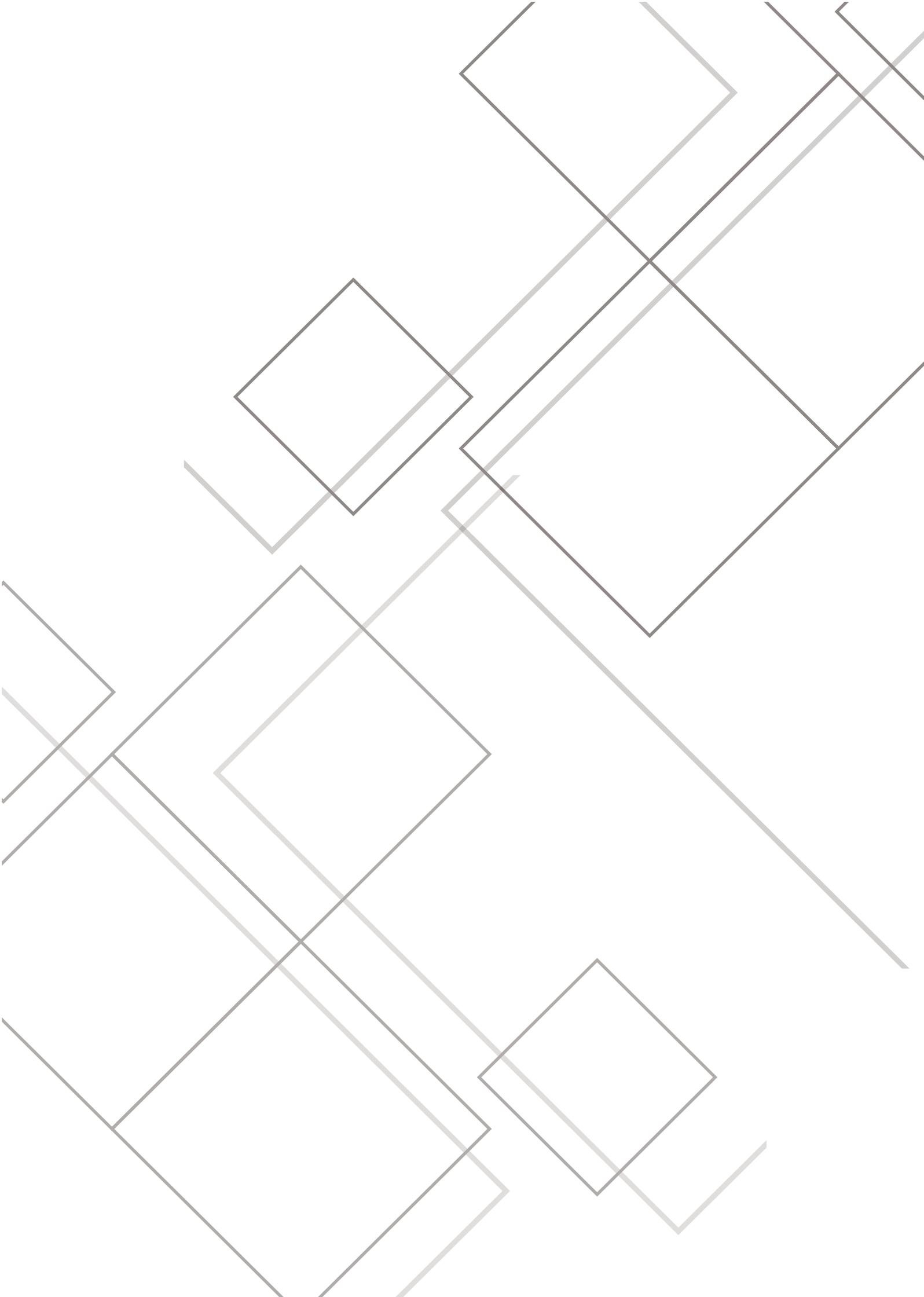
This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## PEER REVIEW HISTORY

Received in: 28 September 2020.

Changed on: 29 January 2021.

Approved in: 3 de February 2021.



## What the eyes can't see: the future according to Monteiro Lobato

O que os olhos não podem ver: o futuro segundo Monteiro Lobato

**Bruno Franco Medeiros** <sup>a</sup>

Email: [bfrancomedeiros@gmail.com](mailto:bfrancomedeiros@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-1084-9529> 

<sup>a</sup> Independent Researcher, New York City, NY,  
United States of America

## ABSTRACT

Over the last years, Monteiro Lobato has been rightfully accused by Brazilian and Latin American scholars of expressing racist and eugenic ideas in his body of work. In this article, we take a step further and add to this traditional portrait of his literary production an analysis of the impact of a new set of technological media during the first decades of the twentieth century on his writings. We discuss how these two main issues – i.e., technology and race – played out in Lobato’s historical representation of Brazil’s past and future and the influence that the United States could play in it. We show how a revisionary and racist version of the United States’ history and the ideal of an American technological prosperity in the 1920s inspired one of Lobato’s most contentious novels, the technological dystopia *O Presidente Negro*, ou *O Choque das Raças*, published in 1926.

## KEYWORDS

Monteiro Lobato. Nationalism. United States of America

## RESUMO

Nos últimos anos, Monteiro Lobato tem sido justamente acusado por pesquisadores brasileiros e latino-americanos de expressar ideias racistas e eugênicas no conjunto de sua obra. Neste artigo, tomamos um passo adiante e somamos a esse tradicional retrato de sua produção literária uma análise do impacto que o advento de um novo conjunto de mídias tecnológicas teve em seus escritos durante as primeiras décadas do século XX. Em suma, discutimos como esses dois grandes problemas – raça e tecnologia – são mobilizados por Lobato em suas representações históricas sobre o passado e o futuro do Brasil e como os Estados Unidos influenciaram tais representações. Demonstramos como uma versão revisionista e racista da história dos Estados Unidos, somada ao ideal de prosperidade tecnológica americana nos anos 1920, inspirou um dos romances mais controversos de Lobato, a distopia tecnológica *O Presidente Negro*, ou *O Choque das Raças*, publicado em 1926.

## PALAVRAS-CHAVE

Monteiro Lobato. Nacionalismo. Estados Unidos da América.

## I have all my hopes in America

José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) is a household name in Brazilian literature and a pivotal intellectual figure in the first half of the twentieth century. His body of work is marked by the author's exploration of a wide range of genres: adult and children's fiction, political, sociological, scientific, and economic books, etc. Today, in a historical and cultural background highly charged with "cancel culture" feelings, he is remembered once again in the public sphere (online and offline) for controversial and racist representations of African Brazilians in his series of children's books. Over the last years, this issue has reached the high courts in Brazil, raising concerns about such ideas being spread among school-aged children. As we will see in the following pages, such racist ideas were also expressed in his other writings.

At a very early stage of his literary career, Lobato was already known in the United States thanks to American critic Isaac Goldberg (1887-1938), a great Portuguese and Spanish literature propagandist. In 1922, after reviewing the work of a young Monteiro Lobato, Goldberg said: "He is much more than a promise, it is only that his fulfillment is not clearly defined." As soon as these words reached Monteiro Lobato's ears in Brazil, he took his typewriter and wrote Goldberg a letter, introducing himself:

I was born on April 18, 1883, in Taubate, State of São Paulo, the son of parents who owned a coffee estate. I initiated my studies in that city and proceeded later to São Paulo, where I entered the Department of Law. Fond of literature, I read a great deal in my youth, [but] I never let myself be dominated by anyone. I like to see with my own eyes, smell with my own nose. All my work reveals this personal impression, almost always cruel, for, in my opinion, we are the remnant of a race approaching elimination. *Brazil will be something in the future, but the man of today, the Luso-Africano-Indio, will pass out of existence, absorbed and eliminated by other, stronger races...just as the primitive aborigine passed.* Brazil is an ailing country (GOLDBERG 1922, p. 290).

"To cure an ailing person," he claimed, "he must first be convinced that he is, in fact, a sick man." For the young writer, this illness had a name: miscegenation. The adverse reaction that Monteiro Lobato and some of his Brazilian contemporaries projected onto miscegenation was rooted in the idea that different races, coexisting at the same time and space in various stages of civilization, needed to be arranged to promote and perpetuate only the best hereditary traits found among them. This emphasis on heredity, seen as the main explanation of the historical development of

races, challenged a monolith interpretation of modernity that described *reason* as the beacon of the historical process (KOSELLECK 2004; KOSELLECK 2018; ARMITAGE; GULDI 2014).

From the early nineteenth century to the years preceding World War I, European nationalism with its industrialism and rationality, was considered a civilizational model to be imitated by underdeveloped nations like Brazil. After the war, American economic prosperity, fueled by the effectiveness of assembly lines and advancements in new technological media, replaced the European supremacy model. When the hopes on the old nationalism shattered, *scientific racism*, a theory taking shape since the last decades of the nineteenth century, found a fertile terrain to flourish. As the American eugenicist Madison Grant said in 1916: "We must [realize] that race pure and simple, the physical structure of man, is something entirely distinct from either nationality or language" (GRANT 1918, p. xxi). Language can be learned; aliens can be naturalized. Race is hereditary – it cannot be changed (DA SILVA 2007). The eugenics debate emphasized a theory of radical and immutable differences among races, thus reinforcing a supposed hierarchy among them. The ultimate goal was to eliminate the unwanted: "Man has the choice of two methods of race improvement," said Madison Grant, "He can breed from the best, or he can eliminate the worst by segregation or sterilization" (GRANT 1918, p. 51 and 52).

Sorrowfully, Monteiro Lobato lamented the impossibility of implementing such methods in Brazil. The sight of a crowded street in Rio de Janeiro reveals that it was already too late:

in the afternoon parade, every kind of degenerate passes by, every human type except the normal. How will we put these people right? The poor African Negro created terrible problems for us by his unintentional revenge [i.e., miscegenation]! Perhaps our salvation will come from São Paulo and other areas with a heavy influx of European blood. The Americans preserved themselves from miscegenation by the barrier of racial prejudice. We have that barrier here also, but only among certain classes and in certain areas. In Rio, it doesn't exist (LOBATO *apud* SKIDMORE 1998, p. 192).

A few years before Brazilian anthropologist Gilberto Freyre consolidated the idea of "Brazil's ethnic pout-pourri" as one of Brazil's most valuable assets, miscegenation was still seen as a monumental burden (SKIDMORE 1998; SCHWARCZ 1994, p. 138). Over the last decades, Brazilian and Latin-American scholars have been rightfully

denouncing Monteiro Lobato's fictional works as an example of the racist and eugenic ideas propagated by a group of Brazilian intellectuals and scientists in the first half of the twentieth century. Despite minor ideological differences, this group found common ground in a widespread radical theory based on the discourse of scientific racism and the biological determination of racial inequality, and the idea of "whitening" the Brazilian population through a meticulous process of miscegenation among the races (LEAL 2020; DE SOUZA 2017, p. 28; SCHWARCZ 1993; SKIDMORE 1998; HABIB 2007; STEPAN 1991; DE SOUZA 2016).

Indeed, some of Monteiro Lobato's works can be read as chapters from a racist epic written in the 1920s, narrating the overthrown of the Southern European immigrant, African, and Native American populations by a stronger one: the white Nordic race. That is the plot of one of his most contentious novels, *O Presidente Negro, ou o Choque das Raças* [The Black President, or the Racial Clash], which we will analyze in the following pages. Set in Rio de Janeiro and the United States between 1926 and 2228, the story is constructed as a story-within-a-story. The first part of the book tells us about a scientist, Professor Benson, born in the United States but raised in Brazil, who invented a technological device – the *porviroscópio* (*porvir* is a synonym for future in Portuguese) – which allows him to see into the future. One day, a young man named Ayrton Lobo crashes his automobile next to Benson's house. The scientist takes it upon himself to care for the man's recovery. When Lobo is fully healed three weeks after the accident, Benson decides to make Lobo his confidant. While at the house, Lobo meets Miss Jane, Benson's only daughter, with whom he falls in love. A feeling that is not reciprocated; she is more preoccupied with analyzing time cuts from the past and the future in her father's invention. Knowing that he will die soon, Benson destroys all the equipment in his laboratory, including the *porviroscópio*. After his death, Miss Jane convinces Lobo to write a novel about the events she saw in the year 2228, which she will dictate to him. Here, the second story in the book begins. In 2228, Miss Jane saw the US society divided into three political parties: the white male party, led by President Kerlog; the white feminist party, led by Ms. Evelyn Astor; and finally, the Negro Association party, whose leader was Jim Roy. In a series of unfortunate events for the male and white female parties, the Negro Association's candidate wins the presidential election, making Jim Roy the first black president in the United States' history. Unwilling to concede his defeat, Kerlog summons his cabinet to develop a strategy to overthrow the election's result. A scientific invention creates a final solution that will prevent Jim Roy from taking office as president and eliminate the country's Black population forever.

Going through a period of financial trouble, Monteiro Lobato had bet all his hopes in the publication of *O Presidente Negro* abroad. He moved to the United States in 1927 to take the role of commercial attaché at the Brazilian Consulate in New York City, where he remained until 1931 (LAJOLO 2010). On the eve of his departure, he wrote to one of his friends: "I have all my hopes in America" (*apud* AIEX 1996, p. 3). Since its inception, the novel was designed with the US readership in mind. In a letter sent to Brazilian novelist Godofredo Rangel on July 8, 1926, Monteiro Lobato showed his excitement about the project: "Do you know what am I preparing? A mother-idea! An American novel, that is, publishable in the United States. I already started, and it is going fast. Like in Wells, with a vision of the future" (*apud* DE SOUZA 2017, p. 138).

While in New York, he sent the translated manuscript to several US literary agents. The feedback was mostly the same: the interest in the book was above average, but the central plot was said to be sensitive to Americans – the book was deemed too racist. Running out of options, Lobato came up with a plan to self-publish the story by establishing an affiliate of his Brazilian publishing company in the United States, under the name *Tupy Publishing Co.*: "[...] it will grow bigger than Ford," he said, "making us all millionaires" (*apud* DE SOUZA 2017, p. 138). The plan failed, and *O Presidente Negro* never saw the light of the press in the United States. In a letter written on October 5, 1927, a frustrated Lobato lamented to Brazilian writer Godofredo Rangel his disappointment: "My novel cannot find an editor. The *Tupy Company* failed. They think the book is offensive to American dignity [...]. *It was my mistake to come so late. I should have come during the time they lynched the negroes.* The manuscript is with Isaac Goldberg to see if there is any makeup to be made. Goodbye, *Tupy Company!*" (*apud* DE SOUZA 2017, p. 138). The novel was published in book format in Brazil in 1926. When the first reviews came out, they were mostly negative (BROWN, JR 1965, p. 99). Despite the critics, Monteiro Lobato seemed very satisfied with the final result. Upon returning from the United States in 1931, he said: "I do not have to change anything in '*O Presidente Negro*'. The America I portrayed in my book is absolutely the same America I found there" (*apud* AIEX 1996, p. 9).

In the 1920s, the United States Monteiro Lobato saw was a mix of nativism and eugenics that inspired a revisionist history of the US past as the history of the so-called old American stock, the Nordic European, which was also fueled by a growing fear that the white race was under menace. This historical narrative was forged during the Harding Administration, which labeled its economic program as "back to normalcy," its political program a harsh attack on immigration, and its cultural program originated an aesthetic movement known as the Colonial Revival, "both looking inward, and backward,"

explains Harvard historian Jill Lepore, “portraying and celebrating an American heritage, a fantasy world that never happened” (LEPORE 2018, p. 407; STODDARD 1922).

One of the most significant representatives of this revival movement was Madison Grant and his book *The Passing of the Great Race* (GRANT 1918). Grant was one of the founders, and later chairman, of the New York Zoological Society, where he associated intimately with leading American biologists and eugenicists. As historian John Higham pointed out, the resurgent racism of the 1920s drew its central inspiration from Grant’s book (HIGHAM 2011, p. 271). Grant’s lead disciple was the political scientist Lothrop Stoddard. Based on principles of scientific racism, Stoddard commented in several of his writings on what he believed to be the lowest-ranked Black race: “We see that, in the negro, we are in the presence of a being differing profoundly [from] the white man.” Stoddard believed that Black men were politically inept, had no past, and never evolved a civilization of their own. Because the Black has no history, Stoddard concluded, he “welcomes novelty and tacitly admits that others are his master” (STODDARD 1920, p. 91-92).

Black intellectuals, especially writers and artists of the Harlem Renaissance, countered the white nostalgia of the Colonial Revival and resurgent racism of the 1920s with a new and critical attention to the nation’s Black past (RORTY 1998, p. 7). *The New Negro*, a black manifesto edited by Alain Locke in 1925, was a response to those attacks perpetrated by men like Grant and Stoddard. Black historian Arthur A. Schomburg contributed with the essay “The Negro Digs Up His Past.” In order to have a future, the black historian proclaimed, “the American Negro must remake his past”: “Though it is orthodox to think of America as the one country where it is unnecessary to have a past,” he wrote, “what is a luxury for the nation as a whole becomes a prime social necessity for the Negro. [...] History must restore what slavery took away, for it is the social damage of slavery that the present generations must repair and offset.” (SCHOMBURG 1925, p. 231).

Much of the tensions between the white and black races in the United States during the 1920s turned into extreme acts of violence perpetrated by the Ku-Klux-Klan. Monteiro Lobato nods to these tensions in a passage of his novel: “[In 2228], the permanence in the same territory of two disparate and infusible races disturbed the national happiness. The constant attritions, although did not end as before in the violence of the Ku-Klux-Klan, constitute a permanent motive for disquiet” (LOBATO 2019 [1926], p. 97). In a letter sent to Brazilian eugenicist Arthur Neiva in 1928, Monteiro Lobato explicitly praised the Klan: “[Brazil is] a country of mongrels where the white has no strength to organize a Klux-Klan, it is a country lost to high destinies. (...) Justice will be made to

[Ku-] Klux-Klan one day; had we a defense like that, which keeps the negro in his place [...]” (*apud* LEAL 2020, p. 93).

The Klan was founded in Tennessee in 1866, a fraternal organization of Confederate veterans dressed in white robes to, according to one of the original Klansman, appear as “the ghosts of the Confederate dead, who had arisen from their graves in order to wreak vengeance.” As Jill Lepore explains, the Klan was a “resurrection, not of the Confederate dead, but the armed militias that had long served as slave patrols that for decades terrorized men, women, and children with instruments of intimidation, torture, and murder.” (LEPORE 2018, p. 318-319). After a second Ku-Klux-Klan emerged in 1915, Lothrop Stoddard was outed as a member of the secret society in an exposé written by journalist Norman Hapgood in 1923. A photocopy of a letter sent by the Klan’s chapter in New York to their office in Georgia showed that reading Stoddard’s *The Rising Tide of Color* was highly recommended (HAPGOOD 1923, p. 12; GORDON 2017; HOFSTADTER 1963).

In 1926, the *North American Review*’s Spring issue published an open letter from Hiram Wesley Evans, a humble dentist from Texas who was also the Imperial Wizard of the Klan. Evans praised the white race’s contribution to the foundations of the American nation and acknowledged that African Americans were brought to the United States against their will, being the country’s responsibility to protect and give them opportunities. But there were certain limits: “We will not permit [the negro] to gain sufficient power to control our civilization [...]” (EVANS 1926, p. 60). To support his arguments, he cited the books of Madison Grant and Lothrop Stoddard.

In the following number, the journal published a series of articles opposing Evans’ views. Among them, a reply by W. E. B. Du Bois. In his response, Du Bois stated that the Klan’s nativism feelings were nothing but fear of Jews, immigrants, and African Americans. Color lines aside, Du Bois focused his response on what is still today a fundamental piece of the nation’s origins – the immigrant: “America only survives and flourishes because of the alien immigrant with his strong arm, his simple life, his faith and hope, his song, his art, his religion.” But he also denounced what he called American Fundamentalism, comparing the Klan to the fascist inclinations seen in Spain and Italy (DU BOIS 1926, p. 294).

At the end of the 1920s, Du Bois faced Stoddard in a debate organized by the Chicago Forum Council. Like Stoddard, Du Bois also held a Ph.D. in History from Harvard. The main question argued was: *Shall the Negro be encouraged to seek cultural equality?* At the debate, Stoddard said: “We know that our America is a White America [...] and the

overwhelming weight of both historical and scientific evidence shows that only so long as the American people remain white will its institutions, ideals and culture continue to fit the temperament of its inhabitants – and hence continue to endure”. “Your country?” Du Bois asked Stoddard. “How come it’s yours? Would America have been America without her Negro people?” (REPORT 1929; LEPORE 2018, p. 411; FRAZIER 2019).

At the time of the debate, Du Bois was widely known among black and white Americans, mostly for his work at the N.A.A.C.P., which he helped found. Between 1939 and 1940, Stoddard spent time as a correspondent journalist for an American newspaper in Nazi Germany. He died in 1950, ignored and completely forgotten. But his debate with Du Bois over the nation’s origins never ended. Years earlier, it had echoed in Monteiro Lobato’s *O Presidente Negro*; today, it is evoked in slogans like *Make America Great Again* and the cries of despair from black men and women’s haunting last words: *I can’t breathe* (GORDON 2008; BEVERNAGE 2012; KLEINBERG 2017).

## The radio will kill the wheel

Throughout his works, Monteiro Lobato created a very particular type of literary “hick” realism (*realismo caipira*) that portrays Brazil mostly as a forgotten rural country and its typical dweller: the fictional character *Jéca Tatu*. Inspired by the real native-born subsistence farmer from the Paraíba valley in the state of São Paulo, Monteiro Lobato first wrote about this fictional character in 1914, when he spoke about the sickness, laziness, and ignorance of the *caboclo* – a catch-all term used to describe the native-born Paulista (SKIDMORE 1998, p. 192-197). But the *ruralism* in Monteiro Lobato’s works is not a modernized version of Romantic literature’s celebrated pastoral life. Instead, it denounces the backwardness of Brazil against an emergent modern technological world. In *Cidades Mortas*, published in 1919, Monteiro Lobato imagines the country as a network of small towns that, despite having enjoyed glimpses of prosperity in the past, were doomed to fall into oblivion. A year later, Sinclair Lewis would be launched into literary stardom in the United States with a very similar book project: his novel *Main Street* was considered a harsh and satirical look into the lethargy of small-town America. “Main Street,” Lewis said, “is the climax of civilization” (LEWIS 1920). Compared to Main Street, the small town of Oblivion in Brazil was not even close to its apex:

The small town where I live reminds me of the soldier who, weak and unable to follow his battalion, is left behind, exhausted and alone, on the

side of the road, wistfully gazing at the clouds of dust that rises in the horizon—civilization diverted from this small town. The telegraph does not connect it with the rest of the world, nor the railroad remembers to join it to the modest transportation network [...]. Wealthy and nimbly in the past, the world forgot about the town of Oblivion, like men forget the famous actress as soon as her youth fades away (LOBATO 1921, p. 6).

Modern machines and technological media are themes rarely explored in studies dedicated to Monteiro Lobato's work, even though they are a constant presence in his writings. Focusing on this issue is essential because the technological transformations of media in the early twentieth century was an extremely complex process, with significant repercussions not only in cultural and political issues, but also in how the general public experienced time and history (KITTLER 1990; KITTLER 1999; KITTLER 2013; GUMBRECHT 1985). "The ability to record sense-data technologically," wrote Friedrich A. Kittler, "shifted the entire discourse network circa 1900. For the first time in history, writing ceased to be synonymous with the serial storage of data [...]" (KITTLER 1990, p. 229 and 230). With the emergence of a new set of technological devices that allowed to record, store, and reproduce sounds and images, the world bid farewell to Gutenberg Galaxy's monopoly (MCLUHAN 1962; BOLZ 1999).

In her pioneering work on the impact of new technologies and the literary profession in Brazil between 1890 and 1940, Flora Sússekkind discusses how Brazilian writers were forced to reckon with and navigate through a unique landscape of literary dissemination techniques. Yet, this reckoning was faced, paradoxically, with technological limitations. Sússekkind cites Brazilian literary critic Brito Broca to explain those constraints: "[The] pressure of technical rationality in Brazil was still at an early stage. Science did not coordinate our reality, but it was a looming presence on the horizon. The encounter, the confrontation, was muted and latent, a silent process" (SÜSSEKIND 1997, p. 11-12; GALLO 2010).

In *O Presidente Negro's* opening chapter, Monteiro Lobato explored the tension between new and old technologies, opposing the modern world's efficiency and high-speed to the feeling of obsolescence and slowness rooted in the past. Ayrton Lobo is at the branch of the London Bank in Rio de Janeiro, waiting for the bank teller to call his number to process a check: money is an old device that stores skill and labor, in the same way as writing stores speech (MCLUHAN, 1962, p. 3). He then sees a broker, with whom he is acquainted, napping on a bench in the back of the room. Lobo goes to him, happy with the opportunity to remedy the boredom of the waiting. Soon enough, the conversation shifts from small talk to moral reflections on dishonesty.

Long waits in the bank, explains the broker, are the result of dishonesty. Time is taken away by the need for double checks to rule out any chance of abuse in check falsifications. If all men were honest, says the broker, processing a check would be an instantaneous action (LOBATO 2019 [1926], p. 1). Long waits in a bank line create a feeling of stagnated time; it is also driven by the bureaucratic machine invented by the State to control society. Time is money, and for the broker, the only way to save time and money would be to eliminate the wicked through *eugenics*.

After leaving the bank building, Ayrton Lobo wanders through the streets of Rio de Janeiro meditating on the mediocrity of his own life. He works as a fee collector for the trading company *Sá, Pato, & Cia.*, and he dreams of owning an automobile: "My God! The nights I spent thinking about it, seeing myself at the wheel, looking steadily ahead, clearing off my path, through the screams of the klaxon, all the poor, scared pedestrians!" One day, after saving enough money, his dream came true: "I entered the dealership and bought the machine that would change my social condition – A Ford." As someone who spends most of his days on the streets ("the world for me was nothing but a street that goes around the earth," he says), Lobo sees the world as divided between the superior (driver) and the inferior (pedestrian) man. When he becomes a driver, he does not only change his "caste"; people start seeing him differently. His bosses even double his salary:

The pedestrian (caste in which I was born and lived until I was 26 years old) was a disquiet being, with little income, forced to wear out the sole of his boots, sweat profusely on hot days, get wet on rainy days, and be prodigiously cautious to avoid being run over by the proud and impassive *driver*. This superior man does not walk but slides fast. How many times I stopped on the sidewalk to watch the great show that was seeing my pedestrian brothers opening the way to the arrogant Cadillac [with its] shinning polish and metals! (LOBATO 2019 [1926], p. 5)

Despite the madness of the streets, better paved roads allowed for not only more cars, but also faster speed. While traction remains a major practical issue, automobiles reach respectable levels of speed. Such a disproportion between traction and engine performance makes automobiles dangerous for drivers and pedestrians (GUMBRECHT 1997, Location 390). As a pedestrian, Lobo explains that he used to be in a permanent state of angst and restlessness: "We have to walk with 50 eyes wide opened," he says, "to prevent being pushed to the ground by pedestrians or hit by cars." As a driver, he receives several speeding tickets, kills several dogs, and runs over a deaf man

who could not hear the klaxon's sound. His resentment as a pedestrian turns into a driver's pride echoed in road rage episodes. Lobo shifts from being sympathetic to hating the pedestrian, mainly because their existence frustrates his "right to speed in a straight line." He even considers filing a legal petition with the city representatives, which would forbid pedestrians from walking on asphalted streets: "I have acquired the driver's mentality, despising the pedestrian as something of less importance in life" (LOBATO 2019 [1926], p. 5).

The increasing assimilation of new machines into everyday life destabilizes the terms and conditions that regulated the world before their existence (GUMBRECHT 1997, Location 433). If Monteiro Lobato opens his novel highlighting the automobile as one of the most important modern inventions, soon enough it becomes a thing of the past. In a temporal cut of the year 3,000, Miss Jane observes in the *porviroscópio* a museum in Pittsburg, Pennsylvania: *The Wheel Museum*. As expected, wheeled objects – from ox carts to the tiny and detailed wristwatch gears – were displayed in the museum windows. Later, she explains to Lobo that the museum would shelter items from the Wheel Age, a world that ceased to exist: "The radio," she says, "will kill the wheel" (LOBATO 2019 [1926], p. 95). Among the modern technological media, the radio was one of the most celebrated devices among Brazilian writers in the 1920s. As Brazilian journalist Antonio de Alcantara Machado confessed with a mix of disdain and fascination: "The obsession of today is the radio. Not long ago, people were passionate about the gramophone. It actually became one of the tortures of mankind. The radio replaced it. Nobody can resist the temptation to listen at least once to a sound coming from unknown, exotic countries" (GUMBRECHT 1997, Location 3387).

The *porviroscópio* occupies a central place in Monteiro Lobato's novel. Although an invention of the writer's imagination, the machine is a clumsy but sophisticated combination of modern scientific inventions, such as the microscope and the telescope, and new technological media, such as the telephone, the gramophone, film, the radio, and the typewriter. Benson explains to Ayrton Lobo that it took him 30 years to build his laboratory and its "electro-radio-chemical" devices. When he sees it for the first time, Lobo is fascinated and confused by the sight of the paraphernalia:

Along the walls, framed pictures – not the regular ones, painting or portraits, but pictures of marbles like those in hydroelectric power plants, covered with tiny ebonite buttons. Reentrances, funneling into the walls like the gramophone horns, electric lightbulbs resembling the strangest shapes, wires that came in groups of four, five, twenty, suddenly vanishing

into the wall. However, what most caught my attention was an enormous crystal globe beside the Professor's desk. There was a curious instrument for looking under the desk, pointed at the globe, which reminded me of the microscope (LOBATO 2019 [1926], p. 12).

Like the telephone and the gramophone, the *porviroscópio* makes present those who are absent or dead. "Producing human sounds in the absence of human bodies," Gumbrecht says, "the gramophone inspires both the fear of ghosts and the hope for eternal life" (GUMBRECHT 1997, Location 1317). Based on one of her visions of the future in 2228, Miss Jane describes to Ayrton Lobo the operations in the *Intermundane Herald*: "a newspaper of meta-psychic radiation that came to fulfill the old desire to communicate with the living, which the dead have always manifested. Instead of the sorrowful souls wandering aimlessly in search of a psychic reading table – the only means they have to talk to us today – they read the *Intermundane Herald*." Ayrton Lobo then asks Miss Jane how the deceased would communicate with the living, since they could not physically manifest themselves. She then explains: "This was the responsibility of the Psychical Corporation, owner of the great central station in Detroit. Spirits flocked there, and then called the living on the meta-psychotonic international line, just as we call each other today using the telephone" (LOBATO 2019 [1926], p. 39).

The increasing speed at which modern technological media were being developed raised expectations on the unlimited possibilities that wireless communication would bring to life. On January 27, 1926, the British engineer John Logic Baird introduced his "televisor," which made possible the wireless transmission of moving pictures in a very rudimentary way. For Baird, "seeing by telephone" seemed to be a logical consequence of "hearing by telephone" (GUMBRECHT 1997, Location 2867). With similar reasoning, Miss Jane explains to Ayrton Lobo that, "today, we only have the radiocommunication. But the day will come when there will be radio-sensation and radio-transportation." In the future, she continues,

radio-transport will make useless the great agitations of our present day. Instead of going to the office every day and coming back home riding a streetcar, [the] employee will work from home and "radio" to his office. In summary: he will work remotely. I find this evolution very logical. Are the messages not transmitted instantaneously through the telephone these days? (LOBATO 2019 [1926], p. 41 and 42).

The new world inaugurated by new technologies created expectations that one day predicting the future would be possible. In *O Presidente Negro*, Professor Benson includes the power to predict the future among his most successful scientific experiences:

[...] As soon as we write the *present* 2+2, the *future* four is *already predetermined, even before the hand turns it into present* in the paper. Here, however, the elements are so simple that the human brain by itself, writing 2+2, automatically sees the future four. Everything changes into a more complicated case when, instead of 2+2, we have, for example, the Bastille, Louis 16, Danton, Robespierre, Marat, the mood in France, the hate in England, the Gaul combined with the Roman inheritance, in summary – the billions of factors that made the France of 89. Even though all of this had predetermined the “four” Napoleon, this future could not be foreseen by anyone due to the human brain’s weakness. Well: I discovered the means to predetermine this future – and see it! (LOBATO 2019 [1926], p. 24).

New technological media allowed new ways of apprehending reality that are impossible for the human brain to capture. As Walter Benjamin pointed out in his analysis of photography, “process reproduction can bring out those aspects of the original that are unattainable to the naked eye yet accessible to the lens [...]” (BENJAMIN 1968, p. 220). In *O Presidente Negro*, the apprehension of images of reality inaccessible to natural vision is made possible by the devices invented by Professor Benson: “I can concentrate the present in my hands,” he says, “the actual moment of the universe’s life, like a great panoramic landscape that reflects in the photographic plate and conserves itself latent in it until it is developed” (LOBATO 2019 [1926], p. 28).

Although new technological media reveal the limits of what the eyes can see, and the ears can hear, it would be inconceivable to imagine those inventions without their close relationship to the human body. As Friedrich A. Kittler put it, a telegraph as an artificial mouth and a telephone as an artificial ear set the stage for Thomas Edison’s phonograph. “The progress of national welfare (or military technology) can be measured by transportations costs,” Kittler said. No means of transportation is more economical than those that carry information – i.e., data – rather than goods and people. After all, “artificial mouths and ears, and technological implementations of the central nervous system, cut down on mailmen and concert halls” (KITTLER 1999, p. 28). In 1959, anthropologist Edward T. Hall had already pointed out that “man has developed extensions for practically everything he used to do with his body” (HALL 1959, p. 79).

As Marshall McLuhan discussed in his book *The Gutenberg Galaxy*, “man the tool-making animal, whether in speech or in writing or in radio, has long been engaged in extending one or another of his sense organs in such a manner as to disturb all of his other senses and faculties [...]” (MCLUHAN 1962, p. 4). German media theorist Norbert Bolz also points out that the organic characteristic of bodily organs restricts the number of tools that they can work with at any time. On the other hand, machine tools are free of these organic shackles: “a human being can only interfere in a uniform and continuous production movement. The simultaneity and ‘continuity of special processes’ desanthropomorphize work” (BOLZ 1999, p. 49). In *O Presidente Negro*, an excited Miss Jane tells Ayrton Lobo about Doctor Lewis – “a magician of anatomy” –, who in the 2200s would perform, for the first time in human history, a groundbreaking surgical procedure:

We possess two eyes and two ears, which act like two horses pulling the car in one direction. Lewis altered this. He unplugged the optical and auditive nerves through a delicate surgical procedure, giving each one autonomy. Therefore, one could see something with one eye and a different thing with the other, the same with the ears (LOBATO 2019 [1926], p. 49).

In Monteiro Lobato’s future, men and machines inhabit the same world – artificial intelligence is what unites them. The celebration of new technological media as extensions of the human body could also explain why *talking dolls* are a constant presence in Monteiro Lobato’s fiction: *Emília*, the talking ragdoll from his children’s book series *Sítio do Pica-Pau Amarelo*; the doll that says “mama” and “papa” in his short story *Negrinha* (1919). According to Friedrich Kittler, a competition sponsored by the Saint Peterburg Academy of Sciences in 1780 made voice sounds, particularly vowels, an object of research, then inaugurating not only speech physiology but also the experiments involving mechanical language reproduction:

Inventors like [Wolfgang von] Kempelen, [Johann Nepomuk] Mäelzel, and Mical built the first automata that, by stimulating and filtering certain frequency bands, could simulate the very sounds that Romanticism was simultaneously celebrating as the language of soul: their dolls said “Mama” and “Papa” or “Oh!”, like Hoffmann’s beloved automaton, Olympia. Even Edison’s 1878 article on phonography intended such toy mouths voicing the parent’s name as Christmas presents (KITTLER 1999, p. 25- 26).

In *O Presidente Negro*, a multi-task doll not only speaks, but also sweeps the floor, cooks, and washes clothes (LOBATO 2019 [1926], p. 139). In this case, dolls that mimic human actions represent a world where new technological media was altering the dynamic between humans and machines. In the future imagined by Monteiro Lobato, radio technology liberated men from going to work and released them from menial everyday tasks; the doll performs the work avoided by humans. She is a robot, like Alexa, the voice-controlled virtual assistant.

The doll in Lobato's fiction is not just a showcase of what new technological media had accomplished in the first decades of the twentieth century (or what it could achieve in the future); it can also be considered an example of a favorite propaganda strategy. Erich Auerbach called it the *searchlight device*. From his exile in Istanbul in the early 1940s, this is how he described it:

It consists in over illuminating one small part of an extensive complex, while everything else which might explain, derive, and possibly counterbalance the thing emphasized is left in the dark [...]; Especially in times of excited passions, the public is again and again taken in by such tricks, and everybody knows more than enough examples from the very recent past. [...] Whenever a specific form of life or a social group has run its course, or has only lost favor and support, every injustice which the propagandist perpetrates against it is half consciously felt to be what it actually is, yet people welcome it with sadistic delight (AUERBACH 1968, p. 403-404).

In *O Presidente Negro*, Jim Roy, the *Negro Association* party leader, died under unknown circumstances a day before taking office as the first black president of the United States in 2228. On that same day, the defeated candidate Kerlog spread a radio-message across the country announcing the release of a new toy: a doll that knew how to dance the tango with such perfection that "it would amaze adults and create ecstasy in the children." This release was a plan architected by Kerlog to dissipate any sign of social unrest within the black population by distracting them. But the new toy was just a backup plan.

Hoping to win a second term, Kerlog had never accepted his defeat to Jim Roy. After the election's result came out and Jim Roy was declared the new president, Kerlog summoned his cabinet to create a plan to revert the situation. Among its members was John Dudley, the great inventor of the group. Dudley announced to Kerlog that he had invented the machine that could permanently uncurl the black population's hair. A successful skin depigmentation process had already been implemented decades before

– all Americans, Black and White, already had the same skin color: white. However, John Dudley's new invention was the *omega rays*, which had a miraculous property to modify the African hair texture from coiled to straight – the last step left for blacks to become completely white. Soon after this new invention was announced, the *Dudley Uncurling Company* established posts in all American cities. Miss Jane describes the impact that this invention had in the cosmetic industry:

The factories of combs, hairpins, shampoos, hair gel, hair dye, etc. – worked night and day to supply the sudden demand for such products. Hairstylists appeared everywhere, and they could not handle so many requests, no matter how much they worked. The negro women, above all, lived perpetually smiling, spending the days looking at the mirror, combing and messing their hair freely. When running their fingers through their hair with the omega effect, their happiness made them forget the long past of the humiliating curly hair. Whites, at last! Freed from the heinous stigma! (LOBATO 2019 [1926], p. 150).

The news of Jim Roy's death was announced to the whole country through the radio. But the initial feelings of social unrest, stirred among the Black population when listening to the announcement, was immediately overshadowed by the release of the new tango dancing doll. Very soon, the black population was back at being inebriated by their unique hair texture. Months later, the Blacks' birth rate started to decrease significantly: in March 2228, exactly nine months after the first Uncurling salon had opened its doors, the birth rate had been reduced by 30 percent, which doubled in April and reached 97 percent in May. By June, only 122 black children were born in the United States. In August, the Dudley Uncurling Company ended its activities and distributed the dividends. The whole truth only came out on May 7, 2228, months after Jim Roy's death: in addition to straightening the texture of the black population's hair, the omega rays also sterilized them (FANON 2008; MBEMBE 2019).

Right after the election, Kerlog had rushed to pass an amendment to the Owen's Law. As described in Monteiro Lobato's novel, Owen's Law was inspired by the fictional writer Walter Owen, author of *The Right to Procreate*, published decades before the racial clash in the United States in 2228. In his book, Owen launched the foundations of the Racial Code, which advocates for the sterilization of perverts, physical, and mental defectives. A few years after the law was implemented, deaf-mutes, handicaps, mentally insane, hysterics, born criminals, fanatics, prostitutes, etc., had all been eliminated from the country (LOBATO 2019 [1926], p. 72-73). The amendment approved the inclusion of a new type of defective trait in the law:

the White Convention decides to amend Owen's Law and pass to include, among the deviances denounced that entails sterilization, the camouflaged black pigment... The white race authorizes the American government to use any resources that it may consider convenient to execute this supreme and irrevocable sentence (LOBATO 2019 [1926], p. 169).

In the article *O radiomotor*, published in 1910, Monteiro Lobato showed tremendous excitement about Marie Curie's isolation of the radium particle. A few lines later, he praised Gustave Le Bon's discovery of the manifestation of a new force – the *intra-atomic energy*, a harbinger of the Atomic Age (LOBATO 2008 [1910]). In the future portrayed in *O Presidente Negro*, new technologies make life easier by turning time and space shorter; but they also become weapons of mass destruction. Authors such as Norbert Bolz and Friedrich A. Kittler had pointed out in their works a media genealogy in which war is the father of all things technical (KITTLER 1999, p. xxxvi; BOLZ 1999). In Monteiro Lobato's novel, Professor Benson seems to be aware of the threats that such inventions could inspire if found in the wrong hands. That is why he destroyed the *porviroscópio* before he died – the invention was a burden and a threat to humanity:

[...] Just know that you find yourself in front of a man condemned to take his invention with him to his grave because this invention exceeds the human capacity to adapt to discoveries. If I made it public, poor humanity! It would be impossible to predict the consequences that this would provoke. If good sense predominated among men, the superior intelligence, the noble qualities, I would have made my remarkable discovery known to the world. But because man is like he is, vicious and evil, with an irreducible instinct for despotism, I cannot leave among them such dangerous weapon. [...] If I wanted... I could become the lord of the world for I am armed with a potency that the mystics had judge exclusive of divinities (LOBATO 2019 [1926], p. 14-15).

The *porviroscópio* gives Professor Benson privileged (though unauthorized) access to information concealed to others, which raises the question of privacy. The device works as a peephole, in which one can see others without being observed back. Benson can see whatever he wants through a receptor that captures all information available in the world: his wealth, made from investments in the stock market, results from this privileged access to future data. Professor Benson describes to Ayrton Lobo a series of unrelated events happening in real-time, seen through the *porviroscópio*, from "a fish shoal that at this exact moment is agonizing

in the middle of the ocean while being caught in the Gulf Stream” to a “little ant that was smashed by a galloping foal in the Argentine’s pampas;” or “the kiss that Gloria Swanson is about to receive from Valentino in a Hollywood studio...” (LOBATO 2019 [1926], p. 30).

The growing fear that new inventions and technologies could violate one’s privacy had been widely discussed at least since 1890, when Louis Brandeis and Samuel Warren published the article *The Right to Privacy*:

Recent inventions and business methods call attention to the next step which must be taken for the protection of the person, and for securing to the individual what Judge Cooley calls the right “to be let alone.” *Instantaneous photographs* and newspaper enterprise have invaded the sacred precincts of private and domestic life; and numerous mechanical devices threaten to make good the prediction that “what is whispered in the closet shall be proclaimed from the house-tops” (BRANDEIS and WARREN 1890, p. 195).

On January 29, 1916, Louis Brandeis was nominated to the U.S. Supreme Court of Justice, becoming one of the most influential legal thinkers of the twentieth century. During his term, many of the cases that came before the court had to do with new technologies, like the telephone. Brandeis was on the court that ruled on wiretapping in 1928, the *Olmstead v. the United States* case. In his dissent, Justice Brandeis argued that what one says on the telephone still belongs to the person, even if it is just simple electrical pulses. In the end, it is still your voice. In his argument, Brandeis tried to explain why it would constitute a dangerous situation to think otherwise. As Jill Lepore explains: “[Brandeis] pointed out that governments used to torture you, to try to get you to confess. Or they could invade your house, they could seize your stuff, to get evidence against you. But the rules of evidence in a trial by jury, and the 4<sup>th</sup> and 5<sup>th</sup> Amendments were meant to put a stop on that. Wiretapping, he argues, was just a newer version of those same old tricks” (LEPORE 2020). For Brandeis, “subtler and more far-reaching means of invading privacy have become available to the Government. Discovery and invention have made it possible for the Government, by means far more effective than stretching upon the rack, to obtain disclosure in court of what is whispered in the closet” (BRANDEIS 1928). In his final argument, Brandeis concluded that wiretapping amounted to an unconstitutional invasion of privacy. And issued a warning:

The progress of science in furnishing the Government with means of espionage is not likely to stop with wiretapping. Ways may someday be developed by which the Government, without removing papers from secret drawers, can reproduce them in court, and by which it will be enabled to expose to a jury the most intimate occurrences of the home (BRANDEIS 1928; LEPORE 2020).

His ideas had much in common with Sigmund Freud's studies on psychoanalysis being published around that time. The "radio revolution" brought significant changes in many everyday habits, generating concerns about possible effects on human perception and emotions. Amid the general enthusiasm with wireless technology, a debate was revived about the possibility of transferring thoughts from one mind to another without any external signs or manifestations (GUMBRECHT 1997, Location 2944 and 2945). In his *Work of Art*, Walter Benjamin explained that a different kind of nature opens up to the camera, which human eyes cannot see: "The camera," he said, "introduces us to unconscious optics as does psychoanalysis to unconscious impulses" (BENJAMIN 1968, p. 235- 236; SONTAG 1977). Camera. Unconscious impulses. Dreams. In *O Presidente Negro*, they all come together in the *Oneiric Theater* – one of the most significant technological innovations of 2228. According to Miss Jane:

They discovered a process to fix dreams on the screen, as today the cinematographer fixes material movement on film. And given the richness of our subconsciousness, the sea from which dreams emanate, a deep sea of which the consciousness is nothing but the surface, Mr. Ayrton can imagine what marvelous representations did not take place in this theater. [...] [It] became a supreme art [and] a science. The human soul only ceased to be the enigma that it is today when it became possible to be photographed in its manifestation of absolute nudity (LOBATO 2019 [1926], p. 52).

In 1928, the American publicist Edward Louis Bernays, who was Freud's nephew, published one of his most famous books, *Propaganda*, inspired by his works on advertising and public relations. In the opening chapter, titled *Organizing Chaos*, Bernays wrote: "The unconscious and intelligent manipulation of the organized habits and opinion of the masses is an important element in democratic society. Those who manipulate this unseen mechanism of society constitute an invisible government which is the true ruling power of our country" (BERNAYS 1928, p. 9).

## Public sentiment is everything

Whether conscious or not, Bernay's words evoke one of Abraham Lincoln's most famous remarks, repeated time and time again: "Public sentiment is everything. With it, nothing can fail; against it, nothing can succeed. Whoever molds public sentiment goes deeper than he who enacts statutes, or pronounces judicial decisions" (*apud* LILA 2017, p. 5-6). In *O Presidente Negro*, Jim Roy and President Kerlog are very aware of this strategy, although the means used by each is what will determine the outcome. Right before casting his vote, Jim Roy retreated to his office in the Negro Association headquarters. Through the window, he casts his eyes over the city of Washington, D.C. What he sees is a collection of memories of a "mournful past of a wretched race," from the African shores to the cotton plantations in Virginia (LOBATO 2019 [1926], p. 107).

For Jim Roy, despite Lincoln saying enough was enough when he ended slavery in the United States, "the shackles fell out of the wrists but the stigma remained. The iron shackles have been replaced by the moral shackles of the outcast. The white partner denied the Black partner participation in the moral profit from the common work. Equality and fraternity were denied, although the Law [...] mandated the equality of the two races" (LOBATO 2019 [1926], p. 107-108). For Jim Roy, historical justice would only be accomplished "by force." Not in violent terms. Instead of supporting one of the white candidates, Jim Roy dared to put his own name on the ballot for president. On his way to the voting booth to announce and cast his vote, Jim Roy passes by a bust of Lincoln, put his hands on his shoulder, and says: "You began this work, Jim will finish it..." (LOBATO 2019 [1926], p. 108). Lincoln is mentioned several times in a conversation between Jim Roy and Kerlog in *O Presidente Negro's* last chapters. Through Jim Roy's words, Lincoln always emerges as an authority from the past, if not as the past itself. Kerlog acknowledges this authority, only to dismiss it immediately: for him, the authority that emanates from his white blood is beyond this authority from the past – it transcends history.

The Lincoln Memorial, a U.S. national memorial erected in honor of the 16<sup>th</sup> President of the United States, was inaugurated on May 30, 1922, four years before *O Presidente Negro* was published. Inside the building, a large solitary figure of Abraham Lincoln, sitting in contemplation and measuring 19 feet (5.8m), struck the audience by its splendid appearance. In Lobato's novel, Lincoln's bust is just a statue: a mute, immobile carved stone piece. In 2028, the appeal to the past (history) lost its capacity to exert any significant influence over political and public issues. In this future, the US society – Blacks and Whites – sold their freedom, their right to privacy, their own history, to

be entertained by a tango dancing doll, mesmerized by the false peaceful promises of a war that would never again be fought in the trenches. They only forgot that the next battles would be staged in the realms of wireless technology.

## REFERENCE

AIEX, Nola Kortner. Prescient Science Fiction: Monteiro Lobato's 'O Presidente Negro' after 70 years". **Paper presented at the Annual Joint Meeting of the Popular Culture Association/American Culture Association**, Las Vegas, NV, March 25-28, 12p, 1996. Available at: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED392061.pdf>. Accessed on 02 Oct. 2020.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature**. Translate by Willard R. Trask. Princeton: Princeton University Press, 1968.

BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. Translate by Harry Zohn. New York: Harcourt, 1968.

BERNAYS, Edward L. **Propaganda**. New York: Liveright, 1928.

BEVERNAGE, Berber. **History, Memory, and State-Sponsored Violence**. New York: Routledge, 2012.

BOLZ, Norbert. Farewell to the Gutenberg-Galaxy. **New German Critique**, Durham, n. 78, Special Issue on German Media Studies, p. 109-131, Autumn, 1999.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel Warren. The Right to Privacy. **Harvard Law Review**, Cambridge, v. IV, n. 5, p. 193-220, Dec. 1890.

BRANDEIS, Louis. U.S. Supreme Court. *Olmstead v. United States*, 277 U.S. 438 (1928) *Olmstead v United States*, Nos. 493, 532, and 533. Argued February 20, 21, 1928. Decided June 4, 1928." **Justia** – US Supreme Court. Available at: [www.supreme.justia.com](http://www.supreme.justia.com) . Accessed on 02 Oct. 2020.

BROWN, JR, Timothy. Monteiro Lobato as a Novelist. **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 2, n.1, p. 99-104, 1965.

CHODORKOFF, Bernard; BAXTER, Seymour. "Secrets of a Soul:" An Early Psychoanalytic Film Venture. **American Imago**, Baltimore, v. 31, n. 4, p. 319-334, winter 1974.

DA SILVA, Denise Ferreira. **Toward a Global Idea of Race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

DE SOUZA, José Wellington. **Raça e Eugenia na Obra Geral de Monteiro Lobato**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

DE SOUZA, Vanderlei Sebastião. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Khel e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 93-110, dez. 2016. Available at: <https://doi.org/10.1590/s0104-59702016000500006>. Accessed on: 02 Oct. 2020.

DU BOIS, W.E.B.. The Shape of Fear. **The North American Review**, Boston, v. 223, n. 831, p. 291-304, Jun-Aug. 1926.

ELLISON, Ralph. **Invisible Man**. New York: Vintage Books, 1972.

EVANS, Hiram Wesley. The Klan's Fight for Americanism. **The North American Review**, Boston, v. 223, n. 830, p. 33-63, Mar.-May 1926.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Trans. Richard Philcox. New York: Grove Press, 2008.

FRAZIER, Ian. When W. E. B. Du Bois Made a Laughingstock of a White Supremacist. **The New Yorker**, Nova York, Aug. 26, 2019.

GALLO, Rubén. **Mexican Modernity**. The Avant-Garde and the Technological Revolution. Cambridge: MIT Press, 2010.

GOLDBERG, Isaac. 1922. **Brazilian Literature**. New York: Alfred A. Knopf.

GORDON, Avery F. **Ghostly Matters**: Haunting and the Sociological Imagination. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

GORDON, Linda. **The Second Coming of the KKK**. New York: Liveright, 2017.

GRANT, Madison. **The Passing of the Great Race, or The Racial Basis of European History**. New Edition, Revised and Amplified with a New Preface by Henry Fairfield Osborn. New York: Charles Scribner's Son, 1918.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **In 1926: Living at the Edge of Time**. Cambridge: Harvard University Press, 1997. E-book.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Our Broad Present: Time and Contemporary Culture**. New York: Columbia University Press, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. The Body versus the Printing Press: Media in the Early Modern Period, Mentalities in the Reign of Castille, and Another History of Literary Forms. **Poetics**, Amsterdam, v. 14, n. 3-4, p. 212-213, Aug. 1985.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato – (1914-1926). *In: Anpuh – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2007, São Leopoldo. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: Territórios e Deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

HALL, Edward T. **The Silent Language**. Garden City: Doubleday & Company, INC, 1959.

HAPGOOD, Norman. The New Threat of the Ku Klux Klan. **Hearst International**, New York City, v. XLIII, n. 1, p. 8-12, jan. 1923.

HIGHAM, John. **Strangers in the Land: Patterns of American Nativism – 1860-1925**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2011.

HOFSTADTER, Richard. **Anti-Intellectualism in American Life**. New York: Vintage Books (Random House), 1963.

KITTLER, Friedrich A. **Gramophone, Film, Typewriter**. Translate by Geoffrey Winthrop-Young and Michal Wutz. Stanford: Stanford University Press: 1999.

KITTLER, Friedrich A. **The Truth of the Technological World**. Translate by Erik Butler. Stanford: Stanford University Press, 2013.

KITTLER, Friedrich A. **Discourse Networks, 1800/1900**. Translate by Michael Meteer and Chris Cullens. Stanford: Stanford University Press, 1990.

KLEINBERG, Ethan. **Haunting History**: For a Deconstructive Approach to the Past. Stanford: Stanford University Press, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**. On the Semantics of Historical Time. Translated by Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Sediments of Time**: On Possible Histories. Translated by Sean Franzel and Stefan-Ludwig Hoffman. Stanford: Stanford University Press, 2018.

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato & Isaac Goldberg: A América Latina na América do Norte. **Remate de Males**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 293-310, 2010. Available at: <https://doi.org/10.20396/remate.v30i2.8636253>. Accessed on: 07 Jan. 2021.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. **Nacionalismo Militante**: Uma Análise da Correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

LEPORE, Jill. The Invisible Lady. **The Last Archive**, May 28, 2020, Pushkin Industries (Podcast). Available at: <https://www.thelastarchive.com>. Accessed on: 02 Oct. 2020.

LEPORE, Jill. **These Truths**: a history of the United States. New York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEWIS, Sinclair. 1920. **Main Street**. New York: Harcourt, 1920.

LILLA, Mark. **The Once and Future Liberal**: After Identity Politics. New York: Harper, 2017.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1921.

LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Montecristo Editora, 2019 [1926]. Available at: <http://montecristoeditora.com.br>. Accessed on: 02 Oct. 2020.

LOBATO, Monteiro. O radiomotor. *In*: LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jeca Tatu**. São Paulo: Editora Globo, 2008. E-book.

MBEMBE, Achille. **Necro-politics**. Translated by Steven Corcoran. Durham and London: Duke University Press, 2019.

MCLUHAN, Marshall. **The Gutenberg Galaxy**: the making of typographic man. Toronto: Toronto University Press, 1962

**Report of the Debate Conducted by the Chicago Forum.** "Shall the Negro be Encouraged to Seek Cultural Equality?" Affirmative: W.E. Burghardt DuBois {...}. Negative: Lothrop Stoddard {...}. March 17, 1929. Fred Atkins Moore, Presiding Director of the Chicago Forum.

RORTY, Richard. **Achieving our Country**: Leftist Thought in Twentieth-Century America. Cambridge and London: Harvard University Press, 1998.

SCHOMBURG, Arthur A. The Negro Digs Up His Past. *In*: LOCKE, Alain (ed.). **The New Negro**. An Interpretation. Book Decorations and Portraits by Winold Reiss. New York: Albert And Charles Boni, 1925. p. 231-237.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017>. Accessed on: 02 Oct. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Black into White**: Race and Nationality in Brazilian Thought. Durham and London: Duke University Press, 1998.

SONTAG, Susan. **On Photography**. New York: Picador, 1977.

STEPAN, Nancy Leys. **The Hour of Eugenics**: Race, Gender, and Nation in Latin America. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

STODDARD, Lothrop. **The Revolt Against Civilization**: The Menace of the Under Man. New York: Charles Scribner's Son, 1922.

STODDARD, Lothrop. **The Rising Tide of Color**. New York: Charles Scribner's Son, 1920.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematograph of Words**: Literature, Technique, and Modernization in Brazil. Trans. Paulo Henrique Britto. Stanford: Stanford University Press, 1997.

## ADDITIONAL INFORMATION

### ACADEMIC BIOGRAPHY

Bruno Franco Medeiros is an Independent Researcher. He holds a Ph.D. in Social History from Universidade de São Paulo. His current research lies in the intersection of technology, fiction, and history in American culture in the 20<sup>th</sup> and 21<sup>st</sup> century. He is the author of “Plagiário, à maneira de todos os historiadores”, a study about the accusations of plagiarism directed at the French historian Alphonse de Beauchamp in the early decades of the 19<sup>th</sup> century. He lives in New York City.

### CORRESPONDENCE ADDRESS

50 King St – 8B, New York, NY – 10014, USA.

### FUNDING

Not applicable.

### ACKNOWLEDGMENT

I am indebted to Professor Hans Ulrich Gumbrecht, Thamara de Oliveira Rodrigues, André Ramos and Eric De Feo for their generous feedback and comments on a preliminary version of this article.

### COMPETING INTERESTS

No declared conflict of interest.

### ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

### EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

### RESPONSIBLE EDITOR

João Rodolfo Munhoz Ohara - Executive Editor

## COPYRIGHT

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## PEER REVIEW HISTORY

Received in: 2 october 2020.

Changed on: 8 january 2021.

Approved in: 12 january 2021.

## Hernández Arregui y la invención de una historiografía para la izquierda peronista

Hernandez Arregui and the invention of a historiography for the Peronist left

Valeria A. Caruso <sup>a</sup>

E-mail: [caruso.valeria@gmail.com](mailto:caruso.valeria@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-3689-8839> 

<sup>a</sup> Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones de Estudios de Género, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina

## RESUMEN

Este trabajo tiene por objeto analizar el proceso de configuración de una historiografía de la izquierda peronista, luego de 1955, observable en las intervenciones intelectuales realizadas por Juan José Hernández Arregui por medio de su ensayística histórica. En primer lugar, se exploran las condiciones de posibilidad que intervinieron en el proceso de emergencia de esa ensayística histórica, así como sus características. En segundo término, se analizan las acciones desplegadas por este intelectual para difundir y legitimar su concepción sobre el pasado nacional y el peronismo. Esta indagación sostiene que las luchas por la vigencia del peronismo durante el periodo en el que esa fuerza política estuvo proscripta fueron constitutivas de las formas que ensayó Hernández Arregui para abordar el pasado argentino.

## PALABRAS CLAVE

Hernández Arregui. Izquierda peronista. Historiografía.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the process of configuration of a historiography of the Peronist left, after 1955, that can be found in the intellectual interventions made by Juan José Hernández Arregui through his historical essays. This article starts by exploring the conditions that affected the process of emergence of this essay and their characteristics. Following, the actions employed by Hernández Arregui to spread and legitimize his conception of the national past and Peronism are analyzed. This article argues that the struggles for the validity of Peronism during the period when this political force was banned were constitutive of the ways that this author tried to address the Argentine past.

## KEYWORDS

Hernández Arregui. Peronist Left. Historiography.

## Introducción

Tulio Halperín Donghi (1996), en su clásico trabajo sobre el revisionismo histórico, denominó como “neorevisionistas” las reelaboraciones del pasado que emergieron a fines de 1950 y se consolidaron durante la década de 1960. Cuestionaba el *uso* que los neorevisionistas realizaban del pasado nacional, pues, en su opinión, siempre lo *adecuaban* a sus proyecciones políticas, anteponiéndolas a las claves de *verdad* que portaban las fuentes de la historia. La razón política, acusaba entonces Halperín, antes que la histórica, forzaba las comprensiones sobre lo pretérito nacional en las obras de Jorge Abelardo Ramos, Rodolfo Puiggrós, Eduardo Astesano, Hernández Arregui y la dupla Rodolfo Ortega Peña y Eduardo Luis Duhalde. Pocos motivos encontraba el hacedor de *Revolución y guerra* para no reducir esas narraciones sobre el pasado a las de la poética política de Francisco Urondo en *Adolecer*.

Una lectura más compleja sobre el revisionismo histórico que se consolida en la década de 1960 se encuentra en el análisis que realiza Fernando Devoto (2004). En este trabajo, Devoto analiza las características del contexto en el que emerge esta corriente historiográfica, diferenciándola del revisionismo de los años 1930. También examina los núcleos temáticos abordados por esta nueva historiografía, aunque equiparando en un mismo rango de entendimiento las elaboraciones sobre el pasado realizadas por referentes de la izquierda nacional (IN) como Jorge Abelardo Ramos a las proyectadas por los pensadores de la izquierda peronista (IP), presentes en las obras de Hernández Arregui, Ortega Peña y Duhalde. El problema de este enfoque reside, justamente, en la equiparación de una y otra interpretación del pasado, dado que impide acceder a las particularidades de la empresa historiográfica emprendida por aquellos actores que construyeron una interpretación del pasado argentino en perspectiva con los nuevos entendimientos que desplegaron sobre el peronismo como vector de la liberación nacional. Esta última cuestión diferencia de manera sustancial la lectura del pasado realizada por Ramos sobre el fenómeno peronista y su lugar en la historia argentina que, en cierta medida, condensa el cambio de posición que se dio en un sector de la intelectualidad argentina vinculada con las izquierdas locales señalado por Carlos Altamirano (2001) en *Peronismo y cultura de izquierda*.<sup>1</sup>

Consideramos que Hernández Arregui, primero, y luego Ortega Peña y Duhalde colaboraron en la configuración de una interpretación del pasado nacional que sentó

<sup>1</sup> Recordemos que, en estos ensayos, Altamirano documenta en mayor grado el proceso de acercamiento de distintos referentes de las izquierdas al peronismo, aunque no así el proceso formativo de la IP ni las características específicas de sus intelectuales.

las bases de una historiografía de la IP.<sup>2</sup> Si bien autores como Goebel (2005, 2013) y Stortini (2004) han analizado las características del revisionismo histórico durante la década de 1960, aun no contamos con una síntesis interpretativa que permita acceder a las particularidades de esta empresa historiográfica en términos contextuales. Quien más se ha aproximado a la cuestión ha sido Omar Acha (2009), otorgando un espacio de visibilidad a esta historiografía que, en otros trabajos, le había sido negada.

En ese sentido, este trabajo tiene por objeto analizar las características y condiciones de posibilidad que intervinieron en la configuración de una historiografía de la izquierda peronista luego de 1955 a partir del examen de la obra de Juan José Hernández Arregui. Si bien la vida y obra de este intelectual peronista ha sido estudiada por diversos autores (PIÑEIRO IÑIGUEZ 2007; GALASSO 2012), consideramos pertinente indagar las características de los aportes historiográficos realizados por este autor.

Una de las hipótesis que plantea esta indagación sostiene que las luchas por la vigencia del peronismo fueron constitutivas de las formas de abordar el pasado argentino que ensayó Hernández Arregui, en tanto precisó recurrir a lo pretérito para explicar la actualidad del movimiento proscrito, inscribiéndolo en una relectura del pasado nacional en la que el peronismo fue interpretado como la reactualización de las gestas populares decimonónicas contra la opresión imperialista en el Río de la Plata. Asimismo, buscó destacar la trascendencia del movimiento proscrito en la historia de las izquierdas argentinas argumentando sobre las razones por las cuales el peronismo era la expresión histórica y presente de la *verdadera izquierda nacional* de la Argentina. Una segunda hipótesis sostiene que la construcción de esta empresa historiográfica funcionó como la plataforma desde la cual este pensador erigió sus credenciales intelectuales en un contexto cultural vedado para los peronistas.

Consideramos pertinente ensayar una aproximación que posibilite examinar el proceso constitutivo de esta historiografía desde un abordaje contextual. Esto implicaría recuperar, en primer término, las perspectivas metodológicas brindadas por Quentin Skinner (2000) para el estudio de las ideas políticas. La tendencia a la "prolepsis", tan vigente en la historiografía argentina sobre el pasado reciente, fuerza los análisis históricos sobre las ideas del pasado al someterlos a moldes interpretativos ajenos a la época de los actores, una época en la que la toma de posición política era sustancial para cualquier intervención intelectual que se apreciase de tal. Entendemos que examinar

<sup>2</sup> Por cuestiones de extensión no podemos ocuparnos aquí de analizar los aportes de Ortega Peña y Duhalde a la corriente historiográfica iniciada por Hernández Arregui. Las contribuciones de esos autores serán tratadas en un trabajo de próxima publicación.

los actos elaborados por los actores que son objeto de nuestra pesquisa y los efectos de sus acciones en el contexto histórico en el que fueron expresados puede ayudarnos a comprender mejor los procesos pretéritos que estudiamos. Al respecto, conviene no perder de vista que, mientras el peronismo gobernó el país (1946-1955), no precisó de la elaboración de una narrativa histórica específica y diferenciada a la instituida hasta el momento. De hecho, no alentó las empresas del revisionismo histórico situado en el Instituto de Investigaciones Históricas “Juan Manuel de Rosas”, sino que, por el contrario, anudó la significación de sus acciones de gobierno a la cosmogonía de la historiografía liberal vigente.

Lo expuesto hasta aquí nos introduce en la segunda cuestión del enfoque contextualista que nos interesa recuperar a fines de esta indagación, referida a la propuesta teórico-metodológica de John G. A. Pocock (2011) sobre el quehacer historiográfico. Para Pocock, “la historiografía es la elaboración de relatos (a lo que hay que añadir la construcción de contextos) sobre ciertos tipos de acción” en los que “el contexto siempre es parcialmente (nunca del todo) producto de las acciones realizadas en él” (2011, p. 274). Esos relatos, productos de la acción, engendran a su vez nuevas acciones en el contexto del que son parte y producto, permitiendo a los actores otorgarles inteligibilidad a las circunstancias que los rodean. Asimismo, Pocock nos recuerda que la política es constitutiva de toda perspectiva historiográfica, dada la necesidad de determinados actores de comprender su devenir en tanto sujetos y partícipes de la historia que habitan y realizan con sus actos. Esta cuestión no implica una versión uniforme sobre lo acontecido, sino que, por el contrario, emerge del despliegue de distintos entendimientos sobre lo pretérito que el autor confronta con “una estructura política capaz de contar su propia historia” (2011, p. 275). Esa historiografía emergente acciona críticamente cuestionando las formas instituidas de entender lo sucedido, compitiendo por la interpretación dominante del pasado en un contexto plagado de disputas por interpretar lo acontecido. Es decir, la emergencia de estos relatos historiográficos, a la vez que se da para contrarrestar las versiones “oficiales” sobre el pasado, busca *renarrar* lo sucedido, lo que está sucediendo y lo que, potencialmente, puede suceder como manera de intervenir en el presente.

La recuperación de estas perspectivas teóricas puede colaborar para la comprensión del proceso formativo de la historiografía de la IP. Este tipo de abordaje permitirá observar cómo en el *hacer* de esas narrativas se fueron creando nuevos marcos de inteligibilidad del pasado nacional como medio de intervención pública y política. Las demandas del contexto político que, a juicio de sus artífices, señalaban la centralidad de Perón, las masas y el peronismo, requirieron de una nueva narrativa de la historia argentina que hiciera inteligible esas presencias y también las proyecciones de futuro

que a partir de ellas realizaban. Esto se hace más evidente si consideramos que, desde 1955, las maneras de interpretar el pasado argentino fueron *renarradas* por referentes intelectuales identificados con el movimiento proscrito en su intención de explicar la trascendencia del fenómeno peronista en la historia argentina.<sup>3</sup>

De allí que resulte pertinente examinar los contextos que creó la narrativa histórica pergeñada por Juan José Hernández Arregui durante el periodo de la proscripción al peronismo como uno de los elementos constitutivos de la IP como cultura política. Por “cultura política”, entendemos “un conjunto de representaciones que cohesionan a un grupo humano en el plano político, es decir una visión del mundo compartida, una lectura común del pasado, una proyección hacia el futuro, vivida en grupo” (SIRINELLI 1999, p. 462). En ese sentido, consideramos que las *renarraciones* del pasado argentino elaboradas por Hernández Arregui contribuyeron a la gestación de nuevos marcos de inteligibilidad sobre la actualidad del movimiento por entonces proscrito que alimentaron la imaginación histórica y política de los y las peronistas.<sup>4</sup>

En función de lo anteriormente planteado, la pesquisa se organiza en dos apartados. En el primero, se exploran las condiciones de posibilidad que intervinieron en el proceso de emergencia de esta ensayística histórica, así como sus características. En el segundo, se analizan las acciones desplegadas por Hernández Arregui para difundir y legitimar su concepción sobre el pasado nacional y el peronismo.

## Hernández Arregui: la invención de una tradición historiográfica

Juan José Hernández Arregui (1912-1974) inició su formación universitaria en la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, aunque finalizó sus estudios en Filosofía en la Universidad Nacional de Córdoba y, bajo la dirección de Rodolfo Mondolfo, obtuvo su doctorado en esa disciplina. Las vinculaciones de uno de sus tíos con el sabattinismo cordobés le habilitaron sus primeras conexiones políticas. En Buenos Aires, fue cercano al grupo Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (FORJA) y acompañó el pasaje de varios de sus miembros del radicalismo al peronismo,

<sup>3</sup> Esta inquietud no ha signado exclusivamente las preocupaciones de aquellos intelectuales que se identificaron con el peronismo, sino también, pulsionó la reflexión sobre el pasado nacional de distintos referentes políticos culturales. Al respecto véase, Neiburg (1998); Acha (2009) y Ribadero (2017).

<sup>4</sup> Hemos examinado el proceso formativo de la IP como cultura política y sus especificidades en Caruso (2019a).

desafilándose definitivamente de la Unión Cívica Radical (UCR) en 1947.<sup>5</sup> Hasta 1955, este filósofo peronista se desempeñó como profesor titular concursado en la Universidad Nacional de La Plata, cargo del cual fue cesanteado por la autodenominada “Revolución Libertadora”.<sup>6</sup> El hecho de que hubiera ocupado un cargo universitario como un “profesor flor de ceibo” sirvió de mote para fundamentar su desvinculación de las formalidades de la vida universitaria, desestimándose sus méritos intelectuales y reduciéndose su trayectoria académica a su adhesión al “régimen” depuesto.<sup>7</sup>

Al respecto, el editor Arturo Peña Lillo, al recordar esa coyuntura, señalaba que “la persecución política obligaba a quienes se habían identificado con el gobierno depuesto en 1955 a una suerte de marginación tanto laboral como profesional” (PEÑA LILLO 2005, p. 63). Resaltaba que este había sido el caso de Hernández Arregui, a quien había alentado, junto con Jorge Abelardo Ramos (a quien luego nos referiremos), para que finalizara “lo que estimábamos un libro capital para el momento que vivía el país”.

Estos factores incidieron en la virulencia de su ataque hacia la intelectualidad liberal triunfante en su ensayo *Imperialismo y cultura*. Recordemos que esta obra fue pergeñada luego de su expulsión universitaria y publicada originalmente en 1957 por la editorial Amerindia.<sup>8</sup> En ella, Hernández Arregui intentará realizar “una historia crítica de las ideas” que legitimaron el proceso constitutivo del imperialismo cultural del que participaban las elites intelectuales argentinas.

En la lectura marxista que realiza Hernández Arregui, la imbricación entre economía, política y cultura no era un fenómeno estrictamente local, sino que, por el contrario, reflejaba las consecuencias culturales de la expansión del capitalismo a escala planetaria. De allí su preocupación por revisar cómo esas relaciones se habían

<sup>5</sup> La FORJA fue fundada en 1935 por un grupo de intelectuales radicales disidentes a la decisión de la UCR de abandonar la abstención electoral, considerada como el último bastión de resistencia para deslegitimar el régimen de Agustín P. Justo. Este movimiento intentó recuperar las ideas de Hipólito Yrigoyen y fue tributario de los principios de la Reforma Universitaria de 1918 y de las ideas de la Alianza Popular Revolucionaria Americana. Entre sus miembros se destacan Juan B. Fleitas, Manuel Ortiz Pereyra, Arturo Jauretche, Homero Manzi, Oscar y Guillermo Meana, Luis Dellepiane, Gabriel del Mazo, Atilio García Mellid, Jorge Del Río, Darío Alessandro (padre) y Raúl Scalabrini Ortiz.

<sup>6</sup> En 1955, el gobierno de facto del general Eugenio Aramburu difundió el decreto 3.855, que ordenaba la disolución del partido peronista, con el fin de lograr su desaparición del escenario político. En marzo de 1956, promulgó el decreto 4.161, que, vigente hasta 1964, penaba con la cárcel a quien tuviera en su poder fotos de Perón y Eva Perón, pronunciara sus nombres o entonara la marcha peronista.

<sup>7</sup> Sobre el proceso de “desperonización” de las universidades argentinas, véase Neiburg (1998). Respecto al accionar de las “comisiones investigadoras” instruidas por el gobierno de facto, véase Ferreyra (2018).

<sup>8</sup> Ese mismo año y por esa misma editorial, Jorge Abelardo Ramos publicó su *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*.

plasmado en el ámbito de la literatura internacional desde el siglo XIX hasta la actualidad, revisando el desenvolvimiento del romanticismo, el realismo y el naturalismo mediante el examen de la obra de Rilke, Valéry, Koestler Malraux, Kafka, Faulkner y Sartre, entre otros. El análisis de estos autores funcionaba como vía de acceso para abordar la crisis de la cultura burguesa, la situación del artista en el capitalismo, sus “públicos” y los circuitos de difusión de sus libros. También para problematizar la situación de dependencia del artista en relación con el mercado. A su vez, esta evaluación era el punto de partida de su crítica a la intelectualidad local, en la cual Hernández Arregui resaltaba los dispositivos que actuaban en la dependencia cultural de los intelectuales. Implícitamente, podría inferirse que ese señalamiento, además, le permitía poner de manifiesto su conocimiento sobre literatura europea como estrategia de legitimación de su propia autoridad intelectual en un contexto donde esa prerrogativa estaba vedada, en buena medida, para los pensadores peronistas.

Fue justamente ese lugar de alocución el que intentó habilitar Hernández Arregui; inauguró una senda que posibilitó la expresión de los intelectuales peronistas no solo perseguidos por la dictadura, sino también denostados por los exponentes culturales consagrados de la época, como los que se nucleaban en torno a la revista *Sur*, dirigida por Victoria Ocampo. Asimismo, sentó las bases desde las cuales arremeter contra sus antagonistas intelectuales. Desde la óptica de Hernández Arregui, el desvelamiento de las pulsiones ideológicas que habían actuado —y actuaban— en el proceder de la intelectualidad local permitiría comprender las causas que habían intervenido en el ocaso de la experiencia peronista en el poder del Estado.

La razón capital que moldea su juicio se encuentra en su interpretación acerca de que “toda la historia nacional (...) es la lucha contra la burguesía porteña ligada a la clase de hacendados bonaerenses” (HERNÁNDEZ ARREGUI [1957] 2005, p. 12). Para este pensador peronista, la literatura funcionó “como personificación encubierta de un ciclo económico” latifundista. Con *Imperialismo y cultura*, Hernández Arregui propone una revisión de la literatura argentina en la que intenta rastrear su contenido ideológico como instrumento de dominación cultural de los terratenientes porteños sobre el resto del país. Buscaba, así, dilucidar los dispositivos por medio de los cuales había operado la dominación ideológica de Buenos Aires sobre el “interior”. Desde la óptica de este ensayista, la relación entre cultura, poder económico y político es intrínseca al desarrollo de las relaciones capitalistas en el país y funcionaría como el tamiz a través del cual evaluaría el proceso de extranjerización del pensamiento argentino.

Desde su visión, la generación del 30 actuó como “instrumento del imperialismo que se valió de ella para reforzar la conciencia falsa de lo propio y desarmar las

fuerzas espirituales defensivas que luchan por la liberación nacional en los países dependientes”. Esta denuncia sobre aquellas actitudes y proceder intelectuales, interpretados como desviados en relación con los intereses autóctonos, fue también una manera de posicionarse frente a los saberes instituidos y a las figuras consagradas de la intelectualidad nacional para reinsertarse él mismo como autor de una nueva interpretación sobre el devenir histórico argentino que lo reposicionaría como escritor “verdaderamente nacional”.

El rechazo a las expresiones de la cultura popular se manifestaba entonces en una “literatura que confiesa su disgusto con el país y su deslumbramiento por lo europeo”, también en “un arte evasivo que no quiere enfrentar su propia realidad”, que, finalmente, no es otro que “el arte de las clases altas aliadas al imperialismo” (HERNÁNDEZ ARREGUI [1957] 2005, p. 117). En su lectura marxista sobre el fenómeno, el “arte no es mero reflejo del acontecer social, sino que sus relaciones con el ciclo económico se vislumbran en el orden del ‘espíritu’”. Y, en la Argentina, “a partir de ese año [1930] creció nuestro sentimiento de inferioridad”, incentivado, según Hernández Arregui, por los intelectuales liberales porteños que privilegiaban los modelos de pensamiento extranjeros en detrimento de las expresiones populares del interior. Justamente, la exaltación de lo extranjero sobre lo local, sellado con el pacto “Roca-Runciman”, cristalizaba “el correlato del extranjerismo económico y cultural de la oligarquía usurpadora del poder”. Desde su interpretación,

el latifundio estrecha y comprime a los intelectuales adscriptos a su poder a través de diarios y órganos de la cultura oficial. Esta inteligencia fue en el orden de la cultura la sucursal poética de la renta territorial. Y así se puso también ella a espaldas al país (HERNÁNDEZ ARREGUI [1957] 2005, p. 116).

Allí residían los antecedentes históricos que explicaban la falta de comprensión de la *intelligentsia* local sobre el fenómeno peronista como realización de la voluntad popular. El ascenso de los y las trabajadoras a la vida política nacional atemorizó también a la pequeña burguesía influida por los juicios perniciosos de los intelectuales extranjerizantes que habían sancionado negativamente la llegada del pueblo al poder.

De un modo similar, el autor planteaba que la izquierda argentina “europeizante” había sancionado negativamente la identificación del proletariado argentino con la causa de Perón, sin advertir que en ese fenómeno se expresaba la llegada del pueblo — históricamente marginado— como rector de los destinos de la nación. La gesta peronista

ponía en vigencia los anhelos y reivindicaciones de los migrantes internos, reservorio de lo nacional en el poder del Estado. Los juicios negativos que los referentes del Partido Socialista (PS) y Comunista (PC) realizaban sobre el movimiento proscrito no hacía más que confirmar su extrañeza sobre el peronismo como expresión del pensamiento nacional y representación de los sectores sociales históricamente oprimidos.

Con su interpretación del pasado argentino, Hernández Arregui intenta reafirmar su carácter de pensador peronista y marxista en oposición a los modelos intelectuales existentes en su época, tanto de la izquierda como de la elite liberal. Asimismo, procura que su narración sobre el pasado argentino se diferencie de la del revisionismo del Instituto de Investigaciones Históricas "Juan Manuel de Rosas". Si bien en su texto es posible establecer una analogía con la obra de los hermanos Irazusta, su intención será la de marcar una clara distancia en virtud de su interpretación sobre el rol del "Restaurador de las Leyes" en el devenir nacional. Para el autor de *Imperialismo y cultura*, Rosas fue un exponente más del unitarismo latifundista porteño, aunque le reconoce el mérito de haber impedido la disgregación de las Provincias Unidas del Río de la Plata. No obstante, no encuentra motivos para exaltar su figura como defensor de los intereses nacionales; más bien, en todo caso, como garante del desarrollo latifundista bonaerense a expensas del interior. A juicio de Hernández Arregui, fue justamente esa disparidad entre el interior y Buenos Aires la que comenzó a saldarse con la experiencia peronista, injustamente apreciada por liberales, nacionalistas aristocratizantes e izquierdistas.

Este ajuste de cuentas entre las interpretaciones de la historia y el movimiento proscrito fue también una manera de intervención intelectual que abrió umbrales para interpelar los discursos dominantes sobre el peronismo. Hernández Arregui auspició, entonces, un contexto para discutir en otros términos las relaciones entre política y cultura y sus consideraciones que fueron duramente repelidas tanto por críticos literarios liberales como por militantes comunistas.<sup>9</sup>

Esa coyuntura que, a juicio del polemista, se vislumbra como revolucionaria se encuentra en relación con la imposibilidad del frondismo de cumplir con el programa "nacional y popular" con el que prometió suturar el legado peronista, pero, por sobre todo, con las desinteligencias de los referentes del PC y PS que formaron parte de la Junta Consultiva que cogobernó con los militares que consumaron la autoproclamada

<sup>9</sup> Véase, por ejemplo, la reseña realizada por F. J. Solero en *Ficción*, enero- febrero 1958, n.11; J. C. Portantiero, "Nacionalismo y ser nacional", Nueva Expresión, enero de 1958, n.1; J. Gelman y J. C. Portantiero "Sobre el terrorismo crítico", *Cuadernos de Cultura*, mayo de 1958, n. 35.

“Revolución Libertadora”.<sup>10</sup> Según nuestro autor, el colaboracionismo de socialistas y comunistas con la dictadura difícilmente podía calificarse como una alternativa revolucionaria para la clase obrera argentina. Tampoco lo era la solución democrática burguesa del gobierno de Frondizi, lo cual se confirmaba con la política represiva con la que se castigaba a los trabajadores que se resistían a la privatización de los bienes públicos, como se puso de manifiesto con la toma del Frigorífico Lisandro de la Torre. Desde su perspectiva, la posterior puesta en vigencia del Plan de Conmoción Interna (CONINTES) terminaba por confirmar el carácter coercitivo de las políticas del gobierno de la Unión Cívica Radical Intransigente (UCRI).<sup>11</sup>

En ese clima político se fue forjando la escritura de un nuevo ensayo que selló esa particular lectura del fenómeno peronista. *La formación de la conciencia nacional*, publicada en 1960 por la editorial Hachea —gestionada por el propio Hernández Arregui— fue la obra que consolidó su interpretación sobre el pasado argentino.<sup>12</sup> En su prólogo, el autor establecía que “el propósito de este trabajo es el de contribuir desde la izquierda nacional —en oposición a la izquierda sin raíces en el país— al esclarecimiento de la cuestión nacional”. Es decir, enunciar para el peronismo un espacio de relevancia dentro de la tradición de las izquierdas locales, al mismo tiempo que *develar* el proceso formativo de la conciencia nacional a lo largo de su historia —Hegel mediante— para resaltar, además, el carácter extranjerizante y antinacional de las izquierdas tradicionales respecto al peronismo.

En la lectura que Hernández Arregui realiza en este trabajo, las masas argentinas serían las realizadoras del destino nacional, expresión de “la cultura autóctona” y sujetos de la historia en tanto representarían las “creaciones colectivas, nacidas del paisaje y de una asociación de símbolos históricos [que] condensan las características espirituales de la comunidad entera” (HERNÁNDEZ ARREGUI [1960] 1973, p. 48).

<sup>10</sup> Con “frondizismo” nos referimos al nombre que recibió la gestión de gobierno desplegada por Arturo Frondizi, quien presidió constitucionalmente el país entre 1958 y 1962.

<sup>11</sup> En noviembre de 1959, por medio de la aplicación del decreto-ley 9.080/58, se facultaba judicialmente al Poder Ejecutivo Nacional y se legalizaba la intervención de la Fuerzas Armadas en temas de competencia civil. La aplicación del Plan CONINTES puso en manos de las Fuerzas Armadas, principalmente del Ejército, el desarrollo de las acciones contra las protestas políticas y sociales que se dieron durante el período.

<sup>12</sup> El nombre “Hachea” remite a las iniciales del autor. Por medio de este emprendimiento editorial, pudo dar continuidad a la publicación de sus ensayos ante la imposibilidad de conseguir editores para sus escritos. Financió la publicación de su libro recurriendo a la venta adelantada de ejemplares, una metodología que volvería a aplicar para costear la edición de su tercera obra publicada en 1963, ¿Qué es el ser nacional? Al respecto, véase Reportaje exclusivo a Hernández Arregui. Una revolución nacional que rompa con el colonialismo, *Compañero*, 27 de agosto de 1963, n. 12, p. 4.

Para este pensador, la fractura de esa unidad histórica fue originada por el accionar de la oligarquía vernácula. La obtención de beneficios económicos con el liberalismo europeizante junto con la adopción de instituciones políticas que copiaban el modelo inglés y los estandartes culturales franceses como baluartes de la "alta cultura" cohesionaban un "deber ser" cultural instrumentado por la *intelligentsia* local que negaba la vigencia del legado hispánico en las tradiciones populares argentinas, postulando así un proyecto civilizatorio foráneo. Desde la perspectiva de Arregui, eso que la elite política cultural llamaba "progreso" no era otra cosa que una de las formas con las que aquella legitimaba la dominación "al servicio del latifundio, el antiprogreso", en tanto perpetuaba las formas de explotación y opresión de las clases "auténticamente" nacionales.

Para el autor de *La formación de la conciencia nacional*, quienes erosionaban ese estado de cosas eran las masas argentinas en sus luchas por la liberación, tanto las del presente como las del pasado, a pesar de que la historiografía liberal había omitido su presencia y la revisionista había rechazado ese umbral de igualación social que habían puesto en acto por medio del peronismo. Rescataba Arregui las iniciativas de los intelectuales vinculados a la FORJA en el proceso evolutivo de la formación de la conciencia nacional, en tanto habían colaborado para desentrañar las claves de la sumisión argentina al imperialismo británico. El autor se refería particularmente a los aportes de Raúl Scalabrini Ortiz, a quien dedicaba su nuevo libro. Asimismo, subrayaba que esa corriente política e intelectual había funcionado como una especie de "puente histórico" entre la experiencia popular yrigoyenista y la peronista, creando un "eslabón de la cadena que explica desde 1916 en adelante, el paulatino ascenso de las masas nacionales a la vida plenamente histórica de la Argentina".

Esa vitalidad *plenamente histórica* hace alusión al protagonismo político que en ambas experiencias tuvieron los sectores populares. No obstante, para Hernández Arregui, el déficit de los forjistas había residido en no comprender la complejidad del movimiento obrero argentino. Una cuestión que sí habría sido entendida por Perón y que resultó nodal para la revolución popular democrática burguesa que se inició el 17 de octubre de 1945. Ese 17 de octubre no hacía más que confirmar que el peronismo era la verdadera izquierda nacional en la medida en que encarnaría la presencia de las masas como actoras de su historia. A su juicio, la formación de la conciencia nacional también resultaba de la experiencia que durante el primer peronismo las clases populares y *auténticamente nacionales* habían realizado sobre las condiciones de sujeción y de explotación a las cuales estuvieron históricamente sometidas. En ese saberse sometidos, pero también potencialmente actores de su propia liberación y de su propia historia, los

trabajadores peronistas habrían encontrado la fuerza para impulsar las luchas para el ejercicio del poder y lograr la unidad nacional en detrimento de las potestades que se arrogaban las fuerzas extranjerizantes que las constreñían.

## La izquierda nacional y las disputas por el sentido político de la historia

Resulta relevante detenerse en algunos de los debates que la publicación de *La formación de la conciencia nacional* concitó en el ámbito de las izquierdas locales. En ese sentido, la atención de disidentes frondizistas y referentes de las izquierdas a esta obra puede examinarse a partir de un conjunto de reseñas publicadas en el semanario *El Popular*.<sup>13</sup> Allí, Carlos Strasser situaba la ensayística de Hernández Arregui en la cosmogonía de la izquierda nacional emergente, junto con Rodolfo Puiggrós, Ismael Viñas, John William Cooke y Jorge Abelardo Ramos.<sup>14</sup> Para Strasser, estos intelectuales, “desde ángulos no del todo coincidentes, enfocan la realidad argentina con un criterio marxista apreciablemente distinto al tradicional criterio marxista proclamado por los partidos Socialista y Comunista”. En esa órbita ubicaba el reciente ensayo histórico del pensador peronista, señalando que, si bien su lectura “ayuda buenamente a entender el país,” el mayor déficit de su reflexión residía en que no abordaba adecuadamente “la cuestión nacional y el marxismo, uno de los temas decisivos para poder fundar esta nueva posición de izquierda” a la que el libro intentaba contribuir. Asimismo, señalaba que eran discutibles las tesis elaboradas por el filósofo acerca de la cultura nacional, el papel del ejército en la lucha por la liberación y el bonapartismo peronista.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> El semanario *El Popular* se inició como una publicación de oposición a Frondizi, aunque varios de sus artífices habían participado de su gobierno. Durante sus 13 entregas intentó reflejar los debates políticos de la época en relación con las promesas trucas del desarrollismo, la vigencia del peronismo en los sectores populares y la crisis de las izquierdas locales, que se evidenciaba en el surgimiento de una ensayística crítica a las posiciones tradicionales de los partidos socialistas y comunistas. Entre sus colaboradores más destacados se encuentran Arturo Jauretche, José Nun, Ismael Viñas, Rodolfo Ortega Peña, John William Cooke y Alicia Eguren.

<sup>14</sup> STRASSER, Carlos. Acerca de una Izquierda Nacional. *El Popular*, 14 de septiembre de 1960, n. 1, p. 10. Strasser comenzó su militancia política como dirigente estudiantil en el Movimiento Universitario Reformista. En 1959, organizó un ciclo de discusiones sobre “Las izquierdas en el proceso argentino”, en el que participaron Silvio Frondizi, Rodolfo Ghioldi, Alexis Latendorf, Nahuel Moreno, Rodolfo Puiggrós, Liborio Justo, Jorge A. Ramos, Esteban Rey e Ismael Viñas. Más tarde, las discusiones fueron editadas en un libro bajo el mismo título del ciclo. Una de las preguntas a las que los expositores debieron responder refería a si era posible concebir el peronismo como la “verdadera” izquierda nacional.

<sup>15</sup> Cabe aclarar que la noción de bonapartismo no fue utilizada por Hernández Arregui para caracterizar el gobierno de Perón, sino que, por el contrario, es próxima a la interpretación realizada por Jorge Abelardo Ramos (1959) en *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*, lo cual nos habla sobre las adscripciones políticas del reseñista antes que de los entendimientos del filósofo peronista.

De hecho, en un reportaje a Ramos publicado números más tarde en la misma revista, al comentar las contribuciones del nuevo libro de Hernández Arregui, si bien declaraba que celebraba la iniciativa reflexiva del “único intelectual marxista con el que cuenta el movimiento nacional”, finalizaba afirmando que los juicios del autor de *La formación...* reflejaban su posición como “culminación del forjismo pequeño burgués en la nueva época” antes que un análisis histórico señero del materialismo histórico.<sup>16</sup>

La respuesta de Hernández Arregui se dirige no solo a corregir la ubicación política que le endilga Ramos, sino que, por sobre todo, a esclarecer el significado que la noción de izquierda nacional condensaba para él y, de esa forma, evitar el usufructo que realizaban intelectuales que, desesperanzados por la traición de Frondizi — como era el caso de Ismael Viñas— o por la soledad de sus apuestas políticas — como las de Ramos—, apelaban a dicha noción para inscribir sus textos y sus entendimientos sobre el proceso argentino.<sup>17</sup> Para el autor de *La formación...*, el término “izquierda nacional” expresaba “la comprensión histórica del contenido nacional, antimperialista y revolucionario del peronismo como movimiento de masas”. Acto seguido, arremetía contra la evaluación que Ramos había emitido sobre su nuevo libro. El punto de anclaje de la crítica de Hernández Arregui radicaba en que el autor de *Revolución y contrarrevolución...*

piensa que hay que superar a Perón mediante un partido socialista nacional. Y yo sostengo que si Perón no estuviese a la altura de la revolución nacional y de sus objetivos posibles, las masas lo hubiesen abandonado. Esta posición del proletariado argentino no aclara, en otro orden, algo que a Ramos le resulta un tanto inexplicable. Mi condición de peronista y marxista. Soy peronista porque soy marxista. Es decir, por adecuación objetiva de mi pensamiento al grado de desarrollo de la conciencia política del proletariado nacional, cuyo símbolo es Perón. Perón es el eje de cohesión nacional de las masas. El único que no ha quebrado el imperialismo (HERNÁNDEZ ARREGUI 1960, p.10).

Desde su perspectiva, resultaba capital considerar a Perón y a su movimiento como eje y vector del socialismo en el país, una cuestión que su antiguo editor y compañero

<sup>16</sup> VALENZUELA, Carlos. Con Abelardo Ramos. Un reportaje de Carlos Valenzuela. *El Popular*, 3 de noviembre de 1960, n. 8, p. 2.

<sup>17</sup> Esta inferencia resulta de la atención que mereció en los ámbitos intelectuales progresistas el libro de Ismael Viñas (1960) *Orden y Progreso. La era del frondizismo*, publicado casi en simultáneo al de Hernández Arregui, y que, en espacios políticos e intelectuales como los de la revista *El popular*, era inscripto dentro de la órbita de la izquierda nacional. Al respecto, véase STRASSER, Carlos. Otra vez sobre una izquierda nacional, *El Popular*, 21 de septiembre de 1960, n. 2, p. 5.

de ruta se negaba a reconocer y que, unos años más tarde, terminaría por desencadenar un quiebre de relaciones cuando aquel impulsase la formación del Partido Socialista de la Izquierda Nacional (PSIN).

Por otro lado, puede apreciarse en las intervenciones de Hernández Arregui la intención de dotar de inteligibilidad la comunión entre marxismo y peronismo. La difusión de sus posiciones por medio de sus libros y de los ámbitos de debate que habilitaba la prensa crítica de la época abría un espacio para hacer pública una nueva síntesis interpretativa para concebir la trascendencia de la causa peronista en cualquier proyecto político transformador imaginable. Esta directriz se afirmaba en la revisión histórica que el ensayista realizaba al aunar el conocimiento de las masas oprimidas en las luchas pretéritas por su liberación con su adherencia al partido proscrito, lo cual se manifestaba como expresión de la conciencia *verdaderamente* nacional que los intelectuales del *establishment*, de la izquierda abstracta-extranjerizante y del revisionismo aristocratizante, se negaban a considerar.

Puede considerarse que, con la búsqueda de consolidación de su empresa historiográfica, Hernández Arregui intentó consolidarse en tres niveles. Con su primer libro, procuró rehabilitar sus credenciales de autoridad, vulneradas por la intelectualidad liberal que celebraba el advenimiento de la "Revolución Libertadora" y el desplazamiento de los referentes culturales y académicos que habían ejercido cargos durante el primer peronismo.<sup>18</sup> Asimismo, el "desvelamiento" de las condiciones históricas de reproducción de las elites culturales dependientes del latifundismo oligarca atado al imperialismo capitalista, como su denuncia a las izquierdas extranjerizantes impedidas de comprender el fenómeno peronista debido a sus modelos de pensamiento foráneos, constituyó una estrategia para minar la autoridad intelectual de sus oponentes para comprender la historia y la cultura argentina. Si bien el revisionismo de los años 1930 había contribuido a la construcción de una "contrahistoria" liberal, sus posiciones aristocratizantes, junto con el temor a la democracia de masas, reducían su capacidad de análisis para interpretar positivamente el advenimiento de las masas en el destino político de la nación.

Un segundo nivel de consolidación político-intelectual se advierte en las discusiones que mantiene con referentes de las izquierdas, disidentes de las líneas oficiales del PC y del PS y que, como Ramos, proponen líneas interpretativas alternativas para explicar el fenómeno peronista. La disputa con el autor de *Revolución y contrarrevolución...* sobre el alcance del término "izquierda nacional" puede resultar representativa de esta

<sup>18</sup> Sobre el proceso de "desperonización" universitaria, véase Neiburg (1998, p. 196-204).

cuestión. Para Hernández Arregui, esa noción refería, antes que a la conformación de un partido político —como el que Ramos impulsó en 1962—, a una corriente ideológica que contribuyera “al esclarecimiento de la cuestión nacional a partir de la propia realidad y no de realidades foráneas”.<sup>19</sup> Esto implicaba la comprensión del contenido revolucionario del peronismo como encarnación popular de la realización política de la nación. De allí que considerara que “el caso de Fidel Castro en Cuba refleja esta etapa histórica más avanzada de la lucha de América Latina y del mundo colonial en crisis y de la cual Perón es un antecedente necesario”.<sup>20</sup>

Esa cuestión, desde la perspectiva del autor de *Imperialismo y cultura*, era cada vez más evidente entre las nuevas generaciones intelectuales que se acercaban al peronismo, lo cual confirmaba la paulatina “nacionalización de las izquierdas”. Un índice de esa cuestión se observa en el análisis crítico que realiza Rodolfo Ortega Peña sobre la trayectoria intelectual de Lugones publicado en la revista *El Popular*. Este abogado, antiguo militante de la juventud comunista, elegía interpretar la obra política y literaria del “Poeta nacional” sirviéndose de las claves de lectura contenidas en la ensayística de Hernández Arregui. Consideraba que la existencia misma del autor de *Romances del Río Seco* representaba “un momento esencial en el proceso de formación de nuestra conciencia nacional,” dado que su historia de vida podía leerse como caso testigo “de las dos negaciones, la de la izquierda abstracta y la de la oligarquía”, que caracterizaban el accionar de los intelectuales argentinos.<sup>21</sup>

Por otro lado, y en estrecha vinculación con los dos niveles anteriores, se advierte un tercer nivel de intervención política e intelectual de Hernández Arregui hacia el interior del peronismo. Si a principios de 1960 se afirmaba en la órbita de lo privado por medio de su relación epistolar con John William Cooke,<sup>22</sup>

<sup>19</sup> A mediados de 1962, Ramos impulsa la fundación del Partido Socialista de la Izquierda Nacional (PSIN), que, si bien, tal como menciona Ribadero, aunó en su seno a “jóvenes de clase media ilustrada, inmersos en una búsqueda por canalizar y conjugar un tipo de intervención tanto política como intelectual (241)”, como Ernesto Laclau, Adriana Puiggrós y Félix Schuster, entre otros, también generó rispideces y rupturas con antiguos compañeros de ruta que rechazaron la iniciativa del autor de *Revolución y contrarrevolución...* de organizar un espacio político de izquierda por fuera del peronismo. Tal fue el caso de Hernández Arregui, para quien la iniciativa de Ramos no solo era errada porque se impulsaba en un contexto en el que se estaba produciendo un “giro a la izquierda” en el peronismo, sino que también dividía voluntades en torno a una u otra opción política (PIÑEIRO IÑIGUEZ 2007, p. 64).

<sup>20</sup> HERNÁNDEZ ARREGUI. Sobre la revolución cubana. *Política* (segunda época), febrero de 1961, año I, n. 2.

<sup>21</sup> ORTEGA PEÑA, Rodolfo. Lugones. Escritor en un país colonial. *El Popular*, 3 de noviembre de 1960, n. 8, p. 5.

<sup>22</sup> COOKE, J. W.; HERNÁNDEZ ARREGUI, J.J. *Correspondencia* (1960-1964). Fondo John William Cooke-Alicia Eguren, Biblioteca Nacional Argentina, caja 6, carpeta 3.

se expande hacia lo público mediante la difusión de sus libros en semanarios destinados a la militancia peronista como *Compañero*.<sup>23</sup>

Estas intervenciones se dan en un contexto en el que se está produciendo, para algunos observadores de la época, un “giro a la izquierda” en el interior del movimiento proscrito (PRADO ACOSTA 2013, p. 64-65; PIÑEIRO IÑIGUEZ 2007, p. 64). Los signos de este corrimiento se vinculaban con la relevancia política que adquirirían ciertos liderazgos sindicales, tal como se expresó en la candidatura a gobernador de la provincia de Buenos Aires del dirigente textil Andrés Framini en las elecciones que se desarrollaron en marzo de 1962, en las cuales, por primera vez luego del golpe de Estado de 1955, se habilitó la participación del peronismo en los comicios.<sup>24</sup> Sin embargo, al conocerse los resultados favorables para este último, las Fuerzas Armadas intervinieron el Ejecutivo nacional para invalidar los comicios y forzar la renuncia del presidente Frondizi. Estos factores, junto con el recrudecimiento de la represión estatal a militantes peronistas, incidieron en la configuración de discursos y prácticas contestatarias en el interior del movimiento, tal como puede apreciarse en el programa obrero de Huerta Grande (1962) y en las páginas del semanario *Compañero*.<sup>25</sup>

En dicha revista, Hernández Arregui publicita su nuevo libro, publicado en 1963, *¿Qué es el ser nacional?* La noticia de la aparición de esta nueva obra es ilustrada con la reproducción de una carta de felicitación que su “maestro”, Rodolfo Mondolfo, le hace llegar para congratularse por la aparición de su nuevo ensayo a pesar de no compartir por completo sus conclusiones.<sup>26</sup> El reportaje en cuestión no gira en torno a los contenidos del nuevo ensayo, sino en aclarar cuáles son las credenciales políticas de su autor para afirmar su condición como pensador peronista. En ese sentido, Hernández Arregui se esfuerza por desmentir a los “difamadores” que, como Rogelio Frigerio, intentaban emparentarlo con el “nacionalismo” de derecha cercano a Marcelo Sánchez Sorondo. Por otro lado, planteaba que ciertos nucleamientos identificados equivocadamente con la “izquierda nacional” se habían aferrado a esos argumentos para incriminarlo de colaboracionista con el catolicismo de derecha. De allí que haya intentado desactivar

<sup>23</sup> Este semanario, dirigido por Mario Valotta, contó con 79 números, publicados entre el 7 de junio de 1963 y la 1ª quincena de abril de 1965.

<sup>24</sup> Sobre el crecimiento político de los liderazgos sindicales en el contexto de las elecciones de 1962, véase Smulovitz (1988).

<sup>25</sup> Hemos analizado esta última cuestión en Caruso (2019b).

<sup>26</sup> Reportaje exclusivo a Hernández Arregui. Una revolución nacional que rompa con el colonialismo. *Compañero*, 27 de agosto de 1963, n. 12, p. 4. Para Hernández Arregui, Mondolfo era el “único europeo que ha contribuido al desarrollo de los estudios filosóficos en la Argentina”.

los prejuicios vertidos por sus oponentes políticos e insistido en presentarse como un “hombre de Ideas” del movimiento proscrito. Se reconoce a sí mismo como un “peronista de la izquierda nacional” y explicita su intención “de contribuir, en el plano exclusivamente ideológico a la creación de una tendencia de ‘izquierda nacional’ peronista”.

Desde la perspectiva de Hernández Arregui, este entendimiento no devenía de un conocimiento abstracto, sino del devenir histórico de los sectores populares a través del peronismo. De allí que planteara que “las masas peronistas, en tanto clase obrera, están en la izquierda. Y son nacionales. Y de la ‘izquierda nacional’, surgida después de la caída de Perón”. Más aún, entendía que la presencia del peronismo y la labor teórica de la “izquierda nacional”, es decir, la influencia de su propia obra, junto con la adherencia de las y los trabajadores argentinos al peronismo habían sido los factores decisivos que habían incidido en la nacionalización de vastos sectores populares de izquierda que, hasta hacía poco tiempo, daban la espalda a la cuestión nacional. Por ello, se esforzaba en aclarar que

La “izquierda nacional” peronista aspira a contribuir a esa renovación, dentro de las características del movimiento nacional de masas que la engloba y determina. Esta es la tarea que me propuse al crear el término “izquierda nacional”, al servicio ideológico de las masas nativas y latinoamericanas para reflejar y enriquecer la lucha anticolonialista en la Argentina y en la América Latina (HERNÁNDEZ ARREGUI).

Esta declaración resulta ilustrativa de varias de las cuestiones que subyacen en la narrativa de la historia delineada por Hernández Arregui. Por un lado, reconocer el peronismo como el fenómeno nacional por medio del cual la historicidad de las “masas” populares se reinsertaba en el devenir de la construcción nacional no como un apéndice de determinados liderazgos, sino como la carnadura de la nación. Por ello el peronismo, en su propio desenvolvimiento histórico, era la “verdadera” izquierda nacional, la cual se afirmaba en la adhesión popular al movimiento proscrito. Por otro lado, confirmar que, desde su salida del poder del Estado, en el seno del peronismo había emergido la izquierda nacional, otorgándole un carácter intrínseco que le era negado por polemistas como Ramos y los sectores considerados de “derecha” o burocratizados del movimiento.<sup>27</sup> Desde la perspectiva de Hernández Arregui, su reflexión sobre el acontecer histórico nacional posibilitaba advertir la radicalidad del peronismo y el

<sup>27</sup> Sobre esta última cuestión, puede consultarse Besoky (2016).

surgimiento de la verdadera izquierda nacional, no situada en abstracciones foráneas, sino en la materialidad de su realización histórica.

Según su autor, con ¿Qué es el ser nacional? intentaba contribuir al proceso de “nacionalización de las izquierdas”, el cual se completaría en función del compromiso que los intelectuales asumieran con los problemas de su tiempo. Esto implicaba reconocer en los obreros peronistas el único sector “consecuentemente nacional” y, por ello, el núcleo articulador de la emancipación latinoamericana iniciada en el pasado por San Martín, Bolívar y Ugarte. El accionar de los trabajadores ponía de manifiesto la centralidad de los sectores populares en la transformación de la historia nacional.

Por otro lado, recordaba que la Revolución de Mayo se había producido por la crisis del sistema virreinal antes que por la acción deliberada de las masas. A partir de entonces, la separación de España había sido usufructuada por las minorías urbanas que imponían sus intereses particulares en detrimento de los colectivos. Las elites nativas habían irrumpido sobre las prerrogativas políticas y económicas de los pueblos del interior en virtud de su incorporación al mercado internacional. La derrota del interior frente a Buenos Aires se advertía transitoria, pues la pregnancia de lo “auténticamente” nacional pervivía en sus tradiciones y en la lucha que durante su devenir histórico las masas habían emprendido contra la opresión política y la explotación económica orquestada desde Buenos Aires. Asimismo, su vitalidad se ponía de manifiesto en la vigencia de la causa peronista y, a escala continental, en la égida cubana, que alumbraba un camino de emancipación para los pueblos latinoamericanos.

Hernández Arregui concibió la historia de las ideas como la consumación del autoconocimiento de la sociedad. En esta concepción subyace el gesto hegeliano en el que “la reflexión histórica de una época le permite avanzar más allá de sí misma” (ACHA 2009, p. 318). Y fue en función de ese entendimiento que introdujo el ejercicio histórico de la praxis historiográfica para la izquierda peronista. Al reconocerse como actualidad del pasado nacional y continuidad socialmente superadora del pensamiento antinacional, el peronismo obtendría la claridad teórica para abocarse al combate por el lugar que la historia le tendría reservado. La “madurez ideológica” a la que Hernández Arregui busca contribuir habilitaría una “unidad superior del espíritu” articulada y unificada en la historia de la nación. Esa autoconciencia procrearía una nueva figura histórica para el peronismo.

Para las siguientes generaciones de intelectuales de peronistas, la obra de Hernández Arregui inauguró “una manera inédita de ‘leer’ nuestro pasado cultural, más integradora y comprensiva que cualquier otra previa o coetánea”. Asimismo, reconocían

“su inestimable aporte a la nacionalización mental de las capas medias intelectuales y a la clarificación ideológica de la clase trabajadora sobre la base de las grandes banderas del justicialismo” (ROMANO 1974, p. 25-28).

## Conclusiones

Al comienzo de esta indagación señalamos la pertinencia de considerar las claves conceptuales brindadas por Pocock para apreciar que, en cierto sentido, toda historiografía es un fenómeno político en sí mismo. Siguiendo esta propuesta teórica, puede interpretarse que, en ciertas circunstancias, la emergencia de nuevas historiografías puede estar asociada a demandas políticas y sociales de otorgarle inteligibilidad a determinados actores, eventos y fenómenos no inscriptos en las narrativas históricas vigentes. De allí que la competencia de relatos sobre el pasado condense un conjunto de disputas sobre el sentido de la historia como una manera de dirimir las disputas políticas que se despliegan en el presente.

Entendemos que un abordaje de esta índole permitió apreciar con mayor precisión las características de la empresa historiográfica emprendida por Hernández Arregui en los albores de la proscripción al peronismo.

Unas de las marcas de autor de esta ensayística histórica fue el permanente cuestionamiento de las posiciones ideológicas de sus contrincantes para comprender el pasado nacional y su actualidad por medio del peronismo. Estos cuestionamientos pueden ser considerados como una modalidad de intervención que, implícitamente, le permitió validar su propia autoridad como intelectual peronista en un momento en el que sus credenciales como tal habían sido impugnadas por el hostigamiento institucional de los funcionarios de la “Revolución Libertadora” y los referentes culturales del *establishment*.

Asimismo, Hernández Arregui habilitó un contexto que permitió otorgarle inteligibilidad a su manera de entender el peronismo: “Soy peronista porque soy marxista”, decía a principios de la década de 1960 y, en ese decir, inauguró una formulación que creció en visibilidad y contundencia en el transcurso de los 18 años en los que el peronismo estuvo proscripto.

El autor de *Imperialismo y cultura* encontró una manera de fundamentar los motivos por los cuales la elite argentina se negaba a comprender el fenómeno peronista como una fuerza política “verdaderamente” nacional. Esa veracidad de lo nacional que se

realizaba en el peronismo se ponía de manifiesto en las masas obreras del interior que se identificaban con el gobierno depuesto. En ellas residía el “verdadero” sentido de lo nacional, que las interpretaciones de los intelectuales liberales y de las izquierdas tradicionales obturaban, exponentes como eran de un pensamiento extranjerizante que impedía la realización de la conciencia nacional.

Esa *renarración* de la historia implicaba, a su vez, una reinterpretación de las matrices culturales sobre las que se habían erigido los relatos instituidos para la comprensión del pasado argentino, en un contexto donde esos estaban en crisis en función de su imposibilidad de otorgarle inteligibilidad a la persistencia del peronismo como fenómeno político.

En ese sentido, la empresa historiográfica de Hernández Arregui fue efectiva al brindar una lectura del pasado nacional que resituaba el movimiento proscrito en el proceso formativo de la nación argentina como expresión política de las gestas populares. La difusión de estas premisas a lo largo de la década de 1960 se observó en las colaboraciones realizadas en distintas revistas políticas de la época y en las polémicas que el autor entabló con distintos referentes intelectuales del progresismo local.

Creó, junto a otros actores, un espacio para la realización intelectual por medio de una relectura que conectaba las luchas populares del pasado con la actualidad del peronismo en un contexto en el que éste era percibido como la única fuerza política con capacidad de suturar la crisis de legitimidad que atravesaba el país. En definitiva, la demanda de nuevas interpretaciones de la historia encontró en la obra de Hernández Arregui un vínculo pretérito con las gestas del presente que contribuyó a delinear los marcos simbólicos de la izquierda peronista como cultura política.

## REFERENCIAS

ACHA, Omar. **Historia crítica de la historiografía argentina**. Las izquierdas en el siglo XX. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

ALTAMIRANO, Carlos. **Peronismo y cultura de izquierda**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2001.

BESOKY, Juan Luis. **La derecha peronista: Prácticas políticas y representaciones (1943-1976)**. 2016. Tesis (doctorado en Historia). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2016.

CARUSO, Valeria. Derivas de la izquierda peronista a través de las lecturas de *18 de marzo* y *Compañero*. **Avances del Cesor**, Rosario, v. 16, n. 21, p. 41-61, 2019b.

CARUSO, Valeria. Izquierda peronista como cultura política (1955-1973). **Archivos**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, p. 77-98, 2019a.

COOKE, John William; HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. **Correspondencia (1960-1964)**. Fondo John William Cooke- Alicia Eguren, Biblioteca Nacional Argentina, caja 6, carpeta 3.

DEVOTO, Fernando. Reflexiones en torno de la izquierda nacional y la historiografía. *In: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora (comp.). La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

FERREYRA, Silvana. **El peronismo denunciado**. Antiperonismo, corrupción y comisiones investigadoras durante el golpe de 1955. Buenos Aires: Eudem-GEU, 2018.

GALASSO, Norberto. **J. J. Hernández Arregui**. Del peronismo al Socialismo. Buenos Aires: Colihue, 2012.

GELMAN, Juan; PORTANTIERO, Juan Carlos. Sobre el terrorismo crítico. **Cuadernos de Cultura**, Buenos Aires, n. 35, mayo 1958.

GOEBEL, Michael. "Redes e instituciones del revisionismo histórico argentino, 1955-1973". *In: X Jornadas Interescuelas*. Departamentos de Historia, Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Rosario, 2003.

GOEBEL, Michael. **La Argentina partida: Nacionalismos y políticas de la historia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Ensayos de historiografía. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1996.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. **¿Qué es el ser nacional?** Buenos Aires: Hachea, 1963.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. Doble enfoque sobre la izquierda nacional. **El popular**, Buenos Aires, n. 10, p. 10, 17 nov. 1960.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. **Imperialismo y cultura**. Buenos Aires: Ediciones Continente, [1957] 2005.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. **La formación de la conciencia nacional 1930-1960**. Buenos Aires: Plus Ultra, [1960] 1973.

NEIBURG, Federico. **Los intelectuales y la invención del peronismo**. Buenos Aires: Alianza, 1998.

ORTEGA PEÑA, Rodolfo. Lugones. Escritor en un país colonial. **El Popular**, Buenos Aires, n. 8, p. 5, 3 nov. 1960.

PEÑA LILLO, Arturo. **Memoria de papel**. Los hombres y las ideas de una época. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005.

PIÑEIRO IÑIGUEZ, Carlos. **Hernández Arregui, intelectual peronista**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

POCOCK, John G. A. **Pensamiento político e historia**. Ensayos sobre teoría y método. Madrid: Akal, 2011.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Nacionalismo y ser nacional. **Nueva Expresión**, Buenos Aires, n.1, enero 1958.

PRADO ACOSTA, Laura. Sobre lo 'viejo' y lo 'nuevo': el Partido Comunista argentino y su conflicto con la Nueva Izquierda en los años sesenta. **A Contracorriente**. Una revista de historia social y literatura de América Latina, North Carolina, v. 11, n.1, p. 63-85, 2013.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Revolución y contrarrevolución en la Argentina**. Buenos Aires: Amerindia, 1959.

Reportaje exclusivo a Hernández Arregui. Una revolución nacional que rompa con el colonialismo, **Compañero**, Buenos Aires, n. 12, p. 4, 27 agosto 1963.

RIBADERO, Martín. **Tiempo de profetas**. Ideas, debates y labor cultural de la izquierda nacional de Jorge Abelardo Ramos (1945-1962). Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

ROMANO, Eduardo. Hernández Arregui: un pensador nacional. **Crisis**, Buenos Aires, n. 19, p. 25-28, 1974.

SIRINELLI, Jean-François. Las elites culturales. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François, **Para una historia cultural**. México: Taurus, 1999.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas**: revista de historia intelectual, Buenos Aires, n. 4. p. 149-194, 2000.

SMULOVITZ, Catalina. Crónica de un final anunciado: las elecciones de marzo de 1962. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 28, n. 109, p. 105-119, 1988.

SOLERO, Francisco Jorge. **Ficción**, Buenos Aires, n.11, p. 173-182, enero-feb. 1958.

STORTINI, Julio. Polémicas y crisis en el revisionismo argentino: el caso del Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas (1955-1971). *In*: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora (comp.). **La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

STRASSER, Carlos. Acerca de una Izquierda Nacional. **El Popular**, Buenos Aires, n. 1, p. 10, 14 sept. 1960.

STRASSER, Carlos. **Las izquierdas en el proceso político argentino**. Buenos Aires: Editorial Palestra, 1959.

STRASSER, Carlos. Otra vez sobre una izquierda nacional. **El Popular**, Buenos Aires, n. 2, p. 5, 21 sept. 1960.

VALENZUELA, Carlos. Con Abelardo Ramos. Un reportaje de Carlos Valenzuela. **El Popular**; Buenos Aires, n. 8, p. 2, 3 nov. 1960.

VIÑAS, Ismael. **Orden y Progreso**. La era del Frondizismo. Buenos Aires: Editorial Palestra, 1960.

## INFORMACIÓN ADICIONAL

### BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Valeria A. Caruso es Doctora en Historia por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA). Se desempeña como docente de la carrera de Historia en esa casa de estudios. Desarrolla tareas de investigación como becaria posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, y del Instituto de Investigaciones de Estudios de Género de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad De Buenos Aires (CONICET/IEGE). Se especializa en historia intelectual argentina durante el periodo de la proscripción al peronismo.

### DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Puan 480 4º piso, CABA, Bs. As., 1406, Argentina.

### FINANCIACIÓN

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

### CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

### APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

### MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

### EDITOR RESPONSABLE

Omar Acha - Editor Ejecutivo

### DERECHOS DE AUTOR

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENCIA

Este es un artículo distribuido en acceso abierto bajo los términos de la [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional](#).

## HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Recibido el: 5 de octubre de 2020.

Cambiado en: 16 de diciembre de 2020.

Aceptado el: 17 de diciembre de 2020.

## A historiografia nacional como «começo». A História de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen

National historiography as a «beginning». Historia de Méjico by Lucas Alamán and História Geral do Brazil by Francisco Adolfo de Varnhagen

**Ricardo Ledesma-Alonso** <sup>a</sup>

E-mail: [ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx](mailto:ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx)

<https://orcid.org/0000-0002-7863-6389> 

<sup>a</sup> Universidade Nacional Autônoma do México,  
Faculdade de Filosofia e Letras, Cidade do México,  
CdMx, México

## RESUMO

Este artigo focaliza um problema específico do fenômeno da historiografia nacional escrita na América Latina do século XIX: as implicações ideológicas de seus elementos narrativos, particularmente de seus começos. A análise dos *incipit* de duas obras representativas desse gênero historiográfico – a *História de Méjico* (1844-1852), do historiador mexicano Lucas Alamán, e a *História Geral do Brazil* (1853-1857), do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen – permitirá, em primeiro lugar, discutir as características formais – ficcionais – dos referidos umbrais discursivos; em segundo lugar, caracterizá-los como artefactos ideológicos dispostos em forma narrativa. Pretende-se contribuir para o estudo crítico da historiografia nacional oitocentista latino-americana, a partir de uma perspectiva comparada.

## PALAVRAS-CHAVE

Historiografia latino-americana. Historiografia comparada. Francisco Adolfo de Varnhagen.

## ABSTRACT

This article focuses on the ideological implications of narrative elements found in historiographical pieces on national States in nineteenth-century Latin America, especially its beginnings. The analysis of the *incipit* of two representative works of this historiographic genre – *Historia de Méjico* (1844-1852) by Lucas Alamán and *História Geral do Brazil* (1853-1857) by Francisco Adolfo de Varnhagen – will allow us, first, to discuss the formal – fictional – attributes of the aforementioned discursive implications; second, to characterize the latter as ideological artifacts arranged in narrative form. This article thus aims to contribute to the critical study of nineteenth-century Latin American national historiography from a comparative perspective.

## KEYWORDS

Latin American Historiography. Comparative Historiography. Francisco Adolfo de Varnhagen.

## Introdução: a origem e o começo

Nas histórias nacionais escritas durante o século XIX, a origem e o começo se confundem a ponto de semelhar uma e a mesma coisa. No entanto, entre os dois termos existe uma diferença substancial que, embora os historiadores oitocentistas não pudessem, ou talvez não quisessem notar, os do século XXI são obrigados a evidenciar: “que o começo é histórico, enquanto a origem é divina” (SAID 1985, p. xvii). Como é sabido, com algumas exceções – *v. gr.*, Droysen, Burckhardt, Nietzsche –, os historiadores nacionalistas do oitocentos historizaram absolutamente tudo, salvo seu próprio ponto de vista. Tentando remover da nascente disciplina da História qualquer traço de ficcionalidade, aqueles negaram a existência de qualquer “ponto de vista” no conhecimento histórico, concebendo, ao contrário, que a tarefa do historiador consistia no descobrimento da “história verdadeira”, que “esperava ser contada” subjacente aos documentos (WHITE 2011, p. 343-345; KELLNER 1989, p. vii; KOSELLECK 2004, p. 128-151). Daí sua tendência a identificar os *incipit* ou começos de suas narrações historiográficas com a “origem” da nação – com aquele momento escuro e escorregadio do “nascimento” de uma “identidade nacional” com uma “missão” a desenvolver na história (HARTOG 2003, p.179-192). Nos termos dos historiadores da nação, ao escrever sobre as “origens” dela, eles não faziam outra coisa além de traduzir em discurso um episódio que pertencia à ordem “natural” das coisas, ao mundo histórico como Deus o havia criado (RANKE 1872, p. 288; ANKERSMIT 2010, p. 338). Ironicamente, a tendência desses autores de iludir a historicidade de suas decisões narrativas, bem como de negar qualquer traço de artificialidade nas mesmas – escondendo-as por trás da “divina” ou “mítica” máscara de origem –, gerou o efeito oposto de acentuar o caráter histórico e ficcional dos inícios dos seus relatos, isto é, sua qualidade de “começos”.

Agora, antes de passar para a análise das características dos começos das histórias nacionais, note-se que a mistura particular do pensamento mítico, ficcional e histórico implícita naqueles torna-se inteligível, considerando que as ditas histórias acompanharam de perto o surgimento da nova ordem política e social resultada das revoluções que levaram, tanto na Europa quanto na América, à queda do Antigo Regime.<sup>1</sup> Examinando cuidadosamente esse fenômeno de entrelaçamento entre o gênero da história nacional e os eventos político-sociais dos séculos XVIII e XIX, Benedict Anderson e Elías Palti ressaltam que aquele foi um tipo de discurso criado pelas elites pós-revolucionárias para “preencher simbolicamente”, tornar acessível e significativo

<sup>1</sup> É importante considerar que, ao longo do século XIX, as histórias nacionais foram histórias eminentemente políticas, ou, dito de outra forma, que na altura a disciplina histórica se constituiu como um discurso de poder.

“o vazio original constitutivo” da fundação institucional do Estado-nação moderno (PALTI 2003, p. 145-146). Segundo a interpretação dos dois críticos, os historiadores da nação teriam sido cientes da urgência de legitimar uma realidade institucional absolutamente moderna e sem precedentes – derivada, como foi dito, de processos revolucionários contingentes, que ocorreram apenas nos séculos XVIII e XIX –, dissimulando portanto a “novidade objetiva” da nação por meio de “imagens” ou “ficções” de sua “prestigiada antiguidade”, de sua “origem” em um passado tão remoto que se perdia, muitas vezes, na noite dos tempos (ANDERSON 1993, p. 15-22).

Um exemplo que ilustra de forma clara esse argumento é a tendência quase obsessiva dos historiadores oitocentistas de empregar o *topos* do “nascimento”<sup>2</sup> como estratégia para sublinhar a “origem antiga” da nação – imagem que estava ligada a uma concepção romântico-organicista da nação, a qual compreendia esta como uma entidade que crescia, evoluía lenta, silenciosa, espontaneamente, graças a uma vitalidade endogénica e a partir do conflito histórico entre forças internas que buscavam o equilíbrio do organismo (MANNHEIM 1953, p. 171-178; NISBET 2009, p. 7-11). Não é difícil reconhecer as razões da popularidade daquele *topos*. Em primeiro lugar, o umbral do “nascimento” ocultava o caráter tendencioso na escolha do *incipit* narrativo, “fazendo coincidir o início do relato com um começo natural e absoluto, que suprimia todos os eventos anteriores no momento da gênese”; e, em segundo lugar, tinha “uma poderosa função inaugural”, pois garantia a “linearidade natural da narrativa”, abrindo a possibilidade de acompanhar a peripécia do caráter da nação (LUNGO 2003, p. 105-106).

No entanto, como já foi dito, apesar dos esforços dos historiadores da nação em apresentar o momento de abertura de suas narrações como uma origem, isto é, como um fato irrefutável, natural, porquanto tratava do “nascimento” da nação, dessa mesma apresentação surgia – incontrolável – uma fratura, uma intencionalidade, portanto, um começo (KELLNER 1989, p. 59). É que principiar qualquer coisa, e ainda mais uma narração, nunca é uma questão natural. A vida, a realidade – afirma Louis O. Mink –, “não tem princípio, meio ou fim”, não é uma narração (MINK 1987, p. 48 e 60). São os narradores, e nesse caso os historiadores, que criam fronteiras artificiais, limites, por meio de seus discursos, revelando assim suas decisões, intenções, ideais, afiliações e fobias. O começo narrativo de toda história nacional é, assim, e acima de tudo, uma “ficção”; por outras palavras, é uma construção linguística intencional que, de modo artificial e quase sempre violento, estabelece uma fronteira entre um novo discurso,

<sup>2</sup> A dita tendência remete à problemática da autoconsciência moderna. Cf. ARAÚJO 2006, p. 314-328.

outros atos de linguagem previamente configurados e o mundo da ação – isto é, o que tem historicidade. Essa fronteira, deve dizer-se, é especificamente a que confere unidade, ordem, direção e significado – formal, lógico e moral – a um número disperso e heterogêneo de eventos e circunstâncias, “à remexida desordem da grosseira realidade que não se acalma” (KERMODE 1968 p. 4; LUNGO 2003, p. 13-17 e 34-35; KELLNER 1989, p. 58-59; SAID 1985, p. 49-50).

Este artigo tem como objetivo principal pôr à prova essas proposições sobre os começos das histórias nacionais oitocentistas, isso a partir do estudo comparativo de dois exemplos conspícuos desse gênero narrativo: a *Historia de Méjico* (1844-1852), do historiador mexicano Lucas Alamán (1799-1853)<sup>3</sup>, e a *História Geral do Brazil* (1853-1857), do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).<sup>4</sup> A escolha dessas obras como objetos de análise visa contribuir para saldar duas dívidas no âmbito da historiografia comparada latino-americana. A primeira tem a ver com a exclusão experimentada pelas historiografias mexicana e brasileira em alguns trabalhos dedicados ao estudo das histórias nacionais surgidas na região latino-americana durante o século XIX –quer por razões linguísticas, ou bem por pertencerem a universos considerados estranhos à cultura histórica da América do Sul hispânica (Cf., COLMENARES 1987). A segunda se relaciona a uma questão ideológica. Os especialistas têm focado em maior proporção as narrações historiográficas produzidas a partir do nacionalismo liberal latino-americano do século XIX – *v.gr.* a *Historia de la Revolución de la República de Colombia en la América Meridional* (1858), de José Manuel Restrepo, a *Historia de la civilización peruana* (1879), de Sebastián Lorente, e a *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (1856-1889), de Bartolomé Mitre –, deixando de lado a historiografia nacionalista conservadora. A partir, então, de uma abordagem comparada, esta pesquisa se concentra no exame dos começos narrativos de duas obras periféricas de grande interesse historiográfico –“periféricas”, porquanto escritas desde as fronteiras geográficas e culturais da América Latina oitocentista, ambas produto de personagens pertencentes às elites crioulas<sup>5</sup> conservadoras, contrarrevolucionárias e filo-ibéricas, que emanciparam o México e o Brasil assumindo o respectivo governo durante as primeiras décadas após as Independências. Como argumento principal, sugere-se que o estudo dos começos dessas duas histórias traçará com precisão 1. as discussões de Alamán e

<sup>3</sup> Neste artigo, as *Disertaciones sobre la historia da República Mexicana* (1844-1849) e a *Historia do Méjico* (1849-1852) de Alamán serão concebidas como partes de uma mesma unidade narrativa, à maneira proposta pelo próprio autor (ALAMÁN 1942, v. 1, p. 3).

<sup>4</sup> A edição da *História Geral* que será utilizada neste artigo é a que foi publicada em Rio de Janeiro entre 1854-1857 (a primeira edição).

<sup>5</sup> O termo “crioulo” será utilizado aqui para definir o descendente de colonos europeus nascido nas Américas. Cf. SIMON 2017, p. 1-10.

de Varnhagen com outros modelos de começo das histórias nacionais do México e do Brasil; 2. as intenções, os projetos políticos de nação e os afetos e fobias ideológicas desses historiadores.

## A Conquista castelhana como começo da história do México

No primeiro volume de sua *Historia de Méjico*, analisando as razões que, em 1808, ofereceram os partidos a favor e contra a independência da Nova Espanha para justificar suas causas, Lucas Alamán fez várias afirmações a esse respeito que, embora apontem para os sucessos do início do século XIX, também aludem aos conflitos políticos, sociais e historiográficos que ameaçavam rasgar o país – e que de fato o rasgaram – em meados da década de 1840 e no início da de 1850:

Também foram alegadas [pela Prefeitura da Cidade do México] as razões gerais do imprescritível direito que as nações têm de reivindicar sua independência e liberdade em qualquer momento, quando a têm perdido: a impossibilidade e os inconvenientes oferecidos pelo fato de que possessões tão extensas fossem governadas por uma metrópole distante, para a qual eram dirigidos os tesouros de toda a América como um veio inesgotável de prata e ouro, sem enriquecer nem fecundar os países de sua origem; mas essas razões são uma infundada e a outra de mera conveniência. Não eram os remanescentes das nações que anteriormente dominavam o país que promoveram a independência, nem esta pretendia restaurá-los aos seus direitos usurpados pela conquista; a independência foi promovida pelos descendentes dos conquistadores, que não tinham outros direitos senão aqueles que a mesma conquista lhes havia concedido, e contra a qual eles têm declamado com uma espécie de frenesi impossível de explicar, como se fossem herdeiros dos povos conquistados e estivessem obrigados a vingar suas afrontas. As razões de conveniência eram, portanto, as únicas que existiam, e estas eram decisivas e evidentes [...] As razões pelas quais cada parte fundou suas reivindicações vieram dos vários conceitos, sob os quais as possessões espanholas da América foram consideradas em diversos momentos. A Audiência e os espanhóis viam a Nova Espanha como uma colônia da antiga [Espanha], de acordo com os princípios adotados durante o governo Bourbon; a Prefeitura [da Cidade do México] e os americanos baseavam-se em leis primitivas e na independência estabelecida pelo Código das Índias, além das doutrinas gerais dos filósofos do século anterior, sobre a soberania das nações [...] (ALAMÁN 1942, v. I, p. 126-127).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Todas as traduções para o português dos textos de Alamán e dos outros autores mexicanos são de minha autoria.

Se uma preocupação transparece ao longo da digressão do historiador mexicano em torno dos debates jurídicos que, em decorrência das abdições de Carlos IV e Fernando VII em favor de Napoleão (Bayonne, 1808), confrontaram a Real Audiência do México e a Prefeitura da Cidade do México, é, sem dúvida, a questão da soberania nacional (PALTI 2009, p. 309-312). Com certeza, a referência direta do autor é a crise política desencadeada pelas invasões napoleônicas na Península Ibérica; ele não parece estar fazendo outra coisa senão examinar os argumentos de cada uma das partes para justificar ou impedir a criação de uma Junta de México, semelhante às estabelecidas em Oviedo e Sevilla, e, como elas, depositária da soberania na ausência do rei. Porém, as palavras do historiador, suas avaliações de cada uma das posições em conflito, revelam-se carregadas de seu presente. Como se pode observar no excerto, o objeto das críticas de Alamán não são tanto os crioulos da Prefeitura, que na crise de 1808 eram a favor da constituição de uma Junta soberana, mas os crioulos de sua própria época, que interpretaram favoravelmente o acontecimento com base em seus ideais de uma soberania nacional pré-existente à Conquista (BRADING 1988, p. 76 e 119). As palavras do historiador mexicano em relação ao conflito de 1808 apontam, assim, indireta ou metaforicamente, para a grande disputa que dominou o curso dos acontecimentos políticos e sociais do México na década de 1840: a questão do que era e quem constituía a nação soberana.

Para começar, deve notar-se que a *Historia de Méjico* (1844-1852) foi escrita justamente em um momento em que o Estado mexicano passava por uma transição de regimes constitucionais com concepções diferentes da soberania nacional e opostas a ela. Desde 1836 e até 1846, a República Mexicana foi regida por diversos documentos constitucionais de cunho centralista – as “Siete Leyes” (1836) e as “Bases Orgánicas” (1843) –, que, embora reconhecessem que o poder público – a soberania – estava encarnado na nação representada por seus Poderes Centrais sujeitos à eleição popular, ao atribuir a capacidade de eleger e ser eleito para os referidos cargos ao conjunto de mexicanos que tinham cidadania – direito sujeito a censo –, restringiam, de fato, a referida soberania ao setor da população mexicana composta por aqueles que Michael Costeloe definiu como os “hombres de bien”: proprietários e pessoas com renda proveniente de investimento de capital ou de emprego profissional, cujo orçamento anual oscilava entre 500 e 1200 pesos – quer dizer, as classes médias crioulas (COSTELOE 1993, p. 16-24 e 100-103). Nas vésperas, porém, da guerra com os Estados Unidos (1846-1848), após o golpe de Estado contra o governo de Mariano Paredes y Arrillaga – instigado pelo político liberal Valentín Gómez Farías e realizado pelo General Mariano Salas (6 de agosto de 1846) –, a Constituição Federal de 1824 foi restaurada, e, com ela, seu conceito muito mais amplo, popular, de soberania nacional.

Com seus dois artigos contraditórios (3º e 6º), que sancionavam a existência de uma soberania compartilhada entre os poderes federal e estaduais, bem como com sua indefinição sobre quem eram considerados cidadãos, ou seja, mexicanos aptos a eleger e ser eleitos para os cargos públicos, aquela Constituição voltava a abrir a possibilidade a milhares de homens, independentemente de sua classe social ou etnia, de buscarem um lugar nas inúmeras assembleias populares locais ou mesmo de terem acesso aos poderes executivo e legislativo estaduais e federais (COSTELOE 1993, p. 14; RODRÍGUEZ O 1991, p. 525-526).

A resposta de Alamán à nova situação criada pelo restabelecimento da Constituição de 1824 foi imediata e veemente. Na esfera política, não só com a organização e condução do Partido Conservador (1849), mas também com a presença nas páginas da imprensa – em artigos e editoriais dos jornais monarquistas e conservadores *El Tiempo* e *El Universal* – e sobretudo nas de seus textos historiográficos, o líder máximo do conservadorismo mexicano travou uma guerra frontal contra os partidários do princípio da soberania popular, a quem acabou responsabilizando pelos desastres militares e o caos social ocorridos no México entre 1846 e 1852 (PALTÍ 2003, p. 142). Assim, por exemplo, em um de seus editoriais para *El Tiempo* (Janeiro-Fevereiro de 1846), desesperado com a queda iminente do regime centralista, afirmou que “a igualdade de direitos [políticos]” levava a um desrespeito pela autoridade; a democracia conduzia ao perigoso aumento do poder político de homens das “classes mais baixas”, inteiramente inadequados e incapazes de ocupar cargos públicos. Em suma, “a igualdade tem confundido o sábio com o ignorante, o judicioso e moderado com o inquieto e briguento, o cidadão honrado e virtuoso com o rebelde e perverso” (COSTELOE 1993, p. 284-285).

No entanto, o alvo predileto das críticas de Alamán, isso pela grande responsabilidade que lhe atribuiu na difusão e na cimentação do princípio da soberania popular entre alguns setores da sociedade mexicana, foi o começo da história do México configurado pelos historiadores frei Servando Teresa de Mier e Carlos María de Bustamante, na *Historia de la Revolución de la Nueva España, antiguamente Anáhuac* (1813) e no *Cuadro histórico de la Revolución de la América mexicana* (1823-1846), respetivamente. Sucede que, para os autores destas obras, a história do México tinha como origem os antigos habitantes do vale do *Anáhuac*, os quais – pensavam –, haviam construído uma civilização avançada com alguns traços de proto-cristianismo<sup>7</sup>, que nada devia aos espanhóis

<sup>7</sup> Com o padre Francisco X. Clavijero, tanto Mier quanto Bustamante argumentaram que nem a religião tinha legado os espanhóis aos indígenas, pois, séculos atrás, Santo Tomás-Quetzalcóatl tinha pregado entre eles os rudimentos da fé católica (BRADING, 1988 p. 48-52).

exceto a tirania e escravidão. Partindo, então, do pressuposto de que tinha existido uma nação mexicana soberana antes da Conquista, Mier e Bustamante argumentaram em conformidade: a emancipação da “América mexicana” era historicamente legítima, na medida em que restaurava os direitos de uma nacionalidade anulada durante trezentos anos de opressão, que voltava para a liberdade precisamente graças à revolução de independência – isto é, graças ao movimento dos patriotas juntistas de 1808, mas sobretudo ao movimento da primeira insurgência, a dos padres Miguel Hidalgo y Costilla e José María Morelos y Pavón (SIMON 2017, p. 140-142; BRADING 1988, p. 76 e 119). Daqueles dois historiadores, Bustamante foi sem dúvida o mais radical. Paladino da Insurgência, da qual participou, e inimigo da Conquista e do Hispanismo, foi ele quem basicamente criou o panteão nacional que ainda hoje vigora, onde coexistem os *Huey Tlatoani* mexicas Moctezuma e Cuauhtémoc e os insurgentes Hidalgo e Morelos. Em seu *Cuadro Histórico*, sustentou que os insurgentes eram herdeiros de Cuauhtémoc e que haviam lutado para libertar a nação mexicana das cadeias que a Conquista lhe tinha imposto (BUSTAMANTE 1953-1963, v. I, p. 39).

Alamán foi extremamente perspicaz na detecção da ameaça que representava para as classes médias crioulas o começo da história do México e a sua ligação metafórica com a revolução de independência postulados por Mier e Bustamante. Em muitos trechos de seu trabalho, são visíveis seu medo e seu nojo frente a essas perigosas ideias:

Eu parei de propósito para relatar brevemente todos os detalhes da conspiração de Querétaro e do início da revolução que começou o padre Hidalgo, sem omitir nem mesmo algumas circunstâncias que podem parecer triviais e insignificantes, porque esses eventos não foram referidos até agora com verdade e exatidão; ao contrário, tem havido um esforço particular para desfigurá-los de tal forma que eles têm sido desconhecidos. D. Carlos Bustamante, o historiador por excelência da revolução, passa tão levemente sobre todos os acontecimentos de Querétaro, que nem sequer cita o nome de Arias, que neles desempenhou um papel tão principal, e a prisão do corregedor atribui-a a uma facção de europeus, capitaneada pelo prefeito Ochoa. A esta alteração da verdade da história se deve, sem dúvida, o fato de que a República Mexicana tenha escolhido para seu feriado nacional um dia em que tantos crimes foram cometidos, e que tenha datado o início de sua existência como nação partindo de uma revolução que, proclamando um engano, utilizou para sua execução uns meios que rejeitam a religião, a moralidade nela fundada, a boa fé base da sociedade e as leis que estabelecem as relações necessárias de indivíduos em qualquer associação política. (ALAMÁN 1942, v. I, p. 242-243).

Como pode ser deduzido desse último fragmento, complementado com as afirmações do que foi citado mais acima, Alamán reconhecia muito bem que aceitar a tese da pré-existência aos espanhóis de uma nação indígena soberana, que renascia em 1810 com as lutas pela independência, implicava a anulação automática dos direitos à propriedade e ao governo do país dos descendentes dos conquistadores e dos colonos espanhóis, quer dizer, dos crioulos. O autor da *Historia de Méjico*, portanto, não exagerava seus temores: seguindo a lógica dos argumentos de Mier e de Bustamante, que definiam – talvez involuntariamente – o setor social a que eles próprios pertenciam, os espanhóis americanos, como espoliadores dos verdadeiros donos indígenas do solo mexicano, ficavam plenamente justificadas, em primeiro lugar, a violência contra as pessoas e as propriedades dos “gachupines” (espanhóis) e dos crioulos que as massas indígenas e mestiças perpetraram durante a primeira insurgência – especialmente no contexto da revolução popular do padre Hidalgo –; em segundo lugar, os levantamentos campestinos contra os “brancos”, que, no presente do próprio historiador, empreendiam os mayas da Península de Yucatán – a sangrenta “Guerra de Castas” – e as populações indígenas e mestiças da Sierra Gorda no Bajío (BRADING 1988, p. 129; FOWLER, SANTONI 2019, p. 10-12).

Agora, como tem sido assinalado por certos biógrafos do historiador mexicano, a aversão recalcitrante de Alamán ao passado pré-hispânico e às massas populares indígenas e mestiças vinha em grande parte de suas experiências juvenis em face das incursões dos primeiros insurgentes em seu Guanajuato natal, onde ele esteve a ponto de morrer às mãos das massas populares que o confundiram com um “gachupín” (PLASCENCIA DE LA PARRA 1997, p. 307). No entanto, na configuração de sua atitude como historiador da nação mexicana, é também conveniente reconhecer o papel desempenhado pela leitura das *Reflections on the Revolution in France* de Edmund Burke, livro que marcou não apenas seu pensamento político, mas também o de toda uma geração de crioulos nascidos ainda na Nova Espanha, que atingiu o poder após a consumação da independência por Agustín de Iturbide (1821). Alamán e outros líderes políticos da elite crioula da Cidade do México, como é o caso do próprio ideólogo do liberalismo mexicano, José María Luis Mora, leram o fenômeno da idealização historiográfica do passado indígena por parte de Mier e Bustamante, assim como o da participação da população nas revoluções e revoltas de seu tempo, com base na postura burkeana inimiga do *sansculotismo* (SIMON 2017, p. 132-136). Amparados nas imagens do caos popular revolucionário fornecidas pelo filósofo escocês, dispostos a defender sua precedência social e política contra os indígenas e mestiços que então constituíam a maioria da população do país, aqueles “hombres de bien” abominaram a soberania popular, a qual entenderam como um “conceito errado” e perigoso que

fomentava “discórdia e desunião” e “guerra civil”, pois o “povo ignorante”, falto de “ideias precisas que determinem de forma fixa e exata o sentido da palavra nação”, tinha se enganado ao entender esta última como “qualquer união de indivíduos da espécie humana, sem outras qualidades e circunstâncias” (MORA 1963, p. 463).

Nas páginas de sua *História de México*, Alamán, por sua vez, colocou todo seu esforço, primeiro, em contrariar as teses indigenistas e soberanistas de Mier e Bustamante; e, segundo, em reconstruir o episódio que, em seu entender, devia ser considerado como a verdadeira origem da nação mexicana: a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos em 1521 e a imediata fundação das principais instituições do Vice-reinado da Nova Espanha. Esse duplo objetivo, apesar de o historiador mexicano o ter feito com base nas mais avançadas normas da crítica documental da época – as da Escola Histórica Alemã dos irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt (ALAMÁN 1942, v. 2, p. 150) –, tinha um claro propósito ideológico: o começo da história do México que estava a propor não buscava outra coisa senão exorcizar a ameaça popular que se aproximava sobre os crioulos de seu presente.

Para rebater a proposição de Mier e Bustamante, Alamán empreendeu uma descrição histórica do que eram, politicamente falando, os povos indígenas pré-colombianos que habitavam o futuro território da Nova Espanha nos começos do século XVI. Nas páginas iniciais dessa grande “introdução” à *História de México*, que são suas *Disertaciones sobre la historia de la República Mexicana*, o historiador defendeu que não havia nenhuma unidade nacional entre as antigas e múltiplas tribos e nações, às vezes independentes, e outras vezes sujeitas a chefes e principados que povoavam o setentrião americano. Como prova desse argumento, ele usou o caso da “Monarquia Mexicana” – o *tlatocayotl* mexica –, o maior e mais poderoso Estado indígena da região. No seu modo de ver, até essa entidade política tinha estado muito longe de se constituir como uma nação, pois foi afetada e fragilizada pelos problemas de um “sistema feudal” em que “a divisão em muitos pequenos setores, os vizinhos descontentes ou abertamente inimigos, os súditos poderosos e propensos à desobediência” tornaram impossível a consolidação de uma unidade autenticamente nacional (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 14-17). Assim, para Alamán, a “nacionalidade mexicana” só se tinha configurado após a Conquista do México-Tenochtitlán pelos castelhanos. Nesse momento, graças ao governo que os conquistadores castelhanos estabeleceram, “uma única nação foi formada de todas estas partes separadas [México, o Reino de Michoacán e o de Tehuantepec], e este precioso elemento da unidade nacional tornou-se o alicerce da grandeza a que a república poderia um dia chegar se souber preservá-la” (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 161-162).

Contrariando, pois, as interpretações da Conquista dos liberais indianistas, que a consideravam um evento injusto e violento que tinha privado um povo inteiro de sua liberdade e soberania, do ponto de vista de Alamán aquele fenômeno devia ser entendido, de início, como um acontecimento bélico de calibre universal, composto por uma série de atos de grande bravura por parte de índios e castelhanos – tal como o historiador americano William Prescott o tinha captado em sua *History of the Conquest of Mexico* (1843) (ALAMÁN, 1844-1849, v. 1, p. 86, 131-137 e 151; PLASENCIA DE LA PARRA 1997, p. 311); e, acima de tudo, como um fato político em que foram criadas as bases institucionais, isto é, autenticamente nacionais, que regeram a Nova Espanha e garantiram a ordem, a paz e a prosperidade de seus habitantes, durante três séculos (ALAMÁN, 1844-1849, v. 1, p. III):

A conquista, obra das opiniões que dominavam no século em que foi realizada, veio a criar uma nova nação em que não resta nenhum vestígio do que existia antes: religião, língua, costumes, leis, habitantes, tudo é o resultado da Conquista e nela não se devem examinar os males temporários que causou, mas os efeitos permanentes, os bens que produziu e que permanecerão enquanto a nação existir (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 137).

Essa “origem” da nação mexicana era precisamente a que Alamán queria recuperar em face da turbulência que a República mexicana tinha experimentado desde o momento de sua independência da Monarquia Hispânica. Em primeiro lugar, busca-se resgatar o gênio político do conquistador Hernán Cortés, não só para vencer os poderosos mexicas, mas também para, depois da guerra, pacificar as massas indígenas e estabelecer a instituição básica do sistema de governo castelhano: a prefeitura, ou *cabildo* (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 61-62 e 167-168). Em segundo lugar, salienta-se o sucesso dos monarcas hispânicos em estabelecer uma série de instituições – a Audiência, o Vice-Reino, a Igreja Católica, o Conselho das Índias – que deram estrutura, ordem e paz a uma sociedade dispersa e revoltada, garantindo sua unidade e funcionamento desde o século XVI até ao XIX (ALAMÁN 1942, v. 1, p. 60-61 e v. 3, p. 176).

Ao contrário do que supõem críticos como Alfonso Noriega a respeito da afirmação alamaniana da Conquista como a “origem” da nação mexicana, essa não teve como motivação a pretensão reacionária de acabar com a independência do México mediante a restauração do regime colonial (NORIEGA 1972, v. 1, p. 79). Como Joshua Simon corretamente apontou, o historiador mexicano foi de fato um dos mais obstinados defensores da independência, que ele considerou ameaçada, tanto pelo imperialismo dos Estados Unidos, como pelas massas de índios e mestiços revoltados no final da

década de 1840. Inspirado por seu principal guia filosófico, Edmund Burke, Alamán argumentou que a independência representava um passo “inevitável” na evolução gradual e progressiva da economia e da sociedade novo-hispânica, a única resolução possível de um processo histórico que a colocava irremediavelmente em conflito com os interesses da Coroa espanhola. Todavia, ao invés do que propunham os indigenistas e liberais, essa independência dependia – segundo ele – não do rompimento com a herança novo-hispânica, mas da preservação e do aperfeiçoamento das instituições estabelecidas com a Conquista castelhana, tal como os próprios reis Bourbon tinham feito quando, no século XVIII, sucederam aos Habsburgos na Monarquia Hispânica (ALAMÁN 1942, p. 61; SIMON 2017, p. 132 e 143). E mais uma coisa: essas instituições, enfatizava o historiador mexicano, não eram populares nem representativas; o Conselho das Índias, a Audiência ou as próprias prefeituras – nunca existiram as Cortes em Nova Espanha – eram órgãos cujos membros nomeavam-se pelo poder central – o Monarca ou o seu representante legal, o Vice-rei – e compostos por “hombres de bien”, quase sempre vindos das classes médias e com vasta experiência no governo, na administração e na justiça (ALAMÁN 1844-1849, v. 3, p. 154-156).

Agora, convém insistir que a nação cuja independência o autor da *Historia de Méjico* desejava preservar não era outra senão aquela que os crioulos se sentiam no direito de possuir e governar por serem descendentes dos conquistadores (ALAMÁN 1942, v. 5, p. 83). Entendidas as coisas desta maneira, o aprendizado que Alamán pretendia dar aos seus compatriotas, ao começar sua narração da história do México com o relato da Conquista e da conformação das instituições originais da Nova Espanha, foi apenas o de como seus antepassados, após uma guerra sangrenta e caótica contra a população indígena – ou “revolução”, como ele gostava de chamá-la –, haviam criado e organizado uma nação que, no século XVIII, era já uma referência mundial por seus progressos religiosos, econômicos, sociais e até científicos (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 151, v. 2, p. 155-156 e 162, v. 3, p. 320-322). A chamada de atenção era, portanto, para sua classe social, para os “hombres de bien”, que, embora tivessem conquistado a independência da sua nação impondo-se tanto aos insurgentes e suas massas populares quanto à Coroa espanhola, tinham fracassado quando, desde o primeiro minuto como homens livres, negaram a herança de seus antepassados, experimentando sistemas político-administrativos – o Império e a República federal – alheios ao caráter e às tradições próprias, submergindo assim a nação no caos e na fragilidade diante de inimigos externos e internos.

Continue-se desperdiçando os numerosos elementos de felicidade que a divina Providência quis dispensar a este país privilegiado; continue-

se a abusar do grande bem da independência em vez de considerá-la como base e princípio de todos os outros [...] continuem os escritores a adormecer a nação com ficções lisonjeiras, fazendo-a ignorar a sua origem, e apresentando-lhe por história romances nos quais, desculpando ou disfarçando as más ações e mesmo exaltando-as como boas, instigam-nos a cometê-las novamente [...] olhe-se, como até aqui, com indiferença os negócios mais importantes do Estado; deixe-se sua direção em mãos ineptas ou infieis: o resultado é certo [...] Será aplicado à nação mexicana do presente o que um famoso poeta latino disse sobre uma das figuras mais famosas da história romana: STAT MAGNI NOMINIS UMBRA: “restou apenas a sombra de um nome outrora ilustre” (ALAMÁN 1942, v. 5, p. 596-598).

## A Descoberta e a Colonização portuguesa como começo da história do Brasil

Tradicionalmente tem-se interpretado que a *História Geral do Brasil* (1853-1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen, reflete a visão da história e as preocupações de uma elite branca e monarquista, que, por volta de 1850, alcançou a consolidação do Estado Imperial (RODRÍGUES 1988, v. 1, p. 17- 27; GUIMARÃES 1988, p. 6; ODÁLIA 1997, p. 4; WEHLING 1999, p. 33 e 88; REIS 2000, p. 33; IGLESIAS 2000, p. 75-82; CEZAR 2018, p. 19). Embora essa afirmação seja correta em termos gerais, considero, no entanto, que se deve introduzir uma pequena nuance, no sentido de que a referida obra refletiria bem antes a visão de um setor específico da elite imperial: a dos crioulos monarquistas, conservadores, centralistas, senhores de escravos e filo-lusitanos, que, na época da chamada “Conciliação partidária” (1853-1862) – os “anos dourados” do Império –, estavam em processo de ser eclipsados por outros setores da própria elite com diferentes perspectivas políticas, principalmente pelos monarquistas liberais, anti-escravagistas e indianistas (MATTOS 1987, p. 71-75 e 111; CARVALHO 2003, p. 322; CARVALHO 2012, p. 103). Sem levar em conta essa nuance, isto é, pensando que a obra refletia a visão da história hegemônica, indiscutível, da totalidade dos membros da elite imperial brasileira, seria ininteligível, por exemplo, a discussão que, em torno da questão de “Os índios ante a nacionalidade Brasileira”, Varnhagen empreendeu em seu “Discurso Preliminar” ao segundo volume (1857) de sua *História Geral*:

Porque jus havemos de querer fazer a nação cabocla, antes de começarmos por blazonar de ser caboclos na gemma, e de proceder exclusivamente de caboclos? Ainda quando o fizéssemos, quando deixássemos os appellidos de nossos pais, ficavam-nos a religião e o governo, a língua, as leis...

todas as heranças da civilização de mais de três séculos. Quereis saber o que é a nação brasileira? Olhae para o próprio brazão d'armas que a symbolisa. Nelle vereis a esfera armillar, significando a origem da dynastia e a do estado, e nelle vereis também a cruz da ordem de Christo, que representa por si só a história da civilização do paiz. E isto não escripto n'este ou naquelle idioma, inintelligivel aos demais povos; mas apregoado na bella linguagem heráldica, composta de hieroglyphicos, que constituem, nos feitos históricos, uma espécie de pasigraphia ao alcance de todas as nações civilisadas (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. XXIV-XXV)<sup>8</sup>.

Se alguma coisa se destaca no extrato citado, é a animosidade de seu autor perante a pretensão de falar do Brasil como uma nação mestiça ou “cabocla”, ou seja, surgida da mistura do indígena e do português. Deve notar-se, no entanto, que essa ambição não era um mero produto da imaginação do historiador; ao contrário, tratava-se dum projeto bem definido, o do brasileiro romântico-indianista, que, já na década de 1850, triunfava entre as elites intelectuais do Segundo Reinado, sendo mesmo promovido por seu principal órgão de legitimação histórica e política, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (PUNTONI 2003, p. 655; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161). O argumento contra os românticos desenvolvido por Varnhagen no excerto de seu “Discurso Preliminar” – o qual já havia sido exposto em uma memória que dirigiu ao Imperador em 1852, “Como deve ser entendida a nacionalidade na História do Brasil?” (Cf., VARNHAGEN 1961, p. 244-247) – é bem claro: nem sua língua, nem suas leis, sua religião ou seu governo tinha herdado o Brasil das populações indígenas – e ainda menos das africanas; tudo aquilo era legado europeu, e principalmente português:

O elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento christão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glorias da pátria, e por conseguinte a historia nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captiveiro, impiamente importado, desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os índios, e defenda, com o hallucinado P. Las Casas, a resistência que opposeram e oppoem a libertar-se da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos índios;—a historia da actual nação,—a historia geral da civilização do Brazil, deixaria de ser lógica com o seu próprio titulo, desde que aberrasse de sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. XXV).

<sup>8</sup> Conservo a ortografia original da primeira edição (1853-1857) da *História Geral*.

Considerando, então, o argumento do autor de que qualquer traço de “civilização” existente no Brasil tinha origem europeia, faz sentido a sua decisão de começar a *História Geral do Brasil* com a descoberta e a colonização da Terra de Santa Cruz pelos portugueses no século XVI (VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 1-4, 18-20 e 52-56). As primeiras secções da sua obra aparecem por esse motivo inteiramente dedicadas à narração dos “trabalhos aturados” e das “adversidades” enfrentadas pelos lusos durante aquele longo processo: sua história da “origem” do Brasil abrange desde as viagens marítimas dos portugueses para o Oriente e o Ocidente – em cujo quadro se inscreve a chegada de Álvares Cabral à “Ilha de Santa Cruz” (1500) – à nomeação real do primeiro governo geral do Brasil em mãos de Tomé de Souza (1548), passando pela fundação, a pedido do capitão-mor e enviado de D. João III, Martim Affonso de Sousa, da “primeira colónia regular” do Brasil – São Vicente (1532) – e da “primeira vila e câmara municipal” – São Vicente (1532) –, assim como pela doação real das quinze capitanias hereditárias originais do Brasil (1534) (VANRHAGEN 1854-1857, v.1, p. 55-56, 63, 81-82 e 216). A intencionalidade presente nessa decisão de começo fica evidente ao longo daquelas secções iniciais da *História Geral*: o maior desejo de Varnhagen era mostrar que todas e cada uma das instituições da vida social e política do Brasil de seu presente – a Monarquia, o governo central, os governos provinciais, as prefeituras das cidades, a religião cristã, a língua – tinham sido criação daqueles portugueses que assentaram as bases e as condições para o progresso de uma civilização europeia nos trópicos (ROWLAND 2003, p. 366).

Esse começo da história do Brasil é, sem dúvida alguma, controverso, pois à primeira vista parece ter surgido por um desprezo eurocêntrico para com as populações indígenas e africanas que, em meados do século XIX, povoavam os sertões brasileiros, ou por inveja intelectual perante o ascendente cultural dos escritores romântico-indianistas. No entanto, mesmo sem negar a factibilidade dessas apreciações, seria possível interpretar a decisão narrativa de Varnhagen como parte de um complexo sistema de pensamento que respondeu à mudança estrutural pela qual a sociedade brasileira passou ao longo das décadas de 1840 e 1850 e que começou a minar alguns dos fundamentos da ordem social colonial que subsistiu no Brasil durante suas primeiras décadas de vida independente (MATTOS 1987, p. 39 e 114-115). Esta segunda hipótese é a que será desenvolvida a seguir.

Uma das mais importantes mudanças ocorridas no período foi o enfraquecimento progressivo da ascendência política e econômica de que os portugueses continuaram usufruindo no Brasil mesmo com a Independência. É preciso lembrar que, durante o Primeiro Reinado (1822-1831), grande parte dos cargos da administração civil e das

milícias imperiais, bem como o domínio de quase todo o comércio de importação – incluindo o tráfico de escravos africanos –, permaneceu nas mãos dos portugueses (ROWLAND 2003, p. 372-373; CARVALHO 2003, p. 111 e 252; CARVALHO 2012, p. 87-88). Entretanto, essa situação começou a mudar no período da Regência (1831-1840), e continuou a se modificar durante as primeiras duas décadas do Segundo Reinado (1840-1860). De início, a partir de 1831, as rédeas do poder e da administração pública passaram para as mãos dos filhos do Brasil: primeiro, para as dos liberais liderados por Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó; e depois para as dos conservadores de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Em ambos os casos, eram homens cujos interesses políticos e econômicos estavam ligados ao país, e já não aos das casas comerciais de Lisboa e do Porto. O Partido Liberal, por exemplo, que encabeçou a Regência do Império entre 1834 e 1837 e simpatizou com a autonomia provincial e com a redução das capacidades do Poder Central – autor do “Ato Adicional” de 1834 –, estava constituído principalmente por mineiros, paulistas e suriograndenses vinculados ao comércio interior (CARVALHO 2003, p. 204-220; CARVALHO 2012, p. 90-94). Por sua vez, o Partido Conservador que governou o Brasil basicamente de 1837 a 1862, embora apegado a ideais políticos sustentados pelos antigos partidos filo-lusitanos e fiéis a D. Pedro I, o partido “Português” e o “Restaurador” – unidade do Império, necessidade da monarquia, fortalecimento do poder central e do Poder moderador, controle centralizado do judiciário e da polícia –, teve, como principais figuras, fluminenses que mantinham fortes laços com terratenentes da agricultura exportadora de café das províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo (MATTOS 1987, p. 108; CARVALHO 2003, p. 204-220; CARVALHO 2012, p. 95-96). Além disso, para lá da extinção de seu poder político, na mesma época os portugueses do Brasil perdiam também sua antiga predominância econômica. Em primeiro lugar, devido ao fortalecimento das relações comerciais com os britânicos, cujos agentes instalados no Rio de Janeiro substituíram os portugueses no comércio importador de manufaturas e exportador de matérias primas, sobretudo da florescente cultura do café. Em segundo lugar, devido ao cancelamento – sob coação britânica – da importação de escravos africanos – lei do 4 de setembro de 1850 (MATTOS 1987, p. 14-18, 36-37, 221-222; CARVALHO 2003, p. 297; CARVALHO 2012, p. 100).

Esse deslocamento dos portugueses nas esferas política e econômica foi acompanhado por um movimento paralelo no domínio cultural, promovido sobretudo por publicitários liberais. Após a volta dos conservadores ao governo em 1838, nas páginas de jornais como *O Libelo do Povo* e o *Jornal de Timón*, personagens como Francisco Sales Torres Homem – o “Timandro” – e João Francisco Lisboa denunciaram que o elemento português ainda estava estagnado no governo imperial e que essa situação constituía o maior

perigo para as conquistas nacionais. Diante de tal ameaça, esses publicitários não exigiam a expulsão dos portugueses apenas do Paço, mas também da própria história, pois consideravam que a única maneira de se separar dos prejuízos que impediam o progresso do Brasil era fazer tábua rasa do passado colonial português (TORRES HOMEM 1956, p. 115; MATTOS 1987, p. 143-144).

No entanto, a instituição a que, na época, atribuiu-se a tarefa de escrever a história do Brasil, o IHGB, não ecoou inteiramente a posição radical dos publicitários liberais, embora fizesse algumas concessões. De um lado, cientes seus fundadores e membros de que a débil monarquia brasileira – encabeçada então por um menino de doze anos que reinava sobre um imenso território dilacerado de norte a sul por revoltas de escravos, levantamentos indígenas e revoluções separatistas – não tinha outra legitimidade senão a de ter sido fundada por um príncipe da antiga casa de Bragança, assumiram a tarefa de promover a escrita de artigos, livros e compilações documentais que mostrassem a continuidade do Império do Brasil em relação à América Portuguesa (GUIMARÃES 1988, p. 6-7; GUIMARÃES 1995, p. 522; PUNTONI 2003, p. 673; ARAÚJO e CEZAR 2018, p. 21). Por outro lado, esses mesmos personagens endossaram também a produção de obras relativas não só à origem política, mas também à origem étnico-cultural da nação brasileira. Nessa área, enquanto o que se pretendia destacar era a individualidade da nação brasileira, o malvisto elemento português não podia ser o único levado em consideração. Foi então que ocorreram as primeiras tentativas historiográficas de integração histórica dos indígenas como segunda raiz da nacionalidade brasileira – os africanos foram quase por inteiro deixados de lado. A escolha deu frutos. De fato, pode-se afirmar que a maior parte dos artigos e fontes publicados pela *Revista do IHGB*, em seus primeiros anos de vida, estiveram centrados na questão indígena – principalmente no estudo etnográfico da religião, dos costumes, das línguas e da origem das populações aborígenes (GUIMARÃES 1988, p. 21-22; GUIMARÃES 1995, p. 525-526; PUNTONI 2003, p. 673; ROWLAND 2003, p. 381; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161). Exemplos disso são os trabalhos de Roque Schüch, Peter Wilhelm Lund e Friedrich Philipp von Martius<sup>9</sup> sobre as supostas origens nórdicas dos tupis, ou até os do próprio Varnhagen, que em sua mocidade se aventurou igualmente nessa empresa indianista, publicando nas páginas da *Revista* uma “Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no Brasil” (VARNHAGEN 1841, p. 53-63; GUIMARÃES 1995, p. 526; PUNTONI 2003; p. 641-642).

<sup>9</sup> Quanto a Von Martius, note-se que, nas páginas do seu texto *Como se deve escrever a historia do Brasil* (1845), propôs a tese de que a história brasileira tinha sido uma história de “cruzamento de raças” (GUIMARÃES 1988, p. 16-17; GUIMARÃES 1995, p. 573).

Porém, como se sabe, foi a literatura, e não a historiografia, que se colocou à frente do movimento indianista. Inspirados na idealização do índio empreendida no século XVIII pelos árcades Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que, em seus respectivos poemas épicos, *O Uruguai* (1769) e *O Caramuru* (1781), mostraram uma nova sensibilidade em relação à singularidade do índio americano – verdadeiro “homem natural” rousseauiano – e à natureza exuberante que este povoava (CÂNDIDO 1959, v. 1, p.112; SÜSSEKIND 1990, p. 17; ROWLAND 2003, p. 377), os escritores românticos das décadas de 1840 e 1850 fizeram dessa personagem – junto à onipresente natureza tropical – a referência da nacionalidade brasileira. Escritores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, em suas correspondentes obras *A Confederação dos Tamoios* (1856), *Os Timbiras* (1857) e *O Guarani* (1857), foram basicamente os criadores da imagem do indígena amazônico pré-colombiano como símbolo da brasilidade, do caráter nacional originário e, portanto, da independência do Brasil em relação a Portugal (ROWLAND 2003, p. 376-377). Convém, no entanto, esclarecer um ponto sobre as qualidades dessa imagem. Não obstante os indianistas românticos tenham feito um esforço para reavaliar a linguagem, os costumes e a religião dos indígenas, nenhum deles chegou a conceber a “índole” ou o “carácter” daqueles como verdadeiro substrato da brasilidade. Imitando provavelmente seus colegas românticos europeus – Chateaubriand e Ferdinand Denis, por exemplo –, os brasileiros apenas estimaram o índio pagão e guerreiro como uma entidade que, com sua singular e essencial coragem, tinha enfrentado o trágico destino de morrer para abrir caminho ao índio ou mestiço cristão. Assim, paradoxalmente, o índio enaltecido pela literatura indianista não era outro senão o selvagem “domesticado”, “civilizado” e “melhorado” no contato com os europeus – mesmo quando se reconhecia a injustiça e a violência resultantes da Conquista e da Colonização (SÜSSEKIND 1990, p. 190-194; PUNTONI 2003, p. 635-638 e 672; SOUSA DE SÁ 2017, p. 161).

Agora, ainda que se pudesse arriscar que a posição de Varnhagen em relação aos indígenas tivesse certas coincidências com a dos românticos – por exemplo, a suposição de que o seu único destino histórico era a assimilação ou a aniquilação (VARNHAGEN 1851, p. 356-370 e 384-402) –, a diferença mais profunda entre as duas opiniões reside em que o autor da *História Geral* jamais aceitou a ideia do índio como origem da nação brasileira, nem a conseqüente rejeição do passado colonial português. Desde muito cedo, o historiador detetou as aporias e os perigos que as teses dos românticos indianistas implicavam para as elites crioulas e mesmo para os poucos mestiços que então começavam a ocupar um lugar entre elas. Alguns anos antes de publicar o primeiro volume de sua *opus magna* – em cujas páginas os índios aparecem definidos como “vindiços alienígenas” sem Estado e sem história e, portanto, sem qualquer direito sobre as terras brasileiras (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. 107-134; CEZAR 2018,

p. 189-190) –, em seu *Memorial Orgânico* (1849-1851), lançou uma forte crítica ao escritor romântico Gonçalves Dias, que, em sua “Introdução” a los *Annaes Históricos do Estado de Maranhão* (1749) de Bernardo Pereira de Berredo, tinha argumentado que a colonização portuguesa era um fato negativo, pois tinha “corrompido” os indígenas, sendo estes “o início de todas nossas coisas; – são os que deram uma base para o nosso caráter nacional, ainda pouco desenvolvido, e será a coroa da nossa prosperidade o dia da sua reabilitação inteira” (DÍAS 1849, p. X-XI). Varnhagen detetava que uma afirmação como a de Gonçalves Dias levava lógica e necessariamente a duas consequências que nem os próprios indianistas provavelmente considerariam desejáveis (PUNTONI 2003, p. 636-638): a primeira, que os índios eram de fato “os autênticos donos da terra”; a segunda, que o Império do Brasil era totalmente ilegítimo, na medida em que suas instituições eram herdeiras diretas da colonização portuguesa:

São os donos da terra? Pois então arranemos nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, para fora de vossos bancos, que ahi devem estar a arengar os tapuyas: cidades, vilas, freguesias, arsenais (...) toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuyas! (VARNHAGEN 1851, p. 393).

Entretanto, em meados da década de 1850, a elite crioula fluminense que governava o Império não estava disposta a assumir nenhuma das consequências políticas que derivavam da concepção romântica dos indígenas pré-colombianos como origem da nacionalidade brasileira. Entre os membros dessa elite – da qual o próprio Varnhagen fazia parte, mesmo tendo passado um longo período da sua vida fora do Brasil, como integrante do corpo diplomático imperial (MATTOS 1987, p. 125-126; CEZAR 2018, p. 19) –, a experiência das grandes e sangrentas revoltas de índios, mestiços e escravos da época da Regência – a “Revolta dos Malês” (1835) e a “Cabanagem” (1835-1840) – ainda estava muito presente em sua memória (CARVALHO 2003, p. 91).<sup>10</sup> Adicionado a isso, aqueles concebiam que, não obstante suas implicações com o passado português do qual desejam se separar, as instituições tradicionais que compunham a Monarquia brasileira eram as únicas garantias da paz, da ordem, da união e, sobretudo, de seu primado político e social; a Monarquia era a única barreira – pensavam eles – que os salvava do caos prevalente nas jovens e caóticas repúblicas da vizinha América hispânica (VARNHAGEN 1854-1857, v. 2, p. 376-377; MATTOS 1987, p. 125-126 e 152;

<sup>10</sup> Alguns críticos assinalam que boa parte da animosidade de Varnhagen para com os indígenas surgiu de um incidente que teve com os índios do interior da província de São Paulo em 1840 (um alarme de ataque perto de Paranapitanga) (PUNTONI 2003, p. 641-642).

CARVALHO 2012, p. 91). Porém, apesar de sua evidente coincidência ideológica com o anti-indianismo e o filo-lusitanismo de Varnhagen, sua *História Geral* não foi bem recebida no Paço Imperial de Rio de Janeiro. Ao invés, como já foi assinalado, o IHGB, órgão ideológico do regime “debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”, subscreveu e promoveu a postura contrária, o indianismo (GUIMARÃES 1995, p. 560). Ironicamente, apesar de seu desprezo intelectual pelo historiador sorocabano, os crioulos fluminenses levaram quase literalmente à prática o programa dele (VARNHAGEN 1849, p. 35): desde 1850 e até a queda do Império em 1889, aqueles empreenderam avidamente – como outrora os bandeirantes louvados na *História Geral* – a conquista e colonização do sertão, expandindo suas fazendas de café, sua indústria siderúrgica e suas vias férreas, sempre em prejuízo dos “índios bravos” (MATTOS 1987, p. 66-67; PUNTONI 2003, p. 650-654 e 673).

Os moradores de S. Paulo julgando-se pois oprimidos por arbítrios que classificavam de hypocritas e até de interesseiros, e necessitados de braços para a agricultura e a lavra das minas, em vez de fazer contractos com os que estavam sujeitos aos Jesuítas, ou de irem buscar negros além dos mares com barbara crueldade nos porões dos navios, assentaram de valer-se de outro meio, alias menos vil do que este último, por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas.– Organizaram-se em bandeiras, e começaram a ir prender índios bravos mui longe, e fora da jurisdição dos Padres. Fizeram bem? Afirmal-o fôra tão pouco humano como defender menos nobremente qualquer outra escravidão. O certo é porém que os interesses do Estado, não estão em certos casos (temporariamente) de accordo com os sentimentos da mais generosa philantropia, que alias de séculos prega e proclama louvavelmente a Igreja. É assumpto melindroso sobre que mais vale discorrer menos. Não se nos leve porém a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memória dos primeiros filhos e netos de christãos nascidos na terra sobre que foi embalado o nosso berço; quando os audazes aventureiros, a quem o Império deve a vastidão de suas fronteiras, tão accusados andam já por esse mundo, não só de salteadores, como também, abusando-se da significação dupla de uma palavra, de infiéis mestiços e descrentes mamelucos (VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 321-322).

## Conclusões: «começo» e ideologia

A *História de Méjico* e a *História Geral do Brazil* são duas obras representativas da historiografia nacionalista conservadora e filo-ibérica que foi escrita na América

Latina durante o século XIX. Ambas as histórias tiveram como autores membros das elites crioulas governantes que, por volta de 1850, atravessavam uma aguda crise: a hegemonia social, política e cultural que tinham mantido – não sem tensão – desde a época das Independências, nessa altura, estava seriamente ameaçada por diferentes elementos sociais – elites provinciais anti-hispânicas e anti-lusitanas, insatisfeitas com a ascendência política e econômica dos crioulos das respectivas capitais da República Mexicana e do Império do Brasil; populações indígenas, mestiças e afrodescendentes que se rebelavam em diferentes regiões e localidades do território nacional (BRADING 1988, p. 96-97; CARVALHO 2003, p. 249). Nesse sentido, as histórias nacionais de Alamán e Varnhagen podem ser vistas como respostas discursivas àquelas ameaças políticas e sociais; e, ainda mais, como reações a outras histórias ou interpretações da história nacional que, de alguma ou outra maneira, faziam eco dos interesses e posições ideológicas dos grupos contrários às elites crioulas governantes.

Neste confronto historiográfico concomitante à disputa pelo poder político e à primazia social, a questão da “origem da nação” teve um papel fundamental. A discussão histórica sobre qual era o começo “correto” das histórias nacionais do México e do Brasil não se reduziu a um assunto meramente erudito, mas envolveu a defesa narrativa de projetos políticos de Estado-nação contrários e, às vezes, irreduzíveis. Naquela época crítica, a designação do momento do passado em que se iniciava a história nacional, bem como a identificação do grupo humano específico a que correspondia a fundação histórica da nacionalidade, implicava uma tomada de posição sobre quem deveriam ser considerados os legítimos herdeiros de dita nação – em poucas palavras, a afirmação do grupo social ao qual correspondia a sua direção, o seu governo.

No âmbito daquele conflito quanto à “origem”, é interessante notar que tanto Alamán quanto Varnhagen concordaram em postular o Descobrimento, a Conquista e a Colonização europeias da América – castelhana no caso do primeiro e portuguesa no do segundo – como ponto de partida de suas correspondentes histórias nacionais do México e do Brasil. Em oposição às teses liberais-indianistas que principiavam a ganhar força na América Latina em meados do século XIX, as quais afirmavam que o fundamento, já não só étnico-cultural, mas mesmo político, das nações americanas tinha de ser procurado nas populações indígenas pré-colombianas, os autores da *História do México* e da *História Geral do Brasil* se empenharam em negar que aquele passado fizesse parte da história nacional. Do seu ponto de vista, na medida em que os grupos indígenas, que outrora povoaram os modernos territórios mexicano e brasileiro, nunca chegaram a formar nenhum estado unitário, nem desenvolveram autênticos sentimentos de patriotismo entre seus membros, era implausível sustentar a tese de

encontrar nesses grupos as sementes dos modernos estados-nação. A verdadeira raiz destes últimos, argumentaram Alamán e Varnhagen, estava em outro lugar: o México e o Brasil apenas tinham começado sua existência nacional, quer dizer, sua vida como entidades político-culturais – como sociedades com instituições políticas, uma religião e uma língua em comum –, a partir da chegada de castelhanos e portugueses. Segundo esses historiadores, primeiro com base na violência, mas depois com a ajuda da razão e do cristianismo, os ibéricos conseguiram unificar, sob um único governo e um único Deus, populações dispersas e territórios imensos; e ainda mais, graças a eles, foram-se preparando, amadurecendo as condições políticas, sociais, econômicas e culturais para que, com o passar do tempo – depois de três séculos sob a proteção da Mãe Pátria –, os descendentes dos heróis unificadores, os crioulos – os autênticos mexicanos e brasileiros –, tomassem o caminho necessário da vida independente (ALAMÁN 1844-1849, v. 1, p. 145-149; ALAMÁN 1942, v. 5, p. 556-557; VARNHAGEN 1854-1857, v. 1, p. 73-75, v. 2, p. 247).

No que diz respeito às narrativas, sejam essas ficcionais ou factuais, como as de Alamán e Varnhagen, todo começo é “arbitrário” – argumenta Andrea del Lungo. Por mais que os narradores se esforcem para “naturalizar” as fronteiras discursivas iniciais de suas histórias, para disfarçá-las por meio de diferentes estratégias – seja para ocultá-las ou para mostrá-las –, sua mera demarcação evidencia sua “artificialidade”: a delimitação intencional de um universo discursivo e sua apresentação como mundo autônomo acabado, fechado, ilusório revelam automaticamente as decisões ideológicas de seu autor (LUNGO 2003, p.23-25). Em suma, pode dizer-se dos começos que não são nada mais que ideologia em forma de narrativa, expressões simbólicas de realidades e ideais sociais e culturais hierarquizados e categorizados (DUMEZIL 2010, p. 42; LINCOLN 1999, p. 146-147). Os começos propostos pela *Historia de Méjico* e pela *História Geral do Brazil* parecem ilustrar essas hipóteses teóricas. Apresentados como relatos da “origem” das nacionalidades mexicana e brasileira, respetivamente, ou seja, como histórias que remetiam para o “nascimento natural” de uma “individualidade histórica” – a nação –, a partir dessa estratégia de delimitação, esses começos narrativos organizaram a defesa de uma série de ideais e valores culturais contrários aos propostos pelos começos – considerados inferiores – de outras histórias e obras literárias contemporâneas: as interpretações históricas indianistas da “origem” nacional. Tão artificiais e intencionais (SAID 1985, p. 5) uns quanto os outros. No entanto, enquanto os começos crioulos e filo-ibéricos de Varnhagen e Alamán foram os perdedores na disputa historiográfica sobre a “origem” da nação, demoraria muito, quase um século, até que a qualidade “ficcional”, já não só destes, mas também daqueles, fosse reconhecida.

## REFERÊNCIAS

- ALAMÁN, Lucas. **Disertaciones sobre la historia de la República Mejicana**. México: Imprenta de D José Mariano Lara, 1844-1849. 3 v.
- ALAMÁN, Lucas. **Historia de México**. 4. ed. México: Jus, 1942. 5 v.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANKERSMIT, Frank. **La experiencia histórica sublime**. México: Universidad Iberoamericana, 2010.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Vária história**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, 2006.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de; CEZAR, Temístocles. The Forms of History in the Nineteenth Century: The Regimes of Autonomy in Brazilian Historiography. **Historiein**, Athens, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/pfiles/journals/14/editor-uploads/issues/611/main611.html?1=611&2=8812.#> Acesso em: 14 set. 2020.
- BRADING, David. **Los orígenes del nacionalismo mexicano**. Tradução de Soledad Loaeza. México: Ediciones Era, 1988.
- BUSTAMANTE, Carlos María de. **Continuación del cuadro historico de la revolución mexicana**. Mexico: Publicaciones de la Biblioteca Nacional de México, 1953-1963. 4 v.
- CÂNDIDO, António. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Matins, 1959. 2 v.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). **Historia do Brasil Nação: 1808-2010: Volume 2. A construção nacional. 1830-1889**. Rio de Janeiro: Fundação MAPFRE e Editora Objetiva, 2012.
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Prólogo Valdei Lopes de Araújo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

COLMENARES, Germán. **Las convenciones contra la cultura**: ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX. 2ª ed. Bogotá: Tercer Mundo, 1987.

COSTELOE, Michael. **The Central Republic in Mexico, 1835-1846**: Hombres de Bien in The Age of Santa Anna. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DÍAS, Antônio Gonçalves. Introdução. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Históricos do Estado de Maranhão**. 2. ed. Maranhão: Typ. Maranhense, 1849. p. v-xx.

DUMEZIL, Georges. **Loki**. París: Le Monde-Flamarion, 2010.

FOWLER, Will; SANTONI, Pedro. Setting the Scene: The History and Historiography of Post-War Mexico, 1848-1853. In: FOWLER, Will; SANTONI, Pedro (ed.). **México, 1848-1853**: Los Años Olvidados. New York: Routledge, 2019. p. 1-33

GUIMARÃES, Lúcia Maria. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: Présentisme et expériences du temps. Paris, Éditions du Seuil, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFMG, 2000.

KELLNER, Hans. **Language and Historical Representation**: Getting the Story Crooked. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

KERMODE, Frank. **The Sense of an Ending**: *Studies in the Theory of Fiction*. New York: Oxford University Press, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**: On the Semantics of Historical Time. New York: Columbia University Press, 2004.

LINCOLN, Bruce. **Theorizing Myth: Narrative, Ideology, and Scholarship**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

LUNGO, Andrea del. **L'incipit romanesque**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Essays on Sociology and Psychology**. Editor Paul Kecskemeti. New York: Oxford University Press, 1953.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, Instituto Nacional do Livro, 1987.

MINK, Louis. **O Historical Understanding**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

MORA, José María Luis. **Obras sueltas**. México: Porrúa, 1963.

NISBET, Robert. **History of the Idea of Progress**. 4. ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2009.

NORIEGA, Alfonso. **El pensamiento conservador y el conservadurismo mexicano**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1972. 2 v.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

PALTI, Elías José. **La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

PALTI, Elías José. Lucas Alamán y la involución política del pueblo mexicano ¿Las ideas conservadoras 'fuera de lugar'? *In*: PANI, Erika (coord.). **Conservadurismo y derechas en la historia de México**. México: Fondo de Cultura Económica/Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2009. p. 300-323. v. 1.

PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique. Lucas Alamán. *In*: GUEDEA, Virginia (coord.). **Historiografía mexicana: Volumen 3. El surgimiento de la historiografía nacional**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997. p. 307-348.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. *In*: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003. p. 633-675.

RANKE, Leopold von. Über die Verwandtschaft und den Unterschied des Historie und der Politik. In: RANKE, Leopold von. **Sämtliche Werke**. Leipzig: Duncker und Humblot, 1872, p. 280-293. v. 24.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. 3. ed. Rio do Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RÓDRIGUEZ O, Jaime. La Constitución de 1824 y la formación del Estado mexicano. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, v. 40, n. 3, p. 507-535, 1991.

RODRIGUES, José Honório, **História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 2 v.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003. p. 665-687.

SAID, Edward W. **Beginnings: Intention & Method**. Nueva York: Columbia University Press, 1985.

SIMON, Joshua. **The Ideology of Creole Revolution: Imperialism and Independence in American and Latin American Political Thought**. New York: Cambridge University Press, 2017.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. É preciso civilizar o Império! Varnhagen contra o 'perigoso' brasileiro caboclo. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 155-177, 2017.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: O narrador. A viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O libelo do Povo. In: JUNIOR, Raimundo Magalhães (org.). **Três panfletarios do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 45-126.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INI/MEC, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 3, n. 9, p. 53-63, 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico**: Que â consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil. S.l., s.n., 1849.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemert, 1854-1857. 2 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial Orgânico: Oferecido à nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro, p. 356-370, 384-402, out./nov. 1851.

WEHLHING, Arno. **Estado, história e memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. El discurso de la historia. *In*: WHITE, Hayden. **La ficción de la narrativa**: Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007. Traducción de María Julia De Ruschi. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011. p. 339-359.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Ricardo Ledesma Alonso é professor associado na Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Doutorou-se em História (2018) na FFyL da UNAM, onde leciona atualmente os cursos "Historiografia Europeia dos séculos XIX e XX", "História de Europa no século XIX" e "História e Literatura do século XIX". Seus principais interesses de pesquisa são a história da historiografia europeia e latino-americana moderna e contemporânea, e a ficção histórica do século XIX. Desde 2017 é membro colaborador do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Circuito Interior, Ciudad Universitaria, s/n., Cidade do México, CdMx, 04510, México.

## FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## AGRADECIMENTO

UNAM, Bolseiro do Programa de Bolsas Posdoctorais na UNAM, Instituto de Investigaciones Filológicas. Assessorado pela Dra. Aurora María Díez-Canedo Flores.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

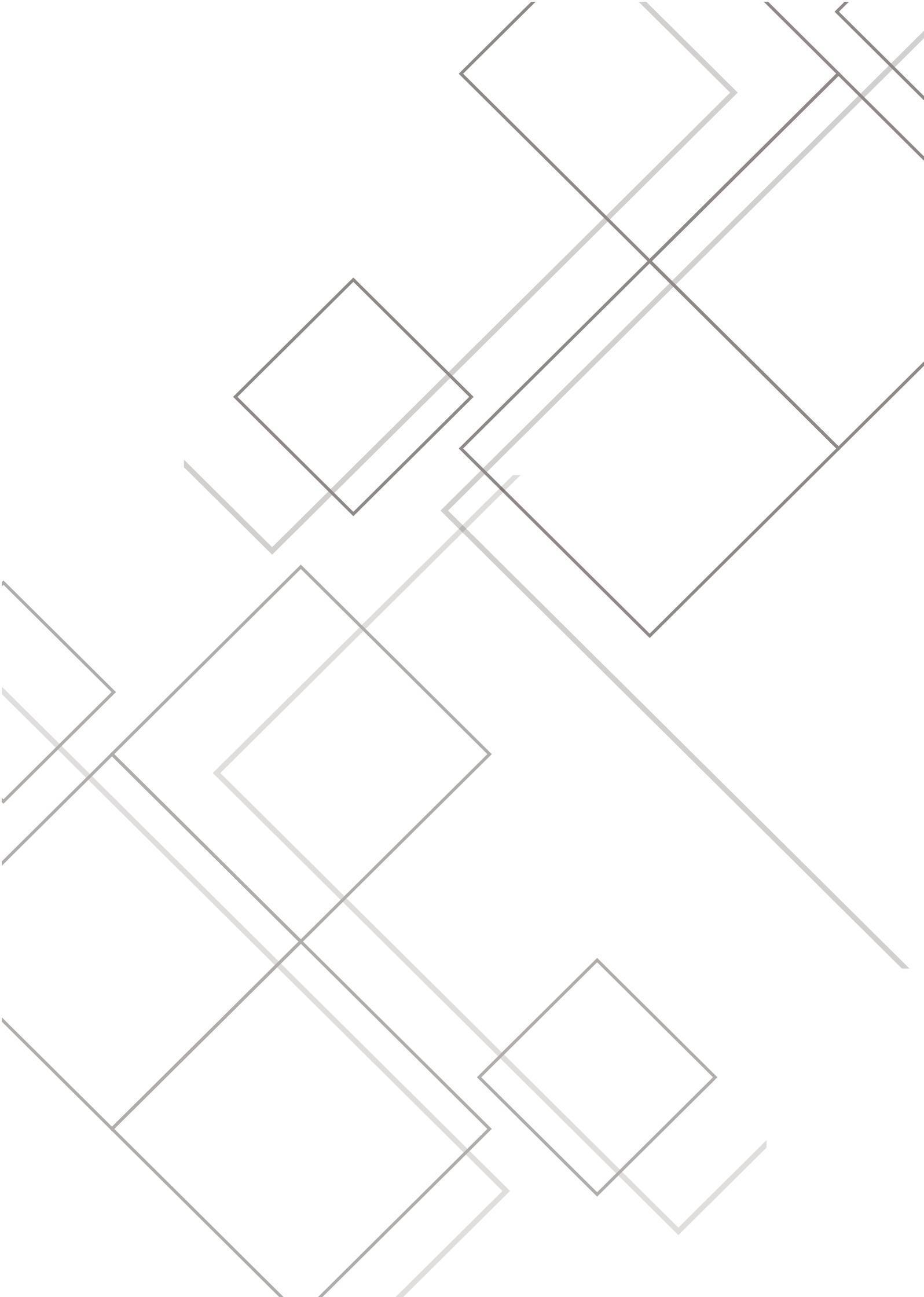
## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 7 de outubro de 2020.

Aprovado em: 17 de novembro de 2020.



## Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: das competições literárias ao anátema histórico-ensaístico

Sérgio Buarque de Holanda and Gilberto Freyre: from literary competitions to the historical-essayistic anathema

Dalton Sanches <sup>a</sup>

E-mail: [daltonsanches@gmail.com](mailto:daltonsanches@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8436-575X> 

<sup>a</sup> Universidade Federal de Ouro Preto,  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais,  
Programa de Pós-graduação em História,  
Mariana, MG, Brasil

## RESUMO

Propomos que a segunda edição de *Raízes do Brasil* (1936), publicada em 1948, representa o epítome da guinada negativa de Sérgio Buarque de Holanda quanto ao seu companheiro de geração Gilberto Freyre. As modificações incisivas nessa edição do clássico livro não podem ser, em parte, compreendidas sem que se leve em conta o *constrangimento da influência* exercida por *Casa-grande & Senzala* (1933), bem como os mecanismos de consagração apropriados por Holanda no âmbito das instituições, a partir de finais da década de 1940. Para tanto, além das duas primeiras edições de *Raízes do Brasil* e do clássico de Freyre, lançaremos mão de alguns escritos anteriores e posteriores a esse marco, 1948, a fim de apresentar a historicidade dessa interlocução, que vai da *competição* literária à *disputa* pela interpretação do Brasil; perpassa por questões epistemológicas, dentre essas a forma ensaio; e toca as desavenças constituintes das batalhas simbólicas no campo intelectual, a partir das quais anatematiza-se o nome do pernambucano do ensaio revisado.

## PALAVRAS-CHAVE

Sérgio Buarque de Holanda. Gilberto Freyre. História Intelectual.

## ABSTRACT

We propose that the second edition of *Raízes do Brasil* (1936), published in 1948, represents the epitome of Sérgio Buarque de Holanda's negative turn towards his generation partner Gilberto Freyre. The incisive changes made in this particular edition of the classic book cannot be understood without considering the *constraint of the influence* exerted by *Casa-grande & Senzala* (1933) and the mechanisms of consecration appropriated by Holanda in the institutional space, from the end of the 1940s onwards. Therefore, in addition to the first two editions of *Raízes do Brasil* and the classic work by Freyre, we will use some writings from before and after this milestone, 1948, in order to present the historicity of this interlocution, ranging from literary *competition* to the *dispute* for interpretation of Brazil through epistemological questions in essay form; we will touch on the disagreements that are part of the symbolic battles in the intellectual field, from which Freyre's name is anathematized.

## KEYWORDS

Sérgio Buarque de Holanda. Gilberto Freyre. Intellectual History.

Independente das nossas inclinações e juízos, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre apresentam-se como verdadeiras antonomásias da cultura intelectual brasileira. Sendo assim, não poderia não haver já significativos trabalhos que abordem e reconstruam as suas trajetórias, visando pontos de encontro e de bifurcações movidos por divergências políticas, ideológicas e epistemológicas, mas, ainda, por construções mútuas de memórias, jogos de representações e disputas institucionais, que perpassam pelo problema geopolítico, especificamente, pelo deslocamento do eixo intelectual do Nordeste para o Sudeste do país (Cf. ROCHA 2004; BASTOS 2005; ROCHA 2012; MONTEIRO 2015; FELDMAN 2015; e VENANCIO; WEGNER 2018). Seguindo essa seara, apresentaremos um pequeno índice do modo como Sérgio Buarque, a certa altura de sua trajetória, entre Rio e São Paulo, e entre *Raízes do Brasil* (1936) e *Raízes do Brasil* (1948), nutre-se de certas prerrogativas institucionais para travar a sua batalha simbólica com o seu principal combatente de geração. Para além das motivações pessoais, sugeriremos, neste recorte, que o paulista toma o pernambucano, inicialmente, como um firme apoio e inspiração intelectual não assumido, para dele, paulatinamente, distanciar-se como uma espécie de *mediador* que se converte num *perene e estratégico par antitético*, cujas diatribes e mesmo menções diretas podem ser, ainda, vislumbradas em entrevistas concedidas pelo velho Holanda em finais da década de 1970 e início da próxima (cf. HOLANDA 1976; e HOLANDA 2004 [1981]).

A interlocução entre os autores se dá, num primeiro momento, indiretamente, nas páginas impressas dos jornais, ainda nos anos de vanguardismos. Emergirá daí, quiçá, a primeira competição literária entre os dois intelectuais. Num segundo momento, o contato entre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre se efetiva em forma de encontros, quando, mediados pela amizade em comum de Manuel Bandeira, também recifense e “ponte” que ligava os projetos vanguardistas do Nordeste e do Sudeste (cf. DIMAS 2002), estreitam-se os laços entre ele, Holanda e Prudente de Moraes, neto. De tal convívio, além das boemias pelas madrugadas do Rio, criam-se ocasiões para o acirramento das competições entre os futuros autores de *Casa-grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*. Segundo testemunho do escritor de Apipucos, já em 1982, Bandeira era “um como que nosso tio intelectual” (FREYRE 1987 [1982], p. 117), que, certa feita, teve a ideia, em Santa Tereza, de “provocar uma competição entre nós dois, Prudente também presente, para saber quem, se Sergio, se eu, mais conhecia literatura em língua inglesa. Cada um que fizesse uma pergunta ao outro. Isto? Aquilo? Manuel Bandeira, juiz” (FREYRE 1987 [1982], p. 117).

Adentrando as décadas de 1930 e 1940, podemos dizer que, da *competição* estimulada nesses primeiros anos de formação, vai-se gradativamente configurando

uma ríspida *disputa*, acentuadamente forjada pelas mãos do paulista a fins de se desvencilhar do *constrangimento da influência*, até então pujante, exercida pelo já consagrado companheiro de geração. Digno de nota nesse sentido é o fato de o debate que se funda entre os dois, em finais da década de 1940 e 1950 adentro, ser “quase sempre nominado em Sérgio Buarque de Holanda, porém quase nunca em Gilberto Freyre” (BASTOS 2005, p. 22). Desse modo, entendemos que as atitudes são distintas e com historicidades próprias, tendo em vista o pressuposto de que a primeira, isto é, a competição, denota algo de razoavelmente consciente e relativamente acordado entre as partes, ao passo que a segunda, a disputa, revela certa ruptura, em que interesses e ações racionais com fins se dão de modo antagônico, a depender das situações e estratégias em jogo.<sup>1</sup> Ou seja, o que se presencia na relação entre Sérgio Buarque e Freyre é menos, nesses momentos entre as décadas de 1920 e 1930, uma disputa ou rivalidade do que uma jovial competição em torno da cultura e, mais especificamente, da literatura universal. É, mais uma vez, o velho Freyre quem nos fornece o seu depoimento acerca do “segundo round” da aferrada competição. Dessa vez, as ambições em jogo seriam consideravelmente maiores e, de fato, as tacadas certeiras e definitivas iriam dividir águas em relação às interpretações em voga dos “passados sociais do Brasil”, como quer o pernambucano:

Até que nos defrontaríamos, taco a taco, noutra competição: quem, dos dois, mais sociólogo da História na interpretação de passados sociais do Brasil. Se eu emergia com *Casa-Grande e Senzala*, Sergio não tardaria a aparecer, de início, com *Raízes do Brasil*; depois, com outros ensaios magnificamente perceptivos, eruditos, *scholarly* (FREYRE 1987 [1982], p. 117).

Ainda em 1935, para se ter ideia, o pernambucano perfura as barreiras de consagração fundadas no Sudeste e, com o êxito estrondoso de *Casa-grande & Senzala*, consolida sua proposta sócio-antropológica, que “o leva a concretizar sua escolha como um dos principais artífices das primeiras cátedras de Sociologia, Antropologia Social e Cultural e Pesquisa Social da nova Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro” (SORÁ 1998, p. 5). Tal prestígio o conduz, nesse mesmo ano, a um cargo significativamente relevante no campo editorial da época: a direção da *Coleção Documentos Brasileiros*, empreendimento ambicioso da recém-fundada e bem-sucedida Livraria José Olympio Editora.

<sup>1</sup> Para a diferença etimológica constituinte entre as duas acepções, cf. verbetes: “Competição”; “Disputa”, em ORIGEM DA PALAVRA 2018.

Nessa casa, o nordestino idealizou “um projeto editorial que marcou época” (SORÁ 1998, p. 5): a publicação de *Raízes do Brasil*, prefaciado pelo próprio Freyre e carro-chefe da aclamada coleção.<sup>2</sup>

Ainda nas aproximações entre os dois intelectuais, são dignas de destaque as convergências, referenciadas pelos “conjuntos de questões e de temas obrigatórios que definem o campo cultural de uma época” (BOURDIEU 1968, p. 142), condensadas na historicidade que perpassa substancialmente as duas primeiras edições de *Raízes do Brasil* – 1936 e 1948 –, considerando que as permutas nessa efetuadas representarão o ponto alto da rivalidade encampada mais energicamente pelo paulista, a partir da qual o pernambucano se tornará, a depender do ponto estratégico do texto remodelado, um anátema a ser expurgado. Entre os decisivos anos de 1946 e 1948, o autor de *Caminhos e Fronteiras* deixa o Rio de Janeiro e transfere-se para São Paulo a fim de assumir a direção do Museu Paulista. Cerca de um ano depois, revisa sistematicamente o seu primeiro livro, dando-lhe contornos mais profissionalizantes e adensando-o documentalmente, além dos outros aspectos que ainda desdobraremos. No ano de 1948, concomitante à direção do museu, publica a segunda edição do ensaio, ao passo que leciona História Social e História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política (Cf. HOLANDA 2006, p. 434-439).<sup>3</sup>

## Das competições

Principiemos pelo que, porventura, será o primeiro contato entre os dois autores, ainda por meio de potenciais textos iniciais de suas trajetórias, que, não fosse por um impasse sobre o qual discorreremos, cruzar-se-iam na imprensa daqueles tempos de modernismos. Rumores sobre Gilberto Freyre foram suscitados por uma carta que chegara às mãos de Sérgio Buarque por meio de Câmara Cascudo, na qual constava um artigo redigido pelo primeiro. Eis, nele, talvez, o objeto provocador do primordial *agon* (NIETZSCHE 1996) entre o paulista e o pernambucano: nada menos do que James Joyce e o seu monumental *Ulisses*. O ano era 1924. Enquanto o jovem Holanda envolvia-se na edição da revista *Estética*, junto a seu dileto companheiro Prudente de Moraes, neto, o também jovem Freyre era já um assíduo frequentador das páginas do *Diário de Pernambuco*. Se, no Nordeste, o segundo já havia escrito o seu texto, no Sudeste, o primeiro prometia, nas contribuições “a sair nos próximos

<sup>2</sup> Para o estudo exaustivo da Coleção, cf. FRANZINI 2006.

<sup>3</sup> Para um estudo da atuação do intelectual no âmbito das instituições entre os anos 1930 e 1960, cf. NICODEMO 2012.

números” (HOLANDA 1979a [1952], p. 276), as suas linhas sobre a obra do irlandês. O livro era, até então, de difícil acesso, e fora graças a Paulo Prado, em viagem à Europa, que o cobiçado petardo lhe caíra em mãos. Em seu afã de vanguarda na produção de uma reflexão exclusiva da obra em território nacional, dera logo cabo de consumir obsessivamente as 756 páginas da “grossa brochura azul, com títulos em letras brancas”, como escreverá em “Depois da ‘Semana’”, artigo de 1952, publicado no *Diário Carioca* por ocasião dos 30 anos do “movimento modernista” e republicado, em 1979, no livro *Tentativas de Mitologia* (cf. HOLANDA 1979a [1952], p. 277). Porém, logo se veria frustrado em sua corrida pela exclusividade, pois o seu, ao menos por um período, futuro amigo de muitas competições já o havia antecipado. Como recorda o próprio Sérgio Buarque, tinha “a nítida lembrança da passagem onde há referência a críticos que, ‘à sombra das bananeiras cariocas’ já se metem a anunciar artigos sobre o difícil Joyce” (HOLANDA 1979a [1952], p. 277). Ao fim e ao cabo, o que viria a se consubstanciar no próximo número de *Estética*, ainda com a proposta do paulista de publicar os escritos do pernambucano, acaba não acontecendo, pois a emblemática revista findara logo nesse terceiro número.

Recuperado parte desse remoto e indireto encontro, o que não poderemos nos furtar em destacar toca o fundamental detalhe que diz respeito ao fato de todo esse episódio vir a ser narrado justo por Holanda, já na década de 1950. Como se sabe, *Tentativas de Mitologia*, com exceção da “Apresentação” que o conduz – poderoso paratexto responsável por orientar o/a leitor/leitora no sentido da coerência narrativa e, no limite, autobiográfica de toda a trajetória do autor –, condensa uma antologia de textos de crítica historiográfica e literária publicados esparsamente na imprensa das décadas de 1940 e 1950.<sup>4</sup> Em “Depois da ‘Semana’”, Sérgio Buarque busca empreender um processo de (auto)historização do modernismo em sua data epifenomenal. Por meio desse expediente de aplainamento de memórias, portanto, uma vez que a única fonte testemunhal de tal acontecimento, do modo como foi refigurado, provém de sua autorrepresentação, tem-se um processo de retrospectão que resulta no passar em balanço o modernismo consagrado, legando, assim, “os fundamentos pelos quais gostaria de ser descrito e avaliado ulteriormente” (MORESCHI 2010, p. 111).

Uma revelação deveras curiosa, que nos faz pensar se o historiador a admitiria na época a que pertence o evento narrado, diz respeito à modesta afirmação segundo a qual, caso escrevesse o prometido artigo, de longe não seria melhor do que aquele

<sup>4</sup> Pouco frequentado pela fortuna crítica, este livro será objeto privilegiado da pormenorizada análise de CARVALHO 2017.

que recebera no envelope entregue por Cascudo. Aventamos que tal postura – além daquele desprendimento com o qual sugere ter proposto a publicação do artigo do pernambucano – só se viabiliza se se leva em consideração a inscrição desses relatos de intento biográfico nos estratos e nas fusões temporais condensados na antologia de finais da década de 1970. Ora, ainda ali, dois anos após a “Semana”, tratava-se meramente de uma competição literária, e não de uma rivalidade acentuadamente política, tal qual se dará, mais intensamente, a partir da década de 1960; ou tampouco epistemológica, a partir da década de 1940, momento de afirmação e de constituição dos campos de saber em processo de profissionalização. Em outras palavras, o alvo a ser construído e mirado no campo das batalhas simbólicas, doravante, perpassava menos pelo Freyre dos anos 1920 – esse, a bem da verdade, figurava como artefato engrandecedor do processo de autoconstrução – do que pelo disputado cientista social, cuja crítica, já em 1937, referia-lhe e a seu projeto antonomasicamente como “escola sociológica de Gilberto Freyre” (SORÁ 1998, p. 18, nota 13). Vejamos a passagem:

Embora a alusão zombeteira [“críticos que ‘à sombra das bananeiras cariocas’ já se metem a anunciar artigos sobre o difícilimo Joyce”] tivesse meu endereço, o trabalho deixou-me boa impressão. Era melhor do que tudo que eu fosse capaz então de escrever sobre o assunto, por isso aceitei meio esportivamente a direta. E como o terceiro número de *Estética* já andasse no prelo, resolvi que reproduziríamos, em resenha, no quarto, que afinal não chega a sair (HOLANDA 1979a [1952], p. 277).

Um detalhe que enriquece a reconstituição de tal remoto encontro pelas páginas da imprensa diz respeito à figura de Graça Aranha, “pontífice” do modernismo, tal como o classificou ironicamente Holanda em outro escrito (cf. HOLANDA 2011b [1952], p. 173), que sugere um sutil golpe cordial dado no jovem editor de *Estética*, pois, ao ler as elogiadas linhas escritas pelo jovem Freyre, aconselha o paulista a não as publicar. Estaria o sugerido veto implicado no fato de o pernambucano, além dos mencionados críticos sob as bananeiras, alfinetar impiedosamente o autor de *Canaã*? Eis o trecho:

[...] em Joyce é preciso não esquecer a influencia da educação jesuítica. Da vida em collegio de padres rhythmada pelos exercícios espirituaes e pela psalmodia grave. Educação que o ia predispondo para o mais intenso mysticismo – o de padre S. J. – quando o crucifixo lhe cahiu das mãos gothicas e adolescentes; e partiu-se. Educação que o acabou predispondo

para o esthetismo – o pan-esthetismo, diria, si o sr. Graça Aranha não houvesse barateado a expressão – em que hoje se aguça a attitude de Joyce perante a vida (FREYRE 1924, p. 1).<sup>5</sup>

Fato curioso é que, a despeito de Sérgio Buarque se recordar, ainda que parcialmente, da frase que considera a ele endereçada – e que, a bem da verdade, é um pouco mais elíptica do que aquela da sua memória: “Mas o livro vae vencendo: e até sob as bananeiras do Rio já se vae pronunciando o inglez facil do nome de Joyce. O inglez das suas obras, é que será o difficil de soletrar” (FREYRE 1924, p. 1) –, não traz, em seu relato, a demolidora menção a Aranha. Apesar disso, reproduz o severo conselho do companheiro mais velho: “Este Freyre é nosso inimigo. Estive sabendo que foi pessoa do Oliveira Lima na briga com Nabuco. Não *nos* convém publicar” (HOLANDA 1979a [1952], p. 277). Primeiramente, atente-se para o grifo do próprio articulista na majestática forma oblíqua do pronome pessoal, sugerindo a “atitude absorvente” (HOLANDA 1979a [1952], p. 277) e de “apostolado” (HOLANDA, 2011a [1952], p. 176) adotada por Graça Aranha, e sempre ressaltada nesses artigos da década de 1950 pelos quais o historiador pretendia reavaliar, passar a limpo e desmistificar as leituras que se faziam dos eventos, das memórias e das propostas constituintes dos primeiros momentos do modernismo triunfante como algo unitário e coeso em sua dinâmica interna (cf. HOLANDA 1979a [1952], p. 277).

### “Sem querer, misturei Sérgio com Gilberto Freyre”

1926: em visita à capital, centro irradiador do capitalismo periférico, da efervescência cultural e das novidades tecnológicas da vida moderna, mas também dos “bairros africanos”, como eram chamados, desde finais do século XIX, os conglomerados nos quais iam habitar os ex-escravos e trabalhadores pobres sem-terra, mais tarde chamados de favela, Gilberto Freyre cria oportunidades e situações que o levam às boemias intelectuais e musicais em companhia dos jovens Prudente de Moraes, neto, e Sérgio Buarque de Holanda. Juntos, além das noitadas nos bares do Rio, sobem o morro em busca do que mestres como Donga, Pixinguinha e os seus *Oito Batutas* iam produzindo de mais genuinamente brasileiro no choro e no samba. Atenhamo-nos ao depoimento do próprio pernambucano, 56 anos depois, por ocasião da morte de Buarque de Holanda, a quem se refere como “mestre de mestres”:

<sup>5</sup> As citações feitas neste trabalho seguem *ipsis literis* as fontes consultadas, sem que houvesse qualquer atualização ortográfica ou gramatical para os textos mais antigos.

Boêmios pelo gosto da música popular brasileira. Da afro-brasileira. Da carioca. Daí, mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo os para nós brasileiríssimos e como que nossos mestres, além de amigos, de cultura brasileira, Donga, Patrício e Pixinguinha. Fontes, para nós três, de uma cultura autenticamente popular e extraeuropéia, nas suas bases, que estava, em grande parte, na música de que eles eram mestres. Nenhum de nós três, musicólogos. Mas dos três, o que, nessas noites inesquecíveis, sentava-se a pianos boêmios e tocava músicas saudosas, que ele sabia de cor, era Sergio: o depois mestre de mestres de Ciências Sociais. Nessa época, modernistas, os três, a nosso modo. Mas também saudosistas. *Afinidades desse modernismo – o de Estética – com o “regionalismo” irradiado do Recife* (FREYRE 1987 [1982], p. 117, grifo nosso).<sup>6</sup>

Da mística que permeia esses encontros quase que como um *topos* da imaginação dessa banda do modernismo brasileiro (MONTEIRO 2015, p. 55), podem-se inferir formas e estratégias de narrar que refundem memórias, (auto)historiando seus percursos na medida em que fazem desaparecer os andaimes que sustentavam tais construções tensamente entrelaçadas e mutuamente constitutivas. Afinal, como vimos, não nos pareceu haver, assim, tão completas “afinidades desse modernismo – o de *Estética* – com o ‘regionalismo’ irradiado do Recife”. Se existem pontos de interseção nas jornadas intelectivas dos dois grandes escritores e cientistas sociais do século XX, correndo às vezes sub-repticiamente para o mesmo norte, numa espécie de vertiginosa viagem em barco de proa dupla,<sup>7</sup> o certo é que o que prevalece são biografias que correm paralelas, quando não nos aparecem drástica e dramaticamente divergentes. Nesse sentido, a julgar pelo emblemático testemunho de Raymundo Faoro, já na entrada deste milênio, sobre seus encontros com Sérgio Buarque entre fins da década de 1960 e início da seguinte, o tom afetuoso que o pernambucano confere ao “mestre de mestres” se desestabiliza sobremaneira. Ao discorrer sobre as ocasiões em que se reuniam, no Rio, amigos como Francisco de Assis Barbosa, Afonso Arinos, Pedro Nava, Prudente de Moraes, neto, e o próprio Sérgio Buarque, em restaurantes badalados ou em casa de algum dos anfitriões da hora, dirá de uma

intimação [de Prudente de Moraes] para escrever alguma coisa sobre [o senador] Pinheiro Machado [...], por ocasião de seu centenário. Não deixa de ser estranha a fascinação de Prudentinho, Arinos e Nava – e de

<sup>6</sup> Para a reconstituição desse célebre encontro entre Freyre e Sérgio Buarque com *Os Oito Batutas*, cf. VIANNA 1995.

<sup>7</sup> Tomamos de empréstimo, aqui, a sugestiva imagem do texto de DIMAS 2002.

Gilberto Freyre – por Pinheiro Machado, que, se vivesse, os teria como seus adversários. Gilberto Freyre [...] era o mais interessado admirador póstumo de Pinheiro Machado. [...] Sem querer, misturei Sérgio com Gilberto Freyre, nome proibido para Sérgio, como Sérgio com o de Gilberto Freyre. Nunca a discrição de um e outro me permitiu saber a causa do distanciamento de ambos, realmente muito estranha, tendo em conta que Gilberto Freyre escreveu o prefácio da primeira edição de *Raízes do Brasil* (FAORO 2002, p. 6).

## Da competição (no “taco a taco”) à disputa

Daqueles emblemáticos encontros na boemia carioca, até finais da década de 1930, Freyre publicara o seu seminal ensaio e, já bem assentado na rede de sociabilidade composta por grandes nomes da intelectualidade brasileira (cf. FRANZINI 2006, p. 89-99), é solicitado a escrever, três anos depois, a apresentação de *Raízes do Brasil*. Mede-se, ainda, o prestígio do pernambucano a partir de transbordantes elogios vindos, por exemplo, de figuras como Erico Verissimo, significativamente três anos antes de vir a lume a segunda edição de *Raízes do Brasil*, enquanto, a essa altura, *Casa-grande & Senzala* já alcançara a edição de número quatro. Em capítulo de título “Uma literatura chega à maioridade”, Verissimo insere os dois ensaios. Contudo, é notável a assimetria das linhas e tonalidades:

Os problemas sociais do Nordeste foram atacados com muita habilidade por Gilberto Freyre, que é talvez o mais destacado dos sociólogos vivos do Brasil. Ele escreve informalmente, de modo muito colorido, e deve-se dizer que despojou a sociologia de sua camisa engomada e de seu sobretudo – para fazê-la usar roupas leves e esportivas. Lê-se seus livros com verdadeiro gosto, como se fossem romances altamente divertidos (VERISSIMO 1995 [1945], p. 120, 121).

Ao paulista, o escritor dispensa apenas uma cinzenta e ríspida pincelada: “Sérgio Buarque de Hollanda é autor de um ensaio bem escrito, *Raízes do Brasil*” (VERISSIMO 1995 [1945], p. 121). Certamente, tais mecanismos de legitimação e prestígio aqueciam sobremaneira, e em variegados níveis, as disputas entre os dois intelectuais ao longo de quase todo o século XX, como nos sugeriu Faoro. Antes, retornemos ao convite feito a Freyre para, em 1936, escrever a apresentação da *Coleção Documentos Brasileiros*, estampada nas primeiras páginas de *Raízes do Brasil*. O livro estreante de Holanda é nada menos do que a primeira publicação a inaugurar tal imponente empreendimento de

José Olympio. Além de redigir a apresentação, Gilberto Freyre é convocado a assumir a direção da coleção de estudos interpretativos do Brasil. Daí se pode inferir a posição de relevância firmada pelo pernambucano dentro da divisão do trabalho intelectual daquele período. Para além da concepção idealista da autoridade do editor simplesmente como “homem de bom gosto” a farejar os projetos de potencial sucesso, as condicionantes que determinam o ingresso de uma obra numa casa editorial de renome, na maioria das vezes, relacionam-se ao fato de os manuscritos já trazerem “a marca do intermediário (ele próprio já situado no campo intelectual como diretor de coleção, leitor, ‘autor da casa’, crítico conhecido por seus julgamentos seguros ou audaciosos, etc.) através do qual chegam até o editor” (BOURDIEU 1968, p. 121). Mais, os manuscritos “são o resultado de uma espécie de seleção prévia que os próprios autores fizeram com referência à ideia que fazem do editor, da tendência literária que representa [...] e que pôde orientar seu projeto criador” (BOURDIEU 1968, p. 121).

Bem, mediante a catacrese orgânica do título, pretendia-se submeter em “introspecção social” (FREYRE 1936, p. V) o passado, ou melhor, os passados do país em suas mais profundamente cravadas raízes, sejam elas boas ou da má-formação, como sempre ambíguo e ironicamente vazado o livro parece sugerir. Após apresentar os objetivos e as iniciativas editoriais que a série iria abrigar, o ensaísta recifense, já no terceiro parágrafo, evoca o paulista mediante tom elogioso, no qual pontua a data quase precisa em que, de acordo com suas recordações, Buarque de Holanda “apareceu” na cena intelectual, exatamente quando do episódio do recebimento, por esse, do envelope em que continha o misterioso artigo sobre *Ulisses*. Vamos ao trecho:

Os organizadores desta collecção foram ainda felizes podendo fazer do trabalho de Sergio Buarque de Hollanda o seu volume nº 1. O escritor paulista é uma daquellas intelligencias brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como capacidade de analysar, o gosto de interpretar, a alegria intellectual de esclarecer. Quando apareceu, ha dez ou doze annos, ao lado de Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) – talvez a vocação mais pura de critico que já surgiu entre nós – foi logo revelando qualidades e o gosto, que agora se affirmam victoriosamente (FREYRE 1936, p. V, grifo nosso).

Não deixa de ser curiosa a menção indireta ao empreendimento da revista *Estética*, uma vez que foi no ano de 1924 que, ao lado de Prudente de Moraes, neto, Sérgio Buarque funda o periódico que viria a preencher a lacuna deixada por *Klaxon*. Não menos curiosa é a sentença que, a nosso entender, soa como uma matreira provocação por meio da qual o tom elogioso dispensado ao crítico, que, “sob as bananeiras do

Rio”, metera-se outrora a enfronhar-se em Joyce, vê-se parcialmente embotado pelo destaque – entre sugestivos travessões – dado ao seu amigo: possuidor da vocação mais pura de crítico já surgida “entre nós”. O pronome na primeira pessoa do plural não deixa de ser revelador da notória inserção de Gilberto Freyre no meio intelectual do Sudeste; diferentemente da demarcação espacial bem definida no artigo de 1924, no qual, de Pernambuco, Freyre falava obliquamente de um determinado grupo num determinado espaço-tempo: do Rio, “já se vae pronunciando o inglez facil do nome de Joyce” (FREYRE 1924). Tal índice aponta, também, para o fato de a calorosa competição continuar a reverberar na recepção do estreante pelo “autor da casa”. Num âmbito mais particular, porém, tem-se que, longe de azedar, as amizades familiares entre o paulista e o pernambucano pareciam seguir sólidas década de 1930 adentro. Dedicatórias destinadas ao primeiro e à sua esposa podem ser atestadas nas folhas de rosto das primeiras edições de *Casa-grande & Senzala* e *Nordeste*, de posse do intelectual e atualmente abrigadas pela *Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda*, na Biblioteca Central Cesar Lattes, da Universidade Estadual de Campinas (cf. FREYRE 1933; e FREYRE 1937). Em *Nordeste*, por exemplo, se lê: “*Para Sergio e Maria Amelia, com toda a amizade. Gilberto Freyre, Rio, 1937*” (FREYRE 1937).

## Plásticas convergências

Adentremos mais detidamente as edições a fim de verificarmos em que medida, no livro de 1936, dá-se esse movimento de aproximações e leituras relativamente convergentes acerca de aspectos da formação social brasileira, para, no de 1948 – momento, vale destacar, em que Sérgio Buarque já goza mais acentuadamente de prestígio e posição expressiva dentro da divisão do trabalho intelectual –, ver-se irromper a cisão que passa a pautar as disputas que, por décadas a fio, serão orientadas pelas questões ético-políticas e epistemológicas. Pois bem, principiemos com trecho do eloquente e controverso parágrafo de abertura da edição primeira de *Raízes do Brasil*:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o facto verdadeiramente fundamental de constituirmos o unico esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européa para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre territorio que, povoado com a mesma densidade da Belgica, chegaria comportar um numero de habitantes igual ao da população actual do globo, vivemos uma experiencia sem símile (HOLLANDA 1936, p. 3).

Por suas breves e peremptórias linhas, convidamos a/o leitora/leitor a ouvir o núcleo de seus enunciados como eco do parágrafo, também de abertura, do clássico de Gilberto Freyre:

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contatos dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão (FREYRE 1980 [1933], p. 43).

Em ambos, observam-se pontos de partida acentuadamente convergentes no que diz respeito ao sucesso da empreitada colonizadora em terras tropicais, com diferença, no caso de Freyre, da transbordante e explícita tonalidade marcadamente positiva em relação à “aptidão” – expressão empregada duas vezes – dos portugueses para a exploração da parte sul do continente americano. Em Holanda, o acento caracteristicamente elíptico e contido da sentença não nos entrega de imediato uma interpretação cujo protagonismo exclusivo de Portugal se faça patente. Daí afirmarmos o caráter controverso do parágrafo do livro de 1936, que suscitou, aliás, poucas, mas substantivas, considerações por parte de alguns dos críticos contemporâneos (cf. ROCHA 2012; FELDMAN 2013).

A propósito dos estilos e das formas, já se disse do pernambucano que sua escrita se despoja no à vontade da rede, da prosa de sesta ou de quem se espreguiça (NETO 1994 [1975], p. 387), plasmando um “grande livro que fala dessa nossa leseira, brasileira” (BANDEIRA 2003 [1965], p. 12). Quanto ao paulista, escrita geralmente fluida a dar conta de temporalidades movediças, configurando-se, outrossim, como a de um ensaísta, conquanto o seu esforço de, a partir de finais da década de 1940, mais acentuadamente declarar, contra o ensaísmo vigente, o requerido rigor do método a orientar, doravante, os trabalhos de cunho monográfico (cf. HOLANDA, 2010 [1951], p. 73 e 77).

Nesse ângulo, participa, ainda, a contração dessa memória laudatória por parte de terceiros acerca da forma de exposição com a qual o autor vazava as realidades históricas. Em representativo artigo de Maria Odila da Silva Dias, de 1988, sugestivamente denominado “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”, lê-se, por exemplo, que “a perspectiva do historiador situado no tempo obriga-o a captar a alteridade do

pensamento dos homens do passado e a procurar palavras adequadas a transmitir matizes da mudança do linguajar através do tempo” (DIAS 1988, p. 74). A julgar por tais linhas, nada de tão distinto da prática de escrita freyriana, na medida em que, uma e outra, partem em algum nível da condição de subsunção do ensaísta no ensaiado, isto é, do autor no seu objeto. A relação empática com a matéria estudada requer do ensaísta que reflita “sobre si mesmo, [a fim de] encontrar-se e construir algo próprio com o que lhe é próprio” (LUKÁCS 2008, p. 11).

Para Gilberto Freyre, tal fator é pré-condição para o seu acesso ao passado colonial desde a casa-grande, uma vez que a investida na dinâmica da vida social da família patriarcal se revestia de traços biográficos relativos à sua origem nesse meio sociocultural (cf. NICOLAZZI 2008, p. 262, 263). Porém, se voltarmos ao texto de Silva Dias, teremos que, imediatamente após o trecho já citado, a discípula de primeira hora do autor de *Visão do Paraíso* estabelece um corte em relação ao gesto e à dicção freyrianos, posto que pouco provável é que o pernambucano concordaria com alguns dos semas e sintagmas concatenados no enunciado que exprime as condições para a feitura de uma história “rigorosa” e “verdadeira”. Antes, contudo, que exponhamos a passagem, chamemos a atenção do/da leitor/leitora para um flagrante detalhe: a historiadora se apropria da versão preliminar datilografada de famoso texto publicado no *Estado de São Paulo*, em 1973, “Sobre uma doença infantil na historiografia” (cf. DIAS 1988, p. 78, nota 9). Em tal momento, repita-se, Holanda ainda empreendia, nos estágios finais de reforço da sua memória intelectual, investidas – ainda que na ordem dos discursos – contra a forma ensaio, o que convergia para a compleição da memória disciplinar do campo historiográfico consolidado na Universidade de São Paulo. Eis o trecho: “A história digna de tal nome... a história *rigorosa*, verdadeira justamente porque quer exprimir a verdade, requer *acurado* trabalho de redação e elaboração, que, *difícilmente admite a linguagem desleixada*” (DIAS 1988, p. 74, 75, grifos nossos).

A partir desse expediente, previsto, também, em outro famoso texto (cf. DIAS 1985, p. 19), Maria Odila, ao usar o termo *obra* de modo metonímico, acaba por embaralhar as historicidades inerentes a cada período de produção do autor, aplainando, com efeito, as modulações da sua escrita ao longo de sua trajetória, bem como os próprios discursos de segunda ordem realizados por ele acerca desse âmbito e os problemas de linguagem a ele vinculados. Assim, não é improvável que, entre outros problemas aqui alinhavados, muitos fragmentos tenham sido descartados da segunda edição de *Raízes do Brasil* por se assemelharem expressamente à ensaística freyriana, que sofrerá, em período próximo ao das emendas efetuadas no

ensaio de 1948, acusações de impressionismo (cf. HOLANDA 1979b [1951], p. 100). A propósito, o que dizer de um sintomático parágrafo suprimido da referida edição, no qual, valendo-se o autor, no livro de 1936, da loquaz poeticidade característica da prosa do escritor recifense, reforça seus elogios à sinuosidade – ou melhor, ao “desleixo” (HOLLANDA 1936, p. 62) – das cidades construídas pelos portugueses aquém-mar? A partir de temática que envolve jardins e flores, citando diretamente Freyre e extraindo trecho *ipsis literis* de seu escrito – porém, desleixadamente sem a remissão por meio de nota –, Buarque de Holanda realça, em dicção sinestésica, a plasticidade da cultura brasileira herdada dos portugueses, anunciando, como num prelúdio, as notas daquele célebre contraponto entre as atitudes arquitetônicas e urbanísticas de Espanha e Portugal, que ganhará plena forma somente na publicação de 1948, com o capítulo “O semeador e o ladrilhador”. Vejamos, enfim, a passagem:

As casas eram semeadas com *desalinho* em volta de uma igreja toda branca e situada quasi sempre no lugar mais elevado; com um desalinho que faz pensar um pouco nesses jardins de Portugal evocados por Gilberto Freyre, cheios de uma poesia meio selvagem e onde aparecem, aqui e alli, flores de nomes “que pedem poemas. Flor de noiva, Três Marias, Cinco Chagas, Brinco de Princeza, Flor de Viuva, Suspiros, Saudades, Resedá, Palmas de Santa Rita” (HOLLANDA 1936, p. 62-63, grifo nosso).

Em realidade, a citação é retirada de crônica publicada pelo pernambucano no *Diário de Pernambuco*, em 3 de maio de 1925 (cf. FREYRE 1925, p. 3). Contudo, é bem provável que o paulista tivesse em mãos a coletânea chamada *Artigos de Jornal*, de 1935, na qual consta o escrito, denominado “Acerca de jardins” (cf. FREYRE 1935). Por ora, o que nos interessará é a convergência manifesta dos planos da formação social postos em curso pelos dois ensaístas na década de 1930. Havia, ainda aqui, ao menos nos pontos de partida interpretativos de ambos os autores, a defesa da herança ibérica, em cujo bojo se abrigava o personalismo e, conseqüentemente, o espírito aventureiro contra a impessoalidade característica das formas estranhas e exóticas ao “temperamento nacional” (HOLLANDA 1936, p. 154). Formas essas que, importadas de outras configurações socioculturais e mal assentadas como regras fixas e pré-moldadas, estimulavam, com efeito, a renitente sensação de desterro a atravancar um verdadeiro devir histórico que valorizasse, tal como a formação das cidades de aquém e além-mar, os contornos plásticos e desalinhados dessas paragens, a moldar uma civilização que se desenvolvesse os seguindo em seu próprio desenho natural e irreduzível. Sugestivas nesse sentido são as linhas do mesmo artigo de Gilberto Freyre, localizadas em parágrafo um pouco acima daquelas apropriadas por Sérgio Buarque

de Holanda, em que se pode ler, de modo surpreendente, as antagônicas técnicas e os estilos de jardinagem como uma metonímia da contraposição ora sugerida e, não menos, da lógica do semeador e do ladrilhador:

A tradição portuguesa é sem dúvida a que devia estar sendo aqui desenvolvida, com um maior e mais forte relevo dos efeitos de espontaneidade, e sobretudo, procurando-se nos jardins o máximo de sombra. Mas com a mania das avenidas à francesa e à americana, veio também a mania destes canteiros symetricos, geometricos, rigidamente alinhados. Canteiros de cimento imitando troncos de arvores para dar uma nota de rustico (FREYRE 1925, p. 3).

Colemos, agora, as linhas iniciais que precedem o passo que contém a citação a Freyre no parágrafo expurgado da edição de 1948:

Assim, a cidade que os portugueses construíram na America não é producto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paizagem. Nenhum rigor, nenhum methodo, sempre esse abandono caracteristico, que se exprime bem na palavra "desleixo" – a palavra que o escriptor Aubrey Bele considerou tão typicamente portuguesa como "saudade" e que, na sua opinião, não exprime tanto falta de energia, como a convicção de que "não vale a pena..." (HOLLANDA 1936, p. 62).

Ainda que em determinados aspectos interpretativos Sérgio Buarque coloque um sinal de negativo onde Freyre colocaria um de positivo, nada mais exemplar, no excerto, da presença pujante do segundo na arqueologia da obra do primeiro, em sintonia com essa patente indefinição, no limite, esse déficit de formalização da vida social brasileira. Bem, queria o paulista, na década posterior, em decorrência de passagens como essas, livrar-se do constrangimento da influência manifesta exercida pelo pernambucano?

## Das competições ao anatemático

Ainda acerca das constitutivas confluências, destaquemos, primeiramente, o que se funda em parágrafo de *Casa-grande & Senzala* relativo à alegada rápida acomodação dos adventícios nas Américas portuguesa e espanhola, uma vez que, de acordo com suas leituras, quase milenarmente foram impelidos à contemporização efetivada com povos e culturas distintas, tanto endógena, como no caso da expansão islâmica no

sétimo século depois de Cristo, quanto externamente à península, com as explorações em Índia e África. Vejamos trecho do livro de 1936:

Qual a base em que assentam as formas culturaes dessa *região indecisa entre Europa e Africa*, que vae dos Pyrineus até Gibraltar? Como explicar essas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estricte objectividade? Precisamente a comparação entre ellas e as da Europa de alem-Pyrineus, [...] faz resaltar uma característica [...] que ella está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desenvolveu a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais (HOLLANDA 1936, p. 4, 5).

Façamos, agora, a comparação com outra passagem, também das páginas de abertura do livro de 1933:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de *povo indefinido entre a Europa e a África*. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura [...]. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África (FREYRE 1980 [1933], p. 43, 44).

Mesmo se não tivéssemos grifado parte dos enunciados de ambos os extratos, certamente, saltaria aos olhos da/o leitora/leitor a consonância significativa entre a imagem de uma zona indecisa, indefinida e fluida entre os grandes continentes, Europa e África, a distinguir alguns dos traços particulares dos povos ibéricos. Traços esses que, tendo como corolário, por sua vez, a plasticidade, são constitutivos de uma sociedade presidida pelas relações de tipo afetivo, personalista e passional; em suma, permeadas mais por performances em que predominam a corporeidade dos concidadãos na esfera pública do que pela ritualidade acentuada pelo distanciamento exigido pelo mundo burocrático da letra da lei e das relações horizontais. Apesar das semelhanças ressaltadas, percebem-se, também, em muitos pontos de tensão da primeira edição do livro do paulista, diferenças constitutivas no quesito linguagem acerca das perspectivas sobre o passado colonial brasileiro. Enquanto em Sérgio Buarque o tom

é relativamente comedido e hesitante em algumas proposições e predicados, impondo, aliás, à sua abordagem o caráter provisório em virtude da ausência de uma “estrita objetividade” (HOLLANDA 1936, p. 4) – condição característica do gênero ensaio, diga-se de passagem<sup>8</sup> –, em Gilberto Freyre a linguagem é conduzida por tonalidades fortes e sinestésicas, em que cores, cheiros, sentidos corporais etc. atraem a/o leitora/ leitor para essa trama de uma região demiúrgica com predisposições à colonização diferenciada, devido ao seu passado secular de convivência e de equilíbrio vocacional de antagonismos, que, tempos depois, serão transplantadas de modo bem-sucedido para a exploração e fixação no Novo Mundo.<sup>9</sup> Talvez fosse esse, também, um dos fatores que impeliram o historiador paulista a escapar, de finais da década de 1940 em diante, das redes interpretativas que o arrastavam para a alçada freyriana, a qual bem se adequou, como “lusotropicalismo”, a estágios ulteriores do regime salazarista (cf. VECCHI 2014, p. 28).

Avancemos quatro anos após a publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil* e fixemos trechos de resenha na qual o paulista efetua observações acerca de um livro do pernambucano, *Um engenheiro francês no Brasil*. O material constitui-se como “um vasto inquérito que empreende Gilberto Freyre acerca da influência francesa em nosso desenvolvimento cultural e social” (HOLLANDA 2011d [1940], p. 192). Acerca da matéria enredada, que tem como ponto de apoio e partida a estada do francês Vauthier na Pernambuco de meados do século XIX, dirá Sérgio Buarque:

Longe de constituir simples glosa às observações do engenheiro Vauthier durante os seus seis anos de residência em Pernambuco, onde chegou a chefe de repartição de obras públicas, esse ensaio logo se emancipa de seu motivo inicial para ganhar vida própria. A oportunidade não poderia ser mais feliz para que o autor nos mostrasse, ainda uma vez, seu saber e sua competência já largamente comprovados em assuntos dessa natureza (HOLLANDA 2011d [1940], p. 192, 193).

Os elogios, consoantes a gestos semelhantes em *Raízes do Brasil* – 1936, dispensam, por ora, considerações para nos atermos a passo adiante, no qual parece corroborar, ainda, embora mais implicitamente nessa ocasião, a tese freyriana da típica adaptação e acomodação dos adventícios portugueses em terras americanas. Contudo, na medida em que, em algum nível, atribui aos franceses análogo tipo de expediente acomodatório

<sup>8</sup> Cf. MONTAIGNE 1972; LUKÁCS 2008; ADORNO 2003; KAUFFMANN 1989; STAROBINSKI 1985; MACÉ 2006; e COSTA LIMA 2005.

<sup>9</sup> Para a noção de *hybris* em Gilberto Freyre, cf. ARAÚJO 2005, p. 99 e *passim*.

realizado pelos vizinhos do lado ocidental dos Pirineus, acaba por se implicar em certa incoerência comparativa caso se retome passagem do seu livro de estreia, acima reproduzida, em que atesta tal manifesta e singular característica dos povos ibéricos. Vejamos:

O livro começa por um estudo em torno dos primeiros contatos dos franceses, mercadores e navegantes quinhentistas, com a terra do Brasil, quando lhes caberia, ao lado dos portugueses, reduzir nossa natureza ainda bravia a uma natureza cristã e doméstica. Creio que se pode, sem exagero, atribuir aos franceses, em seu afã colonizador, muitas das qualidades de adaptação e acomodação que Gilberto Freyre costuma, *com bons motivos*, considerar típicas dos portugueses. É sabido que quando não conseguiam elevar o nível da cultura dos indígenas, “*franciser les sauvages*”, como se dizia ao tempo de Luiz XIV, muitos não hesitavam em descer ao nível deles (HOLANDA 2011d [1940], p. 194, grifo nosso).

Quanto às linhas finais da curta resenha, Sérgio Buarque não deixa de reiterar suas radiantes exaltações – de ordem formal e epistemológica – ao ensaísta recifense, expurgadas asperamente da reedição de *Raízes do Brasil*, oito anos depois:

Sente-se mesmo um desapego mal dissimulado ante certos quadros tradicionais que entravam a ação da técnica europeia, desapego quase surpreendente em quem escreveu *Uma cultura ameaçada* e tantas outras páginas de envolvente ternura pelas coisas de nosso passado português colonial. É que em Gilberto Freyre a visão do historiador e do sociólogo pode ser nítida sem precisar ser friamente científica. Assim, as qualidades excepcionais do escritor, longe de distrair, antes reforçam no pesquisador uma inteligência, não direi serena, mas bem equilibrada e, naturalmente, generosa (HOLANDA 2011d [1940], p. 196, 197).

Vale frisar que, se contrastado ao sólido prestígio simbólico e institucional que Gilberto Freyre detinha nesses anos iniciais da década de 1940, “o crítico literário, historiador e funcionário público (recém-mudado do Instituto Nacional do Livro para a Biblioteca Nacional) Sérgio Buarque de Holanda ainda não dispensava apresentações” (FRANZINI; LOURENÇO 2017, p. 05), a despeito de ter já publicado *Raízes do Brasil*, que passara praticamente por três décadas de lentas e graduais estratégias de reconhecimento e consagração (cf. FRANZINI 2006; e FELDMAN 2013). É a partir da sua segunda edição, pois, que se vislumbra mais intensamente a tentativa de Holanda de se afirmar como historiador *stricto sensu*, dotado dos requisitos e das propriedades

de posições necessárias no campo intelectual, e, sobretudo, como proponente de uma matriz interpretativa respaldada pelo crivo universitário e de outras tantas instituições, uma vez que o próprio contribuía para a consolidação de um dos projetos vencedores da ideia de universidade no Brasil, ao mesmo tempo em que sua formação era por ele plasmada.

Pois bem, qual o expediente adotado por Sérgio Buarque de Holanda no tocante a Gilberto Freyre entre as, segundo nossos cálculos, mais de 700 emendas efetuadas em *Raízes do Brasil* – 1948? O mais gritante, decerto, diz respeito ao ocultamento, em alguns trechos, e expurgo por completo do nome do recifense e da sua obra das páginas do referido livro. Em alguns casos, exclui-se o nome, porém mantém-se o teor do argumento, numa atitude que, para jogarmos com o autor e com o seu próprio *phármakon*, pode ser caracterizada como genuinamente cordial. Vale recordar que somente àquela altura, 12 anos após a publicação da primeira edição, é que o livro se vê agraciado com a sua segunda edição, ao passo que *Casa-grande & Senzala* já ultrapassara a marca de cinco edições até 1946, além das vertidas para línguas estrangeiras (cf. FRANZINI 2006, p. 157, nota 43; e SORÁ 1998, p. 18, notas 16, 17, 18 e 19). Prosseguindo o cotejamento, vejamos emblemático trecho da edição de 1936:

Nosso catholicismo tão característico, que permite tratar aos santos com uma intimidade quasi desrespeitosa, e que deve parecer tão escandaloso ás almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. Gilberto Freyre, que tão bem se occupou dessa liturgia “antes social que religiosa”, em *uma obra que representa o estudo mais serio e mais completo sobre a formação social do Brasil*, fala-nos dos anjos e santos, que só falta tornarem-se carne e descerem dos altares, nos dias de festa, para se divertirem com o povo; nos bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres; nas mães ninando os filhos com as mesmas cantigas de louvar o menino Deus, etc. A popularidade, entre nós, de uma Santa Thereza de Lisieux – Santa Therezinha – resulta muito do character intimista que pode adquirir seu culto, um culto amavel, quasi fraterno, que se accomoda mal ás cerimoniaes e que repelle as distancias (HOLLANDA 1936, p. 105, grifo nosso).

Fixemos, agora, a passagem da segunda edição, a partir da qual o/a leitor/leitora notará, de imediato, que o que restou de Freyre foram apenas alguns longínquos e abafados ecos. Além de supressão de todo o trecho um tanto humorado, extraído quase que *ipsis literis* do livro de 1933: “Os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo; os bois entrando

pelas igrejas para ser benzidos pelos padres; as mães ninando os filhinhos com as mesmas cantigas de louvar o Menino-Deus [...]” (FREYRE 1980 [1933], p. 59), e que dá lugar a um enunciado de tom mais grave e enxuto, desaparecem, também, de modo virulento, o nome do recifense e o tributo ao seu estudo. *O anátema, pois, são menos suas ideias do que propriamente o autor:*

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa, e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provem ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma Santa Tereza de Lisieux – Santa Terezinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias (HOLLANDA 1948, p. 219-220).

Acerca da já considerada permeabilidade e capacidade contemporizadora do português em face de outras culturas, especificamente em relação à África, simplesmente elimina-se, a partir dessa edição, todo o trecho, abaixo reproduzido, de nota de rodapé em que continha o nome do autor, citação direta com registro bibliográfico do seu livro, bem como o argumento a partir do qual estabelece alguns matizes e algumas ressalvas à sua tese. Da nota, permanece, nas edições subsequentes, apenas referência à obra *Rassekunde Europas*, publicada em 1926, pelo “Dr. Hans Günther” (HOLLANDA 1936, p. 28, nota 6), antropólogo e eugenista considerado mentor das políticas raciais nazistas (cf. WAIZBORT 2011, p. 60, nota 27) e um dos intelectuais que, ao longo dos anos da República de Weimar, eram identificados à “revolução conservadora” (MATA 2016, p. 5). O autor alemão, no caso, vem ao auxílio do brasileiro na medida em que atesta a distinção “racial” dos portugueses em relação aos “seus próprios vizinhos e irmãos, os hespanhoes, por ostentarem um contingente maior de sangue negro” (HOLLANDA 1936, p. 27, 28). Daí a “ausencia completa, ou praticamente completa, entre elles, de qualquer orgulho de raça”, o que constitui uma das faces bem típicas de sua “extraordinaria plasticidade social” (HOLLANDA 1936, p. 27). Leiamos, enfim, o excerto relativo a Gilberto Freyre que se inscrevia na nota a fins de referendar esse seu argumento elaborado no capítulo “Trabalho e Aventura”:

O Snr. Gilberto Freyre, contrariando uma afirmativa de Waldo Frank, declara, ao comparar o português e o hespanhol, que o primeiro é dos dois, talvez, “o menos gothico e o mais semita, o menos europeu e o mais africano: em todo caso o menos definidamente uma coisa e outra. O mais vago e impreciso”. V. Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala*, Maia & Schmidt,

1934, pg. 7. Si é possível, todavia, falar-se em “gothico” a proposito do castelhano, será mais difficil fazel-o, com a mesma justiça, a proposito do andaluz, do gallego e do proprio catalão (HOLLANDA 1936, p. 28, nota 6).

Outra sutil emenda efetuada por Sérgio Buarque, no livro de 1948, diz respeito a argumento corroborado, também, por nota de rodapé relativa a artigo do *Livro do Nordeste*, publicado pelo pernambucano em 1925. Como nos excertos anteriores, o enunciado permanece relativamente intacto. No entanto, nesse caso, em lugar da mera alusão ao autor, mediante locução elogiosa “conhecedor fidedigno”, tem-se o seu próprio nome acompanhado do distintivo tratamento “Snr.”. A nota que remete a esse trabalho de Gilberto Freyre confirma considerações sobre o domínio do *pater familia* e a sua influência solar na verdadeira autarquia que era o engenho. Porém, um detalhe que chama atenção, nesse passo do capítulo denominado “Passado Agrário”, na primeira edição, e “Herança Rural”, na segunda, refere-se, a nosso ver, ao uso de mesmo enunciado a servir a chaves interpretativas distintas e, possivelmente, bifurcadas acerca de valorações – orientadas pelos respectivos momentos de publicação das edições – concernentes a certos aspectos da formação social. Ora o escritor-sociólogo se vê mobilizado indiretamente como fonte legítima a informar a opulência aristocrática dos bens mobiliários produzidos no âmbito do próprio engenho, ora parece ser insinuamente evocado, no texto principal, apenas como uma metonímia, por assim dizer, representativa de todo o aristocratismo sustentado pela estrutura autossuficiente da monocultura do açúcar. No seu conjunto, portanto, sugerimos que, a partir de *Raízes do Brasil* – 1948, o argumento convém ao intuito de referendar a sua clivagem manifestamente progressista, a partir da qual opera suas críticas mais duras à sociedade patriarcal:

O engenho, sob o seu commando, era um organismo completo e que repousava sobre si mesmo. Tinha força armada para defendel-o em casos de emergencia. Tinha capella, onde se rezavam as missas nos domingos. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desemperrava e instruia os meninos. A alimentação diaria dos moradores e aquella com que se recebiam os visitantes frequentemente agasalhados, procediam das plantações, das creações, da caça ou da pesca, proporcionadas no proprio lugar. Tambem no lugar montavam-se as serrarias de onde saham promptos o mobiliario e apetrechos do engenho, alem da madeira para as casas; a obra dessas serrarias chamou a atenção e *causou a admiração* do viajante Tollenare, pela sua “execução perfeita”. Hoje mesmo, em certos lugares do Nordeste, *onde foi mais adeantada a cultura rural*, apontam-se – segundo um conhecedor fidedigno – “as commodas,

bancos, armarios, que são obra de engenho, revelando-o no não sei que de rustico de sua consistencia e no seu ar distintamente heraldico” (HOLLANDA 1936, p. 85-86, grifos nossos).

Vejamos, agora, o trecho na edição de 1948, com o qual o rival paulista, abruptamente, vira a chave no modo irônico, usando Freyre contra Freyre:

O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam acabados o mobiliário, os apetrechos do engenho, além da madeira para as casas: a obra dessas serrarias chamou a atenção do viajante Tollenare, pela sua “execução perfeita”. Hoje mesmo, em certas regiões, particularmente no Nordeste, apontam-se, segundo o Snr. Gilberto Freyre, as “cômodas, bancos, armários, que são obra de engenho, revelando-o no não sei que de rústico de sua consistência e no seu ar distintamente heráldico” (HOLLANDA 1948, p. 102-103).

Embora a atenuação não seja tão patente quanto às inúmeras que se podem verificar em outras passagens do ensaio de 1948, ainda assim não deixa de ser surpreendente, doravante, que a obra daquelas serrarias não cause mais admiração em Tollenare, assim como o fato de o Nordeste perder o seu estatuto de cultura rural afirmativamente mais adiantada. Estaria o passo extraído da edição de 1936 em unidade orgânica com muitas das peças que compõem o ensaio, e que convergem para a peremptória afirmação segundo a qual “entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos”, e que “ao seu lado todos os lemmas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, sem raízes profundas na realidade” (HOLLANDA 1936, p. 152)?

## Considerações finais

Vimos que, mediante uma série de estratégias textuais e discursivas, bem como das compósitas formas de se representar – e ser representado –, Sérgio Buarque de Holanda, *plasticamente*, consagra-se por meio da batalha simbólica com o seu

principal oponente intelectual. Em face das questões estético-políticas do ambiente próprio ao campo cultural da década de 1920, tivemos o ensejo de entrever o modo como o paulista, a partir das competições que pautaram a leitura de *Ulisses*, bem como o seu envolvimento nas principais publicações da época, engendrou estratégias de projeção e aquisição de capital social e cultural nas malhas do modernismo que se tornou hegemônico desde o eixo Rio-São Paulo. O gradual reconhecimento de Holanda, bem como o que se reteve e se projetou em termos de memórias, levou-nos, portanto, ao tempo das questões ético-políticas, já na década de 1930 em diante. Aí, notamos como o futuro autor de *Visão do Paraíso* reencontrou-se com Gilberto Freyre e o seu celebrizado *Casa-grande & Senzala*. De ponto de partida e inspiração intelectual nutrida desde o tempo das competições literárias, o pernambucano se converteu, na filigrana da segunda edição de *Raízes do Brasil*, em par antitético a partir do qual empreenderam-se construções mútuas de memórias, disputas de matrizes interpretativas, de projetos institucionais e, como vimos, de ásperos apagamentos. Expediente tal que não pode ser apartado da atuação do paulista no horizonte de afirmação de um projeto universitário cujo afã da especialização mobilizou, década de 1950 adentro (cf. SANCHES 2019, p. 134-198), seus signos e significantes múltiplos em prol de suas escolas, seus nomes próprios e classificações de toda sorte a delinear as linhas de força a presidir o “novo”,<sup>10</sup> fazendo “*existir uma nova posição para além das posições ocupadas, à frente dessas posições, na vanguarda*” (BOURDIEU 1977, p. 39, grifos do autor).

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. *In*: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. p. 15-45.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

BANDEIRA, Manuel. Casa-grande & Senzala [1965]. *In*: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal [1933]. São Paulo: Global, 2003. p. 12-13.

<sup>10</sup> Cf., por exemplo, HOLANDA, 2011c [1948].

BASTOS, Elide Rugai. *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo. Perspectivas*, São Paulo. n. 28, p. 19-36, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. *In: POUILLON, Jean et al. Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.

BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 13, p. 3-43, 1977.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. **Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

COSTA LIMA, Luiz. **Limites da Voz** (Montaigne, Schlegel, Kafka) 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et al. (org.). Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo do Estado; IEB, 1988. p. 72-79.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. p. 7-64. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51).

DIMAS, Antonio. Barco de proa dupla. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, p. 112-126, jun.-ago. 2002.

FAORO, Raymundo. Mestre Sérgio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2002. Caderno Mais! Disponível em: <https://bityli.com/gS4Si>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FELDMAN, Luiz. Organizar a Desordem: *Raízes do Brasil* em 1936. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, p. 1131-1168, 2015.

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 119-140, jun. 2013.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANZINI, Fábio; LOURENÇO, Elaine. Quando historiadores foram à escola: a *História do Brasil* de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda (1944) e os ecos da nova historiografia brasileira. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2017.

FREYRE, Gilberto. Acerca de jardins. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 maio, 1925. Disponível em: <https://bit.ly/3kvCw3T>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FREYRE, Gilberto. Apresentação. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936. p. V-IX.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de Jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt Ltda., 1933. Consultado na *Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda* – Biblioteca Central Cesar Lattes, Universidade Estadual de Campinas.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal [1933]. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

FREYRE, Gilberto. James Joyce: O creador de um rhythmo novo para o romance. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 dez. 1924. Disponível em: <https://bit.ly/37HSzrQ>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937. [Consultado na *Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda* – Biblioteca Central Cesar Lattes, Universidade Estadual de Campinas].

FREYRE, Gilberto. Sergio, mestre de mestres. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 117, 1987.

HOLLANDA, Maria Amélia Buarque de. Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa dos 70 anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 421-446.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia é difícil. As observações e as conclusões de um especialista com base no exame da história (entrevista concedida a João Marcos Coelho). **Veja**. São Paulo, p. 3-6, 28 jan. 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Corpo e Alma do Brasil: entrevista de Sérgio Buarque de Holanda [1981]. SOUZA, Laura de Mello *et al.*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 69, p. 3-14, jul. 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Depois da "Semana". *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979a. p. 273-279.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Depois da Semana. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro II (1950-1979). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011a. p. 174-177. [Originalmente publicado no **Diário Carioca**, 24 fev. 1952].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno da Semana. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro II (1950-1979). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011b. p. 170-173. [Originalmente publicado no **Diário Carioca**, 17 fev. 1952].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Novos rumos da Sociologia. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro I (1920-1949). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011c. p. 513-517. [Originalmente publicado no **Diário Carioca**, 3 out. 1948].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. *In*: PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisséias do conceito moderno de história. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 50, mar. 2010 [1951].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O problema das culturas II. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos. Livro I (1920-1949). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011d. p. 192-197. [Originalmente publicado no **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1940].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sociedade Patriarcal. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979b. p. 99-110. [Originalmente publicado, em três partes, na **Folha da Manhã**, em 10, 13 e 23 nov. 1951].

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

KAUFFMANN, Robert Lane. The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method. *In*: BUTRYM, Alexander J. (ed.). **Essays On The Essay**: Redefining the Genre. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 1989. p. 221-240.

LUKÁCS, Georg. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. Tradução de Mario Luiz Frungillo. **Revista UFG**, Goiânia, ano 10, n. 4, 2008.

MACÉ, Marielle. **Le temps de l'essai**. Histoire d'un genre en France au XXe siècle. Tours: Belin, 2006.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 1-25, jul/dez. 2016.

MONTAIGNE, Michel de. **Montaigne**. Ensaios. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).

MONTEIRO, Pedro Meira. **Signo e desterro**: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil. 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2015.

MORESCHI, Marcelo Seravali. **A façanha auto-históricográfica do modernismo brasileiro** (Brazilian Modernism as an Auto-históricographical Avant-Garde). 2010. Thesis (Doctor of Philosophy in Hispanic Languages and Literatures) – University of California, Santa Barbara, 2010.

NETO, João Cabral de Melo. **Museu de tudo**. Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

NICODEMO, Thiago. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960. *In*: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros, 2012. p. 109-132.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa-grande & Senzala* e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. A disputa de Homero. *In*: NIETZSCHE, Friedrich. **Cinco prefácios para cinco livros não escritos**. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1996. p. 26-32.

ORIGEM DA PALAVRA. **Site de etimologia**. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ROCHA, João Cezar de Castro. **O exílio do homem cordial; ensaios e revisões**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária. **Dicta&Contradicta**, Rio de Janeiro; São Paulo, n. 9, p. 10-28, 2012.

SANCHES, Dalton. **Agonística buarquiana: Sérgio Buarque de Holanda em combates com Gilberto Freyre e Alceu Amoroso Lima (1920-1960)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana, 2019.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

STAROBINSKI, Jean. **Pour un temps/Jean Starobinski**. Paris: Centre Georges Pompidou, 1985.

VECCHI, Roberto. Periphery as a Work Eccentric Modernities and Lusophone-Tropical Rearrangements. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 17-34, jun. 2014.

VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do *Diário de Notícias* (1948-1953). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 66, p. 729-762, set.-dez. 2018.

VERISSIMO, Erico. Uma literatura chega à maioria [1945]. *In*: VERISSIMO, Erico. **Breve história da literatura brasileira**. Tradução de Maria da Glória Bordini. São Paulo: Globo, 1995. p. 119-126.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, jul. 2011.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Dalton Sanches doutorou-se em História, em 2019, pela Universidade Federal de Ouro Preto. Em 2017, realizou período de estágio sanduíche – bolsista Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE-CAPES) – no Departamento di Lingue, Letterature e Culture Moderne da Università di Bologna, Itália, sob supervisão de Roberto Vecchi. Atua nas áreas de História Intelectual, Teoria da História e Historiografia, Historiografia Brasileira e História do Brasil Republicano, com ênfase na cultura historiográfica da primeira metade do século XX. É filiado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM-UFOP), à Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e à Associação Nacional de História (ANPUH).

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua do Seminário, s/n, Mariana/MG, 35420-000, Brasil.

### FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal de Ouro Preto (PROPPi-UFOP) e pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE-CAPES). Processo: 88881.134175/2016-01.

### AGRADECIMENTO

Partes fundamentais deste artigo se beneficiaram das generosas e agudas observações de Elodia Lebourg (revisão), Mateus Pereira, Emílio Maciel, Roberto Vecchi, Guilherme Bianchi, Thiago Nicodemo, Henrique Estrada, Marcelo Rangel e Sérgio da Mata. Somos gratos, ainda, aos editores, pareceristas e revisores da revista, pelos incontornáveis apontamentos e sugestões que enriqueceram consideravelmente o texto.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## PUBLICAÇÃO PRÉVIA

O artigo é originado de capítulo, substancialmente reescrito e desdobrado, da tese: *Agonística buarquiiana: Sérgio Buarque de Holanda em combates com Gilberto Freyre e Alceu Amoroso Lima (1920-1960)*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, em 2019, sob orientação de Mateus Henrique de F. Pereira e coorientação de Emílio Carlos R. Maciel.

Link: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12562>

## EDITORES RESPONSÁVEIS

João Rodolfo Munhoz Ohara - Editor Executivo

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

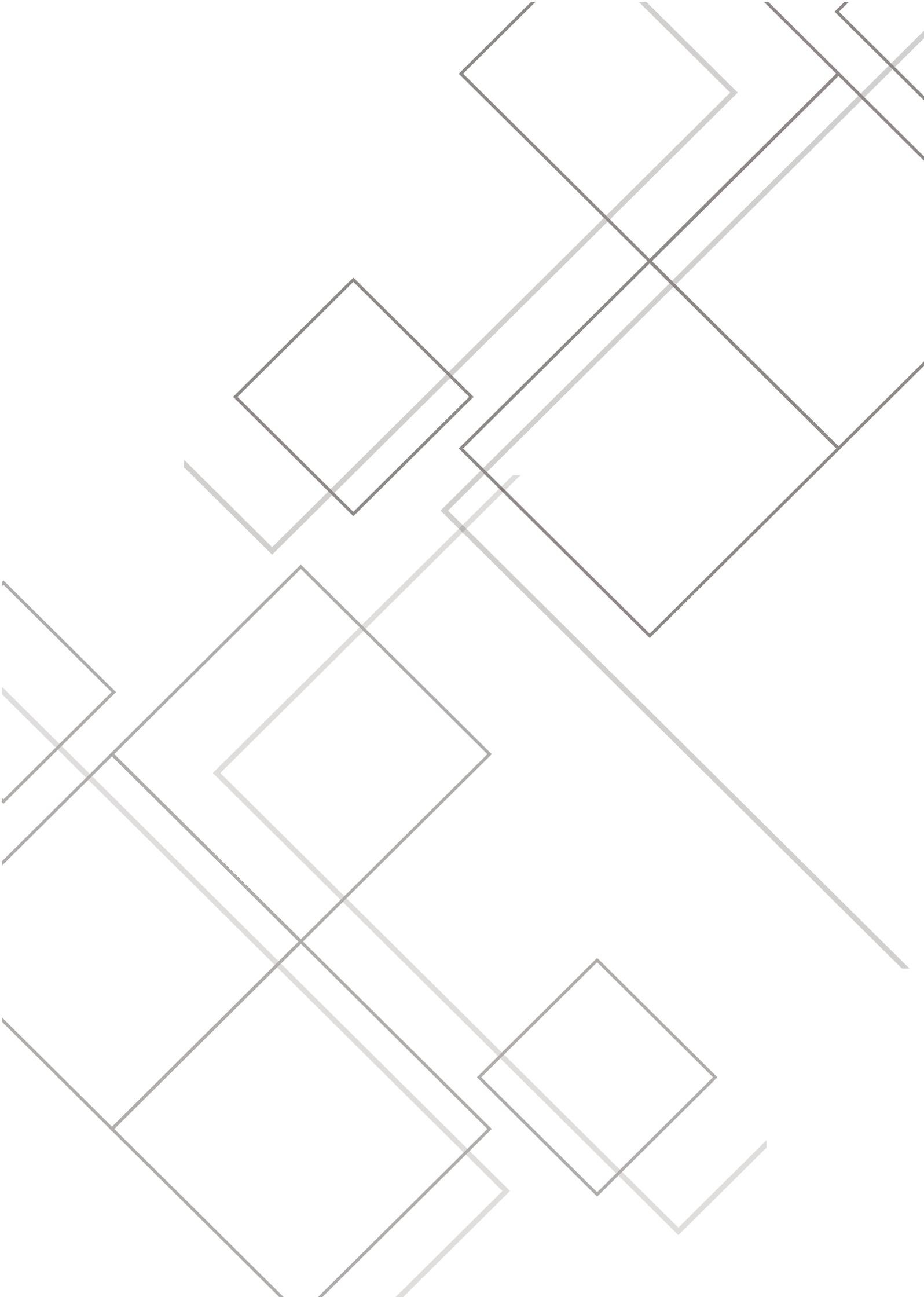
Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](#).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 29 de outubro de 2020.

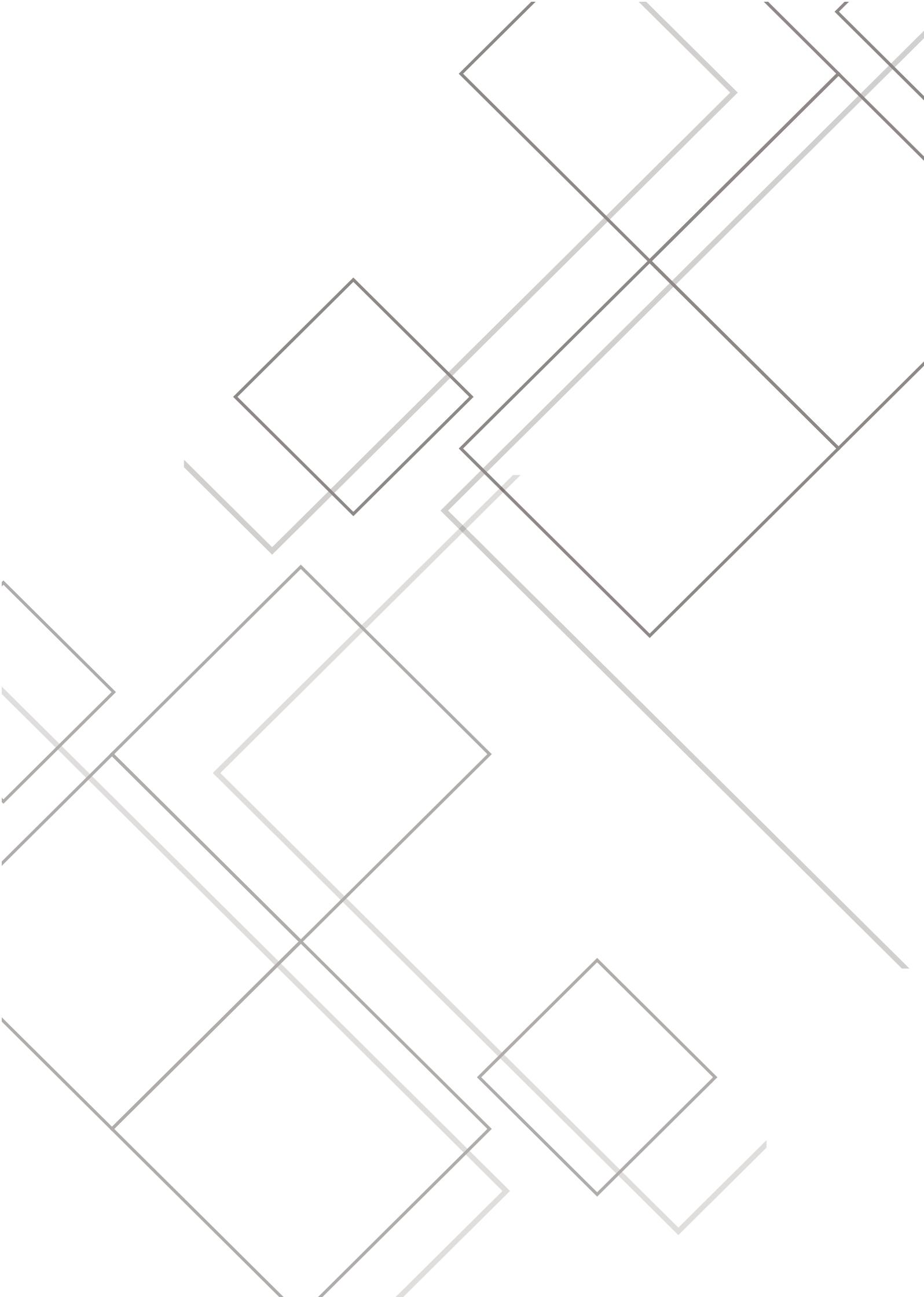
Alterado em: 30 de dezembro de 2020.

Aprovado em: 4 de janeiro de 2021.



# ARTIGO DE REVISÃO

REVIEW ARTICLE



# Os estudos do futebol na Inglaterra: um balanço bibliográfico da produção acadêmica sobre hooliganismo

Football studies in England: a bibliographic review of the literature on hooliganism

**Bernardo Borges Buarque de Hollanda** <sup>a</sup>

E-mail: [bernardobuarque@gmail.com](mailto:bernardobuarque@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-7781-4684> 

<sup>a</sup> Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Escola de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

O artigo apresenta o debate bibliográfico sobre os estudos futebolísticos na Inglaterra, delineando as principais vertentes de análise e interpretação da violência no esporte, fenômeno comportamental associado ao profissionalismo esportivo na segunda metade do século XX. Visa-se expor as matrizes mais importantes de pensamento – autores, obras e instituições – que se debruçaram sobre o comportamento de grupos de torcedores, dentro e fora dos estádios daquele país, entre as décadas de 1960 e o início dos anos 2000. Sustenta-se que a chamada Escola de Leicester, reunida ao redor da figura de Norbert Elias, em especial seu discípulo Eric Dunning, foi capaz de desenvolver o mais extenso referencial teórico de explicação histórico-sociológica para as brigas intergrupais e a sua “busca da excitação”, decorrente das rixas e das emulações entre adeptos de diferentes clubes ingleses. De forma contemporânea aos acontecimentos que procura analisar, entende-se que o subcampo de estudos intitulado “hooliganismo” na Grã-Bretanha é tributário da hegemonia interpretativa eliasiana e balizou a leitura dos sentidos de um “processo civilizador” entre o público seguidor dos esportes modernos, com ênfase a seus períodos conjunturais de “descivilização”. É desse modo que se opera um “antes”, isto é, as correntes que trouxeram as primeiras análises para a explicação da violência *hooligan* no futebol até os anos 1970, e um “depois”, ou seja, os pesquisadores que a partir dos anos 1990 procuraram rever os paradigmas da *Leicester School* e, no limite, formularam uma crítica a seus pressupostos, a fim de superá-los.

## PALAVRAS-CHAVE

História social dos esportes. Futebol na Inglaterra. Hooliganismo.

## ABSTRACT

This article presents the bibliographic debate on football studies in England, outlining the main aspects of analysis and interpretation of football violence, a behavioral phenomenon associated with professional sports in the second half of the 20th century. The objective is to present the most important matrices of thought – authors, studies and institutions – that focused on the behavior of groups of fans, inside and outside the stadiums of that country, between the 1960s and the early 2000s. The so-called Leicester School, gathered around Norbert Elias, especially his disciple Eric Dunning, was able to develop the most extensive theoretical framework of historical-sociological explanation for intergroup fights and their “search for excitement”, resulting from the feuds and emulations between supporters of different English clubs. Contemporary to the events analyzed, this article shows that the subfield of studies entitled “hooliganism” in Great Britain originates from the Eliasian interpretive hegemony and marks the reading of the meanings of a “civilizing process” among modern sports audiences, with emphasis on its cyclical periods of “decivilization”. Two moments are then discussed, a “before” – that is, the currents that brought the first analyses to explain hooligan violence in football until the 1970s – and an “afterwards” – researchers who, from the 1990s, sought to revise the paradigms of the Leicester School and formulated a critique of their assumptions in order to overcome them.

## KEYWORDS

Social history of sports. Football in England. Hooliganism.

## Introdução

O presente artigo tem a finalidade de prover um balanço da bibliografia inglesa dedicada ao futebol, em particular a um subcampo de estudos intitulado nativamente de *football hooliganism*. As pesquisas acadêmicas tiveram início mais sistemático na década de 1960 e se estendem até o presente, acompanhando o impacto da repercussão pública do fenômeno no país, sob a denominação, em seus períodos mais críticos, de *English disease*. Com base no levantamento da bibliografia especializada, colhida na *British Library* e em bibliotecas universitárias daquele país durante período de pós-doutoramento, colocaremos em destaque as correntes e os intérpretes que procuraram examinar as práticas e os significados da violência interclubista e intergrupala de torcedores de futebol no país ao longo de cinco décadas.

Dada a impossibilidade de abranger todo o volume de títulos hoje existentes e acumulados nos acervos compulsados, entre artigos, capítulos e livros – Pearson e Scott falam em *over-researched field* (2007, p. 37) –, concentrar-me-ei em um conjunto determinado de instituições e pesquisas. Estas, de maneira mais coesa e coletiva, procuram na Inglaterra compreender a subcultura *hooligan*, com destaque à série de investigações desenvolvidas pela chamada Escola de Leicester. A corrente teve à frente o sociólogo Eric Dunning (1939-2019), um dos principais discípulos e parceiros de Norbert Elias durante a fase inglesa deste intelectual de origem alemã, radicado na cidade de Leicester nos anos 1950.

Sustento como hipótese que a hegemonia da sociologia figuracional eliasiana, entre os anos 1970 e 1990, permite de início a estruturação de um subcampo em torno de um “antes”, isto é, as primeiras abordagens sobre a temática, conduzidas por pesquisadores de Oxford e Birmingham nos anos 1960. À época, os dois grupos acentuaram um viés ora psicológico, ora marxista, ora midiológico no tratamento do tema. A crítica dessas primeiras interpretações e a introdução da grade conceitual sociológica de Elias, estabelecida por Eric Dunning, consolidaram em solo inglês a dominância da perspectiva histórico-social para o assunto, à luz da sociologia associada ao mestre alemão.

Entretanto, o avanço do debate teórico, a ampliação do número de pesquisas etnográficas e os desdobramentos político-sociais da problemática *hooligan* na pauta da sociedade inglesa finissecular nos anos 1990 e 2000 resultaram na emergência de um “depois”. Em outras palavras, face ao estabelecimento hegemônico da Escola de Leicester, pesquisadores britânicos da geração seguinte passaram a questionar as premissas de cariz sociológica dos eliasianos, preconizando uma análise com base em

critérios diferenciados da abordagem de Elias acerca das cadeias de interdependência, do *habitus* e da esportificação dos jogos, entre outros, bem como da continuidade do trabalho sobre violência nos estádios por seus epígonos.

Destarte, tenciona-se nessa revisão da literatura uma contribuição à comunidade brasileira que se consagrou aos estudos científicos do futebol, mormente à subárea das torcidas organizadas, em face de uma atualização da história e do estado da arte do tópico na bibliografia especializada daquele país europeu, considerado o berço histórico dos esportes modernos desde o século XIX.

Esse balanço foi motivado também por ocasião do falecimento de um dos maiores especialistas no tema, Eric Geoffrey Dunning, a 10 de fevereiro de 2019. O autor, que já foi considerado o *founding father* “entre nós” da sociologia do esporte e dos estudos sobre hooliganismo em particular, visitou o Brasil nada menos que oito vezes entre 1996 e 2011 (WATSON; GASTALDO 2019, p. 343), uma prova da influência de sua obra e da força da sua interlocução com pesquisadores brasileiros dedicados ao tema.

## A Copa e o kop: assunção de um problema nacional

Pode-se dizer que, após a realização da Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, o fenômeno do *hooliganismo* passou a ser reconhecido como um problema social de alcance nacional e de certa gravidade entre as autoridades britânicas, com consequências e problemáticas de impacto no decorrer das décadas de 1970 e 1980. A visibilidade adquirida pelos cognominados *hooligans* no futebol naquela oportunidade – lembre-se de que já havia a existência desse personagem no imaginário britânico extraesportivo desde o final do século XIX, conforme mostraremos com o autor Geoffrey Pearson (1983) mais à frente – mostrar-se-ia um fator de inquietação pública, com crescentes brigas e desordens provocadas nas tribunas de futebol, nas imediações dos estádios, nas invasões de campo, nos *pubs* ou nos meios de transporte, especialmente nos trens que conectam o país.

Essa subcultura juvenil britânica formou-se no interior de um espaço futebolístico, o *kop*, denominação nativa para um lugar também conhecido como *ends* ou *terraces*. Tal setor popular situava-se atrás do gol, no quadrilátero dos estádios britânicos em que se encontravam os torcedores considerados mais engajados e fervorosos. A designação inicial remete aos anos 1960 e a Anfield Road, estádio do Liverpool FC, onde se notabilizaram os *supporters* ou *fans*, cuja nomenclatura depreciativa passaria a ser *hooligans* ou *casuals* nas décadas seguintes.

A propósito, a expressão *kop* remete a um evento histórico da Guerra dos Bôeres, na África do Sul, durante batalha entre ingleses e holandeses no início do século XX, a *Spion Kop*. É desconhecido o modo pelo qual o termo foi transladado e incorporado ao universo do futebol da segunda metade do século passado. De todo modo, sendo uma menção original à torcida do Liverpool, vários grupos de torcedores na Europa com o tempo adotaram o nome para se referir seja ao setor do estádio em que se agrupavam, seja à intitulação da própria torcida, a exemplo do *Kop of Boulogne*, do Paris Saint-Germain, no *Parc des Princes*, na capital francesa (BROMBERGER 2004).

Se de início as brigas protagonizadas pelos *hooligans* ficavam adstritas às competições nacionais, no decorrer nos anos 1970 e 1980 os incidentes também seriam registrados em competições entre clubes e nações na Europa continental. Segundo a apreciação de estudiosos, tratou-se de numa espiral de agravamento da situação, o que chamou a atenção da opinião pública e gerou repercussões do ponto de vista dos meios de comunicação, das políticas de repressão e mesmo da mobilização da Academia inglesa para a compreensão desses fenômenos, vistos como irracionais e patológicos, anômalos e disruptivos.

O primeiro relatório oficial acerca dos *hooligans* e das condições de segurança nos estádios britânicos veio à luz no ano de 1968. Intitulou-se *report* Harrington – alusão ao psiquiatra britânico John Harrington –, e foi publicado na cidade de Bristol, com a denominação de *Soccer Hooliganism*. Logo depois, em 1969, vem o *Lang Report*, atribuído a Sir John Lang, *chairman* do Conselho de Esportes ministerial, que contém 23 recomendações de segurança nos estádios.

Esses documentos oficiais seriam os primeiros de um conjunto de nove relatórios publicados no decorrer dos decênios seguintes. O nono e último, talvez o mais conhecido – intitulado *Taylor Report* –, seria produzido na esteira da tragédia ocorrida no estádio de Hillsborough, em abril de 1989, na cidade de Sheffield, quando morreram esmagados noventa e cinco torcedores em virtude da superlotação de uma partida semifinal da Copa da Inglaterra, entre Liverpool FC e Nottingham Forest.

Esse relatório, cujo inquérito foi desta vez redigido pelo lorde de Justiça, o senhor Peter Taylor, acerca das causas da tragédia e das prescrições para os estádios ingleses teria efeito não nas praças de desporto da Grã-Bretanha dos anos 1990, mas constituiu um ponto de inflexão na história contemporânea do futebol europeu e internacional. Como se sabe, os estádios iriam passar desde então por profundas reformas estruturais.

O advento da *Premier League* corresponderia às expectativas pela constituição de um novo tipo de público e se conjugaria com o completo remodelamento arquitetônico das arenas.

Em paralelo, convém frisar, isso se daria não apenas em função da obra de arquitetos e engenheiros ou da proposição de parlamentares e juízes responsáveis por redigir tais inquéritos. Nesse bojo, o recrutamento de quadros universitários oriundos das Ciências Humanas e Sociais para a explicação da natureza do comportamento coletivo ao redor do futebol profissional de alto rendimento e para a proposição de políticas preventivas se disseminaria por todo o continente, com o apoio financeiro despendido pela União Europeia, pela UEFA e pela FIFA.

No Reino Unido, teve destaque a chamada Escola de Leicester, sob orientação sociológica do teórico alemão Norbert Elias (1897-1990), intelectual de origem judia que se estabeleceu na Inglaterra durante a Segunda Guerra, ocupando em princípio um posto de menor projeção docente e universitária, na condição de *lecturer* de Sociologia em Leicester, a partir de 1954. Antes disso, o autor tivera formação com Alfred Weber em Heidelberg, com Karl Mannheim em Frankfurt e breve passagem pela *London School of Economics* (LEITE LOPES 1995). Sabe-se ainda que sua obra-prima, *O processo civilizador*, dividida em dois volumes, foi escrita em alemão na biblioteca do *British Museum*, ao longo de três anos (GIULIANOTTI 2004, p. 146).

Nos anos 1970 e 1980, a Escola passou a receber apoio institucional e governamental para uma série de pesquisas sobre a história, a antropologia e a sociologia dos esportes, com especial atenção ao hooliganismo britânico. O suporte financeiro consolidou-se nos anos 1980, por meio de um centro de pesquisas no interior da universidade, batizado de *Sir Norman Chester Centre for Football Research*.

A equipe de pesquisadores incumbida de entender o assunto vai ter à frente o sociólogo Eric Dunning (1936-2019), primeiro orientando de Elias na Universidade de Leicester, que se tornaria, ao final da vida, professor emérito do Departamento de Sociologia. Dunning foi leitor pioneiro de *Über den Prozess der Zivilisation* na Inglaterra, em um raro exemplar no original alemão, visto que o livro somente seria vertido em língua inglesa no ano de 1978. Esse estudante propusera ao orientador, ainda nos anos 1950, a aplicação de um estudo histórico-social do esporte e do lazer na Grã-Bretanha à luz da teoria do *processo civilizador*.

Ele mesmo jogador universitário de rúgbi e estudioso das origens sociais do críquete, Dunning já era àquela altura o respeitado diretor do *Centre for Football Research* da

Universidade de Leicester e começava a trilhar um percurso intelectual próprio com a organização e com a publicação de seus próprios livros na década de 1970: *The sociology of sport: a selection of readings* (1971) e *Barbarians, gentlemen and players: a sociological study of the development of rugby football* (1979), este último em parceria com Kenneth Sheard.

Como resposta ao desafio de decifrar o aparente fracasso da aplicação do controle das emoções às torcidas britânicas, Dunning assinava, em coautoria com John Williams e Patrick Murphy, outros dois discípulos de Elias, um artigo-síntese dos argumentos apresentados em maior extensão ao longo da década de 1980 na forma de um tríptico de livros, tão extensos quanto densos: *Hooligans abroad – the behavior and control of English fans in continental Europe* (1984); *The roots of football hooliganism – an historical and sociological study* (1988); e *Football on trial: spectator violence and development in the football world* (1989).

Em verdade, a trilogia de Dunning, Williams e Murphy, que teria sucessivas reedições na década de 1990, era fruto de uma longa pesquisa, incluindo trabalho de campo, desenvolvida entre 1979 e 1982, e guardava algumas especificidades importantes. Feita sob encomenda oficial, ela se constituía de relatórios entregues ao deputado Norman Cherster, encarregado pelo Parlamento britânico e pela Liga inglesa de encontrar e apontar soluções para os distúrbios envolvendo os *hooligans* em toda a Europa. Sob os auspícios do *Social Science Research Council*, pertencente ao *Department of Environment*, e do *Football Trust*, as informações tinham por finalidade fornecer as bases para a compreensão do fenômeno e, logo em seguida, para a edificação de um programa de ação por parte do poder público e das autoridades esportivas competentes.

Além da trilogia, Eric Dunning organizaria, em parceria com Norbert Elias, o livro *Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process* (1986), uma coletânea de artigos escritos desde os anos 1950 por seu mentor alemão e por ele próprio, com estudos sobre sociologia e história dos esportes no contexto britânico. Tal estudo, com repercussão internacional, foi vertido para o francês, o espanhol e o português nos anos 1990, e desdobrar-se-ia em mais dois: *Sport and leisure in the civilizing process* (1992) e *Sport matters: sociological studies of sport, violence and civilization* (1999).

Especificamente no tocante à temática *hooligan*, Dunning organizaria ainda um quarto livro no início do século XXI sobre o assunto, intitulado *Fighting fans: football hooliganism as a world phenomenon* (2002).

Nesta produção, com o argumento de que o hooliganismo não seria uma problemática exclusiva à Grã-Bretanha, é apresentada uma espécie de mapa contemporâneo das torcidas em diversas partes do mundo. A proposta consistiu em reunir especialistas de cada país dos cinco continentes que tematizaram o assunto em sua realidade local, indo dos *barra-bravas* da Argentina às *hinchadas* do Peru, dos *kutten fans* da Alemanha aos *tifosi* da Itália, dos *ultras* da Espanha aos *siders* da Bélgica, sem contar os grupos de torcedores do Leste Europeu, da Grécia e da Turquia, possuidores de “reputação” internacional entre seus pares, em função da atmosfera efervescente das arquibancadas, das rivalidades e dos confrontos intertorcidas.

## Crítica às matrizes explicativas do hooliganismo

A realização de estudos por parte do grupo de pesquisadores de Leicester acerca da violência entre os torcedores não foi pioneira nem única na Inglaterra. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, à medida que a questão ganhou importância na opinião pública, foram sendo realizadas investigações por outras escolas britânicas, nucleadas especialmente em centros de Birmingham e de Oxford.

Em razão desse motivo, antes da abordagem do que para eles eram as raízes profundas do *hooliganismo* – o sentimento de prazer vivenciado nas brigas, o modelo encorajador de tal tipo de comportamento encontrado no meio social de origem e o futebol como lugar privilegiado para manifestação dessas expressões de agressividade –, os alunos de Elias iniciavam seu ensaio com a exposição das explicações a seu ver mais superficiais, ou “ortodoxas” (FROSDICK; MARSH 2005, p. 94), consagradas ao fenômeno, dentre as quais se encontravam o consumo de álcool e a violência emanada da dinâmica intrínseca do campo de jogo.

Em seguida, para afirmar seus argumentos, os autores passavam em revista as teorias preexistentes sobre os *hooligans* no meio universitário. Logo depois, demarcavam as diferenças perante elas e mostravam as deficiências e as inconsistências teóricas que subjaziam a cada uma.

A primeira corrente, fiduciária do marxismo, era personificada por três autores: Ian Taylor, John Clarke e Stuart Hall. O primeiro, autor dos artigos *Soccer consciousness and soccer hooliganism* (1971b) e *Football mad: a speculative sociology of football hooliganism* (1971a), explicava a violência torcedora como uma espécie de revolta da classe trabalhadora contra o progressivo caráter burguês e internacional que o

jogo assumia no final dos anos 1960. Tratava-se de um movimento de resistência às mudanças em curso no futebol e, mais especificamente, uma reação à descaracterização do sentido de comunidade dos clubes ingleses.

O segundo, responsável pelo texto *Football and working-class fans: tradition and change* (1978), também atribuía o hooliganismo às transformações operadas pelo profissionalismo e pelo seu processo de “espetacularização”, a que adicionava a desagregação dos laços comunitários locais verificados entre os trabalhadores ingleses. Após a eclosão da Segunda Guerra mundial, as diferentes gerações proletárias deixaram de frequentar os estádios juntas, como estavam acostumadas, o que propiciou o estabelecimento de um fosso cultural no seio das famílias operárias, separando jovens e adultos, pais e filhos.

O terceiro, autor do ensaio *The treatment of 'football hooliganism' in the press* (1978), expoente dos chamados Estudos Culturais na Universidade de Birmingham, bastante conhecido no universo acadêmico brasileiro, correlacionava o papel da mídia na criação de uma situação de “pânico moral” – termo cunhado pelo sociólogo Stanley Cohen no livro *Folk devils and moral panic* (2002) – nos estádios ao aumento da inquietude nacional decorrente da deterioração econômica vivenciada pela Grã-Bretanha. Se a imprensa não poderia ser responsabilizada, evidentemente, pela criação do fenômeno, o modo como a retratava tinha efeitos inesperados, muitas vezes com a deturpação de seu entendimento.

Já a segunda corrente, influenciada pela etologia e sobretudo por Desmond Morris, autor de *The soccer tribe* (1981), para quem tal esporte nada mais significava do que uma “caçada ritual”, era representada por Peter Marsh, E. Rosser e R. Harré, organizadores do livro *The rules of disorder* (1978). O grupo de Oxford tinha por mérito, ao contrário da primeira corrente explicativa que se atinha ao hooliganismo de uma maneira muito genérica e como uma contraposição apenas interclasses, compreender o sentido dos conflitos em sua dimensão intergrupala. A impressão de anarquia e de desordem descrita pelos meios de comunicação acerca do comportamento dos fãs não era procedente, e com isto a mídia acabava por ser uma espécie de caixa de ressonância, responsável pela amplificação dos distúrbios nos estádios.

À parte a relação com os demais atores sociais envolvidos, tratava-se de saber por que os torcedores criavam o seu próprio conjunto de regras de enfrentamento, recorrendo, para tanto, a ritos nos quais a violência era um símbolo, uma metonímia. Dentre as insuficiências apontadas pelos estudiosos de Leicester no modelo dos autores de Oxford, incluía-se a crítica a esta última consideração, que tendia a subestimar a

possibilidade concreta de confrontos físicos diretos em função dos procedimentos de ritualização. Menos que polos distantes, violência e ritual eram entendidos por Dunning, Murphy e Williams como manifestações separadas por um fio tênue.

## Por uma abordagem sociológica eliasiana: a emergência da Escola de Leicester

A questão essencial para os seguidores de Elias era o entendimento das razões pelas quais jovens e adolescentes do sexo masculino pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos da sociedade, notadamente os saídos da classe operária e frequentadores dos estádios nos fins de semana, sentiam prazer em se confrontar fisicamente. Da mesma maneira, era importante saber em que medida a formação de um estilo de vida nesse meio dependia do respectivo encorajamento ao comportamento agressivo em seu meio de origem. Por fim, era mister elucidar o significado do futebol como o espaço escolhido para a exibição de tais condutas.

A fim de responder a essas indagações axiais, Dunning e seus colegas recorriam a um sociólogo estadunidense, descendente da Escola de Chicago, Gerald Suttles, autor de *The social order of the slum* (1968) e *The social construction of communities* (1972), trabalhos que abordavam as especificidades das camadas inferiores da classe operária, de onde eram egressos os jovens que formavam as subculturas violentas e que pautavam seus valores em padrões viris de afirmação da masculinidade.

Os representantes de Leicester extraíam do estudioso a expressão “segmentação ordenada”, que em muitos aspectos se assemelha ao “sistema de linhagens” descrito por antropólogos sociais britânicos como Evans-Pritchard. Em seu estudo sobre as comunidades de Chicago, Suttles sublinhava de que maneira as unidades territoriais costumavam articular suas identidades particulares, com a atribuição de um peso considerável à idade, ao gênero e à etnia. Estas por seu turno se imbricavam com a estrutura maior da sociedade e com o jogo de construção das identidades contrastivas intercomunitárias.

O referido esquema de sociabilidade poderia obedecer à variação de escalas em nível local, regional ou nacional, com a tendência ao estabelecimento de associações bilaterais entre grupos que ora se opunham, ora se aliavam. Tal modelo divisório-complementar de moradores de um bairro contíguo adjacente, que poderia se estender até mesmo a ordens de grandeza maiores, com polarizações entre cidades, regiões e países, dava

origem a grupos vicinais de jovens do sexo masculino, formados na socialização em espaços públicos como a rua. Os laços de moradia adquiriam assim sentido e coesão à medida que se contrapunham aos demais grupos e à ameaça representada por rivais externos.

Ao lado das rivalidades criadas no convívio com seus pares em espaços públicos como a rua, a casa também constituía um lugar de destaque para a construção de um modelo entre os jovens adolescentes, espelhados nas condutas arbitrárias e violentas dos pais. O estereótipo do chefe de família da classe operária mais baixa – algo aproximado à *personalidade autoritária* de Adorno – é o daquele que exerce um severo controle sobre seus consanguíneos com base na força bruta e na separação bem clara entre os papéis masculinos e femininos.

Este tipo é aqui evocado para explicar, em termos eliasianos, a sociogênese da “masculinidade agressiva”. Ao contrário dos círculos sociais, inclusive dos operários em melhor condição econômica, em que a violência causa repulsa e é condenada, esses jovens proletários encontravam uma emoção agradável na intimidação e no confronto com seus inimigos, sem gerar qualquer sensação interna de culpa.

Como corolário, aquele que sobressaía nas lutas tornava-se respeitado, adquiria prestígio com seus colegas e ganhava status no meio de origem. Essa reputação crescia em importância porquanto ela se tornava a forma principal de visibilidade social. Por um mecanismo de estigmatização no trabalho e na escola, o trabalhador das classes subalternas é aquele que se sente alijado da sociedade envolvente e não divisa qualquer possibilidade de ascensão educacional ou profissional.

Destarte, a variação na frequência dos distúrbios e das brigas provocadas nos campos de futebol dependia em parte do grau de incorporação da classe trabalhadora na vida social britânica. Isso não implicava que a pobreza, o desemprego e a falta de perspectivas econômicas se refletissem de maneira imediata na produção e na reprodução das práticas de violência, pois, no universo sociológico de Norbert Elias, as causas e os efeitos variam sempre de acordo com as configurações, que são interações complexas, nunca automáticas.

## Da sociologia à história: a pesquisa com arquivos e jornais

A relação variável entre os *hooligans* e o grau de inserção social de frações da classe operária no processo civilizador podia ser constatada pelos autores na ampla

pesquisa empreendida junto aos arquivos da *Football Association* e a uma série de jornais ingleses.

Além da observação de que a figura do *hooligan* estava longe de ser uma novidade histórica, a coleta de informações nos periódicos e nos acervos oficiais mostrou a oscilação do comportamento violento nos estádios ao longo da formação do profissionalismo esportivo na Inglaterra. Com base nesse registro estatístico colhido nos documentos da imprensa, envolvendo incidentes entre grupos de torcedores, e à luz da interdependência entre sociedade e futebol, foi proposta uma explicação hipotética para os ciclos de violência nos estádios.

A reflexão sobre o material levantado revelou a existência de um movimento curvilíneo, em formato de um U, durante três tempos principais esquadrinhados na longa duração do futebol inglês. Grosso modo, a violência – mensurada pelos autores como desordens, confusões e brigas ocorridas nos estádios – apresentou, no início da história do futebol profissional, índices altos. Em seguida, houve um declínio e uma estabilização em patamares baixos, considerados toleráveis. Por fim, ela voltou a crescer em uma escalada ascendente. Longe de ser aleatória, a linha gráfica encontrava correspondência no nível de integração social e no estágio do processo civilizador, que, como reiterava Elias, era uma mensuração mais técnica do que hierárquico-judicativa.

O primeiro momento se situava no último quartel do século XIX e no início do século XX, até a Primeira Guerra Mundial. Nessa fase, os periódicos registraram um número frequente de brigas, distúrbios e charivaris. Segundo os autores, com a profissionalização do futebol em 1880, a entrada da classe operária nas tribunas dos estádios imprimiu um cunho emocional mais vibrante, aberto e infrene no acompanhamento do futebol, se comparado ao comedido público aristocrático de até então.

O estudioso escocês Herbert Moorhouse mostrava a ancestralidade do torcedor desordeiro, com base na legião de frequentadores de estádios na Escócia, como o *Celtic Park* ou o *Hampden Park*, que em fins do século XIX já abrigava mais de cinquenta mil espectadores. De igual maneira a Dunning, recorria-se ainda aos jornais da década de 1890, como o respeitado *The Times*. Ao perquirir as origens do termo, localizava-se o vocábulo *houlihan*, designador dos traços de insociabilidade de uma família irlandesa que vivera na Londres Vitoriana oitocentista, passando a designar atividades de gangues violentas e de grupos juvenis desordeiros, o que dava uma coloração mítica à sua narrativa de origem.

As remissões históricas fazem contraposição à existência de uma “idade de ouro”, em que teria vigido o autêntico e tradicional *British way of life*, a seguir de modo estrito a política, ou o mito, de vigência da *law and order*. A 30 de outubro de 1890, era possível colher a seguinte passagem no jornal londrino, conforme atilada pesquisa do professor Geoffrey Pearson, publicada no livro *Hooligan: a history of respectable fears*, em princípios dos anos 1980:

‘What are we to do with the “Hooligan”? Who or what is responsible for his growth? Every week some incident shows that certain parts of London are more perilous for the peaceful wayfarer than the remote districts of Calabria, Sicily, or Greece, once the classic haunts of brigands. Every day in some police court are narrated details of acts of brutality of which the sufferers are unoffending men and women. So long as the “Hooligan” maltreated only the “Hooligan”, so long as we heard chiefly of attacks and counter-attacks of bands, even if armed sometimes with deadly weapons, the matter was far less important than it has become . . . There is no looking calmly, however, on the frequently occurring outbursts of ruffianism, the systematic lawlessness of groups of lads and young men who are the terror of the neighbourhood in which they dwell. Our “Hooligans” go from bad to worse. They are an ugly growth on the body politic, and the worst circumstance is that they multiply and that the education boards and prisons, police magistrates and philanthropists, do not seem to ameliorate them. Other great cities may throw off elements more perilous to the State. Nevertheless, the “Hooligan” is an odious excrescence on our civilization.’ (PEARSON 1983, p. 10).

A segunda conjuntura correspondia ao entreguerras e aos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Nessa ocasião, há uma queda significativa no registro dos confrontos físicos nas partidas, resultante de uma série de transformações nas relações sociais, com a incorporação no pós-1945 dos benefícios da política do *Welfare State* para boa parte da população da Inglaterra. Era uma época de “inclusão” da classe operária, o que ocorreu graças à organização dos sindicatos, com a conquista de várias melhorias nas condições de trabalho, e às ações do governo, que, por sua vez, concedeu garantias trabalhistas, com a extensão de vários direitos civis às mulheres. Essa fase, também denominada pela imprensa como *Golden Age*, tem início nos anos 1920 e ficou marcada pela criação do mito do torcedor inglês como *gentleman*, quando o etos aristocrático se transforma em *etos* nacional.

O torcedor civilizado, protótipo da fleuma e da sobriedade inglesa, é forjado em contraposição ao torcedor de origem latina, do sul da Europa, mais conhecido por seu

modo espontâneo e caloroso. Nesse sentido, graças ao futebol, é criada uma oposição tanto entre esse tipo ideal inglês e as paixões típicas dos latinos da Europa continental, quanto entre os civilizados ingleses e os supostamente bárbaros de origem britânica: escoceses, celtas e irlandeses.

A passagem da segunda para a terceira conjuntura, na virada da década de 1950 para 1960, corresponde à mudança na configuração do público esportivo. Nesse momento, assiste-se ao recrudescimento de incidentes violentos nos estádios, em certos momentos de forma vertiginosa. Os *kops*, *ends* ou *terraces*, como eram chamados os locais mais baratos e mais vibrantes dos estádios, situados atrás do gol, tornaram-se alvo de uma “topofilia”, para falar com o geógrafo inglês John Bale (1993), entre jovens torcedores londrinos, que criaram ali torcidas chamadas de firmas ou *crews*, como a *Inter City Firm*, do londrino West Ham United, ou os *Headhunters*, do também londrino *Chelsea*.

Junto a essa cultura juvenil em gestação, subgrupos urbanos já existentes, como os *mods*, os *rockers*, os *teddy boys* e os *skinheads*, transferem suas próprias lógicas de rivalidade para o futebol ao longo dos anos 1970 e 1980. Setores políticos ligados à extrema direita também procuram se aproximar de algumas torcidas, com vistas a recrutar adeptos juvenis à sua causa e a utilizar os estádios como canais de expressão ideológica, conforme sucede na aproximação do *National Front* com franjas de torcedores radicais, a exemplo dos estigmatizados fãs do londrino Millwall.

Além da “segmentação ordenada”, categoria supracitada, a justificativa dos autores para a intensificação da violência compreendia a incidência desigual das taxas de incorporação social, aferidas mediante a educação escolar e o mercado de trabalho. Com isso, o contingente saído das frações mais baixas da sociedade volta a se expandir e a provocar tumultos. Em meados da década de 1960, o núcleo duro do proletariado apropria-se dos campos esportivos não apenas como lugar de sociabilidade, mas também como forma de enfrentamento com os pares rivais e de manifestação do descontentamento perante a sociedade abrangente.

A polêmica em torno dos estereótipos tributados ao hooliganismo, dentre eles os de fanatismo, de irracionalidade e de selvageria, não se cingiu às explicações sociologizantes mais previsíveis e às ligações mais imediatas com as esferas políticas e econômicas do país, sejam as retrações do emprego, sejam os efeitos deletérios sobre a classe trabalhadora por parte das medidas liberais do governo Thatcher nos anos 1980. As punições sofridas pelos clubes ingleses, impedidos de disputar torneios internacionais durante cinco anos, em virtude das brigas de seus torcedores na Europa continental,

iriam ainda recolocar um amplo espectro de questões éticas sobre o agir humano em coletividade. A partir do futebol, grandes temas universais para o homem ocidental do século XX seriam retomados, a saber, a psicologia das multidões, a decadência do Ocidente, o choque entre civilização e barbárie, a xenofobia e a intolerância perante o outro.

A interpretação proposta pela Escola de Leicester no decorrer dos anos 1980 contém, pois, um conjunto de indicações sugestivas para o entendimento mais panorâmico do nosso objeto. O recurso dos autores à imprensa não se limita ao registro das informações fornecidas pela mesma. A suposição de uma transparência da realidade nos fatos relatados é descartada, e a indagação recai no papel dos meios de comunicação na construção da imagem do *hooligan* e na fabricação do problema, tal como já apontado por Stuart Hall em 1978.

Em primeiro lugar, os exemplos arrolados sobre conflitos descritos na imprensa, desde o limiar do século XX, permitem dirimir qualquer ideia de ineditismo ao assunto. Em seguida, o acompanhamento retrospectivo das abordagens dos jornalistas esportivos acerca dos *hooligans* evidencia o quanto o fenômeno ganhou repercussão nacional em razão do tratamento dado pela imprensa. A análise específica de tabloides esportivos populares como o *The Sun*, conhecido pela produção de matérias de teor sensacionalista, foi a base para a sustentação do argumento.

Na década de 1960, quando o jornalismo inglês de uma maneira geral passava por reformulações editoriais e estruturais, a concorrência entre tabloides pelo aumento de vendas se intensificou e, em muitos casos, o sensacionalismo fez parte de uma estratégia comercial para o crescimento da vendagem. A percepção de que as brigas entre os *hooligans* cativavam o público leitor desses diários esportivos levou os jornais à ampliação da cobertura relativa ao assunto. Às vésperas da realização da Copa do Mundo de 1966, os jornalistas alardearam um temor quanto ao comportamento dos torcedores ingleses, e a visibilidade deles ganhou uma dimensão ainda maior.

A generalização de um “pânico moral” no futebol e na sociedade, ainda para retomar a expressão cunhada em fins dos anos 1970 por Stuart Hall, proporcionou um sentimento de decadência dos valores, que foi atribuído a um mal cuja responsabilidade era dos fãs de futebol. Conforme reportam Dunning, Murphy e Williams, o jornal *The Sun*, a 8 de novembro de 1965, referia-se à situação da seguinte forma: “*Soccer is sick at the moment. Or better, its crowds seem to have contracted some disease that causes them to break out it fury.*”

A questão até então pontual tomou uma proporção nacional e extrapolou o cenário esportivo. A mobilização da polícia a fim de impedir os confrontos encontrou como solução paliativa a divisão territorial das torcidas nos estádios. Sem surtir efeito, a demarcação de territórios contribuiu tão-somente para a potencialização do conflito, na visão dos autores. A crise propagou-se também para fora do país, e a imagem do torcedor inglês foi fixada no exterior por meio do estereótipo *hooligan*: um jovem pobre, mal inserido na sociedade, delinquente na vida ordinária e consumidor excessivo de álcool.

Na defesa do argumento, os autores de Leicester chegam à conclusão de que, embora o jornalismo esportivo não tivesse sido o fator decisivo para a emergência do fenômeno, a cobertura dos meios de comunicação havia desempenhado um papel ativo na construção da imagem do *hooligan* e na sua difusão em termos sensacionalistas. O trabalho da equipe de pesquisadores, com uma abordagem diacrônica da violência torcedora na imprensa, contribuiu para relativizar uma série de preconceitos que seus contemporâneos tinham acerca da questão.

A proposição de uma escala temporal e de uma variação de suas configurações no decorrer do século XX permitiu uma nova perspectiva e um conhecimento mais apropriado do tema. A reconstituição do problema levou à utilização do jornal como fonte na busca por informações sobre o comportamento das plateias esportivas. Tal recurso mostrou, por um lado, as potencialidades da pesquisa em periódicos; por outro, deixou clara as suas limitações, que derivavam do caráter seletivo, tendencioso e moralizante de muitas das notícias.

## Da ilha ao continente: o hooliganismo como “problema” intercontinental

Exposta a diacronia do fenômeno, a Escola de Leicester também se debruçaria sobre um aspecto importante na extrapolação do comportamento dos torcedores: os jogos “fora de casa”. A narrativa dos jornalistas, responsáveis pelas reportagens acerca das circunstâncias dos jogos no exterior, seria a mesma autorizada a transpor para o imaginário da sociedade o ambiente das viagens entre os torcedores. A licenciosidade e a extravagância dos *hooligans* nos *away matches* seriam dois dos aspectos mais frisados pelos jornalistas esportivos, que se aventuravam nas viagens a fim de testemunhar a selvageria das ações antidesportivas nos meios de transporte e nos deslocamentos fora da Grã-Bretanha.

Embora estabelecessem uma diferenciação ante as pesquisas científicas, os estudiosos da Escola de Leicester encontrariam, nos escritos dos jornalistas esportivos, algumas chaves para a compreensão da lógica da viagem instituída entre os torcedores de futebol na década de 1970. Dunning, Murphy e Williams baseavam-se em trechos da entrevista concedida por um *hooligan* do Cardiff City ao jornalista Paul Harrison, publicada em 1974 no artigo intitulado *Soccer's Tribe War*, para a revista *New Society*. Os eliasianos se apropriavam de uma expressão cunhada pelo entrevistador para captar a forma como os grupos de torcedores rivais se relacionavam uns com os outros nesses encontros.

A *síndrome de Beduíno* era o mote “tribal” que caracterizava o esquema silogístico das alianças e das associações, desviando a questão dos domínios da sociologia para o terreno da antropologia. As amizades e as inimizades entre torcidas visitantes e anfitriãs na Europa eram compostas com base em uma equação que parece primária: o amigo de um amigo é um amigo; o inimigo de um inimigo é um amigo; o amigo de um inimigo é um inimigo; e o inimigo de um amigo é um inimigo.

O primeiro livro publicado por esses três autores, *Hooligans abroad* (1984), abdicava do relato de jornalistas e procurava aprofundar por si próprio a vivência direta dos pesquisadores nas viagens com torcedores. John Williams seria responsável por um trabalho de campo durante todo o ano de 1982, quando acompanharia os deslocamentos dos *hooligans* em pelo menos três oportunidades: a final da Copa europeia de clubes, disputada entre o Aston Villa e o Bayern de Munique, na cidade holandesa de Roterdã; a partida decisiva pelo campeonato europeu de seleções entre Dinamarca e Inglaterra, disputada em Copenhague; e os jogos da seleção inglesa durante a Copa do Mundo realizada na Espanha.

Àquela altura, os antecedentes dos *hooligans* já haviam feito espriar sua fama pelo continente, compondo uma espécie de coleção de transtornos e “horrores” no exterior, desde pelo menos 1965, quando o Manchester United foi jogar na Alemanha Ocidental, passando por meados da década de 1970, quando o mesmo Manchester jogou no estádio do Feyenoord, na Holanda, até o início dos anos 1980, quando foram registrados sucessivos incidentes em Luxemburgo, Copenhague, Turim e Oslo.

Os moradores das cidades onde ocorriam as partidas vivenciavam assim um clima de expectativa e apreensão, à espera da chegada dos “mindless English thugs”, de modo que Williams tinha de lidar com essa condenação prévia e taxativa aos torcedores

com os quais se envolvia. O *pânico moral* – tendência a responsabilizar um grupo social pelos problemas por que passa toda uma sociedade – parecia bem apropriado à situação.

Para a observação participante, John Williams travestia-se de um torcedor comum do Aston Villa, clube da cidade de Birmingham, viajando à Holanda no intuito de vivenciar aquela experiência de modo direto, a fim de melhor compreender as reais intenções daqueles *hooligans*, para além dos estigmas atribuídos de antemão. As conversas informais permitiam-lhe ainda a obtenção de informações referentes à idade, à ocupação e à orientação política daqueles torcedores. Esta última era a questão capital que se impunha na época, pois no início da década de 1980 sondava-se a suspeita de envolvimento de torcedores com partidos de extrema direita inglesa. Segundo a constatação do sociólogo, muitos dos viajantes eram desempregados, pertenciam aos estratos mais baixos da sociedade e alguns deles tinham antecedentes criminais.

A etnografia de John Williams constituía parte de uma pesquisa sociológica voltada para o auxílio da polícia na elaboração de um programa de prevenção no curto e no longo prazo. Os eliasianos de Leicester buscavam uma alternativa para o impasse entre as ações das autoridades policiais, que se valiam apenas da repressão como forma de contornar as desordens, e os representantes dos meios universitários, que via de regra minimizavam a violência entre os torcedores, tornando-a secundária. Assim, nos ônibus e sobretudo nos trens, o pesquisador inteirava-se das motivações dos torcedores para os jogos do clube fora do país, interrogava-se sobre as manifestações de hostilidade aos estrangeiros e ficava a par da importância das recordações de antigas viagens.

O último ponto era crucial: a lembrança das viagens passadas, espécie de ritual de iniciação e de provação nas excursões e caravanas, proporcionava o compartilhamento de uma memória coletiva, com os relatos de histórias que compunham o imaginário e que punham à prova os padrões de "masculinidade agressiva". Além das viagens, o pesquisador descrevia os incidentes testemunhados fora dos estádios durante a Copa do Mundo de 1982, com confrontos que se davam entre os ingleses, a polícia e os hostis anfitriões espanhóis. Nestas ocasiões, o fervor nacionalista e a xenofobia se exacerbavam, discurso que facilmente poderia resultar em cenas de torcedores feridos, hospitalizados e presos.

## Hooli-lit books: um subgênero jornalístico-literário

Não é possível afirmar se o método de infiltração entre os *hooligans* adotado por John Williams na pesquisa entre fins dos anos 1970 e início da década de 1980 inspirou direta ou indiretamente os jornalistas contemporâneos. Fato é que estes adotariam a mesma estratégia no desvendamento daquele universo semissecreto de confrontos, penetrando nos bastidores de uma série de transgressões e de viagens por diversos países da Europa. O relato mais notório do gênero, que se tornaria um *best-seller* editorial no mundo, graças à sua tradução em várias línguas, chama-se *Among the thugs* (1990), de autoria de Bill Buford.

Publicado em 1990, o livro descreve as impressões de um jornalista de origem norte-americana que conviveu durante seis anos com torcedores britânicos do Manchester United, seguindo-os em *pubs*, em trens, em estádios e em viagens por cidades europeias, tais como Cardiff, Cambridge, Sunderland, Turim, Düsseldorf e Sardenha. O jornalista dedicava-se a relatar, com filigranas literárias, os requintes de crueldade e os atos de selvageria de que eram capazes aqueles indivíduos, em nome da suposta paixão pelo seu clube de futebol.

A recepção, a curiosidade e o interesse despertado no grande público pela obra podem ser avaliados a partir da sua recepção internacional. Já em 1991, o livro era traduzido para o italiano, com o nome *I furiosi della domenica: viaggio al centro della violenza ultra*. Em 1992, a produção aparece também em português, com o título *Entre os vândalos – a multidão e a sedução da violência*, em edição que ficaria a cargo da editora Companhia das Letras. Dois anos depois, ela apareceria ainda em francês, com o título *Parmi les hooligans*, além de uma versão em espanhol a que não tivemos acesso.

Em verdade, o expoente dessa modalidade de jornalismo etnográfico nada tinha de especialista em esportes. Nascido em 1954 na Louisiana, Estados Unidos, Bill Buford vivera em Los Angeles até se radicar na Inglaterra em 1977, graças à obtenção de uma bolsa de pesquisa que lhe permitiu desenvolver pesquisas literárias em Cambridge, escrever para jornais ingleses e se tornar diretor da revista literária *Granta*. Em seu testemunho, como um típico norte-americano, o futebol era algo estranho à sua vida e nunca havia comparecido a um estádio até 1983.

O fenômeno *hooligan* apareceu-lhe em uma situação cotidiana casual, quando regressava do País de Gales a sua casa, numa estação de trem de uma pequena cidade próxima a Cardiff. Naquela ocasião, Buford ficou impressionado com a chegada de um trem abarrotado de ruidosos torcedores. Tão logo o trem

estacionou na *gare*, os torcedores protagonizariam uma série de depredações e de atrocidades que muito o impactaram. Em sua justificativa da obra, diz que aquele incidente fora decisivo, e desde então resolveu seguir e se infiltrar entre os “fanáticos” torcedores. Na primavera de 1984, o autor partiu em viagem para assistir à semifinal da Recopa, disputada em Turim, em um jogo entre Juventus e Manchester.

Já naquela primeira oportunidade, o autor tomaria parte em um voo e descreveria o ambiente da excursão cunhando a expressão “turista-escória” para designar aqueles tipos humanos aficionados pelo futebol:

Duzentos e cinquenta e sete torcedores do Manchester United chegaram na manhã de quarta-feira, por obra e graça de Bobby Boss, a fim de voar até Turim para um jogo ao qual estavam proibidos de comparecer. A maioria dos torcedores do avião se conhecia; era uma excursão de clube. Ninguém sabia onde íamos nos hospedar; ninguém possuía ingressos para o jogo. Mas todos estavam com uma disposição de férias; todos orgulhosos de fazer parte de um grupo de turistas-escória. Havia um bocado de fotos a tirar. Havia a foto de registro de chegada para o voo, da garrafa comprada no *free shop* semivazia. E, embora eu admita que parecesse um pouco estranho ver tanta gente consumindo garrafas de um litro de vodca às 10 da manhã, nosso voo para Turim foi bastante tranquilo – barulhento, bem-humorado, mas, afinal de contas, sem divergir o mínimo daquilo que eu imaginava que outras excursões inglesas deveriam ser. O grupo, no conjunto, parecia inofensivo e divertido, e descobri que tudo aquilo – meu esforço para levantar cedo, o desconforto de viajar de Londres para Manchester com um garoto que não podia se permitir comprar um lenço, a súbita exposição a tanta gente extravagante – estavam começando a terminar. Honestamente, eu estava me divertindo. O fato, no entanto, era o seguinte: o turista-escória estava a caminho para devastar o país que iria visitar. Por ora, ele chegava a Turim (BUFORD 1992, p. 29-30).

A coletânea de histórias se estende de 1984 até 1988, quando Buford acompanhou a Eurocopa realizada na Alemanha junto aos briguentos fãs que foram à cidade de Dusseldorf, mesmo proibidos de participar de competições internacionais após a tragédia de Heysel, em 1985, na Bélgica, quando da semifinal entre Juventus da Itália e Liverpool da Inglaterra, dentro do que hoje é a *Champions League*, torneio internacional disputado por clubes europeus. Espécie de dublê de etnógrafo, com uma escrita em dicção romanesca, Buford teria sua derradeira experiência com os *hooligans* em 1990, ocasião em que se dirigiu a Sardenha, cidade italiana, para acompanhar a Copa do Mundo.

A minuciosa narrativa estruturada em três partes e narrada em primeira pessoa, com toques chocantes centrados naqueles tipos humanos para os quais não se poupavam juízos de valor – extravagantes, repugnantes, grosseiros –, parecia expor entretanto mais as sensações íntimas e as inquietações pessoais daquele jornalista do que o universo investigado em si. Se a motivação inicial revelada pelo autor era saciar as suas curiosidades sobre aqueles “abomináveis fanáticos” – “eu queria conhecer melhor aquilo”, “ser um deles” –, ao fim e ao cabo de seu relato sobressaía mais o frisson vivenciado pelo autor e menos o conhecimento da *persona* dos vândalos. Os requintes de prazer nos pormenores das brigas e nas inúmeras situações de risco descritas por Buford faziam crer que seu objetivo último era hipostasiar as cenas, chocando o leitor com as sensações de perigo e medo por ele heroicamente vividas.

O livro não obstante era revestido de credibilidade acadêmica na Inglaterra, uma vez que se tratava de um jornalista com formação literária e intelectual, dotado de uma considerável bagagem de leituras no assunto, seja o livro de Geoffrey Pearson, mencionado páginas acima – *Hooligans: a history of respectable fears* (1983) –, seja a obra de Eric Dunning, John Williams e Patrick Murphy – *The roots of football hooliganism: an historical and sociological study* (1988) –, seja o clássico de autoria do historiador marxista inglês Georges Rudé – *The crowd in history* (2005).

Além disso, como se depreende dos agradecimentos do livro, o sociólogo John Williams havia lido os originais antes da publicação e feito sugestões ao trabalho, o que dava uma legitimidade universitária à obra. Ademais, Buford parecia ter feito uma sólida pesquisa prévia, com a demonstração incontestante de um largo conhecimento dos grandes teóricos da *psicologia das massas*, pontificada por Gustave Le Bon, antes de enquadrar os torcedores no rol paradigmático das pulsões destrutivas.

Para além do sensacionalismo, a contribuição sociológica apresentada pelo jornalista era a crítica ao pressuposto corrente de que os *hooligans* eram jovens proletários sem perspectiva, provenientes das classes subalternas, frutos de uma juventude desfavorecida e frustrada. Ao refutar a explicação economicista, em certa medida defendida pelos eliasianos, Buford empenhava-se em mostrar a normalidade dos papéis sociais exercidos por aqueles torcedores no cotidiano, que ocupavam as mais diversas e heterogêneas áreas do ponto de vista profissional e familiar: bancários, funcionários públicos, comerciantes, pais de família etc.

Em contrapartida, esse dado levava o autor a reforçar as explicações etológicas e patológicas avalizadas pelos *psicólogos das massas* para entender a dupla personalidade daqueles indivíduos. Mesmo integrados no dia a dia da sociedade inglesa, os

aficionados do futebol eram capazes de extravasar em grupo o ódio e a frustração, com manifestações racistas, nacionalistas, xenófobas, pautadas em toda uma mitologia da virilidade. Ao descrever na segunda parte do livro as festas do *National Front* a que compareciam os *hooligans*, Buford comprovava, com a autoridade de seu testemunho, as estreitas ligações ideológicas dos fãs de futebol com as diretrizes políticas dos movimentos de extrema direita, conhecidos à época pelos inegáveis traços neonazistas.

O sucesso do *voyeurismo* esportivo de Buford resultou em um *boom* editorial no mercado inglês com vários tipos de relatos do gênero, de livros de memória e autobiografias a ficções e filmes. O escritor contemporâneo John King aventurou-se no romance *The football factory* (1996), livro de quase quatrocentas páginas sobre o universo de um jovem torcedor do Chelsea e de seu grupo de amigos torcedores, versão ficcional que seria transposta também para as salas do cinema.

Nick Hornby, roteirista de *Alta fidelidade*, aficionado pelo Arsenal, publicou *Fever pitch* (1992), que teria acolhida internacional, sendo também adaptado para o cinema. Escrito em forma de diário de bordo, o livro relatava suas memórias de adolescência e juventude nos estádios ingleses, divididos em três tempos: 1968-1975; 1976-1986; e 1986-1992. Esse conjunto de trabalhos passou a ser valorizado tão logo o hooliganismo tornou-se um fenômeno sob maior controle na Inglaterra, desencadeando por outro lado polêmicas em torno da glamourização das brigas naquelas obras autobiográficas, literárias e cinematográficas. Elas contribuíram assim para a consolidação de um imaginário acerca dos *hooligans* na Europa e em boa parte do mundo.

Nas décadas seguintes, estimulados pelo sucesso das vendas de livros de acadêmicos e de jornalistas sobre futebol, bem como os relatos publicados de experiências de torcedores, frequentadores de jogos ligados ao hooliganismo, muitos deles afastados dos estádios, começaram eles próprios a escrever suas memórias e a publicar suas histórias vivenciadas nos campos. Sendo vários deles com teor sensacionalista, de modo a criar impacto na recepção do leitor pela crueza da narrativa, os livros geraram um subgênero literário, intitulado *hooli-lit books*, capazes de ocupar estantes inteiras das livrarias na Inglaterra.

## A hegemonia eliasiana e “depois”: os estudos acadêmicos nos anos 1990 e 2000

Voltando à temática acadêmica, o recrudescimento do hooliganismo no futebol durante a segunda metade do século XX representou um desafio e pôs à prova a

teoria do sociólogo alemão Norbert Elias, adotada pela Escola de Leicester na esfera esportiva. A manifestação de atos destrutivos e beligerantes nos estádios ia de encontro ao sentido evolutivo de contenção processual da força física e de aperfeiçoamento da autodisciplina requerida aos indivíduos na vida civilizada.

Se Norbert Elias havia encetado as linhas mestras de sua sociologia do esporte nas décadas de 1950 e 1960, quando o problema começava apenas a se insinuar, seriam seus acólitos Eric Dunning, John Williams e Patrick Murphy que se debruçariam sobre a aparente contradição entre os princípios civilizadores do esporte e as práticas antiesportivas de parcelas minoritárias radicais das torcidas britânicas. As considerações iniciais ponderavam a não linearidade do sentido tomado pelo curso da civilização, ele mesmo sujeito a momentos de *descivilização*, em que os mecanismos de controle sobre extratos diferenciados da sociedade revelam a sua ineficácia diretiva ou a sua incidência desigual.

Outra ponderação sustentava o *hooliganismo* como um fenômeno social que expressava tensões externas ao esporte, só de relance imanentes a ele, com a utilização do futebol para tornar-se visível socialmente na cena pública. O diagnóstico dos autores, baseado em levantamento histórico, em revisão da literatura e em observações pessoais, detectava o núcleo duro dos *hooligans* como frações juvenis saídas das camadas mais desprovidas da classe trabalhadora inglesa.

A repetição do esquema divisório entre estabelecidos e *outsiders* fazia-se notar em tais segmentos excluídos que cultuavam um estilo agressivo e rude, em que o protótipo da macheza e da virilidade impunha-se tanto nas brigas quanto nos cânticos ofensivos, por vezes intolerantes, xenófobos e racistas, e denegria o rival. O prazer da assistência a uma partida era deslocado com a canalização de energias nas estratégias excitantes de burlar o policiamento nas redondezas do estádio e de afrontar os adversários, jovens em geral provenientes da mesma classe social.

Pode-se dizer que, graças ao apoio institucional e à sistematicidade dos estudos, a interpretação consagrada pela Escola de Leicester tornou-se hegemônica entre os anos 1980 e 1990. Dunning, inicialmente discípulo de Elias, tornou-se ele próprio mestre e formador de uma série de continuadores de seu esquema compreensivo e explicativo na sociologia do esporte, em geral, e no “futebol hooliganismo”, em particular (MALCOM; WADDINGTON 2008).

No entanto, frente à nova realidade do futebol britânico pós-Relatório Taylor e à disseminação dos estudos sobre hooliganismo em outros quadrantes da produção

intelectual, críticas também vêm surgindo a essa corrente, sobretudo ao viés interpretativo ancorado na teoria do processo civilizador de Elias.

Acresça-se também a conjuntura distinta por que passa o futebol inglês desde os desastres de Heysel – chamado de “vergonha” para a Inglaterra pela Primeira Ministra Margareth Thatcher em 1985 – e de Hillsborough. A instituição da *Premier League*, em 1990, desencadeou não apenas o êxito de um novo sistema competitivo esportivo, mas também instituiu um período virtuoso na mercantilização e na financeirização futebolística, na reinvenção de seus estádios, reconvertidos em arenas, na gentrificação de parcelas consideráveis de seu público e no controle dos grupos desordeiros, por meio de uma política repressiva mais intensa e implacável (KING 2002).

Tal política, por exemplo, valeu-se não só dos dispositivos de vigilância eletrônica nas dependências dos estádios, bem como de mecanismos punitivos ou restritivos mais severos, a exemplo das prisões, dos *banning orders* e dos *travel restrictions*, três tipos de impedimento e/ou afastamento eficazes dos protagonistas de confusões e brigas dentro e fora dos equipamentos esportivos (ALVITO 2014).

Na esteira da repressão, a partir de meios jurídico-legais e mesmo de uma nova legislação para a pauta, lançou-se mão também, ainda que em menor grau, de medidas preventivas para o contexto pan-europeu, sob o lema de “*friendly but firm policing*”, uma versão *low profile* face à virulência usual do policiamento ostensivo em estádios e nas ruas.

Para intérpretes menos otimistas, não se tratou propriamente do fim da “era hooligan”, mas de seu deslocamento do espaço de incidência. Em decorrência da repressão e da punição, os incidentes saíram do âmbito da elite do futebol inglês, recaindo sobre as divisões inferiores, nas quais ainda vigem estádios à moda antiga, preços de ingressos menos exorbitantes e menores mecanismos de vigilância. As estratégias dos grupos, não à toa denominados *casuals*, também mudaram, deixando o perímetro dos estádios e tendo por palco *pubs* ou outros pontos de encontro e sociabilidade mais afastados.

Por razões de espaço, não cabe nos limites deste artigo aprofundar o sentido dessas mudanças, mas tão-somente assinalar a emergência, ao lado desse cenário distinto, de uma nova geração de pesquisadores nos anos 1990 e 2000. Entre eles, o destaque vai para o sociólogo escocês Richard Giulianotti, originalmente vinculado à Universidade de Aberdeen, na Escócia, e hoje professor em *Loughborough University*, na região dos *Midlands*, Inglaterra. Este autor sistematizaria a crítica mais arrojada ao instrumental eliasiano, quer a via figuracional de “civilização” dos quadros sociais, quer a dimensão

processual contida na teoria da equipe comandada por Dunning, a subsumir e condicionar todas as descobertas empíricas a um único paradigma teórico.

Junto a Giulianotti, organizador em 1994 de *Football, violence and social identity* (1994), soma-se o antropólogo inglês Garry Armstrong (1998), do *University College*, de Londres, que desenvolveu etnografia sobre o grupo *The Blades* – Blades Business Crew/BBC – do Sheffield United. Armstrong refuta a utilização da expressão “segmentação ordenada”, embasada pela Escola de Chicago, para aplicá-la entre seus nativos, ao norte do país, na medida em que observa a dinâmica das relações de inimizade desses com os locais, Owls (Sheffield Wednesday), ou com os vizinhos do *crew* do Leeds FC, de cidade rival da mesma região.

Um ponto de discordância frontal de Armstrong diz respeito ao enquadramento de classe que norteia a tipificação do fenômeno pelos discípulos de Elias no estudo do hooliganismo inglês, no pressuposto edificante de uma “falha civilizadora”. Em seu lugar, opta por entender o “prazer do desvio” (*delight of deviance*) entre seus membros, sua moral e seus valores, bem como o estudo das lideranças emergentes e de seus códigos internos de conduta. Ademais, o antropólogo vai de encontro ao que considera uma essencialização da noção de “masculinidade” usada por Leicester para tratar do comportamento de grupo torcedor, sublinhando que há diversos matizes para analisá-la.

Outro autor referencial, oriundo da área do Direito, é Geoff Pearson (2012). Professor inicialmente da Universidade de Liverpool e hoje vinculado à Universidade de Manchester, desenvolveu trabalho etnográfico em viagens internacionais e no acompanhamento cotidiano dos torcedores. Propôs então três escalas de observação, quais sejam, a nacional, a regional e a local: fãs da Seleção inglesa, adeptos do Manchester United e seguidores do Blackpool FC.

Pearson inovou também ao estudar o tema do ângulo dos policiais da capital galesa de Cardiff, em sua lida com torcedores do clube homônimo da cidade. Coordenou ainda investigações de monitoramento de megaeventos esportivos nos anos 1990 e 2000, a exemplo dos torneios quadrienais da Eurocopa, da UEFA, e das Copas do Mundo, da FIFA, disputados em países como Itália, França, Bélgica e Holanda.

Ambos, Armstrong e Pearson, vêm adotando outros referenciais teóricos, como o de “carnavalização”, do russo Mikhail Bakhtin, e mobilizando categorias nativas extraídas do campo, como “hierarquia”, “honra” e “vergonha”. Esses pesquisadores procuram assim questionar a aplicação *in totum* de Elias para explicar as singularidades

e complexidades do fenômeno do hooliganismo em distintas cidades e entre diferentes agrupamentos de torcidas da Inglaterra.

Entre esses autores, encontra-se o próprio John Williams, dissidente do núcleo duro ligado a Dunning que já em 1992 associar-se-ia a Giulianotti para organizar a coletânea *Game without frontiers: football, identity and modernity* (1994) e percorrer um caminho autônomo na sua agenda de pesquisa. O livro em questão propõe, já em início dos anos 1990, ampliar o escopo do objeto da Inglaterra para a Europa, em busca de novos repertórios, exemplos e modelos, bem como a fim de identificar interlocutores com base em uma rede de pesquisadores europeus, australianos e mesmo sul-americanos, como é o caso do argentino Eduardo Archetti.

Em conclusão, espera-se ter conseguido dar evidências de que a sociologia figuracional, basilar durante décadas, tem passado contemporaneamente por uma série de questionamentos epistemológicos, a exemplo de seu viés etnocêntrico. Seu paradigma é considerado inadequado diante do objeto que procura elucidar, em razão de seu pendor ora totalizante, ora normativo, quando não evolucionista, carente de referenciais empíricos mais substantivos.

Os novos pesquisadores têm, pois, privilegiado abordagens etnográficas não-apriorísticas, derivadas de pesquisas de campo. Com efeito, almejam captar nuances antropológicas que escapam às generalizações sociologizantes e procuram contornar conceitos tidos por problemáticos ou insatisfatórios. Entre eles, destacam-se a antinomia “civilização”/ “descivilização” e a suposta incapacidade conjuntural de determinados segmentos de classes sociais mais baixas (*'rough' working class*) incorporarem o sentido do autocontrole e a aversão progressiva à violência.

## REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. **A rainha de chuteiras**: um ano de futebol na Inglaterra. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

ARMSTRONG, Gary. **Football hooligans**: knowing the score. London: Berg Publishers, 1998.

BALE, John. **Sport, space and the city**. London: Routledge, 1993.

BROMBERGER, Christian. **Football**: la bagatelle la plus sérieuse du monde. Paris: Pocket, 2004.

BUFORD, Bill. **Among the thugs**. London: Harvill Secker, 1990.

CLARKE, John. Football and working-class fans: tradition and change. *In*: R. Ingham (Ed.). **Football hooliganism**: the wider context, London: Interaction Imprint, 1978. p. 37-60.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panic**. London: Routledge, 2002.

DUNNING, Eric (ed.). **The sociology of sport**: a selection of readings. London: Frank Cass, 1971.

DUNNING, Eric. **Barbarians, gentlemen and players**: a sociological study of the development of rugby football. New York: NY University, 1979.

DUNNING, Eric; WILLIAMS, John; MURPHY, Patrick. **Hooligans abroad**: the behaviour and control of English fans in continental Europe. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

DUNNING, Eric; WILLIAMS, John; MURPHY, Patrick. **The roots of football hooliganism**: an historical and sociological study. London: Routledge & Kegan Paul, 1988.

DUNNING, Eric; WILLIAMS, John; MURPHY, Patrick. **Football on trial**: spectator, violence and development in the football world. London: Routledge, 1990.

DUNNING, Eric; ROJEK, Chris. **Sport and leisure in the civilizing process**. London: Macmillan, 1992.

DUNNING, Eric; **Sport matters**: sociological studies of sport, violence and civilization. London: Routledge, 1999.

DUNNING, Eric; MURPHY, Patrick; WADDINGTON, Ivan; ASTRINAKIS, Antonios E. **Fighting fans**: football hooliganism as a world phenomenon. Dublin: University College Dublin Press, 2002.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (ed.). **Quest for excitement**: sport and leisure in the civilizing process. London: Basil Blackwell, 1986.

- FROSDICK, Steve; MARSH, Peter. **Football hooliganism**. Portland: Willian Publishing, 2005.
- GIULIANOTTI, Richard; WILLIAMS, John (ed.). **Game without frontiers: football, identity and modernity**. Cornwall: Arena, 1994.
- GIULIANOTTI, Richard; BONNEY, Norman; HEPWORTH, Mike (ed.). **Football, violence and social identity**. London: Routledge, 1994.
- GIULIANOTTI, Richard. **Sport and modern social theorists**. London: Palgrave, 2004.
- HORNBY, Nick. **Fever pitch**. London: Victor Gollancz, 1992.
- KING, Anthony. **The end of the terraces: the transformation of the English football in the 1990s**. Leicester: University Press, 2002.
- KING, John. **The football factory**. London: Johnatan Cape, 1996.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Esporte, emoção e conflito social. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 141-166, 1995.
- MALCOM, Dominic; WADDINGTON, Ivan (ed.). **Matters of sport: essays in honour of Eric Dunning**. London: Routledge, 2008.
- MARSH, Peter; ROSSER, Elizabeth; HARRÉ, Rom. **The rules of disorder**. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- MORRIS, Desmond. **The soccer tribe**. London: Jonathan Cape, 1981.
- PEARSON, Geoff. **An ethnography of English football fans: cans, cops and carnivals**. Manchester: University Press, 2012.
- PEARSON, Geoff; SCOTT, Clifford. **Football hooliganism: policing and the war on the English disease**. London: Pennant Books, 2007.
- PEARSON, Geoffrey. **Hooligan: a history of respectable fears**. London: Macmillan, 1983.
- RUDÉ, Georges. **The crowd in history: a study of popular disturbances in France and England, 1730-1848**. London: Serif, 2005.

SUTTLES, Gerald. **The social order of the slum: ethnicity and territory in the inner city.** Chicago: University of Chicago Press, 1968.

SUTTLES, Gerald. **The social construction of communities.** Chicago: University of Chicago Press, 1972.

TAYLOR, Ian. Football mad: a speculative sociology of football hooliganism. *In: DUNNING, Eric (ed.). **The sociology of sport.*** London: Frank Cass, 1971a. p. 352-378.

TAYLOR, Ian. Soccer consciousness and soccer hooliganism. *In: Cohen, S. (ed.). **Images of deviance.*** Harmondsworth: Penguin, 1971b. p. 134-163.

WATSON, Rod; GASTALDO, Édison. Obituário: Eric Dunning, um pai fundador entre nós. **Revista Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 25, n. 55, p. 339-345, set/dez. 2019.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Bernardo Borges Buarque de Hollanda é professor-adjunto da Escola de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor (2008) em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É pós-doutor pela Maison des sciences de l'homme de Paris e pela University of Birmingham. É secretário-geral da Associação Brasileira de História Oral (ABHO - gestão 2020-2022), membro do conselho da International Oral History Association (IOHA) e editor das revistas *Estudos Históricos* e *Revista de História Oral*.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Paulista, n. 1371, 1ª andar, FGV-CPDOC, Bela Vista, São Paulo-SP.

### FINANCIAMENTO

Rutherford Fellowship/University of Birmingham.

## AGRADECIMENTO

Sou grato à historiadora e brasilianista Courtney Campbell, que supervisionou meu estágio pós-doutoral na Universidade de Birmingham. Agradeço também a Richard Brunt, responsável pelo acolhimento e interlocução durante a estada na Inglaterra.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Ana Carolina Barbosa Pereira - Editora Executiva

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2020 História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 9 de abril de 2020.

Aprovado em: 30 de janeiro de 2021.



# DIRETRIZES PARA AUTORES

GUIDELINES  
FOR AUTHORS

## **1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas**

**1.1.** Artigo inédito e original (entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

**1.2.** Artigos de revisão inéditos e originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. Os trabalhos submetidos nesta categoria deverão realizar uma revisão de literatura sobre uma dada temática ou apresentar o estado da arte. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo-se as notas e as referências bibliográficas.

**1.3.** Resenhas de livros devem ser enviadas para a HH Magazine - <http://hhmagazine.com.br>.

## **2) Informações sobre a submissão**

**2.1.** A **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** não cobra taxa de submissão, assim como também não cobra taxa de processamento de artigo (APC).

**2.2.** Os arquivos enviados deverão estar em formato \*.doc ou \*.docx, ou seja, compatíveis com Word.

**2.3.** Todos os trabalhos submetidos à revista são analisados por software anti-plágio - [Política contra o plágio](#).

## **3) Normas de apresentação dos textos**

**3.1** Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a

1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa. Caso o texto original seja em inglês, o artigo deverá ter um resumo em português ou espanhol.

**3.2.** Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

**3.3.** Serão aceitos artigos que resenhem criticamente publicações que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

**3.4.** A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Caso o texto da submissão seja derivado de tese e/ou dissertação, o autor deverá indicar essa informação no campo 'Comentários ao Editor'. Além disto, espera-se que o trabalho traga um avanço substancial com relação ao que já foi apresentado na tese ou dissertação, especial, mas não unicamente, em suas conclusões. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

**3.5.** Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora. E no campo específico no momento da submissão.

**3.6.** Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

**3.7.** Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da

redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Além disso, informamos que poderão ocorrer mais de uma rodada de avaliação. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

**3.8.** As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista – [Banco de palavras-chave](#).

**3.9.** As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.

**3.10.** Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

**3.11.** Desde o seu terceiro número a revista História da Historiografia adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

**3.12.** As notas de rodapé devem ser apenas de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço. No geral, recomenda-se a não utilização de notas e incorporação da informação, da melhor maneira possível, no corpo do texto.

**3.13.** As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36). Os links vinculados às notas devem ser reduzidos com “encurtadores de links”.

**3.14.** A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira

palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

**3.15.** Somente devem ser listadas referências utilizadas no texto. E a partir de maio de 2019, as submissões deverão ser apresentadas utilizando a ABNT NBR 6023:2018.

## 4) Informações sobre a submissão

### 4.1. Livro

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplos:*

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

RIGNEY, Ann. **The Rhetoric of Historical Representation:** three narrative histories of the French Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. DOI 10.1017/CBO9780511549946. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511549946>. Acesso em: 19 jul. 2012.

#### 4.2. Livro eletrônico (tipo e-book)

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. *E-book*. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

#### 4.3. Capítulo de livro

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME2, Nome2 (orgs.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome (orgs.). Título do capítulo. *In*: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

##### *Exemplos:*

LÖWY, Michael. Carga explosiva: o surrealismo como movimento romântico revolucionário. *In*: GUINSBURG, J; LEIRNER, Sheila (orgs.). **O surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. *In*: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

#### 4.4. Coletânea

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome (orgs.). **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

*Exemplo:*

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.).  
**Representações:** contribuições a um debate transdisciplinar.  
Campinas: Papyrus, 2000.

#### 4.5. Artigo de periódico

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano.

*Exemplo:*

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity.  
**Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563,  
1998.

#### 4.6. Artigo de periódico on-line

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, v. X, n. Y, p. pp-pp, Ano. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ASDAL, Kristin; JORDHEIM, Helge. Texts on the Move: Textuality and Historicity Revisited. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 56-74, 2018. DOI 10.1111/hith.12046. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/hith.12046>. Acesso em: 9 abr. 2019.

**4.7.** Texto disponível na internet

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

BENTIVOGLIO, Julio. "Precisamos falar sobre o currículo de História". **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

**4.8.** Artigo publicado em anais eletrônico

*Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. *In*: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp. DOI XXXX. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

*Exemplo:*

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). *In*: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO,

IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

#### 4.9. Tese acadêmica

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplo:*

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

#### 4.10. Artigo de Jornal

##### *Estrutura:*

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

##### *Exemplos:*

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

RODRIGUES, Artur. Obra de ficção cria "liminar" e vira alvo de investigação da PF. **Folha.com.br**, São Paulo, 11

set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1680327-obra-de-ficcao-cria-liminar-e-vira-alvo-de-investigacao-da-pf.shtml>. Acesso em: 11 set. 2015.

**4.11.** Observações sobre a apresentação das referências:

**4.11.1.** O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;

**4.11.2.** Sempre que utilizar uma referência consultada online, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;

**4.11.3.** URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;

**4.11.4.** A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "\_\_\_\_\_" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.

**4.11.5.** Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.

**4.11.6.** Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista [historiadahistoriografia@hotmail.com](mailto:historiadahistoriografia@hotmail.com).